

CORALY GARÁ CAETANO

DESVENDANDO MISTÉRIOS:
ROBERTO SIMONSEN E A LUTA DE CLASSES

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

CAMPINAS/1994

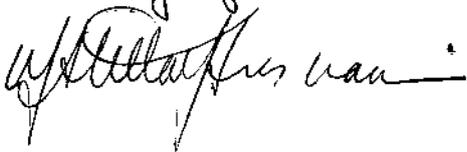
CORALY GARÁ CAETANO

DESVENDANDO MISTÉRIOS:
ROBERTO SIMONSEN E A LUTA DE CLASSES

Tese apresentada ao curso de doutorado em História da Universidade Estadual de Campinas, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em História.

Orientadora: Profª Drª Maria Stella
Bresciani

*Esta exemplar corresponde
à redação final da tese
defendida e aprovada pela
Comissão julgadora em 20/12/1994*



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS E LETRAS
CAMPINAS/1994

BANCA EXAMINADORA

IN MEMORIAN

das amigas:

Yeda Cohon

Helena Ramos

Marta Aguiar

cuja ausência dói demais...

Para

Claudio, meu companheiro

Thiago e Diogo, meus filhos

Célia amiga de todas as horas...

AGRADECIMENTOS

AGRADEÇO:

Aos funcionários do Arquivo Edgar Leuenroth.

Aos funcionários da Biblioteca da Fiesp, em particular à Maria Alice.

Aos funcionários do Arquivo do Estado.

Aos funcionários do Arquivo Público Municipal.

A Shirlei da Silva a qual cuidou dos afazeres da minha casa ao longo destes anos.

Ao Picdt/Capes.

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS:

Aos amigos:

Vanda Lucia de Moraes Sampaio, a Luzia Marcia Resende, Edilza Fontes e Paulo Roberto de Almeida e;

A Célia Rocha Calvo, que me auxiliou no início da pesquisa e depois colaborou intensamente dando sugestões e dividindo comigo as angústias deste trabalho.

Aos professores da Pós-Graduação:

Ao Michell Hall pelo apoio "moral" e estímulo.

E finalmente, a minha orientadora, Maria Stella Bresciani pelo incentivo, sugestões e dedicação...

SUMÁRIO

CAPÍTULO I - CONSTRUINDO O PALÁCIO	17
1. O CONTROLE DO MERCADO DE TRABALHO	
1.1. A disputa na construção da cidade	
1.2. O projeto de reforma urbana	
1.3. A reorganização da construtora de Santos	
1.4. Sistematização das práticas: O Trabalho Moderno	
1.5. Arrijementando adeptos	
1.6. A plataforma política de Washington Luís	
CAPÍTULO II - A DISPUTA PELO IMPÉRIO	70
2. A LEGISLAÇÃO DO TRABALHO	
2.1. Participação dos trabalhadores na esfera do poder público: Impasses	
2.2. Um fato inédito: A Guerra Civil	
2.3. Alianças e conciliações	
2.4. A vitória do empresariado: O retorno ao Estado de Direito	
CAPÍTULO III - APRENDIZ DE FEITICEIRO	122
3. A CONSTITUINTE DE 1934	
3.1. O debate sobre as regras do jogo	
3.2. O malabarismo discursivo	
3.3. A justiça social como direito trabalhista	
3.4. O direito social como padrão de vida	
3.5. Padrão de vida: Ética do trabalho e consumo	
3.6. Educação e saúde: Condições de vida e padronização de comportamentos	
3.7. Da caridade à assistência social pública	

CAPÍTULO IV - A VARINHA MÁGICA	177
4. CIÊNCIA E COMPETÊNCIA MAQUEANDO OS INTERESSES DO EMPRE- SARIADO	
4.1. A Escola Livre de Sociologia e Política: Estratégia para a ampliação do controle social	
4.2. Definindo novos profissionais da política: Economis- tas, sociólogos, politicólogos, psicólogos e assis- tentes sociais	
4.3. Pesquisas e Inquéritos: Definindo o padrão de vida	
4.4. Esquadrinhando valores e comportamentos sociais	
4.5. Forjando a opinião pública e a profissionalização do discurso competente.	
 CAPÍTULO V - O TALISMÃ	 229
5. A IGREJA CATÓLICA: MAIS UMA ESTRATÉGIA DE CONTROLE	
5.1. Os Círculos Operários	
5.2. As Semanas de Ação Social	
5.3. A Família Cristã e a Ética do Trabalho	
5.4. O Senai e o Sesi: a profissionalização	
 CONSIDERAÇÕES	 272
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	 277
 FONTES	 282

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, busco recuperar aspectos da constituição do projeto de organização da sociedade defendido pelo grande empresariado paulista, em particular, as estratégias de controle social que foram sendo implementadas, a partir do confronto com os trabalhadores.

A preocupação em resgatar o modo como foi sendo instituídas práticas de dominação do grande empresariado paulista surgiu quando trabalhei, enquanto pesquisadora, nos vários projetos de pesquisa, desenvolvidos no Departamento de História da Unicamp, ou seja, nos projetos "FONTES PARA O ESTUDO DA INDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL" e "FORMAÇÃO DO TRABALHADOR URBANO (1900 a 1945).

Nestes projetos, o eixo de discussão voltava-se para a problemática da constituição das classes sociais no país. Partíamos da compreensão que este processo se fazia historicamente sob o **embate de classes**. As estratégias e os mecanismos de controle social iam se forjando à medida que se buscava eliminar práticas de resistências dos trabalhadores.¹

Como resultado destes projetos, várias monografias foram elaboradas², com a finalidade de recuperar as estratégias de controle social desenvolvidas, no período em questão. Todavia, face a riqueza do material levantado, fiquei inquieta

1. FENELON, Déa R. Coordenadora Geral dos Projetos Fontes para o Estudo da Industrialização no Brasil (1900 a 1945) e Formação do Trabalhador Assalariado Urbano. In: Arquivo Edgar Luenroth - Unicamp. Campinas-SP.

2. Ver. História Questões & Debates. In: Revista da Associação Paranaense de História. Ano V, nº 08. Curitiba: Ed. Gráfica Vicentina, 1984.

quanto a possibilidade de recuperar outras estratégias de controle social que naquele momento foram apontadas, mas, em função do número limitado de pesquisadores, foram impossíveis de serem sistematizadas.

Com este trabalho, pretendo dar mais uma contribuição para este debate. Seguindo pistas fornecidas pelas análises das obras publicadas por Roberto Simonsen, busco recuperar uma série de estratégias de controle social forjadas pelos grandes empresários paulistas.

Roberto Simonsen foi um dos primeiros empresários a elaborar uma interpretação de cunho formal e sistemática à memória da Burguesia Industrial Paulista. Suas obras "A Evolução Industrial do Brasil" e "Formação Econômica do Brasil" são marcos e referência para a maior parte da historiografia produzida sobre a sociedade brasileira, particularmente a escrita pós 1940.

A história oficial, legitimada pelas entidades de classes como o CIESP e FIESP, continuamente retoma Roberto Simonsen e reatualiza o presente-passado da experiência política da classe patronal, identificando a interpretação deste empresário, como sua própria história. Autores tais como Hélio Jaguaribe, Edgar Carone, Heitor Ferreira Lima, nas datas comemorativas de criação das entidades patronais e instituições a ela ligadas, frequentemente, relembram, através de artigos e homenagens, o patrono da Indústria - Roberto Simonsen.³ Além destes, muitos historiadores e cientistas sociais utilizam as análises econômicas de Roberto Simonsen sem levar em consideração e amarração de seus propósitos referentes ao controle social que nada mais eram que sua própria fundamentação.

3. Ver. O Estado de São Paulo, 25 de maio de 1989.

Revista: Indústria e Desenvolvimento. São Paulo maio de 1973.

Não se trata aqui de resgatar a obra historiográfica de Roberto Simonsen e/ou como seus pressupostos foram incorporados pela historiografia. Tenho como propósito recuperar como foi construída, através do embate com os trabalhadores urbanos, organizados ou não, uma política de colaboração/dominação que, em seu próprio processo de constituição, modifica práticas e valores como intuito de plasmar um determinado padrão cultural, cuja finalidade consiste em tentar obstruir experiências e valores dos trabalhadores que ferissem os interesses dos grandes empresários.

É importante frisar que o conjunto das obras assinadas por Roberto Simonsen, na maioria das vezes, é expressão da posição adotada pelas associações das quais era porta-voz - CIESP, FIESP. Daí a impossibilidade de separação de seu pensamento e ação política naquilo que se refere às posturas adotadas pelo autor e/ou entidades que representava, em particular, a partir de 1928.

Observando o conjunto documental publicado por Roberto Simonsen, verifiquei que concomitantemente ao exercício de sua atividade de empresário/militante dedicava-se à tarefa de "memorialista" das experiências vivenciadas pelos industriais. Daí inferi que este empresário atribuía a esta modalidade de representação um papel necessário na construção pela burguesia de um novo imaginário social. A preocupação em tornar distinta, no interior da memória burguesa, a da burguesia industrial, aponta para a existência no social de uma prática diferenciada de condução das relações sociais.

Os testemunhos, artigos, palestras, conferências e relatórios, cuidadosamente preservados e publicados por Roberto Simonsen, segundo ele mesmo, teriam por finalidade reafir-

mar o projeto do grande empresariado paulista para a sociedade. Nesse sentido, há uma ordem cronológica na organização dos seus discursos com a proposição de reforçar uma determinada lógica progressiva no modo de desenvolvimento que assumiu o setor industrial no Brasil. Deliberadamente deixei esse critério evolutivo de lado e procurei estabelecer um outro critério que auxiliasse na compreensão do projeto de controle social dos grandes empresários, pois compreendo esses discursos como expressão pontual da prática política dos grandes empresários. A cada tema discutido verificou-se um problema, um conflito a "ser solucionado".

Assim optei, neste trabalho, por encaminhar a pesquisa por um único viés, qual seja, acompanhar como as várias estratégias de controle social representavam resultados dos embates travados no social, os quais envolviam não só a maneira de trabalhar, como o modo de viver dos trabalhadores.

Acompanhado a lógica destes conflitos, bem como a emergência de várias estratégias de controle social, procurei organizar este trabalho da seguinte maneira.

No primeiro capítulo, resgatei as fontes relativas ao movimento operário e práticas de organização dos empresários da construção civil, em Santos, no Estado de São Paulo. A partir da década de 10, reconstituí a disputa pela formação urbanística da cidade de Santos entre trabalhadores, mestres, contra-mestres e os grandes empresários, estes últimos representados pela figura de Roberto Simonsen. Procurei identificar, no Projeto de Reforma Urbana, dirigido por Roberto Simonsen, a elaboração de novas práticas de controle social e o modo como foi sendo traçado um novo perfil para o comportamento das pessoas na cidade. Em um segundo momento, visualizei o movimento

dos empresários em instituir novos mecanismos de organização do trabalho no interior de suas empresas, realçando a reorganização da Cia Construtora de Santos. A divulgação e irradiação destas práticas de controle social, a meu ver, aparecerão inscritas, pedagogicamente na primeira obra de Roberto Simonsen, O Trabalho Moderno. Além disso, procurei demarcar como a publicação deste trabalho credenciaria Roberto Simonsen a interagir, junto aos órgãos públicos federais, no sentido de influir decisivamente na diretriz política do governo Washington Luís. Em síntese, procurei apontar como no governo Washington Luís estariam resguardados os interesses dos empresários, em relação ao controle do mercado de trabalho.

No segundo capítulo, procurei matizar as objeções dos empresários paulistas, quanto aos novos rumos da política do governo Vargas e, sobretudo, identificar a natureza do "temor" dos empresários paulistas quanto ao fato de que esta nova reorganização política pudesse abrir possibilidades para a participação dos trabalhadores na definição da política pública. Esta problemática, a meu ver, foi o significado do fato político criado pelos empresários - o Movimento Constitucionalista de 1932. Através deste, os empresários buscariam encaminhar a discussão sobre as regras de participação dos trabalhadores, no âmbito do espaço legislativo, onde a presença da maioria das classes dominantes definiria tais critérios. Procurando cruzar as fontes relativas a esta questão, na empresa operária e na documentação da FIESP, pude averiguar que, apesar da derrota propalada pelos Varguistas, os empresários paulistas conseguiram demonstrar, às demais classes dominantes, a natureza de seu projeto de controle social. Por intermédio do Movimento Constitucionalista, o empresariado paulista ampliaria suas alianças, conciliando interesses com a Igreja Católica e de-

mais classes dominantes, com o objetivo de fortalecer seu projeto para a sociedade.

A volta ao país legal, constitucional consagrou um momento importante para os grandes empresários paulistas, uma vez que, no espaço constituinte, definiriam e estabeleceriam critérios para a participação dos representantes dos interesses dos trabalhadores na organização política da sociedade. Segundo este viés, no terceiro capítulo, procurei acompanhar o debate constituinte, em particular as propostas encaminhadas pelo empresariado paulista, realçando, inclusive, as estratégias organizadas pela bancada dos empregadores para garantir a aprovação das emendas que assegurassem os seus interesses, especificamente a definição da ética do trabalho, como suposto para nortear a política pública federal, isto é, especificamente uma nova abordagem sobre as questões relativas à educação, saúde e assistência social.

Se por um lado houve vitória dos empresários na Constituinte, esta demonstrara que não era o bastante instituir juridicamente novas regras para a modificação das relações sociais. Tornavam-se igualmente necessárias implementar novas instituições capazes de veicular o projeto dos empresários paulistas.

A exemplo, a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo emergiu, na minha opinião, como fazendo parte de uma série de estratégias para ampliar e legitimar a experiência de controle social construída pelos empresários paulistas.

Assim, no quarto capítulo, acompanho a trajetória desta Escola, seus objetivos e a tentativa de redefinir o perfil dos profissionais, dos intelectuais encarregados em difundir valores e comportamentos sociais necessários a consolida-

ção do projeto político dos empresários. Esta instituição tratava de formar profissionais habilitados em política, em economia, psicologia e assistentes sociais, sem perder de vista a distinção de campos específicos de atuação e a reafirmação do profissional competente, como estratégia para aprofundar o distanciamento entre aqueles que dirigem e os que são dirigidos.

Procuro ainda, através da ELSP, recuperar a aproximação dos intelectuais vinculados ao empresariado paulista com os que se postavam junto ao governo Vargas, com vistas a criar consenso e ambiente favorável à instituição destas novas práticas políticas, cujo eixo principal foi a tentativa de aperfeiçoar a racionalização da sociedade. Acompanho também os inquéritos e pesquisas realizados pela ELSP, com o intuito de definir o padrão de vida necessário à expansão do mercado interno, conforme os interesses dos grandes empresários paulistas. Identifico os motivos da escolha da Introdução dos métodos de análise empírica, desenvolvidos pela Sociologia Americana - Escola de Chicago - e o significado de se esquadriñar os valores e comportamentos sociais, para então redefinir meios e práticas de intervenção na modificação dos sentimentos e hábitos da população. Deste modo, analiso a requalificação da formação profissional dos jornalistas como um dos meios de forjar a opinião pública e instituir o discurso competente, com o intuito de inibir os trabalhadores quanto a sua capacidade de vir a pleitear mudanças nos rumos da sociedade.

No quinto capítulo, abordo a aproximação dos grandes empresários paulistas com a prática de controle desenvolvida pela Igreja Católica, com o objetivo de aperfeiçoar os mecanismos de controle social. Acompanhando a trajetória dos Círculos Operários Católicos, as discussões proferidas nas Semanas de

Ação Social e os projetos de profissionalização, defendidos pelas instituições católicas, foi possível perceber a articulação com o empresariado, bem como o engajamento deste, no sentido de intervir na formulação e implementação de uma legislação que conjugasse esses programas e que estivesse calcada nos valores defendidos pela Igreja Católica.

Assim, através da experiência de Roberto Simonsen tanto junto aos trabalhadores de suas empresas, como junto à organização das entidades patronais e instituições de caráter científico, cultural e religioso, procurei resgatar o modo como foi sendo tecido os mecanismos de controle social pelo empresariado paulista, os quais ainda hoje intentam predominar no país.

Acompanhar a trajetória do projeto de reorganização da sociedade, constituído na experiência do empresariado paulista, frente aos movimentos de resistência e assimilação dos trabalhadores, possibilitou-me buscar os contornos e problemas com os quais atualmente nos debatemos e, de certa forma, nos afrontam em nossa expectativa de mudar a situação existente.

A FIESP está aí reatualizando e aperfeiçoando seus instrumentos de controle social, com bandeiras do "aperfeiçoamento técnico, planos de estabilização cambial e reformas tributárias modernização da economia". Com isso, disputa, através dos partidos políticos, lobbies e outros, a direção política da sociedade. A força de seus discursos acentua-se em palavras mágicas, científicas e destituídas de historicidade. Resgatar a historicidade desses conceitos também foi uma preocupação deste estudo.

CAPÍTULO I

CONSTRUINDO O IMPÉRIO

"Nada mais prejudicial, de fato, aos interesses do país, do que esta luta de classes."

Roberto Simonsen

Santos, pequena cidade do litoral paulista, no início do século vinte, adquire novo significado político.

Em função da viabilização dos interesses das classes dominantes paulistas, tornou-se ponto estratégico para a exportação de várias mercadorias e importante locus de entrada de imigrantes no país.

Se por um lado, a dinamização do porto de Santos atendia a interesses específicos daqueles que preconizavam a necessidade de aperfeiçoar o ritmo da circulação da produção, por outro, esta nova função social da cidade contou com inúmeros conflitos. Trabalhadores, migrantes, imigrantes, antigos moradores da cidade, com modos de vida e expectativas diferenciados expressavam interesses distintos. Se, para os cafeicultores, importadores, exportadores, industriais, Santos passou a significar oportunidade de ampliação dos lucros, para a maioria dos trabalhadores significava a possibilidade de melhorar suas respectivas condições de vida e trabalho.

O crescimento industrial, comercial e urbano, edificado sobre a crescente exploração e empobrecimento dos trabalhadores, ampliaria as péssimas condições de vida e trabalho, encontrando como resposta, a resistência organizada nas mais variadas formas, quer a criação de ligas de socorro mútuo, instituições assistencialistas, organização de sindicatos, quer

através do surgimento da imprensa operária, encarregada de formar e informar a opinião pública sobre as condições de exploração a que estavam submetidos os trabalhadores santistas.

A meu ver, narrar as origens da experiência de vida de Roberto Simonsen, sua prática política, é também narrar, em parte, as transformações ocorridas na sociedade santista, principalmente, porque ali se expressariam, de modo singular, práticas de manifestação dos trabalhadores que contestariam, sob vários aspectos, o novo modo de vida e trabalho acarretado pela nova lógica do mercado de trabalho.

A experiência da cidade e a constituição de novas práticas políticas se confundem, se entrecruzam, marcando e redesenhando um novo perfil para as relações sociais no espaço público.

Para aqueles que procuravam ampliar seus investimentos de modo a valorizar o capital, a cidade de Santos se configurava enquanto um centro promissor. A necessidade da criação da infra-estrutura urbana abria perspectiva para investidores privados. Entre os primeiros empresários que viram em Santos esta possibilidade, constou Ignace Wallace Simonsen, avô pelo lado materno de Roberto Simonsen.¹

Ignace W. Simonsen, tal como o bisavô de Roberto Simonsen desempenhariam funções relevantes nos órgãos públicos federais e estaduais do país. Formados em engenharia civil, assumiram postos de direção e administração na organização das empresas ferroviárias. Seu bisavô, Thomas Cochrane foi um dos

1. "... construam os capitalistas casas de módico preço e, por este modo prestarão serviços a classe necessitada, acabaram com os cortiços que infelizmente por necessidade vão aqui se introduzindo e terão feito aqui bom emprego de capitais..."
SIMONSEN, Ignace W., in: RELATÓRIO DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS. 1873, p.36, Santos-SP.

primeiros empresários a obter concessão para a implantação da ferrovia que ligaria a Corte a Minas Gerais e a São Paulo, em 1839. Wallace foi indicado pelo Governo Imperial, em 1860, para a função de Engenheiro Fiscal da Construção da Estrada de Ferro Inglesa, de Santos a Jundiaí.²

Em função de administrar a Santos Railway, como também, dirigir importante firma de café em Santos, Wallace se radicou nesta cidade. Ampliando seus investimentos, fundou a Cia Melhoramentos de Santos - The City of Santos Improvements Company - que levou a cabo o abastecimento de água, a iluminação e o tráfego de bondes.

Vale ressaltar que estes empreendimentos, visando aperfeiçoar o movimento de circulação e valorização das mercadorias, encontraram severas resistências por parte dos trabalhadores, cuja vida e trabalho dependiam de antigas práticas de circulação, como Trollys, carroças, e, ainda, aqueles que sobreviviam do comércio de água ou de tarefas como acender lâmpões. O "progresso técnico" tornava-se inconveniente ao modo de vida de parcela significativa dos trabalhadores:

*"... guerreada pela imprensa anônima, não tardou ela a ver quebrados seus lâmpões, inutilizadas as válvulas de seus encanamentos, desviadas as águas de seus reservatórios, e obstruídas as torneiras dos chafarizes, sem que até hoje se pudessem descobrir os autores de tal mesquinho atentado, cuja responsabilidade, aliás cabe aqueles, que em seus escritos apaixonados, procuram açular os maus instintos da plebe."*³

2. Ver. AZEVEDO, Aroldo; COCHRANES NO BRASIL: A VIDA E OBRA DE THOMAS COCHRANE E IGNACE COCHRANE. Trata-se de um levantamento da genealogia da família Cochrane no Brasil na qual estão incluídos as seguintes famílias: primeira geração - Godim Cochrane, Cochraene Simonsen, Cochrane Suplicy, Cochrane de Azevedo, Gonçalves Cochrane; 2ª Geração Alvim Cochrane, Cochrane Gouveia, Moretzohn Simonsen, Cardoso Simonsen, Simonsen Murray, Feliciano Suplicy, Matarazzo Suplicy, Suplicy Hafers, Suplicy Simonsen, Suplicy Harbach, Murray Suplicy, Azevedo de C. Santos, Barcellos de Azevedo, Azevedo de Freitas, Lacerda Azevedo, Azevedo Moreira, Pego do A. Azevedo, Dulf Azevedo, Bruzzi Cochrane, Leoni Cochrane, Cochrane Simonsen, Simonsen Cochrane.

3. SIMONSEN, R. ENSAIOS SOCIAIS, POLÍTICOS E ECONÔMICOS, S.P.: Ed. FIESP, 1943, p.88.

Ainda, caberia a Cia Melhoramentos a execução de obras de drenagem, serviços de ajardinamento, calçamento e instalação de trechos do cais do porto. Estes serviços requeriam um grande contingente de trabalhadores da construção civil.

À época, o ramo da indústria da construção civil ganharia função relevante. Trabalhadores deste ramo marcariam presença na remodelação da cidade, sua concentração e lutas por melhores condições de vida e trabalho expressariam a emergência e instituição das primeiras organizações das classes trabalhadoras.

Neste universo, marcado pelo crescimento das empresas de Wallace Simonsen e assistindo de perto os intensos conflitos sociais, vivenciados em Santos, é que Roberto Simonsen incorpora a "tradição dirigente", condição de classe, de sua família, optando, inclusive, por ingressar, em 1903, no curso de Engenharia Civil da Escola Politécnica de São Paulo, como um dos meios de aperfeiçoar seus conhecimentos, para que pudesse, de forma mais eficaz, ampliar e reproduzir o patrimônio financeiro da família.⁴

Formado aos vinte anos de idade, optou Roberto Simonsen por iniciar sua carreira profissional na empresa privada, Southern Brazil Railway, onde tomou contato com a organização do processo de trabalho na grande empresa e com as questões que envolviam a regulamentação do mercado de trabalho nas ferrovias. Esta experiência contribuiria para que Simonsen fundasse, em Santos, a sua primeira grande empresa, a Cia Construtora de Santos, em 1912.

4. Ver. Influência da Escola Politécnica na Formação Cultural de Roberto Simonsen, in: SIMONSEN, R. A ENGENHARIA E INDÚSTRIA. 1944 - Objetivos da Engenharia Nacional, in: ENSAIOS SOCIAIS, POLÍTICOS E ECONÔMICOS. FIESP, 1943.

Até esta data, os trabalhadores da construção civil, juntamente com os trabalhadores dos transportes ferroviários caracterizavam-se como as categorias de trabalhadores mais organizadas e combativas no interior dos movimentos sociais santistas. Os trabalhadores da construção civil, foram, aliás, a primeira categoria a organizar o primeiro sindicato, a Sociedade de Primeiro de Maio, em 1904 e a Federação Operária Local de Santos, em 1907.⁵

Em função da diversificação das atividades urbano industrial, a presença dos trabalhadores da construção civil tornara-se cada vez mais indispensável numericamente e qualitativamente. A construção de novas moradias, edifícios públicos, industriais, comerciais e obras públicas requeriam a procura crescente destes trabalhadores.⁶

A sua combatividade política não se expressava apenas na capacidade de organização de seus sindicatos, sua presença na organização do espaço urbano era marcante. Do mesmo modo como edificavam palacetes e residências, construíam suas moradias, palafitas e cortiços, ao mesmo tempo em que trabalhavam na cidade, esta constituía o seu espaço de convivência/moradia, lugar de lazer e de contestação.

Considerando pelo ângulo da paisagem arquitetônica, o estilo da construção art-nouveau era predominante. Este, por sua vez, requeria, por parte dos trabalhadores, conhecimentos e habilidades artesanais, artísticas, como também, rigoroso domínio em marcenaria, carpintaria, desenho. Estes conhecimentos

5. GITHAY, M^{te} Lucia Caira. VENTOS DO MAR. TRABALHADORES DO PORTO, MOVIMENTO OPERÁRIO E CULTURA URBANA EM SANTOS, 1889-1914. Ed. UNESP/Prefeitura de Santos, 1992, p.63-7.

Ver. MARAN, Sheldon L. ANARQUISTAS, IMIGRANTES E O MOVIMENTO OPERÁRIO 1890-1920, RJ: Paz e Terra, 1979, p.52.

6. Segundo os dados levantados por Maria L. Caira Githay, op. cit., p.3, a população santista decuplicou na primeira década deste século. Em 1872 apresentava 9.191 habitantes passando a 88.967 em 1913, p.41.

ou qualificações, adquiridos e transmitidos de trabalhador a trabalhador, no exercício do trabalho, ou através das escolas criadas pelo sindicato, fundamentavam a força política destes trabalhadores, pois o domínio/saber do trabalho fazia com que se sentissem responsáveis pela cidade. A ética do trabalho pensada, nestes termos, permite inferir que os trabalhadores da construção civil detinham e disputavam o controle sobre a cidade, de acordo com as exigências do mercado imobiliário em expansão.

Em 1909, em conjunto com os demais trabalhadores da construção civil do Estado de São Paulo, mesmo apesar da violenta repressão policial, por intermédio de suas organizações sindicais, os trabalhadores santistas conquistaram as 8 horas de trabalho e legitimaram, junto aos empresários, o sindicato como órgão detentor do controle sobre o mercado de trabalho.

É interessante ressaltar que o debate inscrito na imprensa oficial, Tribuna de Santos, atribui o controle do sindicato sobre o mercado de trabalho, como responsabilidade dos pequenos e médios empreiteiros, que, aliás, predominavam na organização da construção civil. Neste debate atribui ainda a combatividade dos trabalhadores como resultante da desorganização dos pequenos e médios construtores, uma vez que sendo ex-mestres e mestres, cediam às pressões e não apresentavam unidade de ação, frente às reivindicações dos trabalhadores.⁷

Em março de 1912, ocorrera um inusitado lock-out por parte das empreiteiras, paralisando suas atividades, como recusa ao cumprimento das cláusulas do contrato de trabalho, imposto pelo movimento sindical. Esta greve dos pequenos patrões

7. Tribuna de Santos. 1912/1913.

surpreende não só os trabalhadores, como as classes dominantes que compreendiam este ato como demonstração de fragilidade dos patrões.

Será após este acontecimento, que demarca a força política dos sindicatos vinculados a FOLS, que alguns empresários começariam a reformular as estratégias de controle social utilizando, principalmente, o aparato policial, o qual assumia a função de coibir a resistência dos trabalhadores. Como revela o comunicado enviado pela Federação Operária de Santos à imprensa internacional, a intervenção do Estado, acionada pelos empresários, buscava atingir e reprimir várias práticas de manifestações coletivas:

"... os lares proletários são a cada passo assaltados pelas hordas policiais e as famílias destruídas e espezinhadas, como saber fazer estes ascetas degenerados...

*... e as reuniões públicas e privadas foram dissolvidas a baionetas, assembléias em peso foram levadas ao cárcere e os trabalhadores martirizados ou assassinados nas enxovias."*⁸

Além de impedir a manifestação dos trabalhadores como greves, piquetes, comícios ou reuniões de sindicatos, a força pública procurava impedir a liberdade de expressão e divulgação de possíveis projetos alternativos para a sociedade, a exemplo da proposta anarquista:

"... os bravos..., a propaganda contra a moderna escravidão foram perseguidos, exilados, deportados e espancados em furioso assanhamento.

... Os jornais são sequestrados pelos esbirros e presos os companheiros que os distribuem. As sedes sociais são assaltadas e destruídos os seus moveis e bibliotecas...

*... Não há pois liberdade de imprensa, de palavra, de associação, nem de reunião, nem tão pouco existe a de domicílio e trânsito."*⁹

8. PINHEIRO, P.S. e HALL, M. A CLASSE OPERÁRIA NO BRASIL: CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO, RELAÇÕES COM OS EMPRESÁRIOS. SP: Ed. Brasileira, 1981, p.94.

9. Idem, p.94.

Ainda a autoridade patronal, exercida pela justiça/polícia, procurava eliminar, de modo violento, aqueles que tinham a sua autoridade/legitimidade construída no seio do movimento dos trabalhadores. A autoridade policial procurava desqualificar a credibilidade dos "militantes" que, diretamente, se posicionavam quanto a exploração vigente, apontando inclusive soluções alternativas.

Uma outra forma de desqualificar a autoridade dos trabalhadores "militantes" era impor limites às suas ações, através da lei de expulsão dos imigrantes. Esta lei, como lembra a FOLS, constituía-se um recurso dos empresários para intimidar os trabalhadores estrangeiros, quanto a sua participação na sociedade, pois creditava a sua eliminação a possibilidade de impedir o avanço das organizações sindicais:

"... os filhos do país são tratados de negros ou caboclos, não por causa da cor, senão pelo o interesse de lembrar-lhes a sua passada escravidão e convencê-los da sua inferioridade ou animalidade, e despertar neles o atavismo das antigas e objetas humilhações.

... os estrangeiros são cognominados com os epítetos desprezíveis de carcamanos, galegos ou gringos.

*... como se isto não bastasse, as câmaras legislativas acabam de fazer a referida lei, a qual faculta a polícia deportar todos os homens laboriosos que não se adaptem as cõrnicas impostas pelos exploradores, ou, o que é o mesmo, com os bárbaros procedimentos dos fazendeiros e dos patrões."*¹⁰

Assim, através da lei de expulsão dos imigrantes, a justiça policial buscava atribuir aos trabalhadores militantes, a responsabilidade pela organização dos movimentos de contestação. Por outro lado, pode-se dizer, que com esta lei, procuravam reafirmar a noção de que, eram os estrangeiros,

10. PINHEIRO, P.S. e HALL, M. Op. cit., p.94-5.

aqueles que visavam romper a ordem estabelecida. A exploração dos trabalhadores, suscintamente, era deslocada de modo ideológico para a noção de "nacionalidade". Este era o recurso empregado pela polícia para reprimir as manifestações individuais ou coletivas, delimitar as ações no espaço público ou privado e, simultaneamente, justificar a sua ação violenta.

Mesmo, apesar da violenta repressão que acompanhava o movimento dos santistas, estes continuavam a demarcar sua presença política na cidade:

*"... os sindicatos de Santos acabam de reconstruir a sua biblioteca pública, estúpida e arbitrariamente, destruída a tempos atrás pela civilizadíssima polícia deste não menos civilizado Estado."*¹¹

"... o movimento operário em Santos está novamente a braços com uma greve de importância..."

*... a solidariedade é a mais completa, notando-se entre os trabalhadores grande disposição para a luta a favor de seus direitos..."*¹²

Deste modo, a persistência do movimento dos trabalhadores santistas pode ser apontado como expressão de sua participação efetiva na organização da cidade. **"Reconstruir a biblioteca pública, manter a solidariedade na luta por direitos..."** significava mais do que denunciar as condições de exploração e, sim, reafirmar valores e práticas sociais de convívio no espaço público, o qual os grandes empresários visavam reformular.

Uma das medidas alternativas, que o empresariado santista buscava instituir para avançar em seu propósito, ou seja, eliminar a resistência e presença dos trabalhadores na or-

11. A Lanterna - Folha Anti-Clerical, 22/09/1911.

12. Idem, 06/05/1912.

ganização do espaço público, constituiu na implementação de um vasto programa de Reforma Urbana.

Por intermédio da Prefeitura de Santos e com o apoio dos órgãos federais e estaduais, visava-se reordenar a cidade de modo a transformar as relações sociais existentes.

Através da remodelação da cidade, objetivava-se não só espelhar simbolicamente o poder das classes dominantes, mas impor uma nova racionalidade no modo de construção e ocupação do espaço urbano/público. A cidade exprimia os conflitos sociais vivenciados. O espaço público coloria-se de palacetes e cortiços, restaurantes e mendigos, calçamentos e palafitas e, ainda, protestos, manifestações, festas dos trabalhadores e bailes, chás, cassinos promovidos pelas classes dominantes.

Disciplinar o espaço da cidade, significava imprimir novas regras de convívio no espaço público e excluir das áreas centrais aqueles que insistiam em demonstrar a outra face do crescimento urbano industrial.

Para realizar o projeto de reforma urbana, Roberto Simonsen foi designado pela Prefeitura de Santos, Diretor Chefe da Municipalidade de Santos e Engenheiro Chefe da Comissão Central de Melhoramentos da cidade de Santos.

Na proposta de replanejamento do espaço urbano estariam incluídas algumas das reivindicações históricas dos trabalhadores santistas, tais como a construção de hospitais, escolas, saneamento básico e moradias (bairros) "populares".

Em relação ao saneamento básico é interessante destacar que além de constar como reivindicação histórica da pauta de mobilização dos trabalhadores constituía também preocupação dos poderes públicos municipal e estadual. A febre amarela e outras epidemias constantemente assolavam a cidade irradiando

para o interior do estado de São Paulo várias doenças. Algumas medidas foram tomadas pelos antigos administradores públicos, tais como, a criação do código de posturas, comissão de saneamento e mudança de local de instituições públicas consideradas transmissoras de **miasmas e exalações morbíficas**, como cemitério público e o matadouro municipal. Em 1905 inclusive Saturnino Brito, engenheiro sanitaria, enquanto diretor da Comissão de saneamento elaborou o primeiro plano de Reurbanização da Cidade, no qual além de se preocupar com o saneamento básico visava criar uma nova estética para a cidade.¹³

Assim na medida em que sanear a cidade significou higienizar o espaço público de modo a não só eliminar os focos de doenças, mas sobretudo, instituir critérios de conduta no espaço da cidade, as obras de saneamento emergem, no projeto de reforma urbana, como concessão aos anseios da maioria da população trabalhadora.

Além destes aspectos, previa o projeto de Reforma Urbana a edificação de obras, tais como o planejamento de bairros residenciais, balneários, teatros, cassinos, praças e jardins, buscando referendar no espaço público, o poder e os valores de viver das classes dominantes, como paradigmas para sociedade.

Para viabilizar este vasto projeto de reforma urbana, Roberto Simonsen congregou algumas empreiteiras, instituindo a Cia Construtora de Santos, a qual caberia a direção e consecução da maior parte das obras a serem executadas. O financiamento destas obras ficaram a cargo dos recursos dos poderes públicos.

13. ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro. A PESTE E O PLANO. O URBANISMO SANITARISTA DO ENGENHEIRO SATURNINO BRITO. Tese de Mestrado. USP. Faculdade de Urbanismo. 1992.

Com a criação da Cia Construtora de Santos almejava-se ampliar o monopólio das grandes empresas da construção civil. Instrumento este visualizado como capaz de unir os empresários e eliminar os pequenos e médios empreiteiros, pois estes últimos ora se solidarizavam com os trabalhadores ora protestavam contra o sindicato. Através do monopólio da construção civil, buscava-se, simultaneamente, desorganizar o movimento sindical.

Concomitantemente com a criação da Cia Construtora de Santos, os empreiteiros, liderados por Roberto Simonsen, criaram a primeira Associação Patronal da Construção Civil, o que permite inferir que a iniciativa patronal, a partir daí, procuraria agir de modo mais organizado e refletido na defesa comum de seus interesses.

Nesse sentido, para arquitetar e comandar o projeto de reforma urbana, que daria um novo perfil ao espaço público, inclusive retirando o controle dos trabalhadores da construção civil do mercado de trabalho. A Cia Construtora de Santos contratou nova modalidade de trabalhadores, os engenheiros, cuja formação acadêmica correspondia aos interesses da diretoria da empresa:

*"De fato, definem-na os yankees como sendo a arte do engenheiro a que graças ao engenho, ao método e processos científicos, apropriados consegue a melhoria do rendimento das forças em jogo, preescrevendo a cada um o seu emprego a tempo, a hora, no lugar, direcção e sentido oportunos - ou ainda, praticamente condensando, a arte de tirar do dollar a maior soma de proveitos."*¹⁴

Substituir antigos trabalhadores qualificados por uma nova modalidade de trabalhador, se fazia necessário, sobre

14. SIMONSEN, R. A MARGEM DA PROFISSÃO: DISCURSOS CONFERÊNCIAS E PUBLICAÇÕES. SP: Editor, 1932, p.38.

tudo, para diminuir ou retirar a responsabilidade, a autoridade da construção estética da cidade das mãos dos tradicionais mestres e contra-mestres de obras, que deveriam declinar-se desta posição a favor dos engenheiros. Esta pretensão revela, claramente, Roberto Simonsen, quando relembra os feitos da Cia Construtora de Santos:

"Incorporada em Santos, em 1912, representava na época uma audaciosa iniciativa dos homens de boa vontade, que desejavam implantar naquela cidade uma organização técnica capaz de projetar, estudar e executar qualquer Construção de serviço de engenharia sob as égides dos bons ensinamentos da técnica e da arquitetura..."

*Era ainda uma reação contra o predomínio absoluto dos mestres de obra, que o atraso e os poucos recursos do meio tinha arvorado projetistas e mentores da evolução material da cidade."*¹⁵

Desautorizar mestres e contra-mestres, substituindo-os por engenheiros, cuja experiência fora adquirida longe do dia a dia do trabalho, significava instituir, no interior das empresas uma nova ética e prática de organização das relações do trabalho, as quais poderiam quebrar a solidariedade construída na experiência de trabalhar e viver na cidade.

Observando os estatutos da Cia Construtora de Santos, pude verificar que a criação desta empresa contou com o apoio e favores dos poderes públicos. Segundo a Lei Orgânica dos Municípios, lei 1.038, foi concedida a primazia por cinquenta anos para esta empresa dirigir as obras públicas, como a isenção de impostos industriais, prediais e profissionais. Não sendo preciso, ainda, a abertura de concorrência pública. Estes privilégios permitiram inferir que, neste caso, o poder público colaborou diretamente na implantação do monopólio da grande indústria imobiliária. Em função do desenvolvimento de uma no-

15. SIMONSEN, R. Op. cit., p.157.

va política urbana, promovida por agentes estatais articulados, a Cia Construtora de Santos, conseguiria, em breve tempo, tornar-se na cidade um poder econômico e político capaz de eliminar a concorrência no setor, como impor uma nova diretriz política para a cidade.

Ainda nos estatutos, foi possível depreender que o entrelaçamento de interesses entre o setor privado e as agências estatais ultrapassava a simples concessão de privilégios por parte deste último. O Estado, em particular a Prefeitura Municipal, além de concessões e empréstimos, contribuía, diretamente com sua força policial, para o desempenho da Cia Construtora.

O Delegado da Polícia Municipal, Bias Bueno, consta nos estatutos da empresa como advogado e conselheiro, que não só protege a ordem e a propriedade, como assume na administração da empresa novas funções: uma delas o controle do processo de seleção dos trabalhadores, isto é, aqueles que deveriam ou não permanecer na empresa, arbitrando ainda nos processos de demissão. Em síntese, a polícia colaboraria diretamente no alinhamento do controle dos trabalhadores no mercado de trabalho.

Conforme relata Roberto Simonsen, esta nova forma de organização da empresa não parece ter sido aceita sem protestos e críticas por parte dos trabalhadores. Desde sua fundação a Cia Construtora de Santos será alvo de constantes denúncias e ataques por parte do movimento sindical, principalmente , quando, com a colaboração da força pública, implementa a seleção dos trabalhadores.

Face aos protestos e denúncias dos trabalhadores às novas condições de trabalho, a Cia Construtora, na figura de seu maior acionista - Roberto Simonsen, passaria a reformular

as estratégias de controle social, internas ao processo de organização do trabalho, alterando e incorporando novas práticas de controle, visando eliminar resistências.

Procurando, através da imprensa local, contra atacar as denúncias à Construtora de Santos, Roberto Simonsen teceu uma série de considerações para justificar o porquê da expansão desta nova forma de mercado imobiliário e a emergência de novas práticas de organização "administrativas" no interior de suas empresas:

*"... compreendendo essa situação e as responsabilidades que sobre mim pesavam - porque não dizer-lo? cioso do progresso desta empresa, que nasceu sobre minha direção, cresceu sob minha orientação e cuja vida tenha absorvido o melhor de minhas energias - e que foi compellido a criar, se possível, um mercado digno de importância."*¹⁶

Em sua exposição, argumenta que o crescimento de suas empresas, como a fundação da Cia Construtora de Habitações Econômicas, Cia Parque Balneário, derivara da tentativa de solucionar o problema da "carestia de vida", a qual, a partir de 1912, teria contribuído de modo significativo para o aumento da "inflação":

*"... da então chamada carestia de vida - que chegou a produzir real agitação em nossa cidade. Problema que me apaixonou - o da construção de uma bairro modelo operário - onde fossem observados os mais rigorosos preceitos técnicos, desde a locação até a construção de seus mínimos detalhes - casava-se a sua solução com os interesses de nossa empresa..."*¹⁷

Com esta argumentação, Roberto Simonsen fornece pistas para que se possa inferir que sua experiência de controle social se constituiu na relação que travava com os trabalhadores. Em sua habilidade discursiva, transparece a experiência

16. SIMONSEN, R. Op. cit., p.39.

17. Idem.

em assimilar, no calor do enfrentamento político, as reivindicações que poderiam promover os interesses dos empresários:

"... pensei em promover a conciliação dos interesses do capital com as necessidades a que obrigava tal empresa. Tentei levá-la a efeito. Procurei apoio nos poderes públicos e a câmara municipal por proposta do sr. Belmiro Ribeiro - que, com sua nunca desmentida capacidade administrativa, encorajou como pode, este cometimento, - votou a lei n. 501, em julho de 1912, concedendo favores para os capitais que se empregassem nesta classe de construção."¹⁸

Era necessário assimilar algumas reivindicações colocadas pelo movimento dos trabalhadores, a exemplo, o aumento dos aluguéis. Um meio de solucionar esse problema, sem perder de vista o investimento e, conseqüentemente, o retorno lucrativo, era, em essência, definir onde e como deveriam morar e viver os trabalhadores. Surge daí a Vila Operária que, na visão de Roberto Simonsen, deveria seguir o exemplo da construção da Vila Belmiro, onde foram escolhidos terrenos altos, amplamente ventilados e pitorescamente dispostos, de fácil acesso, próximo ao morro das Vigarias. Seu arruamento deveria obedecer aos modernos preceitos de "Town-planning", isto é, habitações coletivas, constituindo a célula dos grandes quarteirões.

Ainda, a Vila Operária deveria localizar-se bem próximo dos centros de lazer dos trabalhadores, a exemplo do acordo com o Santos Football Club, para que fosse construído, em nossos terrenos o seu campo esportivo.

O planejamento da Vila Operária deveria atender a várias finalidades. Uma delas seria a de imprimir mudanças no modo como os trabalhadores vivenciavam a cidade. Fixá-los, em espaço pré-determinados, incorporando aspectos de seu modo de

18. SIMONSEN, R. Op. cit., p.39.

vida, tinha por finalidade não só impedir diferentes formas de resistência por parte dos trabalhadores, como também diminuir a participação destes no espaço central da cidade.

Com a construção da Vila Operária também intentava-se eliminar a autonomia dos trabalhadores em construir sua própria moradia, cujos critérios de construção possivelmente recairiam em valores identificados com esses trabalhadores. Padronizar moradia/residência significava limitar a diversidade de concepções estéticas da cidade. Em outras palavras, impor um padrão único de moradia, construído por arquitetos que priorizam, como critério para a construção da mesma, o custo da produção.

*"... em pequenas prestações, lá estão a vista de todos, e provando também, pelo modesto interesse com que retribuem o capital já gasto, que são positivamente, 'as decantadas vilas' os frutos inesgotáveis de rendas fabulosas...
... visando com isto obtermos o tipo de edificação mais econômica." 19*

A casa, lugar por excelência de moradia, tornar-se-ia um patrimônio econômico, cujo valor de mercado permitiria valorizar a residência, enquanto mercadoria. Também, residir na Vila Operária, poderia contribuir para assimilação, por parte dos trabalhadores, dos valores de acumulação e de ascensão social.

Segundo Simonsen, as casas da Vila Operária, ao contrário do que foi esperado, foram adquiridas por trabalhadores, cujo valores sociais identificavam-se ao padrão definido pelos empresários:

"... apesar de existirem no bairro habitações com cinco peças, a partir de 60\$000 reis mensais, nunca foram elas habitadas por operários propriamente, mas sim por elementos da classe média, os 'operários de casaca', empregados de carteiras, que

19. SIMONSEN, R. Op. cit., p.40.

*constituem realmente uma classe que entre nos muito sofre e que merece esse auxilio."*²⁰

Com a argumentação acima, Simonsen procurava justificar a utilização dos recursos públicos investidos na construção destas moradias, que teriam sido vendidas à classe média (operários de casacas), pois a seu ver, a Vila Operária não atraia os "operários":

*"... a classe obreira prefere habitar nas casinholas de madeira em pleno campo, livre da ação disciplinadora da hygiene e do... fisco."*²¹

Sugerindo, então, que os trabalhadores resistiam a assimilar o novo padrão de "moradia", permite indagar se se trata realmente de resistência ou ausência de poder aquisitivo por parte dos trabalhadores.

Outra denúncia que Simonsen procurou rebater pela imprensa relacionou-se à compra da Cia Parque Balneário. Segundo as críticas, esta empresa fora adquirida de modo ilícito, uma vez estando na direção da mesma, teria contribuído para levar seus antigos proprietários a falência, o que lhe facilitou a compra pela Cia Economizadora.

Ao permanecer na administração desta empresa, Roberto Simonsen tratou de reorganizá-la em conformidade ao programa de reforma urbana, que vinha desenvolvendo na Prefeitura de Santos.

De modo diverso do projeto de construção das vilas operárias, a Cia Parque Balneário buscava reformular o espaço de convivência das classes dominantes. Inspirada na arquitetura Européia, procurou dar a cidade de Santos a estética vivenciada nas grandes cidades:

20. SIMONSEN, R. Op. cit., p.41.

21. Idem.

"Obedecendo as novas idéias dos bairros jardins da Alemanha e Inglaterra, com ruas ligeiramente sinuosas, com recantos fechados pitorescamente e, sobretudo, um aproveitamento das belas palmeiras e alamedas de bambus, já existentes no local...
 ... Em substituição ao antigo parque central, mal locado, fiz desenhar um parque alongado, ao lado leste do hotel, com campos de tênis, gramados e arborização apropriada...
 ... Idealizei, ainda, a construção de um teatro cassino, no lado par da avenida D. Ana Costa... este teatro - de tipo de verão e apropriado ao local - daria acesso também para uma grande esplanada, em forma de terraço, elevado sobre a praia e a avenida - formando belveder..."²²

Desta forma, o projeto de reforma urbana, além de contribuir para a destituição do poder de controle pelo trabalhador da cidade, instituiu novas práticas de relacionamento cotidiano entre as classes. A diferenciação social, antes expressa nos conflitos ocorridos no centro da cidade, seria substituída pela diferenciação do poder aquisitivo. O centro da cidade receberia o "envólucro" de centro por excelência de trocas, onde as casas bancárias, comerciais e industriais dariam novos significados as relações sociais.

Entre 1912 a 1917, as empresas de Roberto Simonsen se expandiram, criando, além das Cias já mencionadas, a Cia Brasileira de Calçamentos e a Cia Frigorífico de Santos.

Vale lembrar que, nesta conjuntura, irrompeu a Primeira Guerra Mundial. Para Simonsen, este conflito era visualizado como oportuno, uma vez que atribuía à guerra um papel importante para o desenvolvimento industrial do país e, obviamente, para a expansão de suas empresas.

Em seus discursos, salienta a expectativa de que a participação do governo brasileiro na Guerra fosse mais acen-

22. SIMONSEN, R. Op. cit., p.42.

tuada e expressiva, uma vez, que a mesma poderia resultar em um maior desenvolvimento "Nacional":

"... Acreditei na mobilização de nossas indústrias, no rush formidável para a produção útil, na intensificação do trabalho e na ação disciplinadora sobre todas as forças da Nação - real benefício que a guerra tem trazido para os grandes países nela envolvidos." ²³

Com esta perspectiva, Roberto Simonsen, conjuntamente com a diretoria da Cia Construtora de Santos tomou iniciativas para colaborar no esforço da guerra. Custeou o fardamento dos auxiliares que desejassem participar do conflito e licenciou aqueles que quisessem se alistar como voluntários. Além destas iniciativas procurou traçar planos para desenvolver a indústria da construção naval. Neste período, fora, também, organizado o **Centro dos Construtores e Industriais de Santos**, que, entre outras finalidades, visava a organização de um **cadastro do operariado, o serviço de assistência e seguro dos operários e a fundação de escolas de aprendizado profissional.**

Roberto Simonsen, na figura de presidente desta entidade, visando o envolvimento da sociedade no conflito, propôs as seguintes medidas:

- "1 - Collocar incondicionalmente os seus préstimos ao serviço da nação;*
- 2 - Desenvolver, junto ao operariado de todas as empresas da cidade a propaganda da causa que o Brasil tão sinceramente desposou;*
- 3 - Intervir junto aos seus associados para que proporcionassem aos seus auxiliares todas as facilidades para a sua inscrição nas linhas de tiro ou como voluntários nas fileiras do exército nacional;*
- 4 - Organizar imediatamente o cadastro das oficinas e estoques de materiais de empresas industriais e de construção existente nesta cidade, visando seu aproveitamento para fins de guerra;*

23. SIMONSEN, R. Op. cit., p.45.

- 5 - Organizar a relação dos elementos operários nacionais ou filiados as nações aliadas e que pudessem pela sua habilitações profissionais, ser uteis às indústrias de guerra;
- 6 - Promover a imediata instalação da Câmara de Trabalho, cuja criação já foi aprovada pelo Centro e que visa estudar os meios práticos de conciliação dos verdadeiros interesses das classes dos construtores e industriais com as dos proletários, cuja fundação acreditava ser de real valor no momento atual ;
- 7 - Empregar todos os esforços, conjuntamente com a Câmara de Trabalho, para que fossem estabelecidas providências excepcionais na organização do trabalho, durante o estado de guerra, visando o barateamento e intensificação da produção." ²⁴

Observando o conjunto destas medidas, pode-se verificar que, para os empresários da C.C.I.S., a "conjuntura de guerra" criaria condições favoráveis para concretizar uma prática política de conciliação de classes. O Patriotismo, nestes termos, emergia como alternativa, para conter o movimento dos trabalhadores. Nesse sentido, a justificativa da guerra era oportuna para que os empresários oficializassem práticas de relacionamento entre capital e trabalho, que favorecessem a expansão do capital.

Dentre as medidas propostas por Roberto Simonsen, é interessante ressaltar a criação, pelo C.C.I.S., da Câmara do Trabalho, instrumento "legal" de intervenção nos conflitos entre patrões e trabalhadores. A arbitragem obrigatória, há muito, vinha sendo ensaiada pelos empresários como meio de impedir os movimentos de resistência coletivos dos trabalhadores. Porém, encontrava séria oposição em meio aos trabalhadores organizados:

"... A arbitragem hoje não é um meio sincero e pacificador de resolver os conflitos: é um meio hipócrita de mascarar a exploração e de oprimir e roubar tranquilamente..."

24. SIMONSEN, R. Op. cit., p.45.

*... A imparcialidade dos árbitros, mesmo quando estes não são impostos por lei, é difícil de encontrar e impossível de garantir num meio como o atual, em que são contraditório os interesses, em que todos são ávidos por dinheiro, para viver ou para dominar, em que se compra tudo, mesmo as consciências..."*²⁵

Nesta "conjuntura" o argumento do estado de guerra favoreceria ao Centro, justificar a implementação da Câmara do Trabalho, na medida em que se fazia necessário estabelecer condições capazes de mobilizar trabalhadores a favor da guerra. A Câmara do Trabalho, naquele momento, "legislaria" sobre os "direitos" daqueles que se prontificassem a assumir a causa. Com esta aparente finalidade, a Câmara do Trabalho "julgaria" com antecedência a natureza das reivindicações ou "litígio" entre as classes.

Desta forma, o Centro dos Construtores e Industriais de Santos foi a primeira organização empresarial a instituir a Câmara do Trabalho com o objetivo de "arbitrar", de modo "privado", acerca das reivindicações dos trabalhadores e, inclusive, delimitar o significado das mesmas:

*"... Os interesses da coletividade regional ou nacional não podem ficar a mercê das flutuações resultantes das paradas operárias com suspensão temporária do trabalho, hostis algumas vezes, agressivas não raro, e que intervindo a decisão e razão - as questões morrem no nascedouro, e são evitadas os graves inconvenientes resultantes de manifestadores em massa, indecidas por longo tempo..."*²⁶

Para os empresários, a Câmara do Trabalho constituía-se como necessária para resguardar sua "autoridade" sobre os trabalhadores, uma vez que a negociação, executada em meio a movimentos grevistas, demonstrava a brutalidade de suas ações,

25. CARONE, Edgar. MOVIMENTO OPERÁRIO NO BRASIL. SP: Difel, 1984, p.441.

26. TRIBUNA DE SANTOS. Artigo "Solução para as greves". 22/07/1913. Santos/SP.

no momento em que os empresários se apoiavam na polícia para eliminar as greves. Por outro lado, as medidas violentas não surtiam mais resultados esperados, visto que o crescimento do movimento organizado dos trabalhadores avançava independente da ação repressiva do Estado.

A Câmara do Trabalho ao instituir os tribunais, cuja figura do advogado substituiria a presença do empresário, estabelecendo, ao mesmo tempo, outra prática de negociação com os trabalhadores, possibilitaria despolitizar o ato da negociação como confronto de interesses. Além do mais, caberia ao Centro estabelecer o alcance das reivindicações.

Esta modalidade de "justiça" deveria tratar as reivindicações dos trabalhadores como de ordem "trabalhista". Neste fórum, as negociações seriam realizadas de modo privado, levando em consideração tanto os interesses do "Capital com o do Trabalho".

"... Uma organização desta no Brasil, aplicada em todos os Estados, seria por ventura uma feliz solução da questão social. Respeitando a luta do Capital e do Trabalho. Afinal nas manifestações grevistas não se devem entender de um modo quase invariável que o operário não tem razão, e que é preciso repeli-lo a pata de cavalo e a coice de armas. O fim da polícia é manter a ordem e não prejudicar das questões que se suscitam entre quem manda e obedece..."²⁷

Assim, a meu ver, a instituição da Câmara do Trabalho torna evidente que interessava aos patrões eliminar as manifestações coletivas/públicas, tratando de modo individualizado os conflitos entre patrões e trabalhadores e, sobretudo, instituir novos mecanismos de controle social.

Além da Reforma Urbana e da instalação da Câmara do Trabalho, Roberto Simonsen daria prosseguimento na reorganiza-

27. Tribuna de Santos, op. cit., p.1.

ção interna de suas empresas, com a finalidade de ampliar e aperfeiçoar as práticas de controle dos empresários sobre o processo de trabalho, até então, sob o controle de parcela significativa dos trabalhadores.

Vale ressaltar que, em particular, os empresários do Estado de São Paulo e Rio de Janeiro assumiram, na greve geral de 1917, postura extremamente violenta. A greve fora derrotada pelos patrões, porém foi demonstrado a estes, que suas práticas de controle sobre os trabalhadores, começaram a dar sinais de desgaste e ineficácia, uma vez que, mesmo tendo a força pública e o exército para reprimi-los, tiveram que aceitar novos interlocutores, para negociar as reivindicações e colocar fim ao movimento.

A greve geral, neste sentido, alertaria e forçaria as classes dominantes para a necessidade de repensarem sua conduta e prática de relacionamento junto aos trabalhadores. Estes, ao insurgirem-se publicamente denunciando e solicitando medidas urgentes ao governo quanto às questões de sobrevivência da população trabalhadora, descortinara de modo contundente sua condição de classe:

*"... O resultado aí está. O operário declarou-se em greve. O povo todo o apoia. O comércio está perturbado. Paralizou-se o tráfego de bondes, dos carros, dos automóveis. A indústria passa por uma tremenda crise. Nem pão tem hoje a população da capital."*²⁸

Visto pelo ângulo das reivindicações colocadas pela greve geral, pode-se verificar que estas não se limitaram apenas a reivindicar a regulamentação do trabalho, aumento salarial e melhoria das condições de trabalho. Mais que estas, abarcavam problemas, que fugiam da órbita das relações trava

28. KOURY, Iara. AS GREVES DE 1917 EM SÃO PAULO. Coleção Teoria e Práticas Sociais. SP: Cortez Editora. 1981, p.47.

das entre trabalhadores e patrões, a nível privado. Ao avançar a pauta de reivindicações, tais como, a diminuição dos preços dos gêneros alimentícios, dos aluguéis e carestia de vida, as quais diziam respeito as condições de vida dos trabalhadores, expressariam uma nova dimensão política de luta social, que em última instância, reivindicava mudanças nas relações entre o Estado e a sociedade.

"... Tem razão o operariado, explorado e infeliz. Ninguém nega que os gêneros de primeira necessidade estão aumentando de soladamente. Que valem a vitória moral, e a conquista de 20%, se por outro lado, o pão, a carne, o feijão, o carvão, o leite sobem numa proporção ainda superior..."

... O problema mais palpitante, no momento e que mais influiu para a agitação de nossos dias - de caráter não mais operário, mais positivamente popular - e o da alimentação pública." ²⁹

Assim, ao reivindicarem mudanças na diretriz política da sociedade, principalmente no que tangia a uma maior distribuição da produção social, denunciavam o caráter privado do poder público expressando a natureza de classes da sociedade.

"... Foram ainda mais longe: facilitaram todos os meios de exportação em prejuízo do país, de sua população que se viu apavorada pela fome, determinada pela escassez de consumo nos mercados nacionais..." ³⁰

Desta forma, o avanço do movimento dos trabalhadores na greve geral, ao explicitar sua própria condição social, fez com que parcela dos empresários se vissem na contingência de rever e forjar novas práticas políticas, através da criação de novos mecanismos de controle social.

Roberto Simonsen, preocupado com a dimensão deste movimento, o qual teria assumido caráter inédito, uma vez que

29. KOURY, Iara. Op. cit., p.91.

30. Idem, p.92.

contestara, de modo amplo, o sistema vigente, procuraria reafirmar a positividade da reorganização interna de suas empresas, como mais um meio de modificar as relações conflituosas entre trabalhadores e patrões.

Em dezembro de 1918, em solenidade, oportunamente criada, Simonsen fez um discurso voltado para os trabalhadores, com o objetivo de demonstrar que as resistências que estes vinham encetando, contra a reorganização do trabalho em suas empresas, eram infundadas.

A meu ver, este discurso marcou a tentativa de Roberto Simonsen de iniciar uma série de mudanças nas relações e comportamento dos patrões, junto aos trabalhadores. Esta mudança pode ser visualizada na própria organização das condições criadas para a realização do discurso. Este foi elaborado, logo após a epidemia da Febre Amarela, que teria atingido a população santista. Em função das assistências médica, hospitalar e alimentícia prestadas pela empresa, Roberto Simonsen iria demonstrar a preocupação patronal com a vida dos seus funcionários. E, simultaneamente, solicitar, em contra partida, a colaboração destes no sentido de viabilizar, sob a direção da empresa, a reorganização administrativa em andamento:

"... Os sacrifícios pecuniários que a diretoria de nossas empresas impuseram aos seus cofres, pelo socorros que fizeram distribuir, pelo relativo conforto que vos procuraram proporcionar, se bem que figurem como sangrias vultosas em seus atívos, representam por certo, o dinheiro que até hoje tem sido, mais bem gasto, porque não pode haver mais feliz padrão do valor do dinheiro que o determinado pela utilidade da sua aplicação em fim humanitário..."³¹

Vale frisar que o discurso fora pronunciado em praça pública, o que demarcou a apropriação, pela empresa, dos

31. SIMONSEN, R. O TRABALHO MODERNO. Seção de Obras do Estado de São Paulo. 1919.

meios de manifestação próprios dos trabalhadores. O clima de festa, a comemoração, visavam atingir maior público e demonstrar a integração entre patrões e empregados.

O tom e a linguagem apontavam a preocupação em tornar a comunicação entre empregados e patrões menos hostil e im pessoal, incorporando, inclusive, expressões tão caras às organizações sindicais.

*"... Esta festa, tem a meu ver, uma expressão de sã alegria, de solidariedade e amizade, cuja significação e alcance, principalmente, em nosso caso, bem merecem algumas apreciações..."*³²

Ao incorporar expressões tais como "amizade, solidariedade, colaboração espontânea", ao mesmo tempo que visava atrair os ouvintes, com vistas a fazê-los aderir aos anseios da empresa, procurava confundi-los em relação a natureza coercitiva da prática empresarial, desarticulando, de modo sutil, a resistência dos trabalhadores organizados.

Assim, ao conclamar os funcionários, a aderirem a reformulação em andamento na empresa, justifica a colaboração destes como um meio de:

*"... Evitar o todo o transe que sejam trazidos para o Brasil a luta de classes, as organizações artificiais e os entraves, a verdadeira noção de liberdade, que foram em grande parte as causas desta campanha sangrenta que custou milhões de vida a nossos semelhantes..."*³³

Negando, explicitamente, a existência da luta de classes no interior da sociedade brasileira e reconhecendo-a, como manifestação externa, presente a nível internacional, Simonsen busca reafirmar aos ouvintes, a importância da "colaboração" como um meio de reação aos "inimigos externos".

32. SIMONSEN, R. Op. cit., p.9.

33. Idem, p.10.

Assim, ao negar a divisão interna de classes e atribuir a luta de classes como "luta externa, desqualifica o avanço político dos trabalhadores com a finalidade de também, convencê-los a atender às necessidades e interesses dos empregados.

Ao atribuir a dinâmica externa à raiz dos conflitos internos, estabelece qual é o adversário e onde está localizado o palco de luta, solicitando, inclusive, a colaboração dos funcionários para que a empresa pudesse vir a enfrentar a concorrência internacional:

"... O ônus com que a grande guerra sobrecarregou as sociedades vão se fazer sentir intensamente, o pagamento de colossais dívidas contraídas para as despesas improdutivas trouxe aos velhos países da Europa e o resto do mundo pelo equilíbrio oriundo do entrelaçamento da vida internacional a necessidade de organização à outrance do trabalho.

*E na tremenda luta que vai se travar só poderão prosperar as empresas organizadas."*³⁴

Argumentando que a reorganização administrativa, que vinha empreendendo em suas empresas, eram necessárias para enfrentar a nova ordem internacional, justificaria, então, a introdução de uma série de medidas capazes de vir a ampliar a produção, em particular, a Introdução da Organização Científica do Trabalho, que, em síntese, proporcionaria a **máxima economia da produção pela realização da máxima eficiência.**

Ao justificar a opção da introdução da organização científica do trabalho, nos moldes como vinha sendo aplicada nas indústrias norte-americanas, alegaria que este procedimento teria precedido de vários estudos e adaptações e que as condições para a sua aplicabilidade eram semelhantes. Ainda, ao enunciar os motivos que tinham presidido a reorganização do

34. SIMONSEN, R. Op. cit., p.10.

trabalho chamou a atenção do público para as vantagens que estas trariam aos trabalhadores:

*"... Na moderna organização do trabalho a antiga disciplina militar que sô se impunha pelo rigorismo dos feitos carrancudos - e substituída pela disciplina inteligente oriunda do conhecimento exato que tem o operário da natureza do seu trabalho e da certeza do justo reconhecimento de seus esforços."*³⁵

Qualificando de "antiga disciplina militar" os "antigos métodos de trabalho" e caracterizando por "moderna organização do trabalho" medidas de organização controladas pela direção da empresa, Simonsen pretendia convencer os trabalhadores de que os mestres, contra-mestres e seus respectivos saberes não corresponderiam mais, nem aos interesses da empresa e, igualmente, aos dos trabalhadores. O que permite inferir que a reformulação das relações de trabalho só alcançariam êxito, à medida que os trabalhadores declinassem do controle sobre processo de trabalho.

Os engenheiros eram uma categoria de trabalhadores, que por serem capazes de desenvolver uma nova "disciplina de relacionamento no trabalho" e "planejar", junto a empresa, as condições de desenvolvimento do processo de trabalho, poderiam

"solucionar" os conflitos inerentes ao ambiente do trabalho:

*"... O grupo de moços, de sólido preparo que tenham a felicidade de contar ao meu lado, e cuja dedicação pelo trabalho, voz mais do que ninguém podeis apreciar, já está distribuído hoje na chefia dos departamentos que constituem o esquema da organização que tenho imaginado para as nossas empresas e preocupasse agora, comigo, em reformar e melhorar as condições de vosso trabalho - visando assental-o em bases verdadeiramente científicas..."*³⁶

35. SIMONSEN, R. Op. cit., p.10.

36. Idem, p.11.

A "organização do trabalho em bases científicas" , no discurso de Simonsen, emergia como condição para "melhoria da produção". Ao mesmo tempo em que poderia melhorar as condições do trabalho, elegia o aperfeiçoamento "da técnica de organização do trabalho" como meio de promover o crescimento da produtividade, desqualificando e subordinando o trabalhador à nova hierarquia proposta pela direção da empresa. Assim, ao enumerar as vantagens da organização científica do trabalho, procurava de modo sutil, desqualificar o poder de controle dos trabalhadores do processo de trabalho e indiretamente do mercado de trabalho:

*"... Este barateamento, porém, deve ser conseguido não a custa de vossos salários mas sim pela obtenção da máxima eficiência do trabalho, nos a obteremos por uma perfeita organização em que por disposições inteligentemente adotadas, as perdas de tempo, e os esforços não produtivos sejam reduzidos ao mínimo..."*³⁷

Deste modo, afirmando que a reorganização de suas empresas tinha por objetivo, "apenas" a obtenção da maior eficiência do trabalho, solicitava "a solidariedade dos trabalhadores" e tornava evidente a emergência de uma nova política de colaboração de classes:

*"... Dedicuemo-nos, pois, a uma perfeita organização de nossos serviços - onde devesse predominar a disciplina inteligente e consciente - onde imperem os verdadeiros princípios da cooperação cordial entre patrões e operários..."*³⁸

Já para a diretoria da Cia Construtora de Santos , Simonsen teceria uma longa digressão, tendo em vista explicitar a finalidade que presidiu a montagem do projeto de reorganização da empresa.

37. SIMONSEN, R. Op. cit., p.11.

38. Idem, p.12.

Em relatório de março de 1919 procuraria não só demonstrar o processo de desenvolvimento de suas empresas, como o alcance das reformas que instituiu, tais como a administrativa e a funcional.

Em relação a reforma funcional, justificou a preocupação em organizar a empresa no esforço de alterar a forma tradicional, assentada no controle dos mestres e contra-mestres, substituindo-os por uma prática de organização do trabalho, que possibilitasse controlar "o tempo, o custo e a execução e justa paga do trabalho", de modo a atingir uma alta eficiência. Para tanto, organizara a empresa, em vários departamentos.

Caberia ao departamento técnico, o planejamento sobre a execução da produção, realizado pelos engenheiros e arquitetos da empresa. Já, o departamento da produção, subordinado ao primeiro, realizaria, dentro dos prazos previstos e preestabelecidos, a produção apresentando responsabilidades e autonomias previamente definidas.

Ao departamento comercial caberia a organização das providências relativas aos fornecimentos do material e aos serviços de contabilidade e estatística.

Esta organização, segundo Simonsen, promoveria a intensificação do trabalho, na medida em que se fundamentava na utilização dos preceitos científicos da organização do trabalho.

Incorporar a introdução da Organização Científica do Trabalho às reformas administrativas de suas empresas, significava estabelecer uma nova política de relacionamento entre Capital e Trabalho.

Em sua avaliação, a política patronal, que até então prevalecia, era uma das responsáveis pelo avanço das rei-

vindicações e organização dos trabalhadores, ou seja, por não se preocupar em promover a "cooperação dos empregados e interessá-los na produção" teria estimulado o avanço da luta de classes:

*"... Foram os atrasados sistemas de pagas e má orientação dos patrões que mais concorreram para que os trabalhadores se organisassem em feição de classe..."*³⁹

No seu entender, as práticas de remuneração empregadas eram falhas, uma vez que ao pagar um mesmo salário para uma mesma classe de trabalhadores teria concorrido para a organização sindical dos mesmos:

*"... O único meio que tem o obreiro hábil de se fazer pagar melhor e de promover o aumento de salário de toda a classe. Dahi o principal motivo da formação das associações de resistência..."*⁴⁰

Nesse sentido, caberia aos empresários modificar suas relações com os trabalhadores de modo a promover a conciliação entre os interesses das classes dominantes e a dos trabalhadores:

*"... Compete, portanto, aos industriais, no seu próprio interesse evitar que de seus principais colaboradores se forme uma massa hostial, buscando remédios para o seu mal estar em conquistas políticas perturbadoras da produção..."*⁴¹

Desta forma, compreendia que o melhor meio de conciliar capital e trabalho consistia no estabelecimento de uma nova política salarial, a qual deveria se fundamentar em "critérios científicos" e, sobretudo, valorizar a "competência/produção" individual dos trabalhadores:

39. SIMONSEN, R. Op. cit., p.38.

40. Idem, p.39.

41. Idem, ibidem, p.39.

*"... Aos industriais americanos cabe a iniciativa da criação e estabelecimento de sistemas de salários fundados em pesquisas científicas, em que se procura dar a cada homem o resultado de seu próprios esforços, em proporção à sua grandeza e ao tempo empregado em exercê-lo."*⁴²

Através da "individualização" do trabalhador, Simonsen creditava a possibilidade de despolitizar a luta dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, impedir que os mesmos pudessem atribuir valor/significado do trabalho. Em sua visão, os novos métodos de determinação dos salários deveriam estar atrelados às leis econômicas da produção.

Cooperar com a empresa, significaria para os trabalhadores aceitarem a definição do valor do salário, de acordo com as condições da direção da empresa.

Defendia, ainda, que os salários fossem "cientificamente" predeterminados e controlados pelo departamento técnico e que fossem calculados prêmios ou bônus para aqueles que ultrapassassem o padrão estabelecido, como forma de reafirmar a individualização do salário e a competitividade entre os trabalhadores.

Esta política salarial, por sua vez, deveria contribuir para a mudança de valores nas relações sociais, uma vez que, ao privilegiar o salário, a eficiência e a produtividade, os trabalhadores estariam assimilando "leis econômicas", valores necessários a reprodução do capital:

*"... Neste dia predominaram difundidos os ensinamentos da economia política, e todos individualizados, poderão conquistar a sua independência econômica, como já o podem hoje a sua independência política."*⁴³

42. SIMONSEN, R. Op. cit., p.42.

43. Idem, p.43.

Deste modo, Roberto Simonsen procurava convencer a diretoria da empresa a importância de veicular nova linguagem no âmbito das relações de trabalho. Tanto empresários, como trabalhadores deveriam incorporar novos valores como, salário, preço, lucro, eficiência, produtividade, para viabilizar os interesses da empresa.

Por outro lado, a linguagem científica deveria ser veiculada como mecanismo capaz de coibir práticas de solidariedade, sentimentos dos trabalhadores, as quais se submeteriam aos valores embutidos na linguagem científica, símbolo do saber competente. O conhecimento obtido por meio das operações mediatas, deveria sobrepor-se à experiência imediata, ou melhor, adquirida através do confronto de interesses. Ao mesmo tempo, este mecanismo autoritário e sutil deveria combinar-se com a repressão ostensiva aplicada àqueles que questionassem esses valores.

Ainda, vale dizer que a preocupação com a alteração da linguagem não dizia respeito apenas à introdução de novas práticas de organização científica do trabalho, pois, esta mesma linguagem despontava igualmente na pauta de reivindicações de algumas tendências do movimento dos trabalhadores, a exemplo do salário mínimo científico, o que poderia escamotear a natureza coercitiva das novas práticas de controle social que estavam sendo instituídas.

Nestes termos, através dos ensinamentos da economia política, intentava-se desfocar a luta política dos trabalhadores, para garantir sua autonomia e a valorização de sua força de trabalho, para uma outra modalidade de reivindicações, as econômicas, salariais, cuja negociação entre patrões e trabalhadores, pudessem atender a critérios definidos pelos empresá

rios, tais como, produtividade, pontualidade, eficiência, submissão aos interesses da empresa.

O atrelamento individual das ações e valores dos trabalhadores para o âmbito dos interesses dos empresários, consistia, portanto, o escopo da reorganização técnica e administrativa. A negociação salarial adquiria novo caráter, seria um momento, para que a empresa pudesse expor problemas ou necessidades de investimentos e, conseqüentemente, justificar a "proposta salarial patronal".

Ao contrário destes discursos, nos quais Roberto Simonsen procurou justificar e convencer os trabalhadores e a diretoria de suas empresas, em relação ao porque e como foram sendo instituídas novas práticas de organização do processo de trabalho; elaborou um terceiro discurso, intitulado "Orientação Agrícola", cujo público alvo eram as lideranças políticas santistas. Neste discurso, procuraria divulgar sua experiência junto aos representantes das classes dominantes, presentes na homenagem endereçada ao então novo Ministro da Agricultura, Dr. Pádua Salles, em 27 de dezembro de 1918.

Sua escolha, enquanto orador, nesta cerimônia, parece ter sido resultado de um consenso obtido junto as lideranças partidárias de Santos. Sua figura de empresário "bem sucedido" e, aparentemente, distante das disputas partidárias locais pareceu mais conveniente, uma vez que poderia contemplar, no discurso, interesses diversos ali presentes.

Levando em conta estas divergentes posturas, Simonsen buscaria nortear o seu discurso, tecendo considerações amplas e, ao mesmo tempo, críticas sobre a organização agrícola no Brasil, procurando persuadir o público ouvinte para a necessidade de redimensionar a política federal, em relação ao de-

envolvimento da agricultura. A seu ver, neste ramo produtivo se fazia necessário a reorganização das relações sociais de modo a dotá-la de uma nova "função social".

Ao traçar uma comparação entre o êxito do desenvolvimento da economia norte-americana e o do Brasil, enfatizaria que um dos fatores que levou ao desenvolvimento da primeira, residiu na **organização da agricultura, em bases científicas**, o que, só teria sido possível, mediante a **intervenção do Estado**, no sentido de estimular, proteger e planejar, cientificamente a agricultura, visando, assim contribuir para a dinamização do "mercado interno" e externo. Com esta nova política Agrícola procurava-se ampliar o rendimento do trabalho, a produtividade, atingindo um maior barateamento da produção.

A seu ver, ainda que se levasse em consideração a natureza diversa da "evolução econômica" destes dois países, seria oportuno que o governo brasileiro assumisse esta proposta de "planejamento global" das relações sociais de produção:

*"... tem que organizar, em seus mínimos detalhes, o systema de produção - seja qual for a natureza desta, a máxima eficiência na aplicação de todos os seus elementos."*⁴⁴

Deste modo, Simonsen preconizava a necessidade de mudanças nas diretrizes políticas do Estado. Este deveria amparar e intervir indistintamente em todos os ramos da produção, estabelecendo condições para o fortalecimento e reprodução das relações capitalistas.

Em outras palavras, ao defender a intervenção do Estado, fundamentado na introdução da organização científica do trabalho, defendia, sutilmente, que a experiência de controle social, desenvolvida em suas empresas, fosse ampliada a toda

44. SIMONSEN, R. Op. cit., p.19.

a sociedade. Ao Estado caberia fomentar, isto é, fornecer recursos para a intensificação e crescimento da "riqueza nacional":

*"... como desenvolvimento do crédito Agrícola; do problema da mão de obra, tão complexo no momento atual pela rarefação havida no mercado de braços, orientação acertada na escolha dos produtos e do instrumental Agrícola: do transportes e preços módicos."*⁴⁵

Ao propor um programa de ação, ao Ministro da Agricultura, alerta para o fato de que essas novas medidas só seriam bem sucedidas mediante o estímulo da produção em geral.

Os órgãos públicos, ao assumirem o planejamento global da "economia", deveriam reafirmar o Estado, enquanto um dos principais agentes propulsor dos interesses privados.

Em função da repercussão deste discurso, que fora publicado na imprensa oficial Santista e Paulistana, Roberto Simonsen compilou estes três discursos em forma de "panfleto", como um meio de divulgar e ampliar para a sociedade a experiência de constituição de um projeto, alternativo de controle social.

O título desta "cartilha", O Trabalho Moderno, fora sugerido por Monteiro Lobato, empresário e intelectual que à época traduzia e publicava as "inovações" implementadas na organização do trabalho fabril norte-americano e europeu, para tentar diluir as várias formas de controle operário sobre a produção e mercado de trabalho. As experiências de reorganização do mercado de trabalho, desenvolvidas nas empresas de Simonsen, guardariam semelhanças com algumas das práticas de controle social, tais como o taylorismo e fordismo. Daí o título O

45. SIMONSEN, R. Op. cit., p.28.

Trabalho Moderno, o qual sugeria que, tal como os demais empresários norte-americanos, uma parcela do empresariado no Brasil encaminhavam soluções políticas capazes de imprimir uma nova lógica para as relações sociais que impedissem o avanço dos movimentos dos trabalhadores.

De modo geral, observa-se que a procura de soluções para o enfrentamento entre Capital e Trabalho, na segunda década deste século, não estaria restrito a interesses locais e limitados a alguns poucos empresários. Tanto nos níveis internacional e nacional delineavam-se respostas concretas aos avanços do movimento dos trabalhadores. Os nacionalismos em suas variadas manifestações e reformulações, gestados na conjuntura política mais ampla em que se insere a primeira Guerra Mundial, procuraram criar soluções capazes de conter possibilidades alternativas ao sistema capitalista.

Particularmente, no Estado de São Paulo, as classes dominantes não só se utilizariam das estratégias e medidas de cunho nacionalista, como as readequaram frente aos limites impostos ao capital pelos trabalhadores.

A criação do Centro Nacionalista exibia com clareza a finalidade destas instituições:

*"... Nosso movimento como é lógico tem caráter defensivo ou antes preventivo, para que o momento oportuno poderemos impedir que venham a cair sobre nos as consequências extremas do socialismo das nações."*⁴⁶

Entre as várias expressões nacionalistas gestadas neste período, Simonsen, tal como Monteiro Lobato, compartilhavam de um projeto nacionalista, como portadores de uma proposta "modernizante", capaz de reorientar a luta entre capital e trabalho para a defesa do que denominara Estado/Nação. Por in-

46. CARONE, Edgar. MOVIMENTO OPERÁRIO NO BRASIL. São Paulo: Difel, 1984.

termédio de O Trabalho Moderno, Simonsen buscou demonstrar e sinalizar para a emergência de novas estratégias de controle social capazes de vir a desorganizar o movimento coletivo dos trabalhadores, pautados pela tentativa de interiorização de um novo modelo de conduta, ou melhor, por uma prática de conciliação entre empresários e trabalhadores.

Embora não se possa aquilatar, de modo preciso, a repercussão da publicação de O Trabalho Moderno é possível inferir que sensibilizou parcela significativa de empresários e, sobretudo, aqueles que ocupavam cargos nos órgãos públicos estaduais e federais.

A procura de alternativas para o confronto entre as classes marcava esta conjuntura, caracterizada pelo avanço das reivindicações dos trabalhadores, a exemplo da greve geral de 1917, apontava assim para a urgência do aperfeiçoamento das práticas de controle social. O Trabalho Moderno, embora se constituísse alternativa localizada, contribuiria para os empresários repensassem e reelaborassem suas estratégias de controle.

Para Simonsen, a publicação desta cartilha foi significativa, abriu caminho para que seu "programa de ação" fosse disseminado nos mais variados espaços públicos e privados e, ainda, para que Simonsen fosse reconhecido como "intelectual", representante dos interesses do empresariado junto aos órgãos federais.

Em 1919, Simonsen, seria convidado pelo governo federal a participar como membro da delegação em Missão Comercial a Inglaterra e, simultaneamente, do Congresso Internacional do Algodão, em Paris. Nestes eventos, procuraria, como porta-voz do governo brasileiro, defender a expansão das relações comerciais e, sobretudo, atrair investimentos estrangeiros para o

país. Caberia lembrar que em discurso que proferiu aos grupos dirigentes santistas, antes desta viagem, justificaria sua escolha para participar dos eventos, em função de representar uma nova categoria social - os **homens de negócios modalidade de profissionais que, em decorrência de sua experiência no trato de questões de técnicas de produção, finanças públicas questões sociais** - deveria portar uma visão mais ampla e científica das questões colocadas:

*"... Foi, naturalmente, compreendendo o espírito em que deve ser estabelecido o fomento do intercâmbio, que o governo brasileiro designou para formar a Missão à Inglaterra não as principais figuras do comércio importador, que veriam o problema sob o prisma parcial, mas sim industriais e negociantes que conhecessem, pela força de sua prática na indústria e no comércio, as condições econômicas do país e as suas necessidades."*⁴⁷

Advertia, ainda, para que fosse incorporado à figura do empresário o adjetivo de profissional competente, o qual firmava-se na hierarquia do mando, em função de sua competência científica em encaminhar soluções condizentes aos interesses gerais do país.

No decorrer desta viagem, teria a oportunidade de tomar contato com as várias experiências do após-guerra, de introdução da organização científica do trabalho e divulgar a experiência que desenvolvera em suas empresas. Publicou vários artigos no Times de Londres, onde defendia a urgência da reorganização da sociedade. Pois, a seu ver, a superação dos limites da produção agrícola e industrial do país só seria viável pela modificação das práticas de organização do trabalho, os métodos empíricos deveriam ceder a organização científica do trabalho.

47. SIMONSEN, R. Op. cit., p.65.

Suas ponderações a favor do desenvolvimento econômico global do país, defendendo indistintamente os interesses agrários e industriais, reafirmaria sua figura de empresário, portador de uma proposta "modernizante para o país". Por outro lado, o contato com as classes dirigentes empresariais européias permitiu-lhe visualizar a possibilidade de ampliação do mercado interno no Brasil.

A participação nesses congressos, como empresário "moderno/competente" possibilitou a Roberto Simonsen uma maior aproximação com os agentes públicos a nível federal. Suas empresas seriam contratadas para a construção de quartéis para o exército, em várias regiões do país e demais obras públicas. Passaria, ao mesmo tempo, a ser chamado para fornecer pareceres e opiniões acerca da política pública federal. Este período seria, também, extremamente promissor para Roberto Simonsen ampliar seus investimentos, pois, além de empresário da construção civil, organizaria uma série de grandes empresas nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro:

*"... Com a permanente preocupação do aproveitamento de nossos principais colaboradores, instalamos definitivamente grande escritórios em São Paulo e Rio de Janeiro e nos interessamos em grandes firmas industriais como a Companhia Nacional de Artefatos de Cobre, a Cerâmica São Caetano S/A, a Companhia Imobiliária Nacional, além de outras firmas comerciais e industriais."*⁴⁸

Além destas, dirigiria novas indústrias, tais como : a Cia Frigorífica e Pastorial de Barretos, a Cia Nacional de Borracha e a Fábrica de Tecidos Santa Helena. Tornaria-se também sócio da Sociedade Construtora Brasileira Limitada e da firma Murray-Simonsen e Cia Limitada, empresa de importação de café, a qual daria particular atenção.

48. SIMONSEN, R. Op. cit., p.161.

Esta notável reprodução de seu capital é no mínimo instigante. Várias denúncias na imprensa oficial e alternativa sugerem pistas para uma possível investigação. Por outro lado, retornando o caminho desta investigação, podemos afirmar que a presença política de Roberto Simonsen, enquanto representante dos interesses do empresariado, foi expressiva na definição das várias medidas políticas assumidas pelo governo federal. Sua presença estaria marcada nos pareceres em que encaminha, defendendo soluções para as "crises econômicas e financeiras, vivenciadas" pela sociedade. A exemplo da carta enviada a Missão Financeira Inglesa, chefiada pelo Sir Edwin Montagu, em 1924, onde defende o plano de estabilização cambial, como medida capaz de "dinamizar e diversificar o mercado interno de produção agrícola", como da produção:

"... o algodão, a carne, o fumo e outros produtos agrícolas e matérias primas dos quais não temos privilégio ou monopólio de produção." ⁴⁹

A estabilidade cambial impunha-se, a seu ver, como um meio de preservar e estimular o desenvolvimento do mercado interno, tanto para consumo, como para a exportação. Essa estabilidade asseguraria a manutenção de divisas e preservaria a rentabilidade das organizações agrícolas, isto é, daria segurança para a ampliação dos investimentos. Conjuntamente, à estabilização cambial, sugeria ainda, que se facilitasse, apenas, a importação de máquinas, ferro, aço, carvão e produtos medicinais, proibindo a importação de produtos considerados de "luxo". Com estas medidas, propunha que o Estado assumisse uma política de intervenção que, diretamente, fornecesse estímulos ao desenvolvimento do mercado interno e, simultaneamente, a "indústria nacional". A política cambial, além de favorecer os

49. SIMONSEN, R. Op. cit., p.144.

interesses privados, não apenas àqueles ligados a exportação do café, deveria estimular a constituição de grandes empresas agrárias, cuja eficiência poderia resultar em maior produtividade e diminuição dos custos de produção.

Reafirmando esta postura, Simonsen, em entrevista concedida ao "O Jornal", do Rio de Janeiro, em 1926, defendeu o "Projeto de Reforma Monetária" do então governo Washington Luis. Nesta entrevista, mais uma vez, credita à instabilidade cambial, uma das principais responsáveis pela "crise econômica" vivenciada pelos empresários. A estabilidade cambial constituiria um mecanismo ímpar para a expansão dos "investimentos" na agricultura e indústria:

*"... E, no entanto, as classes produtoras do país, que constituem realmente o nervo principal da nação, tem com esta taxa um estímulo ao seu imediato desenvolvimento e um indício seguro para a sua definitiva organização."*⁵⁰

Deste modo, segundo Simonsen, o Projeto de Reforma Monetária permitiria ao Governo Federal criar mecanismo que garantisse a compra, pelo Estado, de cambiais em momentos de alta. Esta política favoreceria, indistintamente, às classes dominantes, em relação aos recursos públicos. A política do Café não seria mais a única privilegiada, mesmo porque independia de altas cambiais.

Nesse sentido, estabilizar o câmbio constituía uma medida que permitiria ao governo subsidiar diretamente as classes produtoras, pois, se a estas cabia garantir, com seus investimentos, o "bem estar" da sociedade, com a geração de empregos, aumento do consumo e melhoria da condição de vida. Esta "função social" dos empresários deveria ser plenamente assistida pelo Estado.

50. SIMONSEN, R. Op. cit., p.153.

Com esta perspectiva, Roberto Simonsen reafirmaria a importância e o sucesso do Plano de Reforma Monetária do Governo Washington Luis:

*"... Penso que o projeto governamental, constitui um largo plano de proteção as classes produtoras do país. Dessa proteção as classes produtoras resultaram benefícios para todas as demais classes da nação, nada valendo, a meu ver, em contra-ponto às grandes vantagens do projeto, alguns prejuízos ocasionais inevitáveis."*⁵¹

Para além destes pareceres, Roberto Simonsen ainda defenderia, em 1929, em Londres, a manutenção da Política Brasileira de Defesa do Café. Através do estudo minucioso delinearia os contornos da política desenvolvida no Governo Washington Luis em relação a produção, distribuição e comercialização deste produto.

Apresentando uma visão otimista, defenderia a manutenção da compra do Café pelo governo, como forma de manter os preços e a produção interna. A criação do Instituto do Café, organismo implantado para "proteger os interesses dos cafeicultores" deveria, por sua vez, limitar o afluxo deste produto nos mercados, desenvolver métodos de propaganda e principalmente expandir a compra do café no exterior. Ainda, caberia a este Instituto facilitar o crédito aos fazendeiros, emprestando capital para produção e para as safras já colhidas.

Nesta política, os empréstimos do capital inglês possibilitaria ao Instituto financiar os produtores impedindo, assim, que outros banqueiros estrangeiros e o comércio distribuidor impusessem seus preços.

Vale lembrar que Roberto Simonsen à época era um dos principais intermediários, através da Casa Comissária Murray-Simonsen Cia Ltda, na negociação dos empréstimos dos ban-

51. SIMONSEN, R. Op. cit., p.154.

queiros ingleses Lazard Brothers, junto ao Instituto Paulista do Café. Esta política proposta pelo governo Washington Luis, fora elaborada por este instituto, do qual Simonsen era um dos principais acionistas.

Paralelamente, a sua atuação na definição da política pública federal, Roberto Simonsen preocupar-se-ia em disseminar seu programa de "colaboração" de classes, nos mais variados espaços sociais. A seu ver, era fundamental que as classes dominantes assimilassem, reproduzissem e aperfeiçoassem as novas estratégias de controle social, postas em prática por parcela significativa de empresários, como meio de obstaculizar o avanço das reivindicações dos trabalhadores.

A formação acadêmica e profissional da maior parte das classes dominantes, em particular daqueles que assumiam cargos públicos, voltava-se prioritariamente para a área do Direito, Literatura, Medicina e/ou Engenharia Civil, esta última vinculada à construção das obras de caráter público. No seu entender, esta formação, muitas vezes, perpassava valores e conhecimentos científicos abstratos, os quais não correspondiam às novas condições colocadas pelo movimento organizado dos trabalhadores. O "conhecimento científico", elaborado a partir de um maior domínio das condições sociais existentes, a seu ver, permitiria às classes dirigentes responder com maior "autoridade" aos conflitos sociais.

*"... Há incontestavelmente em nosso meio, mais do que alhures, aristocracia da palavra, o mandonismo literário. Moços existem que tomaram como profissão a crítica da demolição. Com amontoados de livros filosóficos à esquerda, cuja leitura quase sempre lhes foi indigesta; tendo a direita o metro gramatical, atiram-se desabridamente, sobre os encautos que se atrevem a falar em sua audiência, com maior sinceridade de idéias do que a preocupação de formas. Esse meio o venceu, talvez, o 'atavismo'."*⁵²

52. SIMONSEN, R. Op. cit., p.114.

Preocupado em disseminar a sua proposta de "reorganização das relações sociais", Simonsen elaboraria uma série de discursos, principalmente, para divulgar o significado da reorganização da sociedade, segundo critérios que considerava científicos.

Convidado para paraninfo para diversas turmas de formandos, nos institutos de ensino superior, em São Paulo, elaboraria discursos com a finalidade de chamar a atenção dos futuros profissionais dirigentes de empresas privadas ou públicas, para a necessidade de que estes, no exercício dos seus cargos, assumissem novo perfil na condução das relações de trabalho, como, também, na sociedade.

A versatibilidade com que elaborava discursos específicos para cada público ouvinte, explicita a sua habilidade política em persuadir públicos diferenciados, em torno de uma mesma proposta.

Falando aos bacharelados em Comércio, no Mackenzie College, procurou destacar a importância dos **Homens de Negócios** na direção dos mais variados empreendimentos, quer no comércio, na indústria e nas demais atividades vinculadas à prestação dos serviços. Estes, por sua vez, deveriam abraçar novos princípios de administração científica, pesquisando e adotando, inclusive, métodos que possibilitassem uma maior valorização do trabalho produtivo. Além disso, ao administrar, deveriam procurar criar novo ambiente de trabalho, como um meio de diluir os conflitos, no interior do processo de trabalho. Apontando, inclusive, que ao administrador caberia apresentar:

*"... potencialmente, ao menos deve apresentar de cientista, advogado, administrador, juiz, confidente e amigo. E assim e sabido que, exercida como ciência de negócio e por certo a mais difíceis."*⁵³

53. SIMONSEN, R. Op. cit., p.117.

Além disso, competiria a estes instituir a "Noção de Serviços" na sua relação com os trabalhadores. Empregando "salários científicos", valorizando "princípios economicos" deveriam subordinar a remuneração pelo trabalho, como resultado de "serviços prestados". Exemplificando, ainda, que nas empresas, onde estas "novas práticas" fossem instituídas, as greves ocorreriam com menor intensidade:

*"... agindo com estes idealismo prático e que se poderá chegar a tão almejada conjugação de interesses entre o mais convenientes e o patrão máxima eficiência na mão de obra e consequentemente na produção."*⁵⁴

Sob este prisma, Roberto Simonsen intentava persuadir aos futuros administradores para a mudança de comportamento em relação aos trabalhadores. Portanto, mais do que preocupar-se com contabilizar "lucros imediatos", deveriam voltar-se para instituir o que qualificava "democracia do trabalho", o que possibilitaria "lucros mais duradouros".

Por outro lado, enfatizava, também, a preocupação com a mudança de comportamentos dos comerciantes na sociedade, uma vez que as transações invadiam a vida diária da população, se fazia necessário uma nova "ética", capaz de fornecer maior respeitabilidade à figura do comerciante, enquanto credor individual:

*"... como constituído a sua 'alma'; a prestação de serviços verdade sinceridade das transações e o estabelecimento do princípio da responsabilidade individual..."*⁵⁵

No discurso de paraninfo, no Colégio Anglo Brasileiro, onde aliás estudou, Simonsen preocupar-se-ia em persuadir os filhos das classes dominantes, ali presentes, sobre a importância de preservarem e valorizarem, pelo "trabalho", o patri-

54. SIMONSEN, R. Op. cit., p.118.

55. Idem, p.120.

mônio econômico de suas respectivas famílias. A manutenção da tradição, exigiria empregar e aperfeiçoar os meios e métodos de trabalho para "... saudarem a sua dívida para com os antepassados, aumentando o patrimônio comum das cousas e das idéias."

Deste modo, reiterando a responsabilidade e a identificação entre as classes dominantes, procurou estimular sua união no sentido de defender aquilo que denominava como "interesses nacionais":

*"... haveis de vencer por isso, e assim cooperareis fortemente na formação da corrente nacionalista, para que cada vez me nos se nos possa aplicar a frase do nosso grande poeta: 'o que me amedronta no Brasil é a minguagem de ideal que nos abate; sem ideal não a nobreza d'alma; sem nobreza d'alma não há desinteresse; sem desinteresse não há coesão; sem coesão não há pátria...' "*⁵⁶

Já no discurso, realizado na Escola Politécnica de São Paulo, a convite do Grêmio Politécnico, Simonsen procuraria reafirmar aos futuros engenheiros a responsabilidade que lhes cabia na definição e direção da sociedade. Buscando exemplificar esta "função social", se apegou nas experiências dos engenheiros europeus, quanto a atuação destes, a nível das assessorias aos órgãos públicos, no pós-guerra e, em particular, frente aos movimentos de resistência dos trabalhadores no âmbito das relações de trabalho:

*"... o seu trabalho, a sua tenacidade, o seu esforço técnico são os formidáveis diques de resistência, que se opõem ao sinistro preamar que das camadas populares sobem, tentando subverter a ordem secular em que a civilização repousa e da qual se deriva todo o grandioso progresso de que a humanidade moderna, com razão se orgulha."*⁵⁷

Assim, argumentando constituir a profissão do engenheiro instrumento por excelência, capaz de organizar a produ-

56. SIMONSEN, R. Op. cit., p.128.

57. Idem, p.109.

ção buscando atingir maior eficiência e assim resistir, de modo científico, às práticas de insubordinação dos trabalhadores, atribui a estes importantes função a fim de **conciliar os interesses do capital e do trabalho.**

Estas práticas discursivas e militantes de Roberto Simonsen, a meu ver, constituíram-se um de seus principais canais para divulgar e disputar na sociedade seu projeto "modernizante" para o país. A eleição de Washington Luis tornava explícito a presença do empresariado na definição da política federal.

Em 1928, com a criação do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, parcela do empresariado paulista, estabeleceria condições para a continuidade deste projeto de modernização/desenvolvimento para a "nação".

Desde sua fundação, em 1894, a Associação Comercial de São Paulo constituía a principal entidade associativa patronal das classes dominantes paulistas. Sua força política se exprimia na capacidade de intervir na definição das políticas públicas estaduais e federais. A partir de 1917, foi incorporado o Centro do Comércio e Indústria do Estado, como mais um meio de fortalecer, articular e unificar práticas, defensivas dos empresários, frente ao movimento dos trabalhadores.

Eram sócios desta entidade, em sua maioria, comerciantes, importadores e exportadores, latifundiários, industriais e banqueiros. Estes, apesar de sua condição de classe dominante, não apresentavam projetos unânimes em relação a sociedade. A distinção entre estes projetos pode ser, inclusive, apontada nos constantes litígios presentes nas discussões travadas no interior da Associação Comercial, relativas as várias propostas de política alfandegária, valorização do café, legislação do trabalho, entre outras.

Frente a eleição do Presidente Washington Luis, estas divergências adquiririam maior dimensão. O programa do novo governo federal ia de encontro dos interesses dos empresários, vinculados à dinamização e diversificação do mercado interno no país. O que passou a significar, para os comerciantes e empresários vinculados ao setor de importação e exportação, alterações na forma de gestão sobre a organização e controle do processo de circulação de mercadorias. O plano de estabilização e reforma monetária feriam interesses daqueles que acumulavam capital em decorrência das altas taxas cambiais.

No interior da Associação Comercial, estas divergências ficariam expressas na eleição para a nova diretoria, no final do ano de 1927. Duas chapas pleiteavam a direção da entidade, uma caracterizada por empresários descontentes com a política do governo federal e a outra "dissidente", que em nome de sua defesa, isto é, de seu projeto de reorganização das relações sociais no espaço urbano e rural, apoiava e firmava seus compromissos com Washington Luis. Faziam coro na chapa dissidente Roberto Simonsen, Jorge Street, Francisco Matarazzo e outros grandes empresários do setor industrial e agrícola.

*"... ora, se eu não desejasse que o meu nome servisse de bandeira para lutas na minha classe menos ainda eu quero que sirva para qualquer oposição a um governo que apoio. Sou governamental por índole, por educação e presto aos atuais presidentes da República e de São Paulo meu fraco mais sincero apoio."*⁵⁸

Face a eleição da chapa situacionista, os dissidentes, que apoiavam o Governo Federal, se desligaram desta entidade e fundaram o Centro das Indústrias de São Paulo.

Em março de 1928, seria então lançado o Manifesto de Criação do C.I.E.S.P., de autoria de Jorge Street. Neste Mani-

58. Jornal do Comércio. 08/11/1928. In: Arquivo do Estado de São Paulo.

festos procuraria expor os motivos que presidiram a criação desta nova instituição patronal:

"As indústrias paulistas que reúnem força, capital e inteligência, tinham na suas instituições isoladas, reunindo cada uma delas um ramo. Para que a sua eficiência se fizesse sentir e os seus interesses pudessem ser examinados e defendidos com êxito tornava-se indispensável a sua congregação. Era preciso que se formasse um bloqueio único. Duas classes valorosas, que tanto quanto as indústrias concorrem para a grandeza e a prosperidade de São Paulo possuíam os seus centros: o comércio e a lavoura. Estes centros sempre pugnaram em prol dos direitos das classes conservadoras, mas era forçoso reconhecer que as indústrias tem problemas outros a debater, interesses que não poucas vezes estão em choque com os interesses do comércio e da lavoura..."

*O Centro das Indústrias, pois em colaboração com os demais existentes, trabalharia na defesa dos seus direitos, tendo em vista, além do desenvolvimento da indústria, o progresso de São Paulo e do Brasil."*⁵⁹

Ainda, na inauguração desta nova entidade, Roberto Simonsen, na figura de vice-presidente, procuraria traçar em linhas gerais o programa político, a que caberia esta instituição desempenhar. Neste discurso, "Orientação Industrial Brasileira" chamaria a atenção para o papel que a indústria vinha assumindo na promoção "do desenvolvimento econômico" do país. A seu ver, ainda, o "desenvolvimento do setor industrial" deveria ser considerado **padrão de adiantamento de um povo**, cabendo aos industriais **cooperar na formação das elites**. E ainda mais, a competição industrial, **"exalta a inteligência do homem, estimulando-o a novas pesquisas, a novos estudos, a novas descobertas..."** Em vista disso, defendia a necessidade de um **parque industrial eficiente, a altura de seu desenvolvimento agrícola**.

59. Jornal do Comércio. 29/03/1928. Op. cit.

Nesse sentido, preconizava a expansão e consolidação do setor industrial no país, como um meio de promover a sua "riqueza":

*"... a grande indústria, por toda a parte do mundo em que se instala, traz como corolário a melhoria dos salários, o barateamento relativo do produto, o enriquecimento social e o aumento da capacidade do consumo..."*⁶⁰

Rebatendo críticas à política de proteção governamental às grandes empresas industriais e ao fato destas serem acusadas pelo encarecimento do custo de vida, alegaria que o problema residia não na vida cara, mas sim no ganho insuficiente.

Aumentar o ganho médio, a partir de maior eficiência do trabalho, seria a solução para resolver um dos principais problemas da formação da nossa nacionalidade. Daí preconizar ao governo a organização do aparelho econômico, moeda sã e crédito abundante, higiene e instrução.

Para Simonsen, o aumento dos salários não poderia advir do simples arbítrio do governo ou das classes patronais. Este aumento deveria seguir leis econômicas.

*"... E pelo aumento da produção em geral que temos de obter o aumento do ganho médio, e, portanto, do consumo médio por habitante."*⁶¹

Nesta perspectiva, Simonsen pregaria a indústria como um negócio da nação e, sobretudo, a base fundamental da criação de um povo forte e capaz de desempenhar papel saliente no concerto das nações. Com esta proposição, procurava responder as acusações daqueles que, a seu ver, combatiam a produção, criando tropeços ao seu desenvolvimento, promovendo lutas de classes, tentando criar leis perturbadoras do trabalho.⁶²

60. SIMONSEN, R. Op. cit., p.171.

61. Idem, p.175.

62. Idem, ibidem, p.177.

Assim, intentava demarcar politicamente a função social dos empresários industriais na organização da sociedade. Promover o crescimento do parque industrial brasileiro, significava "aumentar o consumo", a produção e o engrandecimento do país. Alertava ainda que, para a Ciesp realizar este programa de ação deveria continuar a contar com o apoio dos governos da União e do Estado.

A meu ver, os empresários, além de criar esta entidade como instrumento capaz de aglutinar industriais em torno de seu programa de reorganização da sociedade, também, se configurou como um instrumento habilmente criado, naquela conjuntura, marcada pelo movimento dos trabalhadores, os quais pleiteavam maior participação na definição da política pública do país.

O Ciesp visando impedir a participação política dos trabalhadores nos rumos da sociedade, procuraria, também, criar mecanismos para despolitizar o movimento coletivo dos trabalhadores. A exemplo, a ampliação, através do Ciesp, do Tribunal de Conciliação, fórum destinado a mediar os conflitos e buscar conciliar as relações entre patrões e trabalhadores.

Por outro lado, penso que a criação do Ciesp, contribuiu ao mesmo tempo, para dar sustentação e continuidade ao programa político do Governo Washington Luis, expresso na candidatura de Julio Prestes à presidência da República, em 1929. Visto pelo ângulo da plataforma eleitoral deste candidato, é possível notar que se tratava de uma proposta que vinha fortalecer o projeto de controle social, defendido naquele momento, pelo conjunto dos empresários associados ao Centro das Indústrias de São Paulo e ao Centro de Fiação e Tecelagem de São Paulo, os quais foram criados com o objetivo de subordinar os interesses dos trabalhadores ao dos patrões.

CAPÍTULO II

A DISPUTA PELO IMPÉRIO

Neste capítulo busco elucidar as rearticulações e rede finições efetuadas pelo grande empresariado paulista, visando so lidificar e ampliar seu projeto em nível nacional.

Como aponto no capítulo anterior, no governo Washington Luís, Simonsen, como interlocutor do grande empresariado, interferiu e defendeu os interesses, tanto da burguesia industrial, como das demais classes dominantes.

A defesa da continuidade daquele programa de governo, pode ser visualizado no manifesto do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, frente à candidatura de Julio Prestes à presidência da República:

"Para as indústrias, a vitória da chapa nacional Julio Prestes-Vital Soares representa a integral execução do programa financeiro do atual governo da República; a observância da rígida moralidade administrativa que tem notabilizado aquele governo: amparo a todos quanto pelo seu trabalho colaboraram na grandeza do nosso país; a solução dos importantíssimos problemas attenente a vida industrial."¹

O apoio dos empresários paulistas à candidatura de Julio Prestes não se limitou a elogios e financiamento restrito aos círculos de convívio desses agentes. Mais do que isto, os defensores de Julio Prestes estabeleceram medidas e práticas intimidadoras, no sentido mesmo de forjar um eleitorado entre os trabalhadores da grande indústria paulista:

1. Circular do Centro das Industrias de São Paulo. Assinam: Centro das Industrias do Estado de São Paulo, Centro dos Industriaes de Fiação e Tecelagem, Centro do Comercio e Industria de Madeiras, Centro dos Industriais de Papelão, Associação dos Industriais e Comerciantes Grapficos, Centro dos Industriais de Calçados de São Paulo, União dos Fabricantes Nacionais de Papel, Centro dos Industriais de Papel do Estado de São Paulo. Nº 260 08/08/1929.

"O nosso pessoal especializado irá a cada fábrica a hora que mais convir a seus donos. Forneceremos o material e os fundos necessários a cada processo de alistamento e, com esta organização, as perdas de tempo serão reduzidas ao mínimo, não parando o trabalho fabril um só instante..."²

Entretanto, o movimento político militar que consagrou a vitória dos aliancistas afastara e alijara não apenas Simonsen, como também antigos agentes da gestão passada, da participação efetiva no aparelho do Estado, a nível federal e estadual.

As novas medidas tomadas pelo governo Vargas pareciam contrariar os interesses da burguesia paulista e, sobretudo, interferir na continuidade de seu projeto de dominação.

Levando em consideração as avaliações de Simonsen, em relação ao novo governo, percebe-se que buscaram desqualificar caracterizando o seu programa, como inconsistente e ambíguo. Inconsistente, na defesa dos interesses dos empresários paulistas, uma vez que demonstrou desconhecimento das condições sociais existentes na sociedade brasileira. Ambíguo, por expressar interesses de fações, partidos em conflito, em busca do poder. No seu entender, o novo governo teria arquitetado um arco de alianças que o impedia de traçar uma clara diretriz política para o país:

"... A campanha da Aliança Liberal, buscou a colaboração de antigos militantes socialistas, a exemplo de Agripino Nazareth e Joaquim Pimenta, para a elaboração de sua plataforma eleitoral. Nessa plataforma, com o qual arrebatou o Bloco Operário e Camponês, organização eleitoral do PCB, grande parte do apoio dos trabalhadores..."³

Ao contrário do que dizia R. Simonsen, os novos governantes procuravam demonstrar que havia uma postura dife

2. Circular CIESP - nº64 - 14/agosto de 1929.

3. Bandeira Muniz. TRABALHISMO E SOCIALISMO NO BRASIL - A INTERNACIONAL SOCIALISTA E A AMERICA LATINA. Rio de Janeiro: Global, 1985, p.13.

renciada da antiga gestão. Para se legitimarem no poder assumiram o compromisso de mudar a forma como se conduzia as relações sociais. A criação do Ministério do Trabalho, a implantação do conjunto de leis do trabalho e ainda a reorganização da política do Estado eram ações que acenavam claramente o novo perfil assumido e não apenas prometido a sociedade. Para Simonsen, essas ações foram consideradas como sendo "**Intrromissão Oficial**". Acompanhando a conduta dos empresários paulistas, durante a implantação da legislação trabalhista, fica claro o movimento de resistência destes agentes diante da nova "política do governo":

"... Os meus amigos de São Paulo, que me prestigiaram nessa ocasião conhecem de sobejo, as vicissitudes por que passamos na Federação das indústrias vítimas de indevida Intrromissão Oficial. Na espera de que a razão voltaria com o senso das responsabilidades aos que tinham a direção dos destinos do estado, e tendo com vista os altos interesses da classe conservadora que represento continuei a cooperar na representação paulista por tudo quanto interessante ao progresso de São Paulo e a economia nacional..."⁴

Para este "**representante das classes conservadoras**", a aplicação imediata das leis do trabalho criava um descompasso no modo como vinham historicamente conduzindo o "progresso de São Paulo e a economia nacional". Em outras palavras, a "**Intrromissão Oficial**" interferia nas práticas sociais dos empresários, na condução dos problemas referentes à resistência do movimento organizado dos trabalhadores. A interferência dos novos agentes públicos alterava e feria a autoridade construída pelos empresários, no que se relacionava a "legislar" a partir das reivindicações dos trabalhadores e garantir o controle dos empresários nos conflitos sociais.

4. Simonsen, C.R. A INDUSTRIA EM FACE DA ECONOMIA NACIONAL. São Paulo, Revista do Tribunal, 1937, p.20.

No entender dos representantes da FIESP, a aplicação imediata das leis do trabalho, ampliava e não solucionava a "crise" econômica vivenciada pelos empresários. Naquela conjuntura, além de estarem envolvidos com a administração da crise, o novo governo:

*"... impunha sobre o empresariado maiores tributos..., tais como a semana de 40 horas, 5% de aumento do salário, e possibilitava aos trabalhadores um quinhão de benefícios na forma que mais lhe conviesse..."*⁵

Em função desta avaliação, a FIESP realizaria uma série de estudos, visando balizar os problemas dos empresários relativos a implementação da legislação, estudos estes direcionados aos novos agentes do Ministério do Trabalho, que, em última instância, solicitava o adiamento da aplicação de leis como férias, códigos do menor e da mulher.

O posicionamento contrário do poder público às reivindicações dos empresários tornava evidente que esta nova composição do poder colocava limites à continuidade e ampliação do projeto político, que esta parcela do empresariado vinha construindo desde o final do século XIX.

O conjunto de atitudes expressas na reorganização do Estado nas esferas federal e estadual mexia decisivamente na composição de forças que procuravam garantir o controle da organização do mercado de trabalho em São Paulo.

De onde depreendemos que a conjuntura que se estende de 1930 a 1932 será marcada pela disputa entre várias propostas políticas para a sociedade. Uma que está refletida no programa político de Vargas e outra formulada pelo empresariado paulista.

De um lado, uma proposta que busca impôr um novo interlocutor nas relações entre capital e trabalho, controlando a or-

5. Nogueira, O. Pupo. A INDÚSTRIA EM FACE DAS LEIS TRABALHO. São Paulo: Ed. E. Profissionais Sa-lesianas, 1930-35, p.34.

ganização do mercado de trabalho partindo do âmbito federal , através do Ministério do Trabalho, o que na prática poderia significar a perda da autonomia do empresariado paulista de suas práticas de controle constituída historicamente no período denominado "Velha República". De outro um projeto que se apresentava como sólido devido a experiência construída e acumulada no embate com os trabalhadores.

A meu ver, o eixo fundamental que permeia toda esta polêmica, situa-se no modo distinto como estes agentes compreenderam o controle da organização do mercado de trabalho.

Uma das formas de detectarmos as diferenças entre estas propostas pode ser visualizada através do confronto que se trava entre Roberto Simonsen, representantes da FIESP e os interlocutores do governo de Getúlio Vargas.

Em São Paulo, desde o final do século XIX, a experiência do empresariado paulista pautava sua conduta em torno da regulamentação do trabalho, quer urbano e rural, constituindo mecanismos de controle quer privados ou estatais, de acordo com o movimento dos trabalhadores. Assim suas reivindicações relativas as condições de trabalho e de vida eram momentos de negociação , pautados pela criação por parte dos empresários, de critérios e análises que levavam em consideração tanto as necessidades do capital como os dos trabalhadores. Neste sentido, a implementação das 8 horas de trabalho foi resultado de lutas dos trabalhadores, mas também de modificações nas relações de trabalho, que tornavam esta conquista lucrativa para os empresários.

A conduta empresarial em relação as reivindicações dos trabalhadores não se configurava homogênea, a exemplo da conquista das 8 horas, dependia das condições específicas dos empresários de cada setor, e muitas vezes, no interior da divisão do

trabalho em uma empresa. A jornada de trabalho de 8 horas não se estendia a todas as categorias, ao que parece, ela só foi sendo instituída a medida em que inovações tecnológicas e a reorganização do trabalho garantissem a ampliação do capital.

Outro exemplo significativo diz respeito a criação de instituições de ensino, as quais foram criadas quando se fazia necessário uma força de trabalho qualificada e ao mesmo tempo viabilizasse valores que identificassem a condição social dos trabalhadores, a partir do universo do trabalho. A criação das Escolas Estaduais Profissionais do Estado de São Paulo, Liceu de Artes e Ofícios, Escola Profissional Mecânica e outras.⁶

Para os empresários a legislação do trabalho tornava-se um instrumento de controle social na medida em que os critérios de sua implantação priorizava seus interesses específicos. A "melhoria" da educação, saúde, alimentação só era visualizada enquanto forma de atrelamento dos trabalhadores à empresa e também como alternativa gerida para a exclusão de experiências autônomas criadas pelos trabalhadores.

Em função do interesse e da resolução dos conflitos entre trabalhadores e empresários é que a ação do Estado ia definindo e redefinindo seu campo de atuação. Deste modo, a legislação adquiria um caráter de defesa dos interesses privados.

As reivindicações, nascidas dos conflitos cotidianos e da organização coletiva dos trabalhadores, eram tratadas no âmbito privado destas relações, traduzindo-se em concessões doadas pela burguesia e como conquista dos trabalhadores organizados.

Neste sentido, a figura do "Estado" não se apresentava como elemento indistinto a experiência de controle social. Se

6. Ver. Ribeiro, Maria Alice R. (coord.). TRABALHADORES URBANOS E ENSINO PROFISSIONAL. Série Pesquisa. 2 ed., Campinas-SP, UNICAMP, 1986.

constituía como um instrumento utilizado para legitimar e institucionalizar práticas de controle existentes.

Em síntese, a esfera do poder público não se colocava como externa a estas relações. A privatização do poder público colocava-se para os empresários uma necessidade para manter as reivindicações dos trabalhadores nos limites das reivindicações vinculadas à melhoria das condições dos mesmos. Este limite negava-lhes a possibilidade de "ascender a cidadania", enquanto sujeito político, capaz de participar na definição da política pública.

Esta vinculação, entre o poder público e os interesses do empresariado, pode ser pensada à partir da análise do posicionamento do Secretário da Federação das Industriais do Estado de São Paulo, Puppo Nogueira Filho, na obra "A Indústria em Face das Leis do Trabalho", onde procurava demonstrar a experiência de organização do mercado de trabalho em São Paulo, para se contrapor à proposta gestada pelos novos agentes do poder público federal.

Para o autor, o posicionamento do empresariado associado a FIESP não se colocava radicalmente contrário à aplicação de leis que regulamentavam o trabalho, e sim, contrário àquelas que resultassem na "desorganização do mercado de trabalho". Esta preocupação pode ser vista no modo como justificaram e apelaram contra a aplicação da lei de férias. Lei esta posta em debate no parlamento desde 1926 e que o governo federal busca implementar nos anos 30.

"... não era um movimento e oposição sistemática a leis de finalidade social. Opunham-se as nossas empresas industriais a uma legislação que teria como consequência a desorganização do mercado manufatureiro, a perda irremediável de grandes somas e a dissolução do caráter do trabalhador, como ocorre com o caso do

*repouso compulsório criado pela lei de férias e que o trabalhador deve gozar na rua pois que o legislador não curou de criar institutos, onde tal repouso fosse possível e benefício."*⁷

Nesta perspectiva, o empresariado não se posicionava contra a lei de férias, pois esta, não feria um princípio considerado importante para os empresários paulistas, uma vez que os "direitos do trabalho" haviam sido incorporados em parte pelos empresários. O que estaria em jogo não era a lei, mas o modo e as consequências da aplicação da mesma, a qual poderia redundar na dissolução do caráter do trabalhador. A lei deveria vir acompanhada de outros instrumentos que possibilitassem manter "o repouso", sob a vigilância dos valores restritos à valorização do capital. As férias deveriam apresentar "caráter higiênico", isto é, de recomposição das energias, revigoramento da capacidade para o "bom desempenho do trabalho" o que viria a exigir, por parte tanto dos empresários e dos poderes públicos, investimentos na criação de instituições capazes de estabelecer o repouso, como uma concessão e atrelamento dos trabalhadores aos interesses da empresa.

Para os empresários, o direito dos trabalhadores deveria ficar restrito às relações entre trabalhadores e empresários, por isso a concessão se vinculava a critérios estabelecidos pelos empresários no dia a dia do trabalho. Este vínculo assegurava o controle sobre os trabalhadores, uma vez que subordinava o usufruto das férias, à avaliação criteriosa das necessidades da empresa, quanto ao desempenho no trabalho. Sua conduta, por exemplo, seria o parâmetro para que se adquirisse o direito: lei de férias.

7. Nogueira, Pupo. Op. cit., p.42.

A concessão de férias deveria pautar-se pelas necessidades da organização do trabalho no interior das empresas e pela disponibilidade de outros trabalhadores que assumissem as tarefas daqueles que estariam em férias, caso contrário, a normalidade do processo de trabalho poderia ser rompida, trazendo ônus para os empresários. Em alguns setores, por exemplo, as férias, para trabalhadores de escritório, não acarretariam prejuízos, uma vez que não implicava quebra do ritmo do processo de trabalho. E ainda, pelo fato de ocuparem cargos administrativos, fariam das férias, um momento de reciclagem mental, voltada para a reafirmação dos valores que contribuíssem e garantissem uma maior produtividade.

*"O empregado de escritório não é insubstituível salvo raríssimas exceções. O guarda livro pode ser substituído pelo seu ajudante, este pelo seu correntista... A grande maioria dos serviços de escritório pode sofrer delongas sem irreparáveis prejuízos."*⁸

Além disso, as férias concedidas aos trabalhadores de escritórios reafirmavam a divisão social do trabalho, a divisão entre trabalho manual e intelectual, a separação entre dirigentes e dirigidos, reforçando, desse modo, o princípio da autoridade no âmbito da empresa.

Neste sentido, na lógica dos empresários, a lei de férias deveria se submeter aos interesses dos empresários, pois se tratava de uma questão, que senão bem administrada, poderia vir perturbar a organização do trabalho.

A lei de férias, além de significar um aumento dos custos da produção, poderia, se não estivesse vinculada aos interesses da valorização do trabalho, acarretar prejuízos indiretos

8. Nogueira, Pupo. Op. cit., p.70.

ainda maiores. Segundo o dispositivo legal, a determinação do período do gozo das férias seria o da data de admissão do trabalhador, princípio este que definia o início do período de férias, sem ter que se subordinar aos critérios e necessidades da empresa. As férias ganhariam, neste sentido, para o trabalhador um momento capaz de possibilitar o uso do "tempo" de forma autônoma, longe, portanto, da autoridade dos patrões. Daí, a preocupação em criar instituições capazes de permitir aos empresários o controle social do tempo de descanso.

Em síntese, para Pupo Nogueira, a legalização das férias poderia, se não estudados todos os aspectos que o problema envolve, representar prejuízos às classes produtoras, ou seja, cessar a produção, os lucros, aumentar as despesas, quebrar ritmo do trabalho, pois a mão de obra poderia perder a destreza se fazendo necessário a readaptação da mesma. Acrescente-se aí, a quebra de valores em relação ao trabalho, "ameaçando a ordem vigente".

Para o empresariado paulista a regulamentação da lei de férias demonstrava o desconhecimento, por parte do governo provisório, da "competência" adquirida na experiência do cotidiano, em articular, a partir das reivindicações do movimento operário, medidas que resultassem em vantagens aos empregadores. Desta forma, a lei de férias deveria se atrelar as reivindicações limitadas às questões da sobrevivência, tais como melhoria das condições de trabalho e de vida. Tal como foi colocada, a lei de férias poderia desvincular os trabalhadores da autoridade dos patrões e ainda abrir espaço para que estes reivindicassem direitos que lhes permitissem ampliar sua participação na sociedade, não apenas como sujeitos trabalhadores, mas sobretudo, como cidadãos.

Na ótica da FIESP, o período de férias só poderia ser regulamentado, desde que fosse implantada uma política pública que possibilitasse aos trabalhadores usufruir deste tempo de modo a reafirmar valores vinculados ao universo do trabalho. Neste aspecto, as férias deveriam contribuir para reforçar a moralização do tempo produtivo. A institucionalização de políticas relativas a saúde, educação, moradia, lazer e alimentação deveriam ser norteadas por princípios que valorizassem a vida, em função do trabalho.

A preocupação dos empresários sobre a concessão indiscriminada - para todos os trabalhadores - pode também significar um certo "temor", afinal não tinham claro onde e como os trabalhadores iriam desfrutar desse "direito de férias". As possibilidades eram muitas, principalmente se considerarmos a observação do Secretario Geral da FIESP, quando aborda a "vida comum" dos trabalhadores em São Paulo:

"... temos um exemplo frisante em São Paulo, cujos bairros tem aspectos inconfundíveis... A vida em comum... amalgama até certo ponto os indivíduos que nela participam e que age como liame estreitíssimo entre os que, a exemplo dos proletários, vivem idêntica vida de trabalho, mesmo quando este trabalho é executado em locais diferentes uns dos outros.

*De outro lado a vida urbana, sementeira de corrupção e vícios, de tentações irresistíveis e desejos insatisfeitos age especialmente nos seres de alma simples como dissolvente de sua candura dando-lhe nova e inquietável estrutura moral."*⁹

Deste modo, a oposição do empresariado não dizia respeito apenas as leis de férias, outras leis do trabalho foram estudadas pelas associações dos industriais e encaminhadas ao Ministério do Trabalho com a finalidade de pressionar reformulações nas quais fossem contempladas os interesses dos empresários.¹⁰

9. Nogueira, Pupo. Op. cit., p.23.

10. Ver circulares FIESP, 1931.

No entender dos empresários vinculados as grandes associações de classe, a legislação do trabalho, para assumir o "significado de colaboração" de classes, deveria vir precedida da criação de medidas, pelos poderes público e privado, que prevenissem a emergência e a identificação de valores que não aqueles vinculados aos interesses da reprodução do capital.

Roberto Simonsen em discurso pronunciado no Centro das Industrias de São Paulo, ao demonstrar sua preocupação com os novos rumos encaminhados pelos protagonistas da chamada "Revolução de 30", apresentou soluções capazes de atenuar a "crise", colocada pelos novos agentes do poder federal. Advertia, também, que esta crise poderia ser solucionada pelo desenvolvimento **"da colaboração de todos os brasileiros"**. Para tanto propunha que se estendesse uma prática de:

*"... individualização do valor do operário pelo desenvolvimento de sua eficiência, aumento de sua capacidade de ganho, que se consegue integra-los a sociedade."*¹¹

Para Simonsen, ainda era preciso delimitar o "campo em que estes debates deveriam ser realizados, ou seja, apenas em meio as relações entre empresariado e os novos agentes públicos. Estes últimos, ao acenarem a participação dos trabalhadores na reorganização do Estado, teriam contribuído decisivamente para acirrar a crise. A denominada crise, neste aspecto, era apontada como decorrente da "luta de classes" estimulada por este novo governo:

"... nesta evolução está, infelizmente esboçando-se uma luta de classes que nos cumpre evitar a todo o transe. Agitam-se as classes operárias contra as patronais, as classes agrícolas contra as industrias, atribuindo uma as outras a origem do mal es-

11. Simonsen, C.R. AS CRISES NO BRASIL/OUTUBRO DE 1930. São Paulo, Biblioteca Roberto Simonsen, FIESP, p.4.

*tar endêmico no Brasil. Nada mais prejudicial de fato, aos interesses do país do que esta luta de classes. A compreensão do phenomeno da crise da origem de suas causas, podera talvez, arrefecer o ardor dos combatentes sinceros, porém mal orienta dos..."*¹²

Para o FIESP, o modo como fora regulamentada a legislação do trabalho e a legislação sindical abria flancos para que emergisse a "luta de classes", compreendida por eles como a possibilidade dos trabalhadores forjarem uma identidade, enquanto força social, isto é, desvinculada de sua relação subordinada ao capital. Para os empresários a legislação do trabalho deveria limitar-se às reivindicações no âmbito das relações estritamente econômicas e que permitissem a valorização individual do trabalhador. O sindicato restava restringir-se a resolução dos conflitos inerentes as relações entre capital e trabalho.

Neste sentido, a "intromissão do Estado", através do controle externo as estas relações, por exemplo, a nova estrutura sindical e a legislação do trabalho abria possibilidades para a conquista de direitos políticos por parte dos trabalhadores, os quais poderiam extrapolar a sua própria condição de trabalhador assalariado e reivindicar participação ativa nas decisões políticas:

*"... O syndicalismo com o decorrer dos tempos sofre, como já foi dito, um processo de degenerescência, elle se transforma em força política e conquanto houvesse sido implantado entre nos ano de 1931, já se nota os primeiras manifestações do phenomeno, singularmente agravado por esta novidade desconcertante que a representação das classes trabalhaistas no parlamento nacional."*¹³

12. Simonsen, C.R. Op. cit., p.3.

13. Nogueira, Pupo. Op. cit., p.44.

A preocupação dos empresários paulistas em apresentar o modo como foi sendo tecida a experiência de controle social em São Paulo, articulando o desenvolvimento da organização do mercado de trabalho, reordenação do espaço público, bem como dos instrumentos legais de segurança pública, visava demonstrar que este "novo Estado" colocava limites a continuidade e expansão das práticas de controle desta parcela da burguesia paulista.

Vale ressaltar que o aparato policial (força pública) no Estado de São Paulo, desde a década de vinte, vinha sendo reorganizado e aperfeiçoado em moldes científico. Foi criada a carreira de delegado de polícia e o gabinete de identificação, o qual instituiu a carteira com retrato e impressão digital, ainda o instituto disciplinar para as crianças.¹⁴

Para a FIESP, a "intromissão oficial" não só interferia nas relações de trabalho no âmbito das empresas, mas alterava as práticas de controle do espaço urbano que há muito eram garantidas aos empresários. Nesse sentido, as nomeações de representantes governistas para a direção dos órgãos públicos, entidades assistencialistas, culturais, científicas, educacionais e principalmente dos órgãos da polícia civil e militar (DOPS) interceptavam a condução do processo de controle constituído ao longo do próprio desenvolvimento histórico da burguesia paulista.¹⁵

A alteração da condução da política pública, em São Paulo, significava o esfacelamento de formas historicamente constituídas, que norteavam as relações públicas dos trabalhadores nas esferas de suas vidas privadas, ou seja, o direito de se relacio

14. Segundo Menotti Del Picchia in A Longa Viagem. "Fora contratada a Missão Francesa que tornou nossa força pública a mais equipada da América Latina adotando os métodos modernos de Betioni..." Ed. Martins, 1972, p.85.

15. Ver Pinheiro, Paulo Sérgio. ESTRATÉGIAS DA ILUSÃO - A REVOLUÇÃO MUNDIAL E O BRASIL. 1922/35. Ed. Cia das Letras, 1991, p.111.

rem com os problemas da própria condição de serem trabalhadores numa sociedade, em que a autoridade do delegado, dos representantes da justiça, das entidades médicas cruzava-se com a influência dos patrões.¹⁶

Nesse sentido, para a burguesia abrir mão desta influência junto aos órgãos públicos, significava perder junto aos trabalhadores o controle, a definição dos critérios e valores que dirigiam a conduta do trabalhador no âmbito mesmo do social. Pois, antes de ser cidadão era primeiro trabalhador de uma determinada empresa. O aval para que fosse reconhecido enquanto "pessoa idônea" estava na sua relação com o trabalho. Essa valorização era muito comum ainda no processo de constituição do urbano que se forjava no momento mesmo da expansão das empresas.

Desde os anos vinte a comprovação da cidadania do trabalhador estava condicionada somente no exercício de seu trabalho, atestada nas carteiras de identificação, fornecidas pelas empresas aos órgãos de Segurança Pública. Ser trabalhador de uma determinada empresa, significava poder participar e "circular" no espaço público.

Desse modo, para o empresário aceitar a interferência de outros agentes que desconheciam essas práticas significava perder valores construídos simultaneamente às relações de dominação na fábrica que, sem dúvida garantiam não apenas a conduta do trabalhador no público, mas, reforçavam o modo de se comportar enquanto trabalhador cumpridor de seus deveres.

A polêmica em torno da legislação do trabalho, os vários pareceres explicitando a situação desfavorável dos empresá-

16. Mensagem de Miguel Costa a Municipalidade de São Paulo: Pedindo em nome de Getúlio Vargas, Presidente da República e Chefe Supremo das Forças Nacionais, que sejam depostas todas as autoridades perrepistas e substituídas pelos representantes da Aliança Liberal. General M. Costa - Comandante de Vanguarda do Exército Libertador. Correspondências. Arquivo Edgar Leuenroth.

rios, o risco e o temor do fortalecimento de projetos alternativos para a sociedade tornavam-se argumentos centrais que justificavam o apelo do empresariado para a necessidade de postergar e reavaliar as reformas sociais propostas pelo governo federal.

Além destas reivindicações do empresariado, é necessário observar que o período foi marcado pela intensificação do movimento dos trabalhadores, greves e manifestações coloriam o cenário social.

As fontes relativas ao movimento dos trabalhadores organizados apontam a priorização do Estado como interlocutor para a implementação das reivindicações, referentes a jornada de 8 horas, trabalho do menor e férias remuneradas:

"... União dos Artífices em Calçados... agita-se agora no sentido de fazer cumprir a lei de férias e as 8 horas de trabalho. As assembleias tem sido muito concorridas, havendo extraordinária animação associativa.

... União dos operários metalúrgicos - este sindicato que no momento graças aos esforços dos militantes esta em franco triunfo, como todas as outras, se agita no sentido de não deixar burlar a lei de férias e as 8 horas.

... Liga operária da construção civil - O movimento que observa-se na sede deste sindicato e deveras surpreendente ... ve-se em sérios embaraços para atender a todos os operários da Construção Civil que reclamam a Lei de férias e procuram ingressar no quadro associativo.

... União dos empregados em cafês - Em luta pelas 8 horas de trabalho e lei de férias."¹⁷

"... Greve - na Vidraria Santa Marina - finalidade - pagamento de férias.

... Greve dos tecelões - redução dos salários, desrespeito a lei de férias.

Greve na fábrica de pianos Nardeli - pagamento de férias."¹⁸

17. Plebe. Editorial informativo sobre a mobilização dos sindicatos, em 1932. Calçados, vidreiros, padeiros, chapeleiros, trabalhadores da Light, volantes, canteiros, construção civil, cafês, frigoríficos, limpeza pública, fábrica de bebidas... Este mapeamento do quadro do movimento sindical demonstra a preocupação dos dirigentes da Plebe em modificar sua prática de atuação em virtude das reivindicações dos trabalhadores e da lei de sindicalização.

18. Plebe. 24/12/1932. 31/12/1932. 03/12/1932.

Em função destas reivindicações, percebe-se a acentuação das "divisões" no interior da mobilização dos trabalhadores organizados. Trotskystas, Socialistas, Comunistas, Anarquistas, se dividem no momento de balizar a luta dos trabalhadores. A questão do sindicato único torna claro as divergências entre as tendências, igualmente a discussão sobre a questão do salário mínimo. Socialistas, Comunistas e Trotskistas vêem o "Estado" como um campo de disputa entre capital e trabalho.

Visto por esse ângulo, a legislação do trabalho se instalou como um divisor para as reivindicações e enfrentamento dos empresários. A Plebe, enquanto porta voz de uma política sindical "revolucionária", sente-se na contingência de procurar remontar o quadro da mobilização sindical, entre as categorias associadas a sua diretriz política. O fato dessa necessidade emergir num momento de intensa disputa pode significar o reconhecimento da perda de sua influência junto aos sindicatos dos trabalhadores organizados em São Paulo.

Para os anarquistas a questão assume um grau de complexidade ainda maior, pois a presença do Estado representa a perda do seu referencial de luta. O Estado Burguês, a seu ver, apresenta caráter privado e os trabalhadores, ao acatarem as medidas governamentais, distanciavam-se de suas diretrizes revolucionárias.

Além do aspecto da incorporação das leis, as pautas de reivindicações podem assinalar uma dupla preocupação dessas lideranças: uma em busca de manter os vínculos com os sindicatos e outra a percepção do esfacelamento das formas de organização sindical.

Maio de 1932 foi um momento marcado pela mobilização de algumas categorias há muito engajadas na diretriz da F.O.S.P.

Porém, as bandeiras de luta davam sinais de uma certa incorporação da figura do Estado enquanto mediador para os conflitos. A derrota, portanto, das tendências anarquistas,¹⁹ a meu ver, se fez muito mais pela assimilação dos trabalhadores organizados da nova política social do governo, do que pela repressão policial do mesmo, pois esta prática repressiva acompanhava a trajetória de luta do movimento organizado dos trabalhadores, mas nem por isso coíbiu a resistência e a criatividade do movimento sindical anarquista.

*"... Estamos fora da lei de sindicalização, assim como todas as organizações proletárias da F.O.S.P.. Assim continuaremos enquanto seja possível, preferindo fechar as portas, antes que servir ao jogo dos políticos ou Instrumentos do Ministério do Trabalho."*²⁰

O distanciamento da proposta anarquista em relação as novas medidas de organização sindical e a legislação social proposta pelo governo federal fez com que recuassem da participação na organização dos trabalhadores e reformulassem suas práticas em relação ao movimento sindical.

Não podemos perder de vista que outras práticas organizativas do movimento dos trabalhadores emergiram, concomitantemente às experiências anarquistas, comunistas e socialistas. A proposta dos católicos marca presença na forma de condução organizativa e na própria disputa de diretriz para a mobilização. Estes defendiam a conduta de colaboração entre empresários e trabalhadores fortalecendo a concepção de que a "justiça social" (a harmonia entre as classes) conduziria a evolução da sociedade:

19. Ver. Silva, Zelia Lopes. "A Face Oculta da Dominação" - Um estudo sobre os trabalhadores industriais de São Paulo - 1930/1934. Campinas-São Paulo, UNICAMP, mimeo.

20. Chapeleiro. Maio de 1933.

"... Hoje, que lutamos para novamente herigir o Sindicato Católico, outra não pode ser a nossa orientação, o nosso fim é rescritianizar a economia. E não é possível atingir este ideal se não começarmos pela rescritianização dos indivíduos."²¹

Nesse sentido, percebe-se a partir de 1930 o aprofundamento na divisão de propostas diretivas no próprio movimento dos trabalhadores. Antes de 1930 essas divergências tornavam-se marcas das disputas entre tendências que visavam direcionar o movimento operário. A discordância entre elas, restringia-se a discursos e táticas de encaminhamento do movimento dos trabalhadores, frente à repressão policial, o modo de estruturar a mobilização sindical resguardava a autonomia dos trabalhadores frente às respectivas organizações. Esta estrutura instituiu-se na medida que as mobilizações avançavam, quer no local de trabalho, quer nas associações e sindicatos, o que caracterizava a autonomia do movimento.

A negociação em torno dos salários fixava-se a partir das condições de vida e trabalho, o que garantia uma certa solidariedade na luta e enfrentamento junto aos empresários:

"... Cada fábrica é levada a greve num impulso coletivo e irremovível, pois a greve tem como causa a premência de vida cada mais grave.

As greves atuais e as greves esperadas tem um motivo já conhecido, isto é, Altos preços dos alugueis de casa, altos preços dos gêneros alimentícios de primeira necessidade, com especialidade o feijão que entra na alimentação do povo como prato de resistência..."²²

Desta forma, o movimento sindical agia como interlocutor das necessidades de sobrevivência dos trabalhadores. O tom

21. O Operário, 15 de fevereiro de 1934.

22. Pinheiro, P. Sergio e Hall, M. A CLASSE OPERÁRIA NO BRASIL - CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO, RELAÇÕES COM OS EMPRESÁRIOS E ESTADO. São Paulo: Brasiliense, 1981, p.207.

dado às negociações entre sindicalistas e empresários, apesar das diferentes diretrizes das tendências, era forjado na experiência de vida e de trabalho dos operários.

A proposta sindical apresentada pelo novo governo contribuiu para maior acirramento destas disputas. Observa-se, na imprensa operária, tendências que creditam ao Estado a possibilidade de maior participação política dos trabalhadores. Outras mantêm como diretriz, a reafirmação da autonomia sindical como instrumento político para a formação de uma nova sociedade.

Deste modo, a proposta sindical apresentada pelo governo fortalecia tendências, como por exemplo, a comunista e socialista, que preconizavam a unidade sindical como pressuposto para a organização dos trabalhadores. Para estas tendências caberia ao partido, através do Estado, conduzir as reivindicações dos trabalhadores.

O significado do sindicato ou da prática sindical, a partir de 1931, assume uma nova dimensão política. Trabalhadores diferenciados, experiências singulares passariam a ser tratadas de modo homogêneo, sem levar em consideração as condições específicas no tocante ao modo e as necessidades de vida.

Sob a ótica dos empresários essa configuração revelava total incompatibilidade com a defesa de seus interesses, pois viam o Estado como organismo essencialmente organizador das condições necessárias a reprodução do capital. Esta proposição impediria a continuidade das práticas de controle que "cientificamente" vinham elaborando e postulando como elementares para o avanço das relações capitalistas. Para os empresários as Associações Patronais implantadas simultaneamente às organizações dos trabalhadores tinham por finalidade representar os interesses coletivos dos empresários de modo a subtrair a presença do empresário

nos conflitos e greves nos locais de trabalho. Sua interferência no mercado de trabalho estava marcada pela definição de uma conduta coletiva e representada nas suas associações. Cabia, portanto, as associações patronais:

*"... intervir de modo a evitar atritos diretos entre os empregados e patrões; impedir que patrões desenvolvessem práticas pessoais de negociação; estudar a situação dos trabalhadores nos vários ramos da indústria; entender-se com o governo e a polícia; definir tabelas de salário; impedir que outros agentes se tornassem interlocutores dos empresários nos momentos de greve e enfrentamento..."*²³

Assim, cabia as associações patronais imprimir uma lógica de negociação pautada nos interesses dos empresários e não diante das condições impostas pelos trabalhadores. E também definir um padrão coletivo de ação empresarial:

*"... os patrões fixarão as condições que entenderem e o Centro transmitira tais condições ao operariado, mas COMO COISA SUA, ESTUDADA E IMPOSTA POR SI, FIGURANDO COMO JUIZ SOBERANO NO CASO. ... Para o operariado o Centro é uma entidade oculta, poderosa, abstrata, cuja força o operariado nunca poderá medir. Qualquer decisão que o Centro tomar, chamara paracima do próprio Centro e não dos patrões (que delegaram simplesmente poderes amplos ao Centro) as antipatias e odiosidade do operariado, ficando os patrões e os gerentes das fábricas a salvo de tais antipatias e odiosidades."*²⁴

Essa configuração política dos empresários, há muito, vinha se delineando frente às resistências dos trabalhadores, no próprio desenrolar de suas lutas organizadas por suas instituições ou simplesmente nas formas de insubordinação individual.

23. PINHEIRO, P.S. e HALL, M. Op. cit., p.156.

24. Idem, p.206.

Assim, as associações patronais de caráter privado negociavam junto aos trabalhadores os problemas comuns dos empresários. O que significava restringir o limite das reivindicações, às condições negociadas pelas associações patronais.

A autonomia do movimento sindical se vinculava a autonomia de negociação dos empresários. "O poder público" não se colocava como interlocutor, ao contrário, só seria chamado pelas associações, na medida em que se fazia necessário debelar movimentos ou ações consideradas delitos a propriedade privada. Assim, a repressão policial se limitava e se estendia de acordo com os interesses das classes dominantes. Se consideramos essa articulação entre o poder público e as classes dominantes, podemos entender a concepção e o porquê de certas tendências de organização do movimento operário atacar a figura do Estado e caracterizá-lo como autoritário. O Estado repressivo também neste aspecto era gestado pela burguesia para escamotear a sua violência na sociedade.

Frente a experiência de dominação do grande empresariado paulista, dos mecanismos forjados na sua própria trajetória de reação e recondução das lutas sociais, a legislação do trabalho significava uma mudança de diretriz que esfacelava a autoridade dos empresários na organização e controle do mercado de trabalho:

*"... O que caracteriza a legislação trabalhista e lhe dá aspecto original e diferente das leis civis, e sem dúvida a influência aguda e permanente que, por ela e através dela, o Estado exerce nas relações privadas..."*²⁵

Assim as Associações de Classe, enquanto definidoras das relações de controle no mercado de trabalho, além de perder este controle sobre a definição das condições de trabalho, dei-

25. Almeida, Tacito. A Constituição e as Leis Trabalhistas, in: REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL DE SÃO PAULO, 29 de novembro de 1938, p.103.

xavam de intervir diretamente na elaboração dos critérios e regras de organização do mercado de trabalho. O poder público, como parceiro e legitimador desta política passaria a assumir a função de gerir a política de enfrentamento entre trabalhadores e empresários, colocando-se como articulador dos vários interesses em jogo.

Desse modo, o foco das resistências desencadeadas pelos empresários não estava na negação das leis, mas na perda de sua figura enquanto norteadores das relações sociais entre os trabalhadores e os conflitos no trabalho.

A eleição dos novos agentes do poder público, como interlocutores, para a mediação dos conflitos sociais colocava em risco o próprio modo como vinham se desenhando as práticas de controle social, principalmente por serem, esses agentes externos a problemática dos conflitos e também por estarem agindo num campo considerado privado dos empresários.

Essa proposição fica patente na contradição que a própria burguesia explicita: Se antes de 1930 eram os seus representantes políticos que garantiam a aprovação de leis visando instituir formas de assistência ao trabalhador para garantir seus interesses prescrevendo, com isso, o campo do poder público como importante para amenizar os conflitos gerados na relação trabalhadores e empresários, porque então, essa mesma prática, ainda que partindo de agentes externos causava tanto desapreço aos empresários? Uma vez que seus interesses estariam resguardados, pois não se tratava de um governo composto por lideranças sindicais e partidárias, isto é, envolvido com os interesses sociais dos trabalhadores.

Neste sentido, fica a interrogação: o que estaria em jogo, uma vez que a política do Governo Vargas em nenhum momento

acenu para distribuição das terras, dos lucros dos empresários, ao contrário, propiciou a reabertura de canais para se criar meios alternativos para que a concessão dos direitos sociais não desestabilizassem os empresários, como a política do café e incentivos à indústria.

Se pensarmos nesta problemática pela ótica do movimento social, ou seja, pelas práticas de resistência não apenas no campo sindical, mas de valores de vida, nortearmos a discussão do empresariado a partir de suas preocupações no tocante a publicização dos conflitos sociais. Com o aceno a participação política dos trabalhadores nos organismos estatais, Ministério do Trabalho, os conflitos desencadeados no interior das relações entre capital e trabalho poderiam assumir nova dimensão política.

Ao ampliar a participação de segmentos dos trabalhadores, estes poderiam avançar em suas reivindicações e inclusive alterar as regras constitucionais vigentes, posicionando-se como iguais na disputa pela direção da política pública federal. Assim, o Estado seria a extensão dos conflitos desencadeados na contradição da sociedade capitalista e suas formas de dominação.

Se entendermos a experiência de resistência dos trabalhadores, como constitutiva de valores de cidadania e como fonte de alimentação da própria luta dos trabalhadores, pensaremos a possibilidade de ampliação do debate desses valores, tornando o Estado-poder público como mais um canal de disputa desses valores.

É diante desses conflitos e posições diferenciadas, no tocante a condução dos problemas abordados pela prática de resistência dos trabalhadores e de controle social da burguesia que procurei elucidar o período de 1930 a 1932. De um lado, a alter-

nativa política da burguesia paulista em retomar e dirigir, através dos órgãos públicos, sua experiência de controle social, agendada pelos novos representantes do poder público federal. De outro, o movimento social expressando várias propostas e práticas de resistências organizadas - em greves e manifestações de entidades civis - para exigir dos novos agentes públicos a implementação das reformas sociais.

Neste campo de disputa, os discursos de Roberto Simonsen ganham significado quando caracteriza a composição do novo governo como "incompetente" sem proposta clara para a sociedade e de cunho meramente eleitoreiro. Esses discursos possuíam um endereço certo. Primeiro, para sensibilizar os empresários diante da possibilidade de perderem a condução do controle social e segundo, aos próprios agentes públicos para demonstrar que possuíam uma experiência e competência para gerir a política acerca dos problemas do "trabalho" e da "economia".

Durante o período de 1931 por vários canais, a FIESP, órgão oficial dos interesses dos empresários paulistas, tentava influir nas decisões dos dirigentes do Ministério do Trabalho enviando pareceres e estudos estatísticos, buscando retomar as diretrizes políticas no que dizia respeito a organização do "mercado de trabalho".

Ao indagar sobre os limites da ação dos empresários sobre a legislação social a FIESP demonstrava como seria inviável a aplicação desses mecanismos legais frente à "indisponibilidade" dos empresários em poder cumprir tais determinações. Nas circulares da FIESP, nos anos 30 e 31 registra-se os esforços da direção desta entidade, tentando convencer os empresários sobre o caráter positivo de algumas das leis do trabalho. A própria Federação, indica para compor a comissão técnica para elaboração da

legislação do trabalho, Jorge Street, o qual assumia a posição favorável a algumas destas leis desde que contemplassem reformulações sugeridas por esta associação.

*"... Bastara, que o parlamento retome estas leis as codifique como é necessário, e nessa codificação corrija com a sua autoridade e sabedoria, o que elas tiverem de contraditório ou demasiado..."*²⁶

Levando em consideração as várias atitudes tomadas pelo empresariado paulista nesta nova conjuntura política, pode-se notar que estas não apresentam a coerência política que uma análise modelar pressuporia. Ao contrário, sua prática expressa a violenta denegação de valores de que se utiliza para produzir o discurso e a prática de dominação. Em outras palavras, sua atividade política demonstrou que para perseguir seus objetivos, estabeleceram uma prática "flexível", ora se aproximando de seus opositores, ora demarcando suas posições no sentido de firmar os limites de sua própria negociação no conflito.

Assim, no período que antecede ao movimento de 1932 vimos que o empresariado se confrontou com os legisladores, de um lado, e de outro aproximou-se do governo para garantir as condições "favoráveis" ao funcionamento de suas empresas. Em relação aos trabalhadores a mesma prática se evidencia, incita-os a luta e em seguida solicita a repressão.

O fato dos empresários não terem sido contemplados em relação a modificações das reformas sociais, provocou mudanças em sua atuação buscando outros meios para fazer valer suas reivindicações.

26. Street, Jorge. Legislação Social Trabalhista do Brasil, in: BOLETIM DE INSTITUTO DE ENGENHARIA, 107. Vol.19. São Paulo: Ed. Escolas Profissionais Salesianas, 1934.

Um dos instrumentos de que se utilizaram para fazer frente ao novo governo foi a elaboração e exarcebação da idéia de "crise". Ancorados na justificativa da crise internacional e de seus efeitos a nível interno, recriam esta "crise" como meio de argumentar a sua "impotência em dispensar recursos" para a efetivação da legislação e igualmente passaram a demitir trabalhadores, diminuir jornadas e dias de trabalho, imputando a Legislação do Trabalho, proposta pelo novo governo, a responsabilidade pela desorganização da sociedade.

Em outras palavras, demonstraram ao novo governo que entre cumprir as determinações, a escolha foi demitir trabalhadores para salvar parcelas do lucro comprometidos com a folha de pagamento:

"... Mas devemos afirmar a V.S. que a precariedade da situação das nossas fábricas não nos inibia. Não existem crises de caráter permanente, crises eternas e este fenômeno, como bem sabe V.Excia. a sua marcha fatal. O País é grande e rico sendo ainda um dos mais adequados ao desenvolvimento industrial... Tomadas as medidas que nos animamos a sugerir a V.Excia e outras que foram julgadas mais eficazes: solucionando o grave problema dos desocupados; vencidas as naturais do momento as indústrias paulistas e brasileiras em geral voltarão a trabalhar como sempre fizeram..." ²⁷

Em decorrência desta "crise artificial" e de seus efeitos concretos sobre os trabalhadores, as greves intensificaram. Para debelar o movimento grevista a própria FIESP apela para a repressão federal, inclusive chamando agentes da polícia para se infiltrarem nas fábricas, visando detectar e aprisionar as lideranças grevistas. Nesse sentido, a circular nº 237 da FIESP com o título: **"Muito Confidencial"** solicita aos empresários:

27. Circular da CIESP, 772, 1930.

"Queiram V.S. SS. notar que a Delegacia de Ordem Social destacou para fábricas desta cidade grandes números de agentes investidos de missão especial.

As fábricas onde estiverem em serviços esses auxiliares da polícia devem alimentá-los e alojá-los comodamente, para maior eficiência do trabalho que eles estão realizando..."²⁸

Deste modo, esta "crise" pressionava o governo a redefinir sua conduta em relação ao empresariado. Sob a bandeira da reformulação do Código Eleitoral e da Constituinte, os empresários, tendo enfraquecido o movimento organizado dos trabalhadores, abriam espaço para que na Constituinte pudesse pensar as questões sociais de forma isolada e estanque dos conflitos colocados pelos trabalhadores.

Se antes desta "crise" o Código eleitoral imprimia a participação dos trabalhadores enquanto força política, a sua reformulação, concomitante a eliminação das lideranças envolvidas no debate, proporcionava ao empresariado contemplar na Constituinte a continuidade de seu projeto e conduzir de outro modo as questões relacionadas aos problemas sociais.

Após uma série de tentativas de negociações e pressões, junto aos novos agentes do poder público, o movimento armado de 1932 emerge como última alternativa de negociação. A Greve Geral convocada pelos empresários parece ter tido resultado negativo. Mesmo tendo eliminado as lideranças, parcela dos trabalhadores não assimilavam as propostas do empresariado paulista em desestabilizar o governo. Ao contrário do que era esperado pelos empresários, algumas tendências defendiam os atos do Governo Provisório. Por ex., a Tribuna Operária torna claro que se solidarizava com o novo governo.

28. Circular da FIESP, 237, 1932.

"... por estas razões, solidarizam com governo clamando alto e em bom tom contra os constitucionalistas, que não tiveram a hombridade de dizer por qual constituição é que se batem..."²⁹

Já a Federação Operária de São Paulo, em julho de 1932, mantendo os princípios de estarem alheios as campanhas políticas declararam que:

"Correndo ao mesmo tempo boato de uma provável greve geral que seria provocada pelos industriais para prestar solidariedade a situação, prevínimos aos trabalhadores para que não atendam nenhuma proclamação, indicação, ou incitamento que não partam diretamente da F.O.S.P. e organização a elas aderentes..."³⁰

Estas posições diferenciadas no interior do movimento sindical apontam o aprofundamento das divergências de estratégia dos trabalhadores organizados, sendo a posição do Governo Provisório o marco divisor. Porém, o ponto comum entre essas tendências explicita-se no que tange à autonomia que queriam resguardar tanto em relação ao governo, como em relação aos empresários que convocaram a Greve Geral. Para a primeira, a autonomia estaria na possibilidade de frente aos empresários se colocar a favor ou contra o governo.

Para a F.O.S.P., a autonomia estaria fundamentada na reafirmação de serem os representantes dos interesses comuns dos trabalhadores, uma vez que buscam prevenir estes quanto ao escuso significado da Greve Geral. Entendiam-na como manobra dos empresários, que com ela e através dela, queriam ver suas posições respeitadas e consideradas pelos novos governantes.

"... Este foco de conspiradores que é a FIESP, continuando a sua obra de boicote, procurando lançar o operariado numa greve geral para que deste modo lhes causar um maior número de embara

29. A Tribuna Operária - 11 de Outubro de 1932.

30. O Trabalhador Gráfico - Julho de 1932.

*ços e dificuldades. E desta maneira, os despudorados que lançaram o país nesta voragem de luta civil com a desculpa de restabelecer o império da lei, agora fogem ao cumprimento de uma lei não lhes agrada e não lhes convêm."*³¹

Procurando apreender os motivos que presidiram a con-clamação pelos empresários da Greve Geral sob a bandeira da Constituinte nota-se que o retorno ao País de Direito tornava-se fundamental para o empresariado paulista participar como força política no debate e organização dos trabalhos constituintes.

Para o empresariado paulista, o novo governo ao nomear uma comissão de notáveis para elaboração do Código Eleitoral, sinalizava seu alijamento na elaboração de um projeto governamental para a sociedade. O Código Eleitoral estabelecido por esta comissão, tornara claro que mudanças na condução da política governamental contrapunham-se frontalmente aos interesses destes empresários. Além disso, a escolha daqueles que elaboraram o novo Código provocava desrespeito as normas das instituições do poder federal, pois estavam esses agentes desvinculados do Congresso. O que foi denominado por R. Simonsen "**o caráter centralizador**" do Estado, objeção se fundamentava no argumento de que o Código fora elaborado por agente que estavam a margem do espaço "legítimo" da representação das forças políticas do país:

*"... O momento é propício a execução da vasta reforma da ordem jurídica e portanto social, dados os poderes extraordinários do governo e a liberdade de ação que lhes outorga. A ocasião que se apresenta é excepcional, permitindo a um selecionado de juristas consultos, sociólogos e pensadores resolver-se legislar, sem os obstáculos protetelatórios dos períodos constitucionais, sem as longas alterações dos congressos sem a exigência da política faccionismo do partido..."*³²

31. Plebe, 17 de dezembro de 1932.

32. Vargas, Getúlio - NOVA POLÍTICA PARA O BRASIL: DA ALIANÇA LIBERAL AS REALIZAÇÕES DO PRIMEIRO ANO DE GOVERNO - 1930 à 1931. Ed. Livraria José Olímpio. 1938.

Outro argumento que parece fundamental e que permeia a crítica dos empresários se relaciona ao Código eleitoral, decretado em 28 de fevereiro de 1932. Este prescrevia mudanças significativas na relação "poder cidadania e poder público".

Para o empresariado paulista, a cidadania do trabalhador deveria estar atrelada e limitada ao trabalho, ou seja, sua relação enquanto integrante de uma sociedade deveria vincular-se a sua condição de força de trabalho. A condição de cidadão ficava circunscrita aos limites das reivindicações estritamente vinculadas à melhoria das condições de sobrevivência. Enquanto as ações dos trabalhadores no público estivessem atreladas a sua condição de subordinados, o poder de controle dos empresários não estaria comprometido, uma vez que vários mecanismos implementados e forjados, ao longo da experiência de dominação em São Paulo, agiam no sentido de garantir este limite para as ações dos trabalhadores.

O Código Eleitoral ao propor a representação classista, feria decisivamente esta concepção de cidadania defendida pelos empresários, pois abria a possibilidade de tornar público os problemas e conflitos resolvidos no âmbito do espaço privado, seja no debate com o movimento sindical, seja no espaço das associações patronais.

Segundo este Código Eleitoral, os trabalhadores teriam a possibilidade de eleger pelo voto direto e secreto seus representantes na Assembléia Constituinte, apesar desta possibilidade estar restrita aos sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho. Este posicionamento acabava por fortalecer tendências do movimento sindical, que defendiam o Estado como interlocutor para as suas reivindicações.

A imposição do Código eleitoral, diga-se de passagem, foi mote de grande debate que não envolveu apenas empresários, mas igualmente profissionais especialistas em legislação constitucional.

Segundo Pontes de Miranda³³, o Código Eleitoral delineava o "facismo pré-constitucional" uma vez que o poder estatal, ao estabelecer a representação classista e possibilitar aos trabalhadores a expressão isolada de suas forças sociais, ao mesmo tempo promovia o controle do Estado sobre os organismos representativos dessas forças. Assim, a partidarização estaria atrelada aos princípios definidos pelo Estado e não pela "sociedade".

Já o jurista João Mangabeira, ao pronunciar-se sobre a representação profissional, torna claro seu posicionamento em defesa do Código eleitoral:

*"... as assembléias não se podem compor exclusivamente de representantes do povo, escolhidos por um eleitor formado segundo o critério demográfico. Não, porque o Estado não se compõe somente de indivíduos, mas de indivíduos e corporações. Estas devem ter voz, nas questões que lhes interessam e lhes dizem respeito a produção."*³⁴

Desta forma, para alguns juristas o voto universal expressava o direito individual enquanto o voto classista significava o direito coletivo, isto é, representava interesses das organizações sindicais em participar na organização do Estado. Segundo Pontes de Miranda, a representação classista determinada antes dos trabalhos constituintes desautorizava o

33. MIRANDA, Pontes. Comentários à Constituição Brasileira. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1934.

34. MANGABEIRA, João. Em Torno da Constituição de 1934. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1934.

debate dos constituintes a definir os critérios para a participação das entidades sindicais da política pública federal.

Levando em consideração os debates entre os juristas pode-se notar que o movimento pró-constituente defendido pelos partidos: P.R.P., P.D. e pela Frente Única Paulista, não apresentava "caráter de simples retorno ao Estado de Direito". O que visavam era a possibilidade de defender seus princípios no espaço constituinte de forma autônoma, isto é, sem ter como interlocutores aqueles que eram contrários aos seus interesses e diferentes na experiência do exercício do controle social.

Ao estipular as mesmas regras de representação para trabalhadores e empresários paulistas, o Código Eleitoral limitava a participação destes últimos na condução da política governamental. Para os empresários, aceitar os novos termos significava assumir as novas diretrizes e ainda a posição de meros colaboradores desta política.

Antes da redefinição do Código Eleitoral, a representação dos deputados na Assembléia Legislativa Federal era definida pela proporcionalidade entre a densidade demográfica e o número de deputados. Esta composição garantia aos Estados mais populosos um número maior de representantes. Os estados de São Paulo e Minas Gerais, enquanto os mais populosos, defendiam a direção política do governo para a sociedade. A modificação do Código Eleitoral alterava essa correlação de forças no interior do espaço institucional. Ao fixar um número limite para a eleição dos deputados paulistas, colocava óbices para que os políticos destes Estados pudessem vir a projetar seus interesses a nível nacional.

Visto por este ângulo, o Código eleitoral indicava que neste novo governo outros setores das classes dominantes passariam a predominar no debate acerca da política encaminhada por Vargas.

Assim sendo, os termos do Código Eleitoral balizaram e reforçaram os argumentos dos representantes dos empresários de que o governo de Getúlio Vargas era oposição a estes e caracterizava-se enquanto um governo sem proposta e de caráter eleitoreiro e, portanto, aposto aos interesses dos empresários.

No movimento de 1932 esta oposição é demarcada. A bandeira da constitucionalidade se instaura como solução a "crise" vivenciada pelos empresários. Em nome do Estado de Direito, a burguesia procurou retornar e continuar sua prática "civilizadora" de controle social, construída ao longo de sua constituição e experiência de dominação.

Além disso, para os empresários, aceitar essa diretriz implicava perder para as forças que apoiavam o Governo Vargas, pois estas não tinham a mesma proposta de organização do mercado de trabalho. Estariam assim comprometidas toda a propaganda e proposta constituída pelos empresários paulistas ao longo do período da "velha república" explicitada na plataforma de governo derrotado pelos varguistas.

A burguesia paulista procurou, então, rearticular-se aglutinando em torno da sua proposição as dissidências políticas e em oposição ao governo Vargas como: as Associações Patronais, partidos políticos, intelectuais. Esses interesses ficam expressos no Manifesto das Classes Conservadoras, lançado em 12 de julho de 1932:

"... as associações representativas das classes conservadoras paulistas hipotecando a sua solidariedade ao movimento pró-constitucionalista no Brasil e ao governo do Estado de São Paulo , pedem ao comércio e a indústria que retomem imediatamente a sua atividade normal e concedam todas as facilidades para que seus auxiliares possam prestar a seu concurso as autoridades, alistando-se nos batalhões que vão incorporar o exército da restauração da ordem..."³⁵

Essa rearticulação evidenciou que a volta ao país legal ou de Direito tornava-se fundamental para que os protagonistas deste movimento readquirissem respaldo para dar continuidade e retomar a condução de seu projeto de controle social. A formação da Frente Única Paulista expressava um movimento de maior coesão das classes dominantes paulistas com vistas a assegurar , no espaço legislativo o credenciamento de seus interesses.

Sob a bandeira da Constituinte os empresários buscavam diluir a possibilidade de participação dos trabalhadores a partir das questões levantadas pelos movimentos de resistência . Uma das formas de redirecionar as questões colocadas pelo movimentos dos trabalhadores consistiu no chamamento ao debate constituinte. Sendo assim, instituir o espaço legislativo e portanto legal possibilitaria tratar as posições conflitantes de forma estanque e isolada do confronto público entre trabalhadores e empresários. Seria a forma "civilizada" e, conseqüentemente, característica do Estado de Direito.

Assim, longe de representar a simples recusa do empresariado, a legislação do trabalho tinha como fundamento a desconfiança dos empresários da FIESP no que se refere a possibilidade

35. Assinaram este Manifesto: Associação Comercial de São Paulo, FIESP, Sociedade Rural Brasileira, Associação Comercial dos Varejistas, Centro dos Comerciantes Atacadistas, Camara do Comércio Importador, Bolsa de Mercadorias, Centro de Comércio e Indústria de Madeiras, Liga do Comércio de Louça e Ferragens, Convênio das Cias de Armazens Gerais, Associação dos proprietários dos Hotéis, Bares e Restaurantes. Circular da FIESP, 1932.

desses mecanismos legais tornarem-se uma diretriz política que legitimasse novos agentes do poder público, diretriz essa pautada em interesses outros que não aqueles constituídos ao longo de sua experiência anterior.

Visto pelo ângulo das instituições, entidades e Associações Patronais que estiveram a frente do movimento nota-se que o empresariado paulista foi um dos principais interessados na deflagração do movimento armado. O empresariado e em particular aqueles que assumiam posição de direção na hierarquia da composição das classes dominantes, isto é, aqueles que controlavam o grande capital agrícola, industrial e comercial - financeiro, viam no movimento a possibilidade de criar um fato político capaz de mudar a direção dos acontecimentos.

Para esta fração das classes dominantes, o movimento armado possibilitaria uma maior articulação e união das classes conservadoras, adjetivo, atribuído a si mesmo, enquanto agentes que tinham por responsabilidade fundamental estabelecer as condições que viabilizassem a manutenção da reprodução do capital sob seu controle.

No conjunto das Associações Patronais e entidades envolvidas na organização do movimento, a FIESP e as instituições de "caráter científico e cultural" desempenhariam papel singular, na coordenação e organização do movimento. À FIESP coube o papel de maior relevância na administração e organização das atividades da guerra. A mobilização industrial para o fornecimento dos materiais bélicos e industriais ficou sob sua incumbência, o mesmo podendo ser dito quanto a definição das táticas de combate, a organização dos recursos financeiros, a articulação junto aos empresários industriais e a produção e distribuição dos utensílios necessários ao movimento como fardas, alimentação, calçados,

assistência médica e treinamento.

As empresas paulistas e entre elas a indústria ferroviária coordenadas pela FIESP, subsidiaram e se colocaram à disposição do combate. As oficinas das Estradas de Ferro Sorocabana e Paulista alteraram sua produção produzindo material bélico, trens blindados, improvisaram trens hospitalares e colaboraram na distribuição de alimentos, armas e soldados.

A modificação do cenário industrial, a transformação da natureza da produção industrial, sua versatilidade e competência tornavam-se um meio para demonstrar que a mesma capacidade de produzir e controlar o mercado de trabalho era capaz de resistir as imposições do novo governo. A guerra conduzida, segundo padrões de organização, disciplinarização e eficiência constituía-se um dos meios de reafirmar o poder político dos empresários.

"... diria que desejaria que a guerra demorasse um pouco mais para que se completasse todo este trabalho enorme que está sendo preparado nesta grande forja, dirigida por verdadeiros demônios, não posso porém, dizer que desejaria a guerra por que não quero o sacrifício de nossos soldados, mais, sob o ponto de vista de nossos interesses gerais pois é de se espantar o espírito de organização que vemos por todo o estado, desejaria que a guerra durasse um pouco mais para que o Brasil aprendesse com São Paulo tudo o que aqui hora se faz..."³⁶

Pode-se dizer que a guerra, além de demonstrar o poder político dos empresários, aliás muito bem compreendido pelo interventor, representou também um momento específico para esses empresários medirem sua potencialidade no que diz respeito a arregimentação de forças engajadas nos seus propósitos. Esta potencialidade era a própria capacidade de unir as dissidências em torno de um mesmo propósito, ou seja, de uma mesma proposta de organização das relações sociais.

36. Simonsen, C.R. A Indústria em Face da Economia Nacional, in: REVISTA DOS TRIBUNAIS, 1937, p.10.

A guerra, neste aspecto, foi também uma forma de expor concretamente o que antes era apenas comunicado através dos pareceres, propostas e discursos desses empresários. A própria descrição do relator indica que o movimento armado expressou a produção e capacidade de organização daqueles que estavam na coordenação do movimento, isto é, sua presença enquanto força política.

Assim, o desejo de que a guerra continuasse, apesar de representar a morte para aqueles que estavam no front, manifestava a intenção do empresariado paulista em demonstrar que o seu poder estava lastreado na experiência de controle, adquirida no processo de desenvolvimento e urbanização de São Paulo. Logo, o "desejo" de que esta guerra perdurasse revela que o empresariado almejava colocar a sua proposta como referencial para as demais classes dirigentes do país. Este referencial, em outras palavras, era propor que o "Brasil aprendesse com São Paulo" o modo como se conduz a experiência de controle social.

Para além destes aspectos, a guerra civil demonstrou, outro trunfo dos empresários, seu movimento deveria se respaldar no apoio popular. Este apoio era imprescindível para a viabilização de seus propósitos. Para tanto, o empresariado desenvolveu uma série de estratégias capazes de arregimentar esta participação.

Nas empresas, como nas ferrovias, os trabalhadores "dispostos a ingressar" na luta tiveram abonados seus dias de trabalho e contaram com amplo apoio dos empresários, no que se refere a assistência familiar.

Os desempregados, os excluídos do mercado formal de trabalho foram convocados a integrar os batalhões do exército civil, a partir da afirmação de valores anteriormente denegados pe

los empresários. A mudança de ótica no que diz respeito a participação de certas comunidades de trabalhadores pode ser identificada na imprensa comprometida com o movimento.

Em relação ao batalhão de soldados negros (A Legião Negra) a Platéia trouxe a seguinte referência:

*"... comandei homens de diversas raças, diz o comandante J. Laffayette, e de todas as cores. A rigor a massa é a mesma, mas se distinção, eu tivesse que fazer com o branco, era a favor do preto. O bom educador conquista-lhe rapidamente a simpatia, a dedicação. O branco é arisco, se me impusesse a escolha não haja dúvida. Viva o preto..."*³⁷

Neste relato, observa-se a perspicácia destes articulistas quando fazem a distinção entre brancos e negros. Valorizar o trabalhador negro, a partir dos critérios de cor, significava dizer, que apesar das "diferenças raciais", estes, quando o bem conduzidos poderiam participar do "movimento cívico". Neste momento, face a necessidade da participação popular resgatava-se o passado valorizando a presença dos imigrantes africanos na construção da ordem social. Os nomes dos batalhões, a exemplo, o batalhão "Negro Henrique Dias", simbolizaria o "passado heróico". Assim, a possível solidariedade entre as classes estaria plantada na defesa dos interesses amplos da sociedade e não a partir de sua condição de trabalhador.

Com os grupos indígenas esse propósito fica mais transparente, quando os jornalistas tecem elogios a participação destes grupos:

*"... todos homens já familiarizados com a civilização e por isso mesmo acorreram ao apelo das armas e, favor da causa dos constitucionalista... Os valentes brasileiros empiricamente sabem que não podemos viver sem ordem a merce de um governo inescrupuloso e desconhecedor dos princípios da justiça humana."*³⁸

37. Platéia - 13 de setembro de 1932.

38. Diário de São Paulo. 07 de agosto de 1932.

Outro segmento importante para respaldar o apoio popular foi a exaltação da participação da mulher paulista. Estimular o seu envolvimento neste movimento foi, para seus organizadores, de extrema importância. As mulheres, segundo o novo código eleitoral participariam do próximo pleito eleitoral. O movimento em prol da constituinte tornava-se oportuno para delinear os limites de sua participação política.

No movimento, esta participação esteve restrita a duas funções extremamente diferenciadas, expressando a própria natureza de classes. Coube às mulheres dos empresários o papel de arregimentar e persuadir seus pares (femininos) quanto ao significado do engajamento no movimento, através de chás beneficentes, serviços filantrópicos e campanhas para angariar fundos valorizava-se a sua presença. Sua função também se destacava enquanto modelo para o comportamento das mulheres trabalhadoras, caberia a essas "mães, donas de casa..." criar o ambiente emocional no público, para fortalecer o engajamento na guerra. Seus comportamentos reforçavam os valores de sacrifício, fadados as "mulheres guerreiras", na defesa da causa do movimento cívico constitucional.

Penso que a experiência de envolvimento das mulheres nesta guerra foi diferenciado. Para as mulheres trabalhadoras, cujos filhos e maridos iam para o front, o engajamento no movimento apresentava outro significado. A família, a solidariedade eram balizados em outros valores e a morte na guerra era um virtual risco. Diante desta possibilidade essas trabalhadoras agiram no sentido de defender seus filhos, maridos, amigos, através dos serviços prestados. As inúmeras costureiras, enfermeiras, cozinheiras mais do que contribuir com a causa, defendiam a sobrevivência.

Nesse sentido, se a participação da "mulher" tornou-se efetiva, há que se considerar a diferença de expectativas e experiências que moveram suas ações.

Por outro lado, é importante sublinhar que a luta das mulheres trabalhadoras em prol da melhoria de suas condições de vida e trabalho era bandeira histórica de mobilização. Quando os representantes da FIESP buscam valorizar a participação dessas trabalhadoras não a partir de suas lutas, mas enquanto gênero, intentam estabelecer o "padrão de mulher" que reafirmaria os valores das classes dominantes. O individualismo, a competitividade e sua presença no mercado de trabalho respaldaria seu "direito a participar das decisões políticas".

Observando a valorização da mulher nos veículos de comunicação, como na Rádio e na imprensa escrita, percebe-se como os discursos apresentaram todo um teor romântico, poético, buscando atingir a sensibilidade feminina. Neste aspecto, o movimento armado possibilitou a emergência de novas práticas de controle social. A sensibilidade feminina foi amplamente divulgada, como meio de comoção social.

*"... Ninguém entretanto vos iguala na extensão do sacrifício, quando vos despojaes de vossos adereços, quanto deixeis cair no anonimato dos donativos os vossos colares e as vossas pulseiras, os vossos broches e os vossos anéis confundindo no mesmo destino sagrado um escrutínio que, além do valor real, ostenta o prestígio secular e o estigma de gerações inteiras..."*³⁹

A poesia, os versos e a música, enquanto fonte de comunicação foram amplamente divulgados com a finalidade de introjetar a pertinência do envolvimento das mulheres na causa paulista.

Em relação as mulheres trabalhadoras os meios de comunicação visavam, sobretudo, convencê-las a assumirem novo papel

39. Picchia, Menotti Del. A REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE 1932.

na sociedade. Não mais como trabalhadoras e sim como "gênero" desvinculado de sua condição social. Ao homogeneizar a mulher enquanto "mãe, dona de casa, guardiã das tradições" procurava-se estabelecer um novo parâmetro para a identificação das mulheres, diluindo as experiências de identificação a partir dos problemas comuns enfrentados no seu dia a dia.

É possível perceber que os veículos de comunicação não faziam apelo somente as mulheres, índios, negros imigrantes e crianças. Implicitamente, estimulava a presença dos trabalhadores em geral. A tentativa de denominar categorias como raça, gênero e profissão apresentava a finalidade de eliminar a existência das diferenças de classes e mesmo excluir o movimento de oposição entre os trabalhadores.

Falar em "povo", de uma consciência cívica, acima das diferenças e dos conflitos sociais vivenciados, tornava-se um artifício necessário para imprimir a coesão a população paulista. A força política dos empresários paulistas estaria também expressa nesta capacidade em articular interesses divergentes em torno de seus interesses específicos.

A experiência em promover os valores das classes dominantes como princípios respeitados pelos trabalhadores era uma prática há muito desenvolvida, particularmente pelo empresariado paulista. No movimento armado esta postura ganha maior dimensão, a medida em que conduz esta experiência localizada nas grandes empresas para o âmbito da sociedade.

Por este ângulo, é possível admitir que o movimento armado se traduz numa vitória e no aperfeiçoamento das práticas de controle social.

Assim, os vários mecanismos de mobilização utilizados pelos empresários, encontravam ressonância junto a algumas cate-

gorias de trabalhadores. A forte presença de ferroviários, comerciários e bancários no movimento armado explicitava não apenas um apoio popular, mas sobretudo, reafirmava publicamente a experiência de controle social dos empresários. Essas categorias possuíam padrão de vida e comportamento de modo a valorizar o trabalho a partir de princípios de colaboração. Essas práticas eram incentivadas pelos empresários, uma vez que diferenciavam esses daqueles que assumiam uma postura de resistência organizada.

A valorização do trabalho pela ascensão na hierarquia da empresa, adequação de comportamentos e atitudes de acordo com normas disciplinares, ou mesmo, a luta pela melhoria das condições de vida, a partir da sua relação com a empresa, eram práticas e valores assimilados por estes trabalhadores na sua própria experiência e que acabavam por reforçar a autoridade dos empresários. Autoridade esta que balizava-se em formas individualizadas de negociação, gestão dos conflitos e reivindicações dos trabalhadores. Sua participação no front ou na retaguarda do movimento armado significava o respaldo necessário para os empresários demonstrarem a sua força quer para os novos governantes, quer para buscar a adesão de outros trabalhadores ao movimento.

No meu entender, esta participação pode ser compreendida sob dois aspectos fundamentais. O primeiro diz respeito a demonstração de força aos novos governantes, bem como ao conjunto das classes dominantes. O segundo, a projeção proporcionada, pela participação destes trabalhadores no sentido de prescrever a imagem do trabalhador brasileiro, como cumpridor de seus deveres, enquanto indivíduo, defensor da ordem constitucional, modelo ético de cidadão, almejado pelo empresariado paulista - o "Trabalhador Nacional".

Se parcela expressiva de trabalhadores participou de modo consentido no movimento, para outros, esta escolha não foi espontânea. Aqueles que trabalhavam nas empresas responsáveis pela produção de recursos materiais para a guerra parecem ter sofrido pressões, uma vez que as modificações no processo de trabalho, o aumento e o ritmo da produção eram determinados pelos engenheiros que coordenavam a mobilização.

A coerção na execução das tarefas pode ser resgatada na fala de Roberto Simonsen, quando relata o aumento da produção industrial e o aperfeiçoamento da organização do trabalho:

*"... Assim as fábricas mobilizadas tiveram ampliados os seus quadros de empregados e operários devido a intensificação do trabalho diário e noturno, assegurando o fortalecimento de matéria prima e financiamentos para arcarem com os pesados onus acarretados pelo movimento..."*⁴⁰

"... nenhuma fábrica deve parar sem prévio aviso a esta Associação..."

*Neste momento o trabalho nas fábricas e uma demonstração de patriotismo..."*⁴¹

Examinando o conjunto de entidades, partidos, instituições, categorias profissionais que estiveram a frente da organização do movimento, percebe-se o papel relevante assumido pelos meios de comunicação. A imprensa diária e radiofônica, a imprensa tradicional paulista (OESP, Folha da Manhã e A Noite, Gazeta, Diário da Noite) e outros periódicos, criados com o intuito de dar cobertura ao movimento, como o: Jornal das Trincheiras, 9 de Julho, A Estrela, Farol da Revolução, Jornal de São Paulo, O Separatista, O Libertador, O Século, O Legionário, O Operário expressavam as tendências políticas que apoiavam o levante de 1932.

40. Morgan, Arthur. A INDÚSTRIA E O MOVIMENTO CONSTITUCIONALISTA DE 1932. Publicação FIESP, p.157.

41. Oliveira, Clóvis. AS INDÚSTRIAS E O MOVIMENTO DE 1932, p.61.

A imprensa de caráter permanente e a emergente visavam conchamar a população a participar do movimento. Os articulistas destes jornais constituíram-se de intelectuais de renome no meio do empresariado paulista.⁴² A respectiva formação intelectual era voltada para traduzir e expressar a "realidade do país" através da linguagem poética e literária. Porém, com esta formação **bacharelesca e literária** não atingiam a maior parte da população analfabeta e semi-analfabeta. Embora muitos destes intelectuais comungassem os mesmos valores dos empresários suas formas de comunicação se mostravam distantes dos conflitos sociais existentes no país. Seus discursos, apesar do tom crítico, não convenia aqueles, cuja causa os empresários procuram arregimentar. No movimento, ao veicular e mobilizar, através de versos, músicas e poemas dando-lhe um caráter "romântico e nostálgico", acabavam por esvaziar o significado dado pelos empresários ao movimento.

Os intelectuais ao conjugar valores como os da tradição, família e os heróis do passado Bandeirante como importante motivo de luta afastavam mais do que envolviam agentes, cuja participação era necessária ao movimento. A linguagem poética, rebuscada com a retórica cientificista, fazia-os incompreendidos, pela maioria da população. O chamamento à causa era realizado através de um vocabulário pouco coloquial:

*"... O inimigo fingindo-se de irmão, invadiu-a desfê-la, lesou-a, reduziu-a a, senzala a prisão. Não há crime! Abençoada que seja toda a ação que se opõe ao labêu e que importa morrer? Que nos valha a consciência de um justo porvir E mister rechazar a canalha!! Redimir, Redimir, Redimir..."*⁴³

42. Picchia, Menotti Del. Monteiro Lobato, Cassiano Ricardo, Paulo Setubal, Guilherme de Almeida, Mario de Andrade, Alfredo Ellis, Origenes Lessa, Camargo Guarnieri, e outros. Op. cit., p.83.

43. Idem, p.82.

Este problema posteriormente foi levado em consideração, quando os organizadores do movimento procuraram repensar a importância dos meios de comunicação como instrumento de indução política dos trabalhadores às eleições para os deputados da constituinte. Questão esta que será aprofundada no próximo capítulo.

Em relação ao rádio, é interessante frisar que este , ao contrário da imprensa jornalística, conseguiu alcançar um grau maior de influência junto a população pelo fato de adentrar indistintamente nas moradia da capital e do interior do Estado de São Paulo. A necessidade do emprego da linguagem oral forçara os intelectuais a modificar as mensagens para imprimir aos discursos um perfil popular.

A rádio Record, a Cruzeiro do Sul, os jornais e periódicos eram de propriedade dos mesmos empresários que estavam a frente do movimento de 1932. Estes, ao mesmo tempo atuavam na organização do movimento expressando a resistência política ao novo governo, sendo igualmente responsáveis pela divulgação e defesa dos valores que queriam ver assimilados por toda a sociedade brasileira:

*"... O Radio foi quase a única arma de divulgação dos propósitos paulistas e o único e eficaz elemento de projeção nacional..."*⁴⁴

A experiência da utilização do Rádio, durante o movimento armado, possibilitou aos empresários redimensionar o alcance deste meio de comunicação. Antes o Rádio configurava-se como um empreendimento lucrativo pela venda de comerciais e propaganda informativa, tendo como função prestar aos ouvintes momento de lazer e diversão, programas musicais, jornal informativo. No movimento de 32, a experiência da utilização da rádio, e "bata-

44. Picchia, Menotti Del. Op. cit., p.70.

lha sonora", desencadeada, através do confronto e disputas entre as várias rádios, amplia a visão dos empresários sobre o alcance deste meio de comunicação. O rádio começa a ser visto, como um instrumento político, capaz de formar a opinião pública.

Para os empresários paulistas, o rádio torna-se excelente veículo para externar a nível nacional seus propósitos. Através deste importante veículo o significado da resistência paulista tornara-se conhecido a nível nacional e possibilitou aos empresários demonstrar o sentido "cívico e moral" de seu movimento. Mais precisamente, tiveram a oportunidade de tornar conhecidos a nível de território nacional, políticos de renome da esfera estadual, e assim, iniciar o processo de credenciamento de seus representantes para as eleições constituintes.

Assim, o discurso cívico, patriótico, transmitido através da rádio, transformou-se em importante catalisador e formador do eleitorado para o exercício do voto na constituinte. Analisando o teor das mensagens, veiculadas pela imprensa oficial do levante, percebe-se que o inimigo com que se defrontam não era apenas o novo governo. Os discursos permitem inferir, pelo tom anti-comunista apresentado, que este era momento oportuno para desqualificar tendências e partidos, que iriam disputar junto a eles o espaço de debate na constituinte.

Ao aproximar a proposta do novo governo dos pressupostos comunistas buscavam glorificar a identidade das classes dominantes paulistas, como capazes de redirecionar e dar continuidade a um projeto social, no qual se globalizava os trabalhadores em um mesmo imaginário social:

*"E a luta contra a treva:
do bem contra o mal,
contra o miasma*

de Jesus contra Lenine

*Nos somos o lar, a religião, a tradição, o passado o futuro, o sangue! brasileiramente, catolicamente."*⁴⁵

Deste modo, o teor dos discursos frisava a identidade comum dos empresários como pressuposto da qualificação dos futuros candidatos constituintes. A lembrança de que no passado as classes dirigentes possuíam uma característica comum, ou seja, de serem imigrantes e filhos daqueles que "colonizaram São Paulo e edificaram a civilização paulista" era um apelo, forte e preciso, para angariar eleitores, não apenas pela condição de serem empresários, mas por serem os responsáveis por tudo aquilo que conseguiram demonstrar para a sociedade através do movimento.

De outro lado, com estes discursos contra-atacavam as tendências de esquerda. Ao classificar os comunistas como inimigos da Pátria, causadores da desorganização social, estes dirigentes procuravam eleger novos parâmetros para a oposição sistemática aos "comunistas".

Além da imprensa, as instituições religiosas constituíram um outro meio de arregimentação a causa paulista. Dentre elas, destaca-se as instituições católicas. Seu discurso muito próximo dos discursos do empresariado fortalecia a consciência cívica que os organizadores pretendiam delinear ao movimento.

Historicamente, a militância católica expressava sua presença na gestão da sociedade, sua influência entre as camadas burguesas e trabalhadoras era incontestável. Criaram partidos políticos, entidades assistencialistas e sindicatos católicos em contraposição as tendências autônoma e comunistas, que emergiam no movimento organizado dos trabalhadores.

45. Picchia, Menotti Del. Op. cit., p.83.

Muitos empresários católicos militavam sob a ótica da Doutrina Social Católica e buscavam atribuir as tendências comunistas a responsabilidade pela desordem social. Os trabalhadores, através dos princípios católicos colaboravam para a defesa do patrimônio cultural da sociedade.

A partir de 1932, com o aceno à constituinte pelo governo de Vargas, as entidades católicas, reiteraram sua participação criando um organismo capaz de mobilizar agentes católicos para as eleições na constituinte. A LEC (Liga Eleitoral Católica), foi reabilitada e criou critérios para a participação dos católicos na escolha dos candidatos constituintes e promoveu o alistamento eleitoral:

*"A LEC tem por fim arregimentação eleitoral de todos aqueles que aceitaram o seu programa, no que se refere ao exercício do direito do voto, pugnano pelos ideais católicos na vida política brasileira."*⁴⁶

Através do movimento armado, a Igreja Católica paulista obteve oportunidade de arregimentar o eleitorado católico e indicar os representantes do empresariado sintonizados com os princípios sociais desta instituição. A valorização nos discursos da tradição moral católica reafirmava o "passado" justificador da ordem "democrática", consolidada antes de 1930. Em função desta valorização e aproximação de discursos, o movimento armado pode ser considerado, pelo ângulo da mobilização dos católicos, o fortalecimento do projeto do empresariado, em relação aos demais projetos alternativos para a sociedade.

A eleição dos valores católicos, como avalistas e justificadores do passado histórico e da identidade nacional dos

46. Lustosa, Oscar F. A IGREJA E A POLÍTICA NO BRASIL - DO PARTIDO CATÓLICO À LEC "1874 à 1945" Coleção Cadernos de História da Igreja no Brasil, vol.3. São Paulo: Ed. Loyola, 1983, p.104.

empresários, permitia esses emergirem no cenário público como agentes preocupados com o "Bem Estar Social". Esta declaração pública, transmitida nos meios de comunicação, tinha um fim prático, ou seja, de aproximar militantes católicos ao projeto de controle social construído pela burguesia paulista. Embora a militância católica postulasse a preocupação com os "valores humanitários", sua aproximação com os valores éticos do empresariado servia para fortalecer não só a resistência ao governo como também fortalecer a moral do trabalhador requerida pelos empresários.

Nesse sentido, eleger os signos católicos "tradição, família, propriedade e religião" significava fundamentar o poder temporal dos empresários, a partir de pressupostos atemporais que revigoravam a condição de subordinação aos interesses do empresariado paulista:

"O povo brasileiro, sendo pelas suas convicções, pela sua história e pela esmagadora maioria, católico, reconhece individualmente essa subordinação preliminar do homem a Deus, do relativo ao absoluto, do imperfeito ao perfeito.

... Se portanto quer o governo brasileiro reatar os laços íntimos com o povo, precisa proclamar também a subordinação coletiva do Brasil como sociedade, a Deus, princípio e fim de todas as perfeições sociais..."⁴⁷

Além disso, é importante frisar que quando se definiu o inimigo comum - o comunismo - se definiu simultaneamente os aliados. No movimento armado, o empresariado paulista demonstrou sua capacidade de construir um arco de alianças capaz de fortalecer e defender seus interesses no âmbito da constituinte. Sua vitória política ficou configurada em sua capacidade de organizar o movimento, e, ao mesmo tempo, estabelecer alianças que fortaleciam, a nível nacional, o seu projeto de controle social.

47. Lustosa, Oscar F. Op. cit., p.107.

Embora Roberto Simonsen tenha tido uma presença marcante no movimento de 1932, como articulador entre a FIESP e as demais instituições envolvidas com a causa, é interessante notar que, em seus discursos posteriores a 1932 tentou minimizar o significado político de sua participação. No entanto sua participação como presidente da FIESP demonstrou como os empresários eram os principais afetados com o diferente reordenamento das relações entre o poder público federal e a sociedade.

Para a FIESP, a explicitação pública da capacidade de organização e competência do empresariado paulista, além de expressar o movimento de resistência dos empresários, tornou-se um veículo para comunicar a sociedade a existência de um projeto articulado e fundamentado na experiência da construção de mecanismos de controle social à partir da luta/resistência organizada ou não dos trabalhadores. Através da guerra, o empresariado paulista reafirmaria perante as demais classes dominantes, a necessidade de estabelecer princípios comuns para a condução de um projeto de controle social para a "nação". Esta unidade nacional deveria estar vinculada à execução socializada das práticas de controle constituídas em São Paulo. Forjar a identidade do trabalhador nacional, constituía o escopo da proposta política do empresariado paulista.

Deste modo, se o movimento armado configurou-se enquanto defensor do Direito, o potencial demonstrado pelo empresariado e o afincamento com que se dispuseram a levar seus ideais, acabavam por revelar que este Estado de Direito tornava-se fundamental para a efetivação de seu projeto político para a sociedade. Direcionar o debate sobre as questões referentes aos trabalhadores para o espaço constitucional significava dar continuidade, ao projeto de controle privado dos conflitos sociais e ampliar o controle desta cidadania, em nível nacional. O Estado

constitucional abria a possibilidade de que as lutas vivenciadas no espaço público se limitassem a critérios definidos pelos empresários e seus aliados. No espaço parlamentar estariam formulados o alcance e os limites do que compreendiam e defendiam como princípios democráticos.

Este movimento, mais que expressar vitórias ou derrotas entre as classes dominantes em conflito, significou para a burguesia paulista um momento de aprendizado e reformulação de suas antigas práticas. A necessidade de aproximação com outros projetos políticos das classes dominantes, bem como a reavaliação dos limites das instituições por elas implantadas indicaram que para conduzir na constituinte sua proposta novas instituições e diferentes práticas se faziam necessárias. Daí, o empresariado investir em novos mecanismos, como as instituições culturais e científicas, capazes de veicular a nível nacional seu projeto de controle social. Questão esta que será abordada nos capítulos posteriores.

CAPÍTULO III

O APRENDIZ DE FEITICEIRO

"As classes não existem como categorias abstratas - platonicas - mas apenas na medida em que os homens vem a desempenhar papéis determinados por objetivos de classe, sentindo-se pertencentes as classes, definindo seus interesses tanto entre si mesmos como contra outras classes."

E.P. Thompson

No capítulo anterior busquei remontar as práticas e rearticulações do empresariado paulista, no que se refere as várias investidas encetadas para ampliar sua proposta política para a sociedade.

A meu ver, o movimento de 1932 constituiu um fato político criado pelo empresariado para excluir a participação de parcela dos trabalhadores organizados na definição da nova configuração do Estado e redimensionar sua atuação para o espaço constituinte, compreendido como legítimo para a realização do debate sobre a reorganização da sociedade, em particular as relações entre trabalho e capital.

Neste espaço de "direito" os empresários paulistas buscariam credenciar-se, não como parceiros no diálogo, mas sobretudo como aqueles que definiram o tom para a análise dos problemas que mais evidenciavam o contraste entre seus interesses e o dos trabalhadores.

Neste sentido, o movimento de 1932 revelou a habilidade política do empresariado, vinculado às entidades patronais, para obstruir propostas que colidiam de frente com seus interesses.

O movimento armado contribuíra igualmente para que o "governo provisório" tomasse medidas que indiretamente proporcionassem aos empresários condições favoráveis para a realização de uma "Constituinte", onde a participação dos trabalhadores fosse diminuta e pouco representativa.

O estado de sítio, a censura, a imprensa, a expulsão das lideranças do movimento dos trabalhadores organizados, a invasão dos sindicatos que se negavam a atrelar-se ao Estado, a proibição das manifestações públicas criaram o clima favorável, para que a nova Constituinte fosse elaborada sem a participação mais ampla da sociedade.

Vale dizer que estas atitudes repressivas e autoritárias do governo provisório estender-se-iam por todo o período em que foi realizada a Constituinte.

Embora as medidas repressivas colocadas pelo governo federal visassem deter as aspirações dos insurgentes e a dos trabalhadores, tratando de modo indiscriminado sujeitos que apresentavam interesses diferentes percebe-se que a perseguição política por parte do governo não seguiu a risca as prerrogativas das medidas de exceção. A repressão garantiu somente o afastamento daqueles que sendo o principal alvo não puderam emitir opiniões e defender seus propósitos, uma vez que foram presos ou banidos do Brasil. A repressão contribuiu, ainda, para que o debate constituinte não envolvesse parcela significativa da população trabalhadora.

Apesar da cassação de várias lideranças políticas envolvidas no movimento armado, observa-se que seus principais protagonistas nada sofreram, ao contrário, reafirmaram a sua participação na esfera do poder público.

Roberto Simonsen, por sua vez, se auto exilou, por pouco tempo na Argentina, retornando ao Brasil para assumir a presidência do Instituto de Engenharia e reiniciar a organização das bases empresariais, em prol da participação no debate constituinte, junto aos empresários que continuaram a exercer suas atividades na FIESP.

Armando Sales de Oliveira, figura de grande expressão na definição da política desta Associação Patronal, foi nomeado, em julho de 1933, como interventor do Estado de São Paulo. A sua escolha provavelmente estaria relacionada ao fato de manter vínculos com o novo governo através da coordenação do projeto de reorganização da administração pública promovida pelo IDORT.¹ Laços anteriores com o ex-ministro da Fazenda, Getúlio Vargas, podem, igualmente, ser apontados, para reiterar que o movimento de 1932, mais que assinalar divergências entre as classes dominantes, significou a reação dos empresários paulistas quanto a possibilidade dos trabalhadores adquirirem direitos políticos que extrapolavam os limites colocados pelos empresários.

Reduzidos os espaços políticos de participação dos trabalhadores organizados e contando com a pouca expressividade do número de votantes para o pleito constituinte, devido ao pequeno número de alfabetizados, a Assembléia Constituinte reatualizaria e confirmaria a manutenção do espaço legislativo como um locus, privado das classes dominantes. A participação de segmentos dos trabalhadores traduzia-se enquanto concessão e expressão de uma carta com certa "feição democrática".

Porém, para o empresariado paulista esta conquista explícita, adquirida por intermédio do movimento armado, não era suficiente para garantir, através da Constituinte, as leis que

1. Ver: Antonacci, M. Antonieta M. VITÓRIA DA RAZÃO (?) O IDORT E A SOCIEDADE PAULISTA. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1992.

deveriam normatizar a conduta política da sociedade. Estas leis, se não acompanhadas pela assimilação de novas práticas e valores, poderiam ser burladas mediante o fortalecimento do movimento dos trabalhadores organizados.

Era preciso que se visualizasse o espaço constituinte como norteador dos conflitos sociais, em outras palavras, que creditasse aos representantes, ali presentes, a função de pensar e gerir a solução para os seus problemas.

Definidos os critérios de representação para as forças políticas que participariam no debate constituinte, os empresários iniciaram a campanha eleitoral. Para as eleições dos seus interlocutores e das demais classes dominantes, articularam a Frente Única por São Paulo, composição esta em que participaram políticos há muito engajados na defesa da experiência de controle desenvolvida neste Estado, por lideranças religiosas e representantes femininas, presentes no movimento de 32. Para a eleição dos deputados classistas, estabeleceram uma série de negociações capazes de tornar elegíveis interlocutores capazes de imprimir pressupostos a nova Constituinte ditados pelos empregadores.

O credenciamento dos representantes do empresariado, porém, não se realizaria com a publicização dos interesses da FIESP e das demais entidades patronais a elas vinculadas. Assim, como nos demais movimentos de reação aos trabalhadores, os empresários agiram de forma velada e por intermédio dos canais tradicionais de participação política, partidos, intelectuais, Instituições Acadêmicas.

Além da composição da Chapa Única para concorrer a eleição Constituinte, os empresários paulistas articulariam novas estratégias com o intuito de fortalecer suas posições e ampliar sua proposta para a sociedade.

Assim, se antes coube exprimir sua resistência aos rumos da política adotada pelo governo provisório, através do movimento armado, agora, caberia criar novas condições para que suas propostas obtivessem o apoio/respaldo no espaço Constituinte. As táticas de oposição deveriam ser modificadas, principalmente porque a bandeira de luta, a Constituinte, fora vitoriosa. A oposição ao governo Vargas teria que ser direcionada para outras modalidades de ação que, inclusive, tornasse desigual e distinta a disputa entre os vários projetos das demais classes dominantes.

De acordo com as normas do "Estado de Direito", o confronto e disputa, entre os vários projetos para a sociedade no espaço da Constituinte, se realizavam pelo voto antecedido do debate político, baseado no convencimento. Assim, possuir um discurso "bem elaborado e fundamentado" consistia na demonstração de habilidade política. A elaboração de uma nova modalidade discursiva se firmava na capacidade de desqualificar os demais projetos políticos, cuja derrota se fazia com a persuasão e auto domínio dos representantes dos empresários. A presença destes, em plenário, identificava e qualificava uma nova conduta de ação política no interior do espaço do poder público.

Determinadas as datas para o pleito eleitoral dos deputados a Assembléia Constituinte, o empresariado paulista teceu uma nova e diferente estratégia para credenciar suas propostas e, em particular seus representantes políticos.

Esta estratégia consistiu na criação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, inaugurada em 27 de maio de 1933, na capital do Estado de São Paulo.

Na concepção dos empresários que planejaram e financiaram a Escola, esta deveria subsidiar a atuação do empresariado em seu propósito de vir a ocupar a direção da política federal.

De imediato, esta instituição deveria apresentar como função prática o respaldo dos discursos dos representantes das classes dominantes paulistas, organizadas em torno da Chapa Única. Este respaldo seria: homogeneizar e organizar a experiência dos empresários em uma nova modalidade política discursiva - o discurso científico - linguagem cifrada, capaz de diferenciar e uniformizar seus representantes como portadores do "saber competente".

Acompanhando os passos da Escola, durante o período Constituinte, vimos que suas principais atividades estiveram voltadas tanto para a divulgação dos candidatos da Chapa Única, como para a elaboração de emendas que seriam defendidas por esses representantes na Constituinte. Para aquele ano, a direção da Escola patrocinou cursos regulares, conferências, entrevistas, organizados segundo a ordem de realização dos trabalhos constituintes.

Para as palestras, que deveriam reforçar o posicionamento dos empresários, foram convidados intelectuais de renome que, além de possuir habilidade para discursar em plenário/público, eram consagrados como profissionais, tanto no nível nacional como internacional. Esta modalidade de argumentação fazia parte da artimanha dos fundadores da E.L.S.P. no sentido de buscar identificá-la como instituição integrada ao debate e as preocupações de caráter internacional, pois era assim que os empresários paulistas se firmariam como aqueles que estariam em sintonia com os problemas sociais próprios "da evolução do capitalismo internacional":

".... na organização do mundo moderno o desenvolvimento contínuo do progresso e do enriquecimento dos povos deve ser admitido como estado normal; períodos estáticos ou estacionários po-

dem ser considerados como situações regressivas. Vivemos num ritmo criado pelo ideal de desenvolvimento em que os povos anseiam a par do aumento das populações pelo enriquecimento contínuo das nações..."²

Os temas das conferências seguiam a ordem das questões que iriam ser abordadas na plenária Constituinte. Divulgar seus propósitos, por intermédio de avaliações fornecidas por profissionais competentes, aparentemente sem vínculos com a Chapa Única, possibilitava que tais questões fossem tratadas "como inerentes a própria formação da sociedade" e não como expressão dos interesses de classes.

"... as crises de origem accidental, que de natureza política, quer de natureza moral ou técnica, são podem ser evitadas pelos aperfeiçoamentos humanos. O desenvolvimento do civismo, da instrução, e do ensino técnico, a vulgarização dos ensinamentos de pesquisas científicas tendem, cada vez mais a melhor preparar a humanidade na orientação de seus verdadeiros interesses, de modo a evitar situações anormais geradoras das crises..."³

Assim, as análises deveriam reforçar a concepção tão cara aos empresários de que os problemas enfrentados pela sociedade contemporânea podiam ser "cientificamente" equacionados pois eram decorrentes do desequilíbrio entre a evolução natural e individual dos agentes sociais e da evolução natural, material da sociedade. Eliminar tal desequilíbrio impunha, a eles, "**as classes dirigentes conscientes**" buscar mecanismos para adequar e capacitar os indivíduos a participar, de modo integrado, no desenvolvimento a sociedade. A ciência/saúde/educação tornavam-se instrumentos propícios e colaboradores para adaptar sujeitos à "**realidade social**".

2. Simonsen, C.R. AS CRISES NO BRASIL/OUTUBRO DE 1930. São Paulo: São Paulo editora Ltda, p.107.

3. Idem, p.10.

Pensando, assim, os representantes dos empresários reproduziam os pressupostos daqueles que afirmavam que os problemas sociais eram decorrentes da própria estrutura do capitalismo. A lógica impressa nas análises balizava a concepção desumanizada, onde a relação de dominação e resistência explícita nos conflitos sociais era pensada enquanto meros acidentes, oriundos da própria condição social do trabalhador.

O redimensionamento destes conflitos fundamentaria-se, na ética racional, na qual os trabalhadores eram tratados como "fatores de produção", pensados como mais um componente das estatísticas e clivagens da estrutura social.

Os temas propostos eram uma forma do empresariado não apenas divulgar seus propósitos, como também edificar uma lógica para a defesa no plenário constituinte. Para reforçar, por exemplo, a proposta relativa a "Discriminação de Rendas", questão historicamente abordada pelo empresariado, foi convidado o engenheiro civil Dr. Henrique Almeida Gomes, diretor do Departamento de Organização dos Serviços Hollerith, do Rio de Janeiro, que defendeu em sua exposição a necessidade da eliminação dos impostos inter-estaduais. Em sua arguição, teceu argumentos fundamentais que vinculavam esta proposta a viabilização da racionalização sobre os tributos:

"... no momento em que a atenção dos paulistas se volta com verdadeira ansiedade para a sorte que lhe será reservada na constituição, no que se refere aos interesses econômicos financeiros do Estado, será de maior oportunidade ouvir sobre o assunto a palavra de um técnico.

*... estabelecerá as diretrizes gerais de um sistema tributário racional em face do Estado Moderno: em seguida entrarei na crítica do ante-projeto constituinte e do projeto constituinte no capítulo referente a discriminação das rendas. A seguir analisarei os problemas da discriminação das rendas no Brasil, definindo a racionalização como doutrina do Estado Moderno."*⁴

4. Diário de São Paulo. 02 de fevereiro de 1934.

Outro tema abordado na Constituinte, discutido pela E.L.S.P., foi a Educação. Para debater a questão foi convidado o prof^o Robert Garric da Sorbone e da Ecole Normale Superior de Paris. Este palestrante falou sobre a "Psychologia Operária e Problemas da Educação Popular", explanando sobre a necessidade de promover "por meios racionalizados" a educação mais "sólida e menos rudimentar do povo, da grande massa, que, sem dúvida, constitui o principal fator de progresso do país". Este tema, aliás, recebeu maior atenção por parte da Escola, que convidara inúmeros intelectuais brasileiros para participar do debate.⁵

Sobre a temática dos serviços públicos, o presidente do Instituto de Engenharia, da Grã-Bretanha Sir Richard Redmayne, pronunciou palestras visando demonstrar a importância da "profissionalização especialização estabilidade dos quadros do funcionalismo público". Em sua palestra, teceu comparações com a condição de trabalho destes agentes em seu país. A racionalização deste setor, segundo ele, estaria firmada em diferentes métodos de seleção, como a "eleição dos funcionários de escalões intermediários e a manutenção da nomeação por indicação para os altos cargos".

Estas colocações contribuíram, assim, para a proposta da bancada paulista de defender os "direitos" do funcionalismo público, sua capacitação técnica e política para a maior eficácia da administração pública. A questão da estabilidade estaria vinculada aos critérios de competência profissional e demonstração desta no tempo de exercício no trabalho. Esta competência só seria confirmada depois de "dez anos de exercício no cargo."

Incluíram-se entre os conferencistas de renome, Guilherme Ferreiro, sociólogo e exilado da França e o ex-ministro

5. Folha da Manhã - 18 de agosto de 1933.

italiano, militante anti-fascista e considerado como "partidário do Regime democrático".

A presença destes conferencistas, diga-se de passagem, colaborou para que a E.L.S.P. fosse admirada pelo "público leitor" e, inclusive, adquirisse, certa respeitabilidade, entre algumas tendências do movimento dos trabalhadores, que estavam organizando movimentos anti-fascistas.

Tanto nas conferências, como nos discursos no plenário da constituinte, a idéia conclusiva que permeava o projeto de controle social, pensado sob a ótica do empresariado paulista, girava em torno da palavra-chave: racionalização.

Este termo era utilizado indistintamente por vários congressistas, porém nos discursos da bancada paulista, assumia perspectiva singular, uma vez que apresentava de modo inovador a organização e sistematização das tradições de controle social constituídas em São Paulo. A vontade política de perpassar o significado do conteúdo desta racionalização enquanto alternativa para a reorganização da sociedade, movia as práticas da bancada parlamentar paulista. Assim, nos discursos e nas propostas traçaram o perfil do que seria a racionalização, reportando particularmente a experiência em andamento no Estado de São Paulo, realçando esta proposta como a mais avançada e conseqüente em relação as demais práticas de controle desenvolvidas nos demais Estados do país.

De acordo com a promulgação do regimento interno da Constituinte, publicado em abril de 1933, ascendia no país o clima eleitoral. Associações de classes, partidos políticos e entidades de classe, mobilizam-se para a eleição de seus representantes a Constituinte. Realizado o pleito, em maio, para os representantes dos deputados pelo voto universal, iniciam-se as negociações e articulações para a eleição dos delegados, que iriam eleger os deputados classistas.

Dentre os 214 deputados que deveriam participar da elaboração dos trabalhos constituintes, 40 seriam eleitos pelo voto indireto, isto é, por intermédio dos seus respectivos sindicatos, enquadrados nas normas instituídas pelo Ministério do Trabalho.

Segundo as regras definidas pela comissão que elaborou o ante-projeto constitucional, o período, entre as eleições dos candidatos e o início dos trabalhos constituintes estaria aberto para o encaminhamento de emendas. Denota-se que o ante-projeto, formulado pela intitulada "Sub-Comissão do Itamarati", teria a prerrogativa de definir e estabelecer antecipadamente as diretrizes gerais, dentro do qual o debate constituinte deveria ser realizado. Por outro lado, o ante-projeto demarcava a presença de forças que compunham o governo provisório. Esta carta de intenções deveria reafirmar princípios e práticas da nova composição política, representada pelo governo Vargas.

O resultado das eleições, a nível das bancadas estaduais, tornou explícito a diversidade de projetos políticos em confronto. Para o novo governo, este resultado apontava um momento oportuno para a redefinição da composição de forças, capazes de imprimir sua diretriz política para a sociedade. Já para aqueles que detinham outra proposta de organização da sociedade, no caso, os empresários paulistas, a constituinte tornara-se o lugar apropriado para apresentar e lutar por uma nova forma de organização jurídica da sociedade, capaz de resguardar seus interesses.

Instalados os trabalhos Constituintes a 15 de novembro de 1933, foi nomeada a Comissão Constitucional para o estudo do ante-projeto e das emendas apresentadas. Esta comissão seria composta por um representante de cada uma das bancadas dos estados,

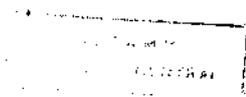
dois representantes classistas: patronal e trabalhador, cuja função, seria a organização das emendas e a distribuição dos temas para as sub-comissões. Nesta distribuição coube a Euvaldo Lodi, representante do sindicato patronal de Minas Gerais e a Vasco de Toledo, representante dos "trabalhadores", a coordenação do capítulo sobre "Ordem Econômica e Social". A organização desta matéria, sob a direção dos empresários, contribuiu para que estes pudessem delinear os contornos que deveriam apresentar a constituinte.⁶

Como vimos no capítulo anterior, paradoxalmente, a representação classista, embora tenha sido refutada pela bancada paulista e particularmente pelos empresários de São Paulo, constituiu o canal que possibilitou a estes conduzir suas propostas para as demais classes dominantes, representadas no plenário constituinte.

Entre os 17 deputados eleitos para a representação classista patronal, foram eleitos 4 representantes das associações patronais do Estado de São Paulo. Roberto Simonsen e Antonio Pacheco e Silva foram indicados pela Associação Comercial de São Paulo e Horácio Lafer e Alexandre Siciliano Jr. pela FIESP. Estes, como demonstraremos a seguir, assumiram relevante papel na definição da nova Carta Constitucional.

Em relação a representação dos trabalhadores classistas, foram eleitos 18 deputados, destes coube a São Paulo a eleição de apenas dois representantes Francisco Moura e Armando Avellena, o primeiro, representante dos sindicatos dos químicos e o segundo, do recém organizado sindicato dos ferroviários da Estrada de Ferro Sorocabana.

6. Ver: Anais da Assembléia Nacional Constituinte de 1934.



Levando-se em consideração a participação dos deputados representantes dos trabalhadores, quer classistas, quer eleitos via organização partidária, observa-se que em sua maioria assumiram a perspectiva reformista. A exceção de Zoroastro Gouveia, os demais não se opunham frontalmente às propostas advindas de uma Plenária constituída em sua maioria pelas classes dominantes, ao contrário, as posições defendidas em plenário comprovavam o grau de atrelamento a nova política sindical de Vargas. Martins Silva, deputado classista pelo Pará, por exemplo, defendia do seguinte modo a legislação trabalhista em um de seus apertes:

*"... a questão social pode ser perfeitamente resolvida dada a índole do trabalhador nacional, ordeiro, disciplinado... Pode-se afirmar que, dentro do meu Estado, existe uma federação trabalhista e ali não há entre choques sérios entre capital e trabalho.
... isso mesmo temos de criar a política proletária brasileira, unida pelas idéias de pátria, sem importação estrangeira que é o nosso mal."*⁷

Acir Medeiros, por sua vez, ao apresentar o programa do Partido Proletário do Rio de Janeiro, permite que não se visualise diferenças consideráveis entre a proposta patronal e a dos trabalhadores, no que se refere aos limites das reivindicações destes últimos.⁸

Vale ressaltar que, em razão da posição pró-empresaria de alguns representantes dos trabalhadores foram expulsos de suas agremiações partidárias. Tal foi o caso do deputado Lacerda Werneck, que, tendo sido um dos diretores do Departamento Estadual do Trabalho, revelou em seus discursos antigos compromissos com o empresariado paulista, Guaraci Silveira foi igualmente expulso do Partido Socialista Brasileiro.⁹ Tais posicionamentos dos re

7. Silva, Hélio. A CONSTITUINTE DE 1934 - O CICLO DE VARGAS. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969, p.67.

8. Idem, p.66.

9. A Luta Social - 27 de Janeiro de 1934.

representantes dos trabalhadores apontam indícios de que a interferência no debate desta "minoria" dos trabalhadores pouco contribuiu para polemizar o debate, pois este se realizou entre tendências diferenciadas no interior das classes dominantes.

Em relação a representação do funcionalismo público e a dos profissionais liberais, a conduta política parece não ter sido diferente dos trabalhadores classistas muitos deles foram indicados por tutela do governo provisório.

De um modo geral, o comportamento dos representantes constituintes dos trabalhadores apenas contribuíam para reforçar as diversas tendências das classes dominantes.

Embora no espaço constituinte inúmeras propostas de reorganização da sociedade se fizessem presentes, é possível visualizar três tendências políticas: a primeira através do ante-projeto, a segunda da comissão de sistematização dos vinte e seis, e a terceira nas várias emendas apresentadas pela bancada paulista - Chapa Única.

O ante-projeto pode ser caracterizado como simbolizando o programa mínimo do governo provisório, isto é, os interesses das classes que o apoiavam, a reformulação realizada pela comissão dos "vinte e seis", como tentativa de conciliação entre as propostas do ante-projeto e as emendas advindas dos representantes dos vários partidos políticos. E, por último, as emendas defendidas e aprovadas pelos deputados que estavam vinculadas aos interesses do empresariado paulista.

A disputa entre estas tendências norteou os debates acerca de uma temática comum que dizia respeito a configuração : poder público/Estado - e a relação com a sociedade. De modo geral, é possível dizer que a própria caracterização desta problemática indica a primeira necessidade apontada pelos debatedores,

ou seja, propagar a necessária distância entre o que seria a esfera política pública e os seus limites em relação a sociedade civil. Demarcar esta distância possibilitava eleger esse espaço de debate como "isento" dos problemas apresentados pela prática social cotidiana. Ali os representantes se colocavam como deslocados de seus interesses sociais, assumidos no exercício diário de suas atividades normais, enquanto capitalistas.

Era necessário para as classes dominantes instituir o distanciamento entre a esfera do político e do social porque assim reafirmava-se a noção de que a "prática política dos deputados" estaria fincada na defesa dos "direitos gerais" da nação (sociedade). A delegação desses agentes políticos estaria vinculada a representação eleitoral, cujos eleitores recebiam a denominação de povo/população. Esta forma de caracterização reforçava a roupagem dada aos parlamentares, como se estivessem revestidos de uma missão comum e indistinta. A linguagem, atitudes e comportamentos eram imagens necessárias, que simbolizavam o acordo implícito de que eram estes os agentes responsáveis pela manutenção moral da instituição - Estado - enquanto singular, locus para exercício da prática política.

Porém, se este propósito fazia parte dos interesses comuns das classes dominantes nos debates Constituintes é possível perceber a sinalização das divergências acerca do modo como se deveria conduzir a política de controle social, em outras palavras, qual seria a função do Estado e Instituições Públicas, frente a problemática instituída pela própria disparidade de interesses sociais, de ações e reações daqueles que se insubordinavam, no cotidiano, aos valores e interesses capitalistas? Como tratar dessa problemática sem estipular a intervenção direta na relação capital e trabalho? Como o governo deveria se postar diante do movimento social dos trabalhadores, sem ferir ou desqua-

lificar práticas e interesses dos empresários?

Estas questões permeavam as emendas apresentadas pela bancada paulista. Os discursos de Horácio Lafer, líder da bancada, Antonio Pacheco e Silva, defensor do item "Direito a Saúde", Alexandre Siciliano Junior e Roberto Simonsen que juntamente com Horácio Lafer defenderam o capítulo "Ordem Econômica e Social", delineavam os contornos destas questões.

Pelo teor das apresentações, no plenário constituinte, esses deputados canalizavam o seu discurso de forma a pontuar as diferenças entre suas propostas e aquelas expressas no ante-projeto. Uma primeira diferença pode ser observada na tática discursiva (angariada na E.L.S.P.), que adotaram para se sobressair no debate, não se estigmatizando como simples críticos ao ante-projeto. Para tanto, estabeleceram que seus pares introduziriam suas exposições, de modo a demonstrar profundo domínio sobre o tema que iriam abordar. Em outras palavras, seus discursos, deveriam revelar o "conhecimento" do conjunto dos problemas sociais do país, ancorado no estatuto teórico-científico.

"... o mandato que trazemos das classes de trabalho aconselha-nos a aproveitar o próprio tempo, tendo o cuidado de não prejudicar o alheio...

... não é possível, entretanto, fixar o conceito de economia política sem relembrar o surto prodigioso das ciências físicas naturais...

*... o progresso e a cultura, diz Sonderegger, se deve principalmente a ação do indivíduo. Não podemos portanto, esquecer que nos princípios econômicos precisa estar sempre presente a realidade psico-física dos indivíduos."*¹⁰

A segunda tática discursiva consistiu em fundamentar suas exposições, através do domínio de conhecimentos históricos

10. Anais da Assembléia Nacional Constituinte - 1934, p.300.

sobre a sociedade brasileira e igualmente do processo histórico do desenvolvimento do capitalismo, a nível internacional. Contextualizar a experiência desenvolvida no Estado de São Paulo, a partir destes pressupostos, permitia a estes agentes situarem a sua proposta como herdeira e vanguarda da alternativa viável para o avanço e aperfeiçoamento do desenvolvimento das relações capitalistas na sociedade brasileira.

Deste modo, o plenário constituinte se configurava enquanto um espaço estratégico para os deputados paulistas ampliar na correlação de forças instituídas, suas proposições acerca das problemáticas, que pretendiam ver discutidas pelo conjunto das classes dominantes ali representadas.

Como foi assinalado, o ante-projeto se constituiu no divisor de águas entre a proposta do empresariado paulista e a do governo provisório. Para o empresariado, o programa mínimo do governo traçava um novo perfil nas relações entre Estado e trabalhadores, o que diretamente afetava o projeto de controle social constituído pelos empresários no Estado de São Paulo.

Se observarmos o ante-projeto e as emendas propostas pela bancada paulista, verificamos que em ambas a reorganização da relação: poder público, empresários e trabalhadores, destacava como, princípio comum, a concessão dos direitos sociais à individualização do trabalhador. Ao trabalhador, independente da organização e negociação coletiva dos sindicatos e associações seriam garantidos determinados direitos. Entre os deputados da Chapa Única e os demais deputados, a diferença estava no modo de condução dessa individualização, através da associação: trabalhadores/direitos sociais.

No ante-projeto, esta diferença foi caracterizada no sentido de abordar a participação do trabalhador sua cidadania, a partir da defesa de seus interesses sociais, nos fóruns das

instituições públicas. Os sindicatos, reconhecidos pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, coordenados pelo Estado constituíam o fórum, por excelência, do exercício da "Justiça Social", Nestes fóruns as reivindicações dos trabalhadores seriam incorporadas, adquirindo uma significação diferente.

Se antes da implementação da Legislação do Trabalho , as bandeiras de luta dos trabalhadores organizados, tais como jornada de oito horas de trabalho, férias remuneradas, assistência a saúde, regulamentação do trabalho do menor e da mulher, possuíam conotação de reivindicação política, uma vez que eram expressões de sentimentos comuns vivenciados na prática social cotidiana dos trabalhadores, a partir de 1931, com a institucionalização da "Justiça Social", estas reivindicações assumiram o caráter de Direitos Sociais, individualmente usufruídos , desvinculados da identificação coletiva forjada na experiência das lutas. Com esta mudança buscava-se eliminar a autonomia dos trabalhadores para definir o avanço de sua luta através de suas próprias organizações.

Nestes termos, a implementação da justiça social intencionava restringir as reivindicações dos trabalhadores ao cumprimento das leis estabelecidas e simultaneamente regulamentava a concessão dos direitos sociais, como aquisição individual. O trabalhador não precisaria mobilizar-se coletivamente, uma vez que as reivindicações estariam resguardadas pela Justiça Social.

Deste modo, o ante-projeto postulava a Justiça Social como uma modalidade jurídica assentada na prática de intervenção quando houvesse conflitos sociais. Para os que defendiam e formularam esta legislação, a "intervenção legal" constituir-se-ia o mecanismo político, ímpar, para desmobilizar, atrelar e amenizar os conflitos sociais:

*"... a lei estabelecera as condições de trabalho nas cidades e nos campos, e intervira nas relações entre capital e trabalho, para os colocar no mesmo pé de igualdade, tendo em vista a proteção social do trabalhador os interesses econômicos do país..."*¹¹

Nesse sentido, a legislação normatizava, como critério geral, a intervenção do Estado nas relações sociais, colocando no "mesmo pé de igualdade" patrões e trabalhadores.

A meu ver, o modo generalizado com que a legislação interviria nas relações sociais, quer no campo quer na cidade, acabava por estabelecer um tratamento igual a experiências diversas, principalmente, no que se refere as práticas de dominação e de resistência. A reação do empresariado paulista ao ante-projeto, parece incidir sobre este aspecto, uma vez que este novo parâmetro legal poderia ao homogeneizar direitos sociais, abrir possibilidades para que os trabalhadores adotassem significados diferenciados, a partir da regulamentação das relações de trabalho o que provavelmente comprometeria a expansão das relações capitalistas; (quer no campo, como na cidade).

Cabe indagar, de que maneira esta regulamentação poderia obstaculizar os padrões de acumulação, defendidos pelas classes dominantes paulistas.

A emenda substitutiva, proposta pela bancada paulista, permite resgatar os aspectos que segundo eles coíbiam a expansão das relações capitalistas, expostas no ante-projeto. Essa emenda, defendida por Roberto Simonsen, para que fosse aprovada no texto constituinte diz:

*"... a lei promovera o amparo a produção e estabelecera as condições de trabalho na cidade e nos campos tendo em vista a proteção social do trabalhador e os interesses econômicos do país."*¹²

11. Art. 124, ante-projeto da Constituinte de 1934.

12. Idem, art. 121.

Verifica-se que a igualdade de tratamento legal entre trabalhadores e empresários fora suprimida e incorporada a emenda proposta pela bancada paulista, o que significou a vitória de um dos seus propósitos.

Acompanhando a defesa das emendas pela bancada paulista e, em particular, os discursos proferidos por Roberto Simonsen, que foi responsável pela matéria "Ordem Econômica e Social", procuro recuperar o embate político como forma de reconstituir os contornos do projeto social defendido pela Chapa Única.

Para este deputado, a "intervenção do Estado" deveria ser precedida, em primeiro lugar, de um maior conhecimento das especificidades da "realidade brasileira". A forma de intervenção do Estado, contida no ante-projeto, a seu ver, não expressava as condições e o modo como vinham sendo desenvolvidas as relações sociais. Em sua leitura, o ante-projeto tinha sido inspirado e formulado em princípios de intervenção do Estado, pautado em experiências de outros países, como a Alemanha, cuja natureza dos problemas sociais eram diversos daqueles existentes no Brasil.

Simonsen firmava sua crítica no argumento de que a elaboração do ante-projeto fora inspirada na Constituição Weimar:

"... proclamada pelos estudiosos como um momento de saber foi votada logo após a guerra, numa constituinte em que avultavam os elementos socialistas sobre o governo de idêntica feição, apoiado pelos elementos conservadores receosos de união daquele com os partidos de extrema esquerda.

... em matéria econômica e social se mostra sensível a influência socialista e o aumento exagerado das atribuições do estado. ... para atender aos seus problemas da população frente ao crescente descontentamento..."¹³

13. Anais da Assembléia Nacional Constituinte de 1934, p.300.

Para este representante da Chapa Única, adotar princípios constituintes alheios a "realidade brasileira" significava desconsiderar a diversidade da formação das sociedades, seus problemas e soluções. Em seu entender, a Constituição de Weimar refletia as condições sociais ali desenvolvidas, uma vez, que diante do quadro internacional, o governo alemão procurava alternativas capazes de reintegrar seu país a ela, sendo esta uma das razões que os levaram às articulações de tendências conservadoras e socialistas.

Para Simonsen, não era esta a configuração política da sociedade brasileira. A luta de classes e inter-classes não havia chegado ao limite visualizado nos países do continente europeu. Em sua visão, a sociedade brasileira não teria alcançado uma "eficiente organização econômica" e, além do mais, apresentava outra modalidade de questões sociais.

Para a bancada paulista, o princípio de Justiça Social contido no ante-projeto, seria substituído por um princípio que levasse em consideração, em primeiro lugar, as condições e interesses da reprodução do capital.

Por isso, em seu entender, "a concepção" que deveria "reinar" na elaboração da Constituição Brasileira era diversa daquela assumida nos países europeus. Aqui seria preciso prevalecer "a inspiração criadora, subordinada, naturalmente, aos mandamentos da justiça". Por Justiça Social a bancada paulista atribuía um outro significado:

*"... o trabalho e a produção são eles que constituem as fontes capazes de gerar o estabelecimento de um padrão de vida digno de todos os brasileiros. O estado num país como o nosso, pode estimular e amparar a produção proteger o trabalho, determinar rumos coordenadores e são para que estes fatores se processem em um ambiente de harmonia, reduzindo ao mínimo os atritos criadores dos problemas sociais."*¹⁴

14. Anais da Assembléia Nacional Constituinte de 1934, p.308.

Para Simonsen, não caberia ao Estado interferir diretamente nas relações entre capital e trabalho, mas definir diretrizes para a economia do país, garantindo as condições materiais e sociais mínimas para o estabelecimento do padrão de vida digno. O que, no meu modo de ver, não deixava de caracterizar uma modalidade de intervenção do poder público, este último, como vimos na experiência de controle, desenvolvido pelo empresariado paulista, foi assumindo várias funções de intervenção, na medida em que fortaleciam os interesses do empresariado e restringia a mobilização dos trabalhadores.

Neste sentido, Simonsen defendia a relação entre poder público e sociedade fundamentada nos princípios que associassem direitos sociais/Justiça Social como tributos do "trabalho", cabendo ao Estado apenas adotar uma postura "de reduzir ao mínimo" os conflitos entre interesses antagônicos, ou seja, entre trabalhadores e empresários.

Assim, se o ante-projeto normatizava a "justiça social" como defesa dos interesses individuais, tanto do capital como do trabalho, na emenda da bancada paulista esse termo "Direitos Sociais" tornava-se sinônimo de padrão de vida digno. Esta nova criação terminológica poderia ser traduzida como "justiça social", atrelada a defesa dos interesses da reprodução do capital.

Ao associar "justiça/padrão de vida", este deputado buscava definir os contornos da relação: poder público e sociedade. Não se tratava, portanto, de implementar a "justiça social", tendo como paradigma os critérios instituídos a partir do confronto com os movimentos sociais, "A Justiça social", em sua concepção, deveria compreender o estabelecimento de condições mínimas, capazes de integrar os trabalhadores ao mercado formal de

trabalho, desenvolvendo e ampliando, deste modo, as relações capitalistas com o mínimo de conflitos.

Neste sentido, a "Justiça Social" se reafirmaria enquanto instrumento para garantir as condições do padrão de vida ao trabalhador, de forma a permitir o avanço dos interesses e das necessidades do capital.

Voltando ao raciocínio de Roberto Simonsen, isto é , acompanhando seu malabarismo discursivo para traçar o modo de atuação do Estado, verifica-se que ele defende a continuidade e o aperfeiçoamento das ações do poder público, como patrocinador de interesses privados.

Ao Estado:

*"... sr. Presidente, num país como o nosso, pode estimular e amparar a produção, proteger o trabalho, determinar rumos coordenadores e são para esses fatores se processem num ambiente de harmonia, reduzindo ao mínimo os atritos criadores dos problemas sociais, nunca, sr. Presidente, agindo por descabidas intervenções no campo da produção."*¹⁵

Desta forma, caberia ao Estado estimular o desenvolvimento do mercado interno. Atuando diretamente, através da execução de obras públicas, bem como, de serviços públicos capazes de contribuir para que a experiência de controle transparecesse no social como promotor do "progresso material". Seria, igualmente, função do Estado organizar e regulamentar o comércio, tarefa esta, necessária para eliminar experiências autônomas, de práticas comerciais que competiam com as regras de mercado, postuladas pelo empresariado. A regulamentação do mercado de trocas, através de impostos, taxas, fiscalização da circulação das mercadorias , favoreceria a eliminação de barreiras para o desenvolvimento do

15. Anais da Assembléia Nacional Constituinte de 1934, p.309.

mercado interno de consumo, conforme o padrão de trocas definidos pelos empresários.

*"... este padrão não pode estar adstrito as necessidades básicas da vida: alimentação e abrigo: inclui aperfeiçoamentos e vantagens, cuja posse e uso devem ser proporcionadas a todos os componentes da sociedade. Alcançados determinados padrões de vida as forças sociais tenderão a uniformizar e a estender dentre o maior número de indivíduos a níveis atingidos, esta tarefa social de reajustamento contínuo do homem ao meio pode ser incontestavelmente auxiliando por uma adequada atuação dos governos, desde que saibam impulsionar não só o progresso individual como o da coletividade."*¹⁶

Nesse sentido, uniformizar, através da regulamentação do comércio, as práticas de consumo implicaria em fortalecer e estender condutas que proporcionassem ou limitassem comerciantes cujo modo de vida, previam o comércio como atividade voltada somente para manutenção da subsistência ou lucros que não fossem aplicados na expansão das atividades comerciais.

Na proposta de R. Simonsen outra atribuição do Estado diz respeito a estimular e promover a regulamentação da "instituição de organização de créditos".

Estas atribuições incidiam sobre o propósito comum dos empresários em creditar, aos poderes públicos, a colaboração na dinamização do mercado interno de consumo.

O poder público além de continuar a prática histórica de financiar investimentos produtivos, ampliaria suas funções instituindo organização de crédito individual, com objetivo de intensificar o consumo a partir das "facilidades" de compra a crédito. A compra através do crediário, colaboraria em primeiro lugar para valorizar produtos das empresas/indústria incorporadas ao mercado formal. Em segundo lugar, colaboraria na irradiação de um novo padrão de identificação social, ou seja, pela res

16. Anais da Assembléia Nacional Constituinte de 1934, p.315.

A organização do crédito indiretamente proporcionaria a mudança dos hábitos de consumo. A concessão para o crediário se limitaria a artigos pré-determinados, não mais pelos comerciantes e seus clientes, e, sim, por critérios estabelecidos pelas instituições financeiras. Os comerciantes voltar-se-iam para atender as demandas das indústrias, comercializando produtos, cuja necessidade era demarcada pelos empresários. Esta modificação implicaria na alteração de práticas de vendas no varejo, prevalecendo o pagamento à vista e impulsionando a especialização do comércio varejista.

Os antigos "armazéns secos e molhados", lojas, que vendiam uma variedade de gêneros, artigos domésticos ou de uso pessoal, deixariam de prever suas vendas a partir da demanda passando a divulgar e vender bens de consumo de acordo com aqueles estipulados pelas financiadoras e produzidos, segundo os interesses do empresariado.

Regulamentar o comércio e instituir o crediário constituíam para o empresário aproximar as práticas do comerciante aos objetivos da intensificação do mercado interno de consumo. Os hábitos tradicionais dos comerciantes, cujos princípios eram baseados na experiência e convivência com os problemas da clientela a quem serviam, deveriam ceder lugar ao novo modo de gerenciar e divulgar os produtos. As vitrinas, manequins estimulariam um novo padrão/comportamento de consumo. O comércio passaria a veicular uma nova ética para as relações de mercado. O comerciante por sua vez assumiria uma postura impessoal, no trato com os clientes, se auto afirmando pela eficiência de administrar e contabilizar seus lucros.

Para além destas diferentes modalidades de intervenção os empresários atribuíam, aos poderes públicos, a criação e orga

nização dos núcleos coloniais. Estes deveriam ser implantados de modo a instituir regras de organização de mercado, que estimulassem o consumo individual, isto é, novos padrões de comportamento, produção, comercialização e consumo para se contraporem ao mercado informal de "produção agrícola", onde prevaleciam modos de vida voltados, em sua maioria, para a produção de subsistência:

*"... E si esses individuos dessem origem a núcleos coloniais, determinariam, pelas ações e reações que se processariam a evolução do padrão de vida da sociedade em formação. Este padrão dependeria quanto ao ambiente, entidade passiva, do solo, de sua riqueza em minerais, de sua extensão, fertilidade e clima. Dependeria da atuação individual, pelos sentidos, pela razão e pela força, o aumento do raio de ação do núcleo social. Da conjugação de todos esses fatores resultariam como etapas sucessivas a produtividade pela transformação de riquezas pela acumulação das sobras; o comercio pelo intercambio das sobras; as economias acumuladas lucros, das transações efetuadas, a cultura pelo reconhecimento da ética social."*¹⁸

Para Roberto Simonsen, os núcleos coloniais possibilitariam criar novas funções sociais, pois visava-se imprimir modificações nas relações de organização do trabalho e de vida, onde os valores e práticas sociais estivessem voltadas para a "dinamização" do mercado interno de consumo.

Para defender esta proposição no plenário constituinte, Roberto Simonsen apoiou-se em quadros estatísticos relativos a "Distribuição das propriedades agrícolas", no Estado de São Paulo, demonstrando que apesar de São Paulo se configurar como o "Estado mais rico da União", prevalecia ainda a pequena propriedade agrícola, voltada para a produção de subsistência. Através deste quadro, procurava apontar a "baixa capitalização da agricultura" como uma das principais causas da "Pobreza do Brasil". Estimular, por meio de núcleos coloniais, a mudança desta situa

18. Anais da Assembléa Nacional Constituinte de 1934, p.317.

ção poderia contribuir para a melhoria do padrão de vida:

"... O Brasil está classificado entre os países em que a criação de novos capitais é inferior as necessidades da amortização de suas dívidas, sendo, portanto, forçado a cobrir déficit por importação de capitais ou lançamentos de empréstimos no exterior..."

*Todo esses elementos, sr. Presidente, denunciam esta dualidade: O Brasil é um país pobre, habitado por uma população pobre."*¹⁹

Para Simonsen, "a pobreza" significava a ausência "de investimentos produtivos", sua eliminação concorreria para o desenvolvimento social. Na medida em que fossem modificadas as relações na agricultura por novas formas de assentamento e concentração da propriedade, estas adquiririam valor produtivo e estariam atreladas as necessidades de consumo da sociedade. Assim, imprimir ao quadro social das áreas agrícolas, o padrão de vida urbano, proporcionaria a especialização/integração destas relações ao mercado interno, "eliminando" os conflitos sociais. Por este viés, elegia a "padronização" do modo de vida dos trabalhadores, como critério capaz de diluir os conflitos sociais, no campo ou na cidade.

Se de forma direta o Estado deveria interferir na formação de práticas voltadas para a "dinamização" do mercado interno, indiretamente caberia proporcionar mecanismos capazes de veicular esta "cultura, denominada padrão de vida digno":

*"... indiretamente - pelas garantias oferecidas aos elementos da produção, pelo ensino especializado e profissional; pela assistência pública em geral; pelas investigações e montagem de laboratórios técnicos e científicos; fazendas modelos e campos de demonstração, pela organização dos transportes; pela legislação geral e especialmente tributária."*²⁰

19. Anais da Assembléia Nacional Constituinte de 1934, p.313.

20. Idem, p.310.

Se de forma direta o Estado deveria voltar-se para a constituição/substituição de práticas, visando a dinamização do mercado interno, indiretamente caberia ao mesmo proporcionar mecanismos capazes de assegurar a transmissão e assimilação do "padrão de vida digno". Nesta perspectiva, Roberto Simonsen, atribuía, como tarefa primordial dos poderes públicos, a implementação de uma política de educação e saúde capaz de forjar comportamentos que alterassem valores sociais os quais limitavam o desenvolvimento econômico do país.

A questão da Saúde e da Educação, segundo os pressupostos éticos do trabalho produtivo deveria constituir uma das principais atenções do governo federal:

*"Os problemas de educação, de saúde e de trabalho assumem assim um papel preponderante na orientação política e econômica do país. Temos que valorizar o nosso homem, aumentar a nossa produtividade, fomentar o nosso intercambio interno, favorecendo por todos os meios a criação de nossas riquezas. Esta é também a política que nos conduziria e asseguraria uma maior unidade nacional."*²¹

Para defesa da emenda relativa a educação, a Chapa Única designou a médica Carlota de Queiros, representante eleita pelos voluntários do movimento constitucionalista de 1932.

Além da emenda relativa a educação, esta deputada, foi responsável pela defesa dos itens Assistência a Infância e "Juramento a Bandeira". Segundo Roberto Simonsen, esta representante feminina eleita por São Paulo inauguraria a participação feminina na elaboração da carta constitucional.

Vale ressaltar que, a partir desta nova carta, as mulheres adquiriam o direito ao voto. Na visão da Chapa Única, este direito deveria ser acompanhado de deveres.

21. Anais da Assembléia Nacional Constituinte de 1934, p.322.

Em seus discursos, Carlota de Queiros se preocuparia em definir e fundamentar quais seriam estes direitos/deveres. Assim como caberia ao homem o serviço militar obrigatório, de modo a "defender a nação", compreendiam a mulher prestar estes serviços, na forma de assistência e alfabetização:

*"... como de tal ordem, o serviço de alfabetização e assistência social tornando-os equivalentes ao serviço militar, a exemplo do que já foi proposto em relação a assistência para os sacerdotes."*²²

A meu ver, o fato de ter sido escolhida uma representante feminina para a defesa destas emendas, pode significar uma estratégia política do empresariado em começar a delinear a função social daquelas que, a partir de 1934, teriam o "direito ao voto". Na concepção do empresariado, o comportamento das mulheres deveriam estar voltado para o exercício de funções sociais, e reafirmação de valores necessários ao desenvolvimento das relações capitalistas. Ao obter o direito ao voto, as mulheres poderiam expressar de modo autônomo a sua participação na sociedade. Definir sua função social, enquanto coadjuvante na formação e reprodução dos valores sociais, significaria incorporar a sua participação aos interesses defendidos pelos empresários. A função da mulher, enquanto cidadã, se limitaria a reproduzir a família, educação e manter a tradição, quer no interior da vida familiar, quer no mercado de trabalho e consumo.

Na exposição de Carlota de Queiroz, esta proposição foi sugerida em plenário aos demais deputados constituintes:

*"... por isso, compete aos homens, que reconheceram para as mulheres direitos políticos melhor orienta-las em sua nova missão. E, chamando-as ao cumprimento do dever, incorpora-las nas fileiras cívicas, sob a imagem sugestiva da bandeira nacional..."*²³

22. Anais da Assembléia Nacional Constituinte de 1934, p.271.

23. Idem, p.274.

*"... eu lembraria a vantagem da criação de escolas de estudos sociais para as moças, como existem hoje oficializado, em quase todos os países do mundo. Se lhe dessemos as oportunidades para esta preparação previa poderíamos ter mais confiança na sua colaboração futura."*²⁴

Baseando-se nestes pressupostos, Carlota de Queiroz defendeu em plenário, as emendas da chapa Única relativas a educação.

Em sua explanação, foi possível averiguar que apoiava de modo geral os princípios educacionais expressos no ante-projeto. Vale dizer que este, tinha sido elaborado sob inspiração do "Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova", do qual participou uma plêiade de intelectuais que há muito vinham enfatizando a importância da reformulação do sistema educacional no país. Entre estes reformadores do ensino, destacavam-se Lourenço Filho, Noemi Silveira, Raul Briquet, que se posicionavam a favor do projeto político para a sociedade proposto pelo empresariado paulista, como também, participavam das experiências de educação formal e profissional, desenvolvidas no Estado de São Paulo.

Para os pioneiros da "educação nova", o Estado deveria intervir de modo sistemático na Educação. A educação pública seria obrigatória a todos e corresponderia aos interesses concretos das classes dominantes. Através da instrução pública, o Estado, interviria no modo de vida daqueles que não estavam integrados aos propósitos da reprodução do capital.

A escola pública, considerada "tradicional" ao privilegiar a formação das classes dirigentes, não propiciava que os demais segmentos da sociedade adquirissem condutas compatíveis as regras do comportamento do mercado de trabalho e de consumo.

24. Anais da Assembléia Nacional Constituinte de 1934, p.217.

*"A escola tradicional, instalada para uma concepção burguesa vi-
nha mantendo o indivíduo na sua autonomia isolada e estéril, re-
sultante da doutrina do individualismo libertário, que teve
aliás o seu papel na formação das democracias e sem cujo assal-
to não teriam quebrado os quadros rígidos da vida social. A es-
cola socializada, reconstituída sobre as bases da atividade e
da produção, em que se considera o trabalho como melhor maneira
de estudar a realidade em geral 'aquisição ativa da cultura' e
a melhor maneira de estudar o trabalho em si mesmo, como funda-
mento da sociedade humana, se organizou para remontar a corren-
te, entre os homens, o espírito de disciplina, a solidariedade,
e a cooperação, por uma profunda obra social que ultrapassa lar-
gamente o quadro estreito dos interesses de classes."*²⁵

O Estado incumbir-se-ia, portanto, da tarefa de dotar a educação uma nova função social, e, por seu intermédio, os indivíduos deveriam colaborar, de acordo com suas potencialidades, na construção da sociedade, concebida e orientada, conforme com os postulados dos conhecimentos científico-técnico.

Observando o capítulo sobre a educação, aprovado pelos congressistas, foi possível verificar que inúmeras emendas da bancada/Chapa Única foram incorporadas, dentre elas, a criação de Conselho Nacional de Educação. Este Conselho teria como função estimular e coordenar o sistema educacional em todo o país. Esta emenda substituiu a proposta de encaminhamento, apresentada no ante-projeto, a qual preconizava a intervenção direta do Estado, na organização do sistema de ensino, prevendo ainda a "homogeneização do ensino público" e sua extensão à todos.

No ante-projeto, a administração do ensino público estaria voltada para a aplicação de princípios educacionais que in diretamente, iriam contribuir para a expansão de valores sociais adequados a expansão das relações capitalistas. Na ótica de Carlota de Queiroz, o ensino público deveria estar articulado diretamente ao projeto de desenvolvimento econômico, proposto pelas

25. Anais da Assembléia Nacional Constituinte de 1934, p.113.

classes dominantes. Nesse sentido, o sistema educacional agiria de modo interdependente com as demais instituições públicas e privadas:

*"O Conselho Nacional de Educação, órgão técnico autônomo e independente mas sem função administrativa poderia manter relações de interdependência com todos os serviços de utilidade pública - negócio interiores, agricultura, saúde pública, viação, marinha, guerra e até relações exteriores traçando planos de ensino que poderia durar longos anos."*²⁶

Na justificativa desta deputada, o Conselho Federal de Educação possibilitaria o estabelecimento do ensino para todos, sobretudo, respeitando a diversidade e especificidades das relações sociais existentes em todos o país. Em outras palavras, um sistema único de ensino impossibilitaria solucionar problemas derivados de práticas e experiências sociais diferenciadas:

*"Nos nossos sertões, há crianças que vivem ainda longe de qualquer convívio social, por falta de estrada e vias de comunicação que aí permanecem fatalmente expostas, sem meios de defesa, as moléstias endêmicas da Região maior parte vivem do pedacinho de terra que habitam, o qual lhes dá o que comer e onde dormir. Não tendo ambições maiores, encontram dentro do estreito horizonte visual tudo de que carecem. Os seus próprios pais, se ventura são dotados de alguma atividade, acabam por levar uma vida vegetativa porque, não tem campo onde possam estender maiores aspirações."*²⁷

Em vista desta concepção, propunha que o ensino público fosse administrado a partir da especificidade das condições ou modo de vida dos trabalhadores. Instituir novos valores sociais, significava balizar a educação, a partir da experiência singular da população trabalhadora. Em sua argumentação a educação pública, embora fosse direito de todos, seria administrada por aqueles, cuja convivência com os problemas sociais conhecessem, de perto, as condições em que deveriam atuar. Embora defendesse o

26. Anais da Assembléia Nacional Constituinte de 1934, p.505.

27. Idem.

ensino público gratuito, os recursos governamentais seriam administrados de modo autônomo, segundo as propostas gestadas nos estados ou municípios. Não poderia ser fornecida a mesma modalidade de ensino aqueles que vivessem no campo ou na cidade.

Assim, caberia ao Conselho Federal de Educação incentivar a criação de escolas públicas nos lugares em que os valores de ascensão, via educação, não tivessem sido incorporados ao modo de vida:

*"... as crianças da cidade, quando crescem, já vão por si sós a procura da escola. O mesmo não se dá no sertão. Aqui a escola que tem que ir ao encontro da criança. Portanto a parte mais séria deste problema no Brasil é a criação de escolas no sertão, onde as ambições sendo menores e menores as exigências, a necessidade da instalação ainda não se faz sentir."*²⁸

A criação da escola pública na zona rural, a seu ver, exigia a aplicação de um diferente programa educacional. Ali, a orientação pedagógica voltar-se-ia para a modificação de hábitos cotidianos, ensinando novas práticas higiênicas, capazes de colaborar na erradicação de moléstias endêmicas, **"preparando ao mesmo tempo as crianças para um trabalho mais produtivo"**.

Na cidade, a educação exerceria, além destas funções, a de reafirmar princípios morais que reforçassem a ética do trabalhador produtivo:

*"... e, se a escola do campo precisa ser um sanatório de moléstias tropicais, a escola da cidade deverá muitas vezes tomar um caráter de sanatório, para dar aos pobres pequeninos que vão a sua procura um ar mais puro a respirar, uma alimentação mais sadia e mais completa, uma vida em tudo mais higiênica."*²⁹

Além disso, a finalidade do ensino público, no campo, consistia na fixação dos indivíduos, como meio de evitar a migração, principalmente masculina, para a cidade que, em sua visão,

28. Anais da Assembléia Nacional Constituinte de 1934, p.506.

29. Idem, p.507.

gerava "desequilíbrios sociais".

A escola pública contribuiria, também, para eliminar as instituições de ensino, criadas pelo próprio movimento imigrante, o que, segundo Carlota de Queiroz, impedia a adaptação dos filhos de estrangeiros, no país:

*"... o próprio colono que aqui encontra escola para os seus filhos e os vê crescer com os mesmos direitos que os pequenos brasileiros, falando a nossa língua, aperfeiçoar muito mais ao país que lhe dá hospitalidade e fará dele a pátria dos seus filhos..."*³⁰

Nesta perspectiva, escola pública tornava-se um canal importante para inibir possibilidades de relacionamentos, que se assentavam em outros princípios morais de vida. Através da escola pública, do ensino da língua portuguesa e da assimilação de uma nova simbologia, como **educação cívica (hinos patrióticos, símbolos nacionais) estudo da História e da Geografia**, imprimir-se-ia o sentimento de "patriotismo", o que poderia contribuir para garantir a **"unidade nacional"**.

Outra emenda da Chapa Única dizia respeito a administração da educação. O ante-projeto propunha que a educação fosse ministrada unicamente pelo Estado, já na emenda da bancada paulista, a família seria igualmente responsável pela condução do ensino. Para Carlota de Queiroz a família exerceria função fundamental na reprodução dos valores sociais. A criança por passar maior tempo junto a família, por ela, era mais influenciada do que pela escola. Daí, propugnar a educação direcionada às crianças como meio de atingir e modificar hábitos familiares. A escola forneceria condições para eliminar práticas familiares, que resguardavam significados sociais distintos, aos preconizados pela educação pública:

30. Anais da Assembléia Nacional Constituinte de 1934, p.510.

*"A vida brasileira é um caldeamento de heranças indígenas, de tradições africanas e de hábitos europeus. A família que deles se origina vai ser o primeiro centro educativo das crianças brasileiras. Portanto o problema educacional no Brasil é o mais importante, talvez, no que diz respeito aos adultos, do que no que concerne a crianças propriamente dita."*³¹

Para além da defesa da educação primária e secundária, a Chapa Única postulava o ensino profissional. "Ensinar a trabalhar constituiria um dos meios de fortalecer a ética individual/trabalho produtivo e eliminar valores e práticas de trabalho, que não fossem aquelas definidas e propostas por agências e profissionais, engajados na defesa dos interesses das classes dominantes.

A educação profissional caberia implementar o ensino especializado, cuja especificidade comportava as necessidades da produção definida pela organização do processo de trabalho e ao mesmo tempo promoveria a aquisição de valores, capazes de adaptar os indivíduos ao mercado de trabalho fabril.

Valorizar os indivíduos, a partir da educação profissional significava instituir critérios que estimulassem a competitividade entre os trabalhadores integrados ao mercado de trabalho. A educação profissional, além de qualificar para o trabalho, constituiria, também, um critério seletivo, político, para a diferenciação dos trabalhadores no mercado formal de trabalho. A qualificação profissional reafirmaria práticas de subordinação ao capital e desqualificaria aqueles que resistiam, optando por outras relações.

Assim, na percepção da Chapa Única, o ensino público possibilitaria estimular, por parte dos trabalhadores, a assimilação da lógica/razão capitalista, conferindo as instituições educacionais eliminar expectativas e modos de vida, cujas condu-

31. Anais da Assembléia Nacional Constituinte de 1934, p.504.

tas e sentimentos conflitavam com os interesses dos empresários:

*"... pela remoção das causas provocadoras dos atritos sociais se consegue o progresso moral, produto principalmente da intuição e do sentimento; a ação da técnica oferece ao progresso material, produto da razão e do trabalho os meios de melhor cooperar no progresso moral."*³²

Educação e saúde pública, na concepção da bancada paulista constituíam importante mecanismo para forjar o entrelaçamento de práticas sociais com os interesses do empresariado. Para Simonsen, educação e saúde só deveriam caracterizar-se enquanto "Direitos Sociais", na medida em que estivessem fundamentados nestes critérios:

*"... preparem, instruem eduquem a gente brasileira e verão a sua capacidade de trabalho. Esta claro que daí a de se resultar uma valorização não são da nossa gente, mas de nossos produtos, desconhecidos os mais das vezes por falta de braços que o recolham."*³³

Do mesmo modo como a bancada paulista atribuía ao Estado viabilizar a educação formal, a nível nacional, o mesmo ocorreria em relação a saúde. A implementação de seu projeto político para a sociedade incluía a necessidade do Estado instituir uma política pública de saúde. Vale ressaltar que a questão da saúde e assistência pública foram temas que receberam por parte dos constituintes, atenção particular. A pobreza da população era destacada como um dos principais problemas que emperravam o desenvolvimento material e social do país.

Observando o conjunto de emendas propostas pela bancada, acerca da intervenção do Estado na administração da assistência e saúde, pode-se dizer que não fora elaborada com o intuito de se contrapor as propostas contidas no ante-projeto. Sua proposta sistematizada e acabada incluía, inclusive, as propostas

32. Anais da Assembléia Nacional Constituinte de 1934, p.320.

33. Idem, p.507.

apresentadas pelos agentes do governo provisório.

Assim, a questão da implementação, pelo Estado, do projeto sobre a saúde pública parece advir de uma percepção comum, de que a melhoria das condições de saúde pública amenizaria os conflitos sociais:

*"Fortalezer o sentimento de responsabilidade coletiva desenvolver o espírito de colaboração no esforço humanitário, elaborar uma verdadeira política social."*³⁴

A inexistência de desacordo entre os parlamentares, em relação a intervenção do Estado na saúde pública, parece resultar de uma postura comum destes congressistas, pois tanto os que elaboraram este item no ante-projeto, como aqueles que apresentavam as emendas da bancada paulista eram representantes políticos, cuja profissão estava voltada para a área médica e higiene pública. Além do mais, pelos seus discursos, foi possível detectar que partilhavam a mesma postura, política em relação aos pressupostos da ciência médica, em particular, aquela que visava, através do "conhecimento científico" intervir no social de modo a modificar, pelos preceitos médicos, as práticas sociais.

A defesa, em plenária da necessidade da instituição de uma política nacional de saúde pública, ficou a cargo de Antonio Pacheco e Silva, representante classista, eleito pela representação patronal paulista e ainda contou com a participação de deputados, tais como a Dr Carlota Pereira de Queiroz, médica eleita pela Chapa Única por São Paulo Unido, Mario Pinto Nerva e por Miguel Couto, representantes classistas, eleitos respectivamente pelo Estado do Paraná e o Rio de Janeiro.

Para melhor delinear o modo como o Estado deveria instituir e gerenciar a política pública de saúde, foi proposta a subdivisão desta matéria em três grandes temáticas: medicina e

34. Anais da Assembléia Nacional Constituinte de 1934, p.424.

Higiene Social; Educação Eugênica e Sexual e Assistência Social. Em cada uma delas visavam esquadriñar, de modo detalhado, a forma de intervenção dos poderes públicos e o papel das instituições médicas, na configuração de um novo perfil político para a sociedade.

No discurso sob o título "Direito a Saúde", Pacheco e Silva procurou condensar a proposta da bancada paulista e demonstrar o modo de operacionalizá-la. Em seu entender, esta política de saúde pública só poderia ser executada sob a direção e controle de profissionais, voltados para a área de saúde. Este pressuposto reafirmava a posição do empresariado paulista de que ao Estado caberia apenas gerir e financiar as instituições de saúde, cuja condução política caberia aos profissionais a ela vinculados:

*"... o principal papel na execução deste programa cabe ao médico, que deverá contar com o auxílio de todas as grandes organizações, com o concurso de professores, sacerdotes, militares e de todos aqueles que têm fundas raízes na sociedade..."*³⁵

Para Pacheco e Silva, a direção da política pública de saúde sob a alçada dos médicos era justificada pelo fato de identificar neste profissional uma figura política singular. O médico pela convivência diária, pelo vínculo direto, que estabelecia junto a população, adquiria autoridade para sugerir e propor soluções sob seu ponto de vista, adequadas à resolução dos problemas sociais:

*"os médicos afirmava o velho Virchow, são os advogados naturais dos pobres e, sendo assim, a questão social e de sua alçada e a eles cabe orientá-la."*³⁶

Por outro lado, este deputado compreendia que, por se tratar de uma profissão ligada aos interesses da saúde da socie-

35. Anais da Assembléia Nacional Constituinte de 1934, p.424.

36. Idem.

dade, estes profissionais deveriam estar atualizados em relação as práticas mais avançadas de intervenção cirúrgica na sociedade. Esta intervenção não poderia se limitar a sanear os problemas sociais em seus aspectos isolados, e sim, exterminá-los se fossem abordados em seu conjunto. Portanto, não bastava uma política de higienização do espaço público se não fosse acompanhada de uma educação higiênica privada, como não bastava combater as endemias, sem solucionar os problemas advindos da pobreza. Deste modo, a política de saúde pública não deveria caracterizar-se por soluções paliativas, ao contrário, deveria edificar-se sob o pressuposto de que a "miséria social" só poderia ser erradicada a partir de uma profunda mudança nos hábitos e comportamentos da população:

*"... urge que se aplique no Brasil, como se fazem hoje em todos os grandes centros civilizados do mundo, os benefícios decorrentes, dos resultados surpreendentes obtidos na profilaxia e no tratamento das doenças, removendo os obstáculos, por ventura opostos pela rotina, pela tradição e sobretudo pela superstição, do nosso povo, implantando os mais modernos princípios científicos auferidos merce de tamanho esforço e que tanto teem modificado a vida na face da terra."*³⁷

Levando em consideração este argumento acima, pode-se verificar que Pacheco e Silva considerava a "pobreza social" como manifestação pública da doença, epidemias, distúrbios físicos, carência alimentar e hábitos higiênicos. Estes só poderiam ser erradicados na medida em que as camadas populares apreendessem princípios considerados científicos. Isto é, que assimilassem novos comportamentos e hábitos denominados higiênicos/civilizados. Era preciso que, principalmente, aqueles que necessitados da assistência pública abandonassem práticas e costumes adquiridos, em sua própria experiência social.

37. Anais da Assembléia Nacional Constituinte de 1934, p.425.

Através da introdução da ciência médica, visavam substituir práticas sociais e modos de vida, que expressavam a diferenciação social e o direito a escolha de valores, que não compactuavam com os interesses dos empresários. O discurso científico médico deveria classificar a "miséria social" como resultado da "ignorância" dos indivíduos. Ao médico e seus assessores caberia a reeducação higiênica e moral da sociedade. A ciência médica instituiria um padrão de saúde adequado ao desenvolvimento da eficiência e produtividade. Assim, a saúde poderia ser traduzida em direito social, desde que estivesse atrelada aos interesses do trabalho produtivo.

Na perspectiva de Pacheco e Silva, a "miséria social" não era uma situação decorrente da exploração/dominação e, sim, resultante do baixo padrão de vida "cultural" dos indivíduos. A ciência teria por função política a eliminação da pobreza/miséria, impondo novos padrões de saúde para a sociedade:

*"... O Brasil é um vasto hospital, um país cuja população de quarenta e dois mil habitantes, mas tão debéis, tão poucos eficientes na luta pela vida, tão enfeimicos que se poderia considerar o valor de cada três indivíduos como equivalente a um."*³⁸

Com a introdução de uma nova concepção de saúde, almejavam os empresários valorizar o trabalho/capital e estimular a integração da população no mercado de trabalho e de consumo. Através desta política de saúde buscavam:

*"... prolongar a vida ativa dos elementos sãos desenvolver o vigor, a eficiência e a boa vontade dos trabalhadores, salvar as existências ameaçadas, prevenir as doenças e a miséria a proporcionar conforto e bem estar a todos seus habitantes e enriquecer a nação."*³⁹

Se estas eram as finalidades explícitas que justificariam o programa nacional de saúde, proposto pela bancada paulis-

38. Anais da Assembléia Nacional Constituinte de 1934, p.426.

39. Idem, p.427.

ta, o conteúdo dos argumentos utilizados por Pacheco e Silva, na defesa deste programa, permite averiguar que se tratava de um projeto de controle social, cuja preocupação incluía a intenção de integrar os trabalhadores ao "mundo da produção/circulação" e criar mecanismos capazes de excluir formas de relacionamento que priorizavam valores/afetividades/saúde, constituídos na experiência/tradição/convivência com os problemas cotidianos.

Assim o desenvolvimento do programa nacional de saúde possuía duplo objetivo. A integração dos trabalhadores ao mercado de trabalho/consumo e a exclusão de práticas de identificação sociais fundamentadas em valores de solidariedade forjadas na experiência comum de vida da maioria da população.

Para justificar esta dupla finalidade, Pacheco e Silva argumentava que este programa de saúde, fora elaborado em sintonia com os mais avançados "critérios/médicos, desenvolvidos nos países europeus. A exemplo da Alemanha e da França, procurou demonstrar como, lá, a ciência médica pode contribuir para a homogeneização da população tendo em vista a padronização da cidadania/bem estar social/saúde vinculada aos interesses da "nação".

A aplicação da "eugenia", tal como fora desenvolvida na Alemanha, sob o regime nazista, demonstrara como estes princípios colaborariam para o "saneamento do espaço público". Instituí-los, no Brasil, através do programa nacional de saúde, possibilitaria solucionar a "miséria social" (modo de vida), que limitava a expansão do capital.

Nesse aspecto, Pacheco e Silva compreendia que a aplicação destes princípios criariam condições para diluir práticas sociais e, simultaneamente, fazer avançar valores de saúde que aliavam e sedimentavam a relação - vida e trabalho/produtivo.

Uma das medidas preconizadas para viabilizar este programa de saúde pública foi a defesa da criação e ampliação de

instituições que elaborassem, através de critérios científicos , pesquisas e estudos que permitissem a difusão e irradiação de novas práticas de saúde para o comportamento no social.

A primeira medida a ser adotada, segundo Pacheco e Silva dizia respeito ao estabelecimento de uma política de controle sobre a imigração. Esta política, por sua vez, exigiria que os poderes públicos estabelecessem institutos especializados em análises, que contribuíssem para o aperfeiçoamento da "raça". Em sua visão, o "problema da raça" constituía um obstáculo ao desenvolvimento do sentimento de nacionalidade:

*"... então nos esforçamos para obter raças apuradas de cavalos, suínos, caprinos, buscamos selecionar, ameixas e beterrabas e não fazemos esforço algum para maior vigor aos músculos, maior beleza aos traços, maior penetração a inteligência, mais acuidade a memória, mais energia ao caráter para aumentar a longevidade e a robustez. Que incuria espantosa! que deplorável incompreensão das coisas! que criminosa negligência do futuro. Que diremos nos, srs, constituintes, que não procedamos a seleção individual dos imigrantes, desprezando os mais elementares preceitos indispensáveis a defesa da raça."*⁴⁰

Nesse sentido, o emprego de princípios eugênicos na seleção individual e coletiva, daqueles que chegavam ao país garantiria a uniformização de comportamentos, a partir da exclusão daqueles imigrantes, cujo modo de vida não estivesse identificado com o padrão de saúde, postulado segundo os critérios das autoridades médicas.

Em seus discursos, ressalta a preocupação em relação a necessidade da reformulação dos critérios estabelecidos para a imigração. A seu ver, a imigração indiscriminada teria causado problemas tais como, aumento da criminalidade, alcoolismo e alienação. E teria, ainda, concorrido para que muitos dos imigrantes vindos em grande contingente: mantivessem tradições, cos

40. Anais da Assembléia Nacional Constituinte de 1934, p.428.

tumes e religiosidade que os impedia de assimilarem as relações de trabalho aqui instituídas:

*"... ve-se, assim, que num país imigratório como é o nosso, cumpre um exame mais atento, não só na escolha dos grupos raciais como também na rigorosa seleção individual dos imigrantes, visando beneficiar a raça em formação. Basta lembrar que as nossas estatísticas acusam uma percentagem de alienados criminosos estrangeiros duas vezes maior que os nacionais."*⁴¹

Este diagnóstico explicitava a preocupação com a modalidade de insubordinação, ainda que individual, daqueles que procuravam alternativas de sobrevivência, fora dos parâmetros considerados adequados a convivência no espaço social. Além disso, na percepção de Pacheco e Silva, por não existirem critérios de seleção dos imigrantes, muitos dos que aqui chegavam portavam problemas físicos/sociais, que acabavam por onerar as obrigações dos poderes públicos, em garantir o mínimo de condições de sobrevivência.

Um dos exemplos utilizados para criticar a ineficiência das políticas anteriores de imigração, foi a da imigração japonesa. Atribuindo a esta, um dos fatores que teriam colaborado para a formação de guetos, cujo modo de vida, suas tradições impediam a sua incorporação no mercado de trabalho.

*"... A nossa observação demonstra serem os japoneses extremamente sujeitos a certos distúrbios mentais e que, quando alienados manifestam acentuada tendência para a prática de crimes. Dados seus sentimentos religiosos e o pouco valor que lhe oferece a vida, não se revela, acentuada propensão ao suicídio, como são levados a executar delitos os mais bárbaros e atrozes, cuja a vítima são, não raro, os membros da própria família."*⁴²

Segundo Pacheco e Silva, a política imigrantista deveria pautar-se por uma série de critérios preventivos-eugênicos, priorizando os imigrantes que assimilassem, com maior facilidade as necessidades e imposições das classes dirigentes. O europeu,

41. Anais da Assembléia Nacional Constituinte de 1934, p.428.

42. Idem, p.431.

a seu ver, seria o imigrante que mais se adaptaria ao padrão de vida/saúde, o qual visavam implementar:

*"... baseados nisso, quando tivermos de escolhermos os imigrantes para o nosso país, devemos procurá-lo na raça branca e evitar a todo transde que se introduza imigrantes pretos ou amarelos."*⁴³

Outra modalidade de eugenia preconizada dizia respeito ao casamento entre pares que possuíssem algum tipo de moléstia. Para ele, devido a condescência das classes dominantes, se permitia, ainda, a **"união de seres tarados, seres afetados, até de lepra"**. Em sua percepção, o Estado deveria influir nessas relações impondo os **"exames pré-nupciais"**:

*"pelo exame médico pré-nupcial, prática generosa, que não visa somente evitar casamentos de degenerados sem remédio, mais muitas vezes apenas adiar causas irremovíveis da degeneração, visa descobrir e oportunamente curar doenças repugnantes, invadentes, contagiosas, que atingiram a geração e que atentariam contra a saúde e a vida dos próprios conjuges..."*⁴⁴

Vale dizer que sobre este aspecto, Pacheco e Silva gostaria que o Estado assumisse uma posição ainda mais radical. Segundo ele, os sentimentos religiosos aqui vivenciados, constituíam um empecilho na adoção e proposição de medidas semelhantes àquelas adotadas na Alemanha e Estados Unidos:

*"... onde a esterilização de anormais e degenerados é corrente, mais uma razão para procurar evitar a união de elementos tarados, cujo produtos serão, fatalmente, entes prejudicados, nocivos ao meio social."*⁴⁵

Uma outra finalidade que justificava a obrigatoriedade do exame pré-nupcial dizia respeito a manutenção da instituição família. Posicionando-se contra o divórcio e defendendo a indissolubilidade do casamento, o exame pré-nupcial favoreceria, a reprodução da família saudável, isto é, impediria o nascimento de **crianças com problemas congênitos.**

43. Anais da Assembléia Nacional Constituinte de 1934, p.430.

44. Idem, p.432.

45. Idem, ibidem.

Além destas práticas eugênicas, este deputado, propunha que o Estado propiciasse a **"formação eugênica"**. Inspirado nas posições da "Sociedade Alemã de Higiene Racial", sugere a introdução da **"educação eugênica"** nas escolas de nível superior, e também, nas escolas primárias e secundárias. Estas deveriam patrocinar o estudo da **hereditariedade humana e higiene racial**. Para Pacheco e Silva, a educação eugênica deveria despertar **"a consciência da responsabilidade eugênica"**. Nesse sentido, preservar a instituição família era considerado como uma das mais importantes tarefas do Estado.

Uma outra dimensão da educação eugênica, proposta pela bancada paulista, relacionava-se a educação sexual nas escolas públicas. A criança, desde cedo, iniciaria o estudo sobre o corpo humano, aprendendo a função biológica de cada parte do corpo, estudando a sexualidade em sua função procriativa; hábitos higiênicos seriam propagados como necessidades vitais para a reprodução da família/higiênica.

Para além da implementação de medidas de caráter eugênico "racial e social", constava no programa nacional de saúde, a institucionalização, via Estado, de uma política de Assistência Social. Esta proposta era contrária ao que determinava o ante-projeto, o qual previa a **"Assistência pública aos pobres"**.

Cotejando as emendas relativas à assistência social, vimos que Pacheco e Silva buscou apresentar uma nova significação para práticas e conceitos, relativos à assistência social. A seu ver, a noção de assistência social deveria ser substituída pela noção de "Serviço Social", a qual compreendia uma **"moderna política de assistência"**, que abrangeria não só a assistência social, como também a previdência social e a ação social. Para melhor fundamentar esta proposição, mais uma vez, se apegou a expe

riência desenvolvida na Alemanha:

*"... reconhecendo esta necessidade, o Ministério Federal do Trabalho da Alemanha, no decorrer das sessões preparatórias para a elaboração da lei federal de assistência fixou as diretrizes principais que deveriam nortear a organização dos serviços sociais naquele país... De acordo com a orientação que prevaleceu, os serviços sociais deveriam agir não apenas no sentido de conservar os valores existentes, mas procurando também criar novas fontes de trabalho e de riqueza..."*⁴⁶

Para Pacheco e Silva, a institucionalização da assistência social, nos termos em que vinha sendo praticada no Brasil, como caridade/paliativa, somente contribuía para a manutenção do Estado de pobreza daqueles que dependiam de auxílios públicos ou privados.

O sentimento de caridade não estimulava os indivíduos carentes na procura de alternativas de sobrevivência no mercado formal de trabalho, e ainda, contribuía para que a pobreza fosse sentida como uma "ameaça social".

*"quando um indigente válido emprega o seu tempo e usa as suas forças mendigando, priva a sociedade dos produtos do trabalho, que deveria fazer e os que os incitam, com os obuclos, a nada produzir, fica, moralmente responsáveis pelo que deixa de ser feito e pelo mal que de sua ação o resultar."*⁴⁷

A nova política de serviço social, ao postular novas práticas de assistência, a partir da redefinição do conceito de pobreza, poderia contribuir para a integração dos indivíduos à sociedade. A pobreza, enquanto condição social, passaria a ser pensada e administrada como resultado da ignorância, preguiça, falta de trabalho e instrução.

Deste modo, administrar a Assistência Social, a partir de um diferente conceito de pobreza, possibilitaria reafirmar valores que imprimissem, naqueles que seriam os beneficiados, à

46. Anais da Assembléia Nacional Constituinte de 1934, p.435.

47. Idem.

sua condição de pobreza, podendo ser, alterada, na medida em que assumissem os valores sociais definidos pelo empresariado paulista, como necessários ao desenvolvimento das relações capitalistas.

Para o empresariado paulista, a organização desta política nacional de saúde teria como pressuposto fundamental a valorização da saúde, vinculada aos seus interesses em reafirmar valores relacionados a ética do trabalho produtivo.

O princípio geral, portanto, que delinearía a montagem deste sistema nacional de saúde, era definido a partir do atrelamento da assistência, a valorização da saúde, enquanto capital/trabalho. A assistência social estaria condicionada, em primeira instância, às necessidades da reprodução do capital.

A concessão dos Serviços Sociais teria, como prioridade, assistir aqueles que estivessem integrados ao mercado de trabalho, ou, através desta concessão, adquirissem condições para a sua integração.

Pacheco e Silva, ao elencar os critérios que presidiriam a Assistência Pública, enfatiza que esta deveria privilegiar os trabalhadores que estivessem momentaneamente incapacitados, fisicamente, para o trabalho. Esta assistência deveria subentender a valorização da saúde como um valor positivo para o indivíduo e igualmente para a sociedade. Consistia dever do Estado sustentá-lo durante o período de convalescência visando, sobretudo, seu retorno o mais breve possível as atividades do trabalho:

*"... fortalecer o necessitado, tirando-o do estado de depressão moral e proporcionando-lhe os meios que se fizerem imprescindíveis para reconduzi-los a comunhão social."*⁴⁸

O período em que o trabalhador estivesse amparado pela assistência social, ao contrário das práticas caritativas, deve-

48. Anais da Assembléia Nacional Constituinte de 1934, p.435.

ria valorizar a "dignidade humana". A assistência adquiriria o valor de reconhecimento, frente ao tempo de trabalho exercido pelo assistido. Auferiria este direito àqueles que estivessem dedicando o tempo de sua vida ao tempo do trabalho produtivo. Esta modalidade de assistência procuraria, também, estimular a recuperação dos indivíduos como forma de reforçar sua função social:

*"... cumpre por outro lado, ao poder público empregar os maiores esforços no sentido de impedir que os chefes de família se furtem aos encargos a que são obrigados."*⁴⁹

Após longo tempo de vida no trabalho, aqueles que se viam incapacitados permanentemente deveriam igualmente serem amparados pela assistência pública. O que avalizaria este direito seria o tempo de vida dedicado ao trabalho. Neste aspecto, a previdência social, seria uma conquista para aqueles que comprassem, através do tempo/trabalho, a sua possibilidade de sobreviver, sem ter que se subordinar cotidianamente às normas de conduta estabelecidas no mercado de trabalho assalariado.

Acompanhando este princípio geral, a política nacional de Saúde, previa a importância do desenvolvimento da assistência preventiva. Através dos postos de saúde, dispensários campanhas caritativas e atividades dirigidas por assistentes sociais prestaria auxílio material imediatos, bem como, reafirmaria a importância da saúde como um valor social. Neste caso a assistência social se limitaria a solucionar enfermidades que dispensassem, maiores custos, por parte dos poderes públicos:

*"Assim, quando for mister amparar o indivíduo, para lhe assegurar apenas o direito a vida, a assistência deverá ser a mais parcimoniosa possível. Mais generosa precisa ser a que se dispensa aos que já prestaram serviosa acoletividade e aqueles que se tornaram credores deste direito pelo fiel cumprimento do dever de previdência."*⁵⁰

49. Anais da Assembléia Nacional Constituinte de 1934, p.435.

50. Idem, p.436.

Outra modalidade de assistência prescrita na política Nacional de Saúde, relacionava-se com a assistência à infância. Para defesa desta emenda, o empresariado paulista incumbiu a deputada Carlota de Queiroz, cujo enfoque principal de sua defesa recaía sobre a assistência aos menores abandonados, como também, às mães trabalhadoras. Para esta deputada, a assistência à infância deveria ser reformulada e oficializada pelo Estado.

O Estado, em suas várias instâncias de poder ao assumir a assistência à infância, estaria contribuindo para a reprodução dos valores sociais, requeridos aos "trabalhadores nacionais":

"... A situação de abandono e descaso em que vive a maioria dos brasileirinhos, sem instrução e sem saúde, cuja vida se estiola quase sempre em ambiente nocivo a formação física, mental e moral não pode deixar de merecer a mais velada atenção dos constituintes... Não são a sociedade que necessita de uma boa constituição, o homem que não for dotado de forte estrutura física, que não dispuser de uma boa organização cerebral, não poderá enfrentar as exigências a concorrência vital dos nossos dias..."⁵¹

Assim, amparar a infância, educando filhos das classes trabalhadoras, para que assumissem novos valores e costumes, constituía uma das formas de buscar a sua integração à competitividade no mercado de trabalho. Neste sentido, o amparo do Estado se configuraria na criação de instituições tais como, orfanatos, colégios, externatos, os quais não zelariam apenas pela manutenção da vida, mas sobretudo, preparando e qualificando "os menores", para a sua incorporação ao mercado de trabalho.

Seguindo a mesma lógica, o mesmo tratamento "moral" deveria ser dado a "juventude", em particular, aqueles cujo nível de pobreza/padrão de vida constituía uma "ameaça social". Para estes, sugeria a criação das colônias correccionais em cada esta-

51. Anais da Assembléia Nacional Constituinte de 1934, p.437.

do, município da federação, as quais deveriam reeducar aqueles que se insubordinavam e não se adaptavam as normas instituídas de organização do espaço social.

Para aqueles que relutariam em ingressar no mercado formal de trabalho, optando pela indigência e mendicância, Pacheco e Silva aponta a necessidade da exclusão e segregação, através da "internação em estabelecimentos criados e subvencionados, pelos governo federal, estadual e municipal".

Defendia, ainda, a implementação do Instituto de Amparo Social, que seria uma organização destinada a "distribuição de esmolas", o que viria a impedir, a "condenável prática de esmolas de rua".⁵²

Esta instituição poria fim as práticas caritativas permitindo um maior controle sobre as iniciativas particulares e *"... atacaria de perto os problemas da mendicância e da vadiagem, resolvendo os de uma maneira elevada e com o apoio imprescindível da bolsa do particular."*⁵³

Assim, na perspectiva da bancada paulista, a implantação deste vasto Programa Nacional de Saúde requeria, por parte dos poderes públicos, a implementação de uma série de instituições que contribuíssem para a viabilização de uma nova cultura/saúde, capaz de instituir uma "identidade ao trabalhador nacional", necessário, a seu ver, para a dinamização do mercado interno de consumo e ao projeto do desenvolvimento econômico, defendido pelo empresariado.

*"... O Brasil será o grande Brasil da nossa aspiração, será o Brasil de amanhã, quando nele se implantar a consciência sanitária e cívica, quando todos os brasileiros souberem zelar pela saúde, física e psíquica, quando todos os brasileiros, enfim se tornarem aptos para o trabalho e para a cidadania."*⁵⁴

52. Anais da Assembléia Nacional Constituinte de 1934, p.363.

53. Idem, p.364.

54. Idem, ibidem, p.433.

Para além da organização das instituições de assistência pública, a representação patronal compreendia que o Estado deveria fiscalizar e manter de forma subvencionada as instituições de assistência existentes. As empresas privadas, religiosas, filantrópicas deveriam prestar sua colaboração para o estabelecimento desta nova cultura/saneamento social, necessário para a ampliação de seu projeto de desenvolvimento/controlado social.

Assim, o "Direito a Saúde", formulado de acordo com os interesses do empresariado, consistia em um imperativo necessário para imprimir à sociedade seu projeto político. A experiência de saúde pública e privada, desenvolvida de modo racional e científico, no Estado de São Paulo, ao viabilizar a assistência social, enquanto investimento lucrativo, constituía o paradigma, para instituir uma política nacional de colaboração de classes:

*"... a Constituição prescrever a criação de um instituto de assistência e previdência, nos moldes do que já existe para os marítimos e ferroviários. Neste se recolhem os produtos da contribuição, quer dos empregadores, quer dos empregados e do Estado e na medida destes recursos, se orientam e encadeiam todas as providências de assistência e previdência sociais."*⁵⁵

Assim, previdência/saúde e educação, para a Chapa Única, constituíam os instrumentos capitais para que pudessem viabilizar seu projeto de controle social. Este conjunto de medidas, juridicamente estabelecido, se configurava, no entender da banca patronal paulista, como os únicos e possíveis Direitos Sociais que caberiam ao Estado legalmente resguardar.

A constituição federal coube estabelecer os princípios gerais para as leis sociais e às constituintes estaduais regulamentar e implementar a legislação social:

"... uma legislação social deve ser introduzida metodicamente, superpondo-se as leis segundo a sua aplicação para evitar que a

55. Anais da Assembléia Nacional Constituinte de 1934, p.286.

avalanche, tumultuando todos os interesses, impeça a efetivação prática de cada uma; e a legislação estadual mais conhecedora das peculiaridades de cada região, que dentro dos princípios gerais estatuidos pela Constituição, deve regulamentar as providências sociais..."⁵⁶

A aprovação da emenda nº 1951, a qual delegava a União o levantamento periódico do padrão de vida em todo o país, possibilitou, também, ao empresariado paulista perpassar, a nível nacional, os critérios que deveriam definir a regulamentação das leis sociais.

Para instituir periodicamente o padrão de vida, a nível regional e nacional, se fazia necessária a criação de várias instituições e ainda a formação de inúmeros pesquisadores habilitados em pesquisas sociais. Este investimento, por sua vez, pressupunha um certo tempo para a sua consecução, sem estas instituições seria impossível diagnosticar as condições de sobrevivência da população trabalhadora, para então, a partir daí, formular "cientificamente" o padrão de vida adequado a dinamização do mercado interno.

Nesse sentido, era necessário, em primeiro lugar, definir o padrão de vida em cada região, e partir daí avançar na institucionalização de outras leis sociais, dentre elas o salário mínimo regional.

Instituir, juridicamente, o padrão de vida significou para o empresariado paulista a oportunidade de estender, a nível nacional, sua proposta para a sociedade, isto é, determinar e elaborar uma nova modalidade de relações sociais, condizentes a nova "função social" que deveria ser assimilada pelos trabalhadores.

Estabelecer, assim, um novo padrão de vida significou para os empresários, protelar a aplicação indiscriminada da legislação social.

56. Anais da Assembléia Nacional Constituinte de 1934, p.286.

A meu ver, a legislação, aprovada no texto constitucional, significou a primeira ou a principal vitória da bancada patronal paulista. Por este ângulo, considero, que suas estratégias de atuação parlamentar, visando impor legalmente no país, sua experiência de controle social, foram bem sucedidas.

Paralelamente a aprovação da Legislação Social, os constituintes, sancionaram a emenda da bancada paulista, que propunha a criação dos Conselhos Nacionais, de Saúde e Educação, Economia, Trabalho e Defesa Nacional. Cujas funções consistiam em elaborar, orientar e encaminhar os vários projetos políticos, a serem votados pelo Legislativo. Nestes órgãos deveriam participar profissionais, com formação científica/técnica, capazes de defender e formar a opinião pública favorável ao desenvolvimento do projeto proposto pelos empresários.

Caberia a estes novos profissionais assumir frente a sociedade, um novo perfil político. Seriam estes responsáveis pela irradiação de novos valores sociais e implementação de uma nova concepção de prática política. O representante político, tradicional das classes dominantes perderia seu espaço para aqueles que apresentassem domínio e soluções científicas para os problemas, considerados de ordem econômico e social:

*"... aspiro ver, na atividade dos altos interesses nacionais, a colaboração dos professores, dos grandes médicos, dos notáveis advogados, dentro do Conselho de Saúde e Educação; como dos lavradores, dos industriais, dos comerciantes, dos banqueiros, no Conselho de Economia; dos militares no Conselho de Defesa Nacional; dos operários no Conselho do Trabalho; estudando e todos conjulgando esforços para que a lei nascente seja o resultado da opinião e do apoio de todos os homens de responsabilidade."*⁵⁷

Assim, para que este projeto de reorganização da sociedade fosse viável, era necessário instituir uma nova formação

57. Anais da Assembléia Nacional Constituinte de 1934, p.212.

"acadêmica" aos profissionais da "política" e concomitantemente, articular e aproximar diferentes práticas de controle social num mesmo propósito, qual seja, a defesa de um projeto de colaboração de classes para a sociedade, no qual estivessem envolvidas, não apenas as classes dominantes, mas, sobretudo, as classes trabalhadoras.

A experiência da criação da Escola de Sociologia e Política constituiu um dos primeiros passos para a viabilização deste novo modo de condução da prática política.

Por outro lado, a aproximação com a experiência de controle, desenvolvida pela Igreja Católica possibilitaria reafirmar valores morais necessários a implementação este projeto político para a sociedade.

"Ciência e Moral Cristã", como veremos, constituiriam, modalidades de controle social articuladas, com o objetivo de tentar eliminar os conflitos de classes.

CAPÍTULO IV

A VARINHA MÁGICA

Como vimos, a Escola Livre de Sociologia de São Paulo foi criada, em maio de 1933, por parcela significativa dos grandes empresários paulistas e intelectuais, com o objetivo imediato de subsidiar a atuação da Bancada Paulista no debate constituinte.

A médio prazo, esta nova instituição científica deveria aperfeiçoar e perpassou em nível "nacional" o projeto de controle social que esta fração das classes dominantes vinha desenvolvendo no Estado de São Paulo. Tendo em vista disputar a direção política da sociedade através das eleições presidenciais, a ELSP foi pensada como uma das estratégias para arregimentar e credenciar eleitores, em torno do programa de ação dos grandes empresários de São Paulo.

Segundo Roberto Simonsen, a idéia da fundação da ELSP teria sido resultado da avaliação realizada pelos grandes empresários que estiveram à frente da organização da guerra civil de 1932. Se, a este movimento coube redirecionar a definição da organização jurídica da sociedade para o âmbito da Constituinte, caberia a ELSP criar condições para demarcar e diferenciar seu respectivo projeto político dos demais projetos das classes dominantes e instrumentalizar a campanha eleitoral do grande empresariado paulista:

*"... possuindo escolas superiores de incontestável valor, São Paulo precisa agora de formar as suas elites educadas nas Ciências Sociais e no conhecimento das verdadeiras condições em que evolue a nossa sociedade, como meio de mais facilmente se aparelhar a conveniente escolha de seus homens de governo."*¹

1. SIMONSEN, C.R. RUMO A VERDADE, Discurso oficial da Fundação da ELSP, p.34.

Em função de divulgar a criação da ELSP e dar a esta caráter de acontecimento político, a grande imprensa com frequência noticiou a importância deste novo empreendimento. Inúmeros artigos e informações sobre a Escola chamariam a atenção para a força política dos grandes empresários em viabilizar uma nova instituição de nível superior voltada para a aplicação das Ciências Sociais. Por intermédio destes artigos, os articuladores da ELSP buscariam também "filtrar" expectativas entre as classes dominantes, quanto à criação de uma instituição científica voltada prioritariamente para a formação "política das classes dirigentes".

A institucionalização das Ciências Sociais no país suscitou caloroso debate entre as classes dominantes em relação ao significado e aos objetivos que deveria a ELSP atingir. Esta polêmica pode ser acompanhada no debate instaurado na imprensa oficial. A leitura dos vários artigos permitiu resgatar que houve uma certa preocupação dos intelectuais, quanto à diretriz política que devia portar a aplicação das Ciências Sociais. Vale lembrar, que até essa época, a utilização dos instrumentos de análise fornecidos pela Sociologia era restrito a um pequeno círculo de pensadores das classes dominantes e que a Sociologia de cunho marxista marcava presença nas análises e encaminhamentos realizados pelos militantes de esquerda, isto é, comunistas e socialistas, trotskistas e anarquistas.

Tendo em vista esta preocupação o Diário de São Paulo, através dos Diários Associados elaborou um inquérito buscando sondar a repercussão da fundação da ELSP. Neste inquérito ressalta à vista a receptividade e o consenso das diversas tendências políticas e dos intelectuais, quanto à criação desta instituição. Porém, algumas divergências de opiniões foram destacadas em relação aos pressupostos das Ciências Sociais, a clientela e objetivos que deviam norteá-la.

Por exemplo, Tristão de Athaide, pensador cristão e crítico literário, demonstrou posição favorável à implementação da ELSP advertindo quanto à orientação política que deveria ser dada a nova instituição:

*"... Uma Escola Livre de Sociologia e Política pode prestar grandes serviços ao Brasil, como pode causar-lhes males consideráveis. Tudo depende da orientação que lhe for dada."*²

Sugeria que a ELSP se restringisse a aplicação de métodos empíricos e metodológicos, isto é, que realizasse estudos voltados para a observação dos fenômenos sociais, priorizando o estudo da "nossa formação nacional". O que evidência a preocupação em delimitar o alcance e a função deste instrumento de intervenção no social. Chamou, ainda, a atenção para o cuidado de que as Ciências Sociais fossem regidas por sociólogos formados no país. Esta posição "nacionalista" sugere o receio de que as Ciências Sociais pudessem colaborar no sentido de fortalecer tendências políticas que atribuíam às classes dirigentes a responsabilidade pela natureza dos conflitos sociais.

Nesta mesma linha de raciocínio, no artigo "Para Iluminar os Caminhos do Nosso Destino", Gilberto Amado defendeu e enalteceu a criação da ELSP, principalmente para renovação dos quadros políticos. Destacando que esta "renovação" se realizasse no interior das próprias classes dominantes. Propunha que fossem aplicados rigorosos critérios de seleção para o ingresso nesta instituição:

"... se se quiser fazer uma obra séria, impõem-se como primeira obrigação a seleção dos matriculandos na escola: nem todo mundo deve ser autorizado a penetrar no curso. Será preciso que a admissão nela seja precedida de uma série de exames, de concursos em que se apurem as verdadeiras capacidades e se impeça a entrada dos arrivistas, dos meramente inteligentes dos vivazes, dos

2. Diário de São Paulo, 12 de julho de 1933.

que não estudam dos que não se esforçam e os que pensam suprir com a improvisação o trabalho metódico e regular...

... um segundo ponto a frisar é que... a Escola não deverá ser um ninho de primários, técnicos, no sentido americano da palavra. O primário tem sido a praga da democracia; o primário é mortífero; e a maior praga do mundo moderno. O primário é o novo rico é um recém vindo da cultura."³

Barbosa Lima Sobrinho, redator chefe do Jornal do Brasil, no artigo "Ordem no Caos", foi igualmente favorável à criação da ELSP, inclusive apontando a importância dos serviços que esta Instituição poderia prestar ao país, no sentido de indicar fórmulas e meios de vencer a crise orientando as correntes condutoras. A seu ver, esta instituição ao voltar-se para o levantamento da documentação histórica possibilitaria renovar a História do país, dando continuidade e aperfeiçoando os métodos de análise que os intelectuais e pensadores "tradicionais" vinham praticando. A ELSP, sob este aspecto era vista como herdeira da "tradição" destes pensadores.

Fernando de Magalhães, Reitor da Universidade do Rio de Janeiro, compreendia a ELSP como necessária para promover a reforma dos costumes sociais e políticos, sobretudo para resgatar a partir de critérios científicos os complexos problemas da nacionalidade.

Vitor Vianna in "A Resistência a Barbárie" sustentaria a visão de que a Ciência Política, a Sociologia, estudando as realidades da verdade e não dos partidos, poderia salvar a humanidade reestabelecendo fórmulas jurídicas dentro do Estado Democrático... Nosso problema é o de criar elites aparelhadas para que se possa conduzir o instinto popular que presente procura e não pode definir com devida clareza.⁴

3. Diário de São Paulo, 6 de julho de 1933.

4. Idem, 18 julho de 1933.

Outros entrevistados, tais como, José Geraldo de Carvalho, Jaime de Barros e Oliveira Vianna reiteraram a importância da institucionalização das Ciências Sociais, como um dos instrumentos necessários para fundamentar a atuação das classes dominantes e sua respectiva intervenção na direção da política pública.

Vale ressaltar que a criação de instituições, voltadas para a análise objetiva da realidade do país era proposta por uma série de pensadores, sociólogos e literatos, os quais vinham desde o final do século XIX construindo sob a égide do discurso científico, da aplicação da sociologia empírica, análises e soluções para a resolução do que consideravam os principais problemas do país. Os organizadores deste inquérito, por exemplo, atribuíram às obras de Oliveira Vianna como fonte principal de inspiração para a organização e definição das diretrizes da ELSP.

Pelo teor da discussão, entre jornalistas e intelectuais pode se notar que além de compreenderem a criação da ELSP como um novo empreendimento, cujo objetivo era o de contribuir para o aperfeiçoamento das práticas de controle social existentes, ainda viam-na como interessante instrumento para o fortalecimento de tendências nacionalistas, em particular aquelas que atribuíam às classes dominantes a função de comandar a sociedade.

O fato destes intelectuais defenderem a continuidade do desenvolvimento das Ciências Sociais sob sua própria orientação, sugere que o apoio a esta nova instituição estaria condicionada à manutenção dos critérios científicos adotados pelos mesmos. Por outro lado, este apoio pode também ser compreendido como uma forma de manter o "Status Quo" e o "prestígio" que há muito vinha adquirindo no meio intelectual da sociedade.

Deste modo, a abertura do debate possibilitou aos principais organizadores desta nova instituição torná-la referência

junto aos pensadores e intelectuais que vinham apontando fórmulas para a resolução dos problemas "nacionais".

Assim, pelo intermédio desta discussão, os empresários paulistas envolvidos com a criação da ELSP, veiculariam a importância da sistematização das Ciências Sociais e disseminariam sua proposta, fazendo desta fonte para a orientação da ação governamental.

Levando em consideração que, nesta conjuntura vários partidos políticos disputavam a direção política do país, ou seja, fascistas, fascistas-católicos, comunistas, socialistas e que estes em sua maioria expressavam através de seus intérpretes-teóricos, o projeto político que visava imprimir na sociedade, para os grandes empresários, a ELSP foi oportuna em preparar seus futuros quadros políticos, intelectuais e profissionais, para que estes defendessem e emprestassem um arcabouço-teórico metodológico a sua experiência de controle social. Caberia a estes novos quadros dirigentes consolidar seu programa político, formando e disseminando valores sociais de acordo com os seus interesses.

Entre os principais organizadores desta nova instituição constava Roberto Simonsen (FIESP), Armando Salles de Oliveira (IDORT), Roberto Mange (POLI e EFSP), Antonio Pacheco e Silva (JUHQUERY), Geraldo de Paula Sousa (FACULDADE DE HIGIENE) e demais empresários e intelectuais do Estado de São Paulo, os quais, desde a década de vinte, vinham desenvolvendo e construindo na experiência junto aos trabalhadores, a proposta de organização das relações sociais fundamentadas na aplicação dos princípios científicos como meio de solucionar os conflitos sociais.

Observando a lista dos quarenta e dois sócios fundadores vimos que em sua maioria estavam engajados ao projeto de reorganização das relações sociais construído pelos grandes empresá-

rios paulistas. Muitos deles exerciam funções de destaque na direção dos órgãos públicos e empresas privadas.

Para estes, a criação da ELSP possibilitaria redimensionar o modo como vinham encaminhando suas respectivas experiências de administração dos conflitos sociais.

Como vimos no primeiro capítulo os empresários paulistas, desde a década de dez, postulavam a aplicação dos princípios da organização científica comumente denominados Taylorismo e Fordismo como estratégias capazes de contribuir para diluir o controle que os trabalhadores exerciam sobre o mercado de trabalho e eliminar tensões vivenciadas no âmbito das relações de trabalho. Para implantação destas estratégias de controle apregoavam a necessidade da formação de engenheiros-sociais, como agentes vitais para a consecução da organização das relações de trabalho. Porém, o recrudescimento do movimento social indicara os limites daquelas práticas de controle. Para estes engenheiros tornava-se imprescindível desdobrar e ampliar a formação cultural dos grupos dirigentes e, inclusive, formar novos agentes para intervir e reformular o modo como vinham conduzindo as práticas de controle social, quer no âmbito privado das empresas, quer no âmbito das "administrações" públicas.

Deste modo, o significado da criação da escola trazia como referência a experiência acumulada de seus fundadores que em outras palavras se confundia com as alternativas gestadas no próprio movimento de resistência dos trabalhadores.

Desta forma visavam aglutinar, sistematizar e aperfeiçoar, através da ELSP, estas práticas, por vezes, setorizadas, de modo a ampliar o alcance de sua atuação. Compreendiam, ainda, que para imprimirem na sociedade este projeto de controle social se faziam necessários formar novos grupos dirigentes com valores

forjados nesta experiência. A ELSP apresentava assim a finalidade de preparar a "elite dirigente" para atuar na administração pública e privada. Caberia a esta instituição dirigir, difundir, arregimentar agentes que defendessem e se identificassem com o projeto político dos grandes empresários paulistas.

Roberto Simonsen na inauguração da ELSP traçaria os objetivos desta instituição, colocando em relevo a necessidade de redimensionar a formação intelectual dos quadros dirigentes. Nesta proposta, a reorganização da esfera pública e privada deveria vir acompanhada de agentes cuja formação profissional possibilitasse maior domínio sobre os problemas sociais vivenciados no país. Daí preconizar a criação de uma instituição de cunho científico voltada especificamente para a formação de novos quadros políticos:

*"... a nossa escola, visa principalmente a preparar especialistas que estejam detalhadamente a par dos problemas sociais e economicos-políticos da administração em geral e da administração pública em particular..."*⁵

Roberto Simonsen, desde a década de vinte vinha apontando a insuficiência dos quadros dirigentes das organizações públicas e privadas. Em sua visão a formação profissional destes quadros levava a uma análise do social distante das preocupações vivenciadas no dia a dia pelos empresários e trabalhadores. A seu ver, o "auto-didatismo, a formação tradicional bacharelesca, a ausência de especialização profissional" pareciam comprometer o avanço de propostas capazes de diluir os conflitos sociais:

*"... Os instrumentos e processos de ensino em vigor, se permitem a formação de profissionais distintos, de especialistas notáveis, aconocam, por outro lado, especulações individualistas, pesquisas isoladas, e o malsinado autodidatismo, gerador de planos e concepções de caráter pessoal..."*⁶

5. SIMONSEN, R.C. ENSAIOS SOCIAIS POLÍTICOS E ECONOMICOS. FIESP. SP, 1943, p.13.

6. Idem, RUMO A VERDADE, op. cit., p.6.

Modificar esta formação acadêmica e profissional foi uma das finalidades da ELSP. Por seu intermédio, seus fundadores intentavam unificar e criar uma nova identidade cultural para a intervenção coletiva das classes dominantes. As Ciências Sociais e o desenvolvimento das pesquisas sociais poderiam fornecer instrumentos mais seguros para esta intervenção, tanto na esfera pública e privada. Formar administradores, políticos que fundamentassem sua atuação em dados obtidos através da pesquisa científica significava dar novos rumos à política governamental:

*"... A revolução Brasileira veio provar como e minguado nosso contingente de homens de Estado e salientar a profunda ignorância em que vivemos da nossa verdadeira situação social."*⁷

Roberto Simonsen ainda atribuía à crise internacional, como à crise política vivenciada no país a inadequação da orientação governamental em relação aos complexos problemas sociais existentes. O programa de governo era responsável pela crise uma vez que alimentava suas decisões em doutrinas que não levavam em consideração a situação social existente:

*"... O liberalismo pregando o desenvolvimento da personalidade humana em uma sociedade rica e sob a fiscalização discreta do Estado; o socialismo visando a exploração organizada dos meios de produção em proveito da coletividade; o catolicismo forçando a atuação temporal dos homens dentro dos quadros de um espiritualismo particular orientado pela concepção de vida eterna. Cada programa de partido procurando fazer vingar os seus desígnios dentro de uma esfera fictícia da vida social, alheios ao estado do país que querem dominar. Somos conduzidos por fantasias mais ou menos inspirados."*⁸

Diante desta avaliação, uma nova formação cultural adquirida através das Ciências Sociais capacitaria as classes dirigentes a conciliar a estrutura de desenvolvimento econômico com

7. SIMONSEN, R. RUMO A VERDADE, op. cit., p.10.

8. Idem, p.11.

as reivindicações dos trabalhadores. Pois, as crises sociais contemporâneas derivavam, a seu ver, da incompatibilidade entre as organizações econômicas e as de caráter social:

"... desharmonioso, porque não soube justapor as conquistas inegualáveis obtidas no campo das ciências, uma estrutura econômica, política baseada no estudo profundo do organismo social dotados de sentimentos espirituais e morais em perfeita harmonia com o desenvolvimento da técnica..."⁹

Desta forma, defendia que a Escola promovesse uma série de estudos e pesquisas voltada para o esquadramento dos problemas do país. Inquéritos sociais tais como: levantamento do padrão de vida, controle da imigração, criminalidade, composição etnográfica e outros poderiam indicar alternativas para atuação do governo.

O poder público ao contar com uma sólida documentação social poderia intervir nos conflitos sociais de modo mais eficaz:

"... esboçar um plano de pesquisas sociais e coordenar a documentação já existente, dirigindo a formação de estatísticas adequadas, promovendo publicações periódicas de monografias e inquéritos, pesquisando os casos especiais pela aplicação dos métodos de observação e inquirição directos, incentivando a formação de operadores capazes de tais commettimentos e enfim coordenando tudo quanto possa interessar ao conhecimento do meio em que vivemos e do elementos necessários a solução dos problemas de governo."¹⁰

Além de preparar, subsidiar e formar as classes dirigentes para atuar na esfera do poder público e privado, caberia a ELSP, também, formar especialistas capacitados para forjar a opinião pública. A Imprensa, a Igreja e a Escola deveriam contar com profissionais habilitados em psicologia, sociologia, fisiologia, para que os programas governamentais intervissem de modo não só

9. SIMONSEN, R. Op. cit., p.9.

10. Idem, p.13.

a responder as expectativas da população, mas sobretudo, propor medidas que fossem ao encontro dos interesses dos grandes empresários.

É interessante observar que entre os principais patrocinadores da ELSP se encontraram os proprietários da grande imprensa, "Os Diários Associados" e o "Estado de São Paulo". Para os dirigentes destas empresas era necessário redimensionar a qualificação dos jornalistas. Estes deveriam doravante especializar-se em áreas específicas de conhecimento, de modo a firmarem-se como profissionais competentes, capazes de propagar os interesses das classes dominantes como interesses gerais da sociedade. Ao Jornalista caberia assumir uma nova posição, aparentemente apartidária e fundamentada na "neutralidade" da Ciência. Esta preocupação com a formação do profissional jornalista acentou-se no movimento de 1932. Neste a imprensa assumira posições por vezes dissonantes com os objetivos pretendidos pelos seus articuladores. A exemplo, muitos jornalistas e mesmo radialistas formularam discursos e artigos com caráter separatista e regionalista, que além de imprimirem outro significado ao movimento acabaram por reafirmar tensões, as quais os grandes empresários buscavam diluir. Em outras palavras, mais do que alimentar disputas entre paulistas, mineiros, gaúchos e cariocas interessava, naquele momento, aos empresários catalizar e unificar as classes dominantes em torno de seu projeto para a sociedade.

Assim, era preciso que a imprensa forjasse um "público" que aceitasse os pressupostos de análises requeridos pelos empresários sobre as formas de conduzir os conflitos sociais. Estes precisavam ser analisados não pela ótica da luta de classes ou ainda pela disputa regional, mas como problemas passíveis de serem resolvidos, à partir da condução administrativa pautada na competência profissional.

Por outro lado, o mercado editorial, jornais, revistas, periódicos e livros, passavam por um singular crescimento. O monopólio do mercado de bens culturais começara a exigir uma maior especialização dos profissionais voltados para este ramo de trabalho.¹¹

Vale ressaltar ainda, que o governo federal através do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, criaria o Departamento Oficial de Publicidade em julho de 1931, estimulando e cooperando para a ampliação do mercado editorial. Com vistas a perspectiva da realização das eleições presidenciais, as classes dominantes paulistas preocupavam-se em angariar adeptos ao seu projeto de reorganização da sociedade. Requalificar, através da ELSP, os quadros administrativos que estavam na direção dos órgãos públicos ou privados significava dotá-los de uma nova formação que lhes possibilitasse cooptar o eleitorado para este projeto:

*"... era necessário elevar o nível do eleitorado e sobretudo formar funcionários técnicos, que pela sua permanência no governo desempenham cada vez mais preponderante..."*¹²

Vale lembrar que constava do projeto defendido pelos grandes empresários na constituinte de 1934 a criação de vários Conselhos Técnicos e demais órgãos administrativos, tais como Departamento de Estatística, Conselho Federal do Exterior e outros. Estes, por sua vez deveriam ser presididos por funcionários especializados que moldassem as instituições públicas de acordo com o projeto definido pelos grandes empresários.¹³

Assim, requalificar os quadros dirigentes e formar futuros administradores consistiam também um meio de ocupar espaços e veicular, nos órgãos públicos, suas diretrizes para a gestão da política pública.

11. Ver. MICELI, S. ESTADO E CULTURA NO BRASIL. São Paulo: Difel, 1984.

12. LOWRE, S. INFORMAÇÕES SOBRE A ESCOLA LIVRE DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA. Ed. Revista do Arquivo Municipal, ano II, 1935, p.111.

13. Ver. Ante-Projeto Constituinte de 1934.

Visto por este ângulo, a ELSP apresentava como uma de suas finalidades formar intérpretes ao projeto do grande empresário paulista para a sociedade.

Roberto Simonsen, enquanto empresário e presidente da FIESP vinha enfatizando a necessidade da reprodução de quadros dirigentes, capazes de sustentar e disseminar a proposta de reorganização da sociedade que vinha instituindo no Estado de São Paulo. Vale dizer que esta proposta passaria também por uma série de reformulações. A proposta de racionalização, enquanto estratégia política voltada para o controle das condições de vida e trabalho, com o objetivo de aumentar a produtividade, eficiência e a dependência do trabalhador à empresa seria redimensionada. Estas modificações podem ser apreendidas nos vários estudos realizados por Roberto Simonsen, no início dos anos 30, onde tece críticas às práticas tayloristas e fordistas de organização do trabalho.¹⁴

Para este representante dos interesses dos grandes empresários, a racionalização deveria extrapolar a organização das relações de produção, no interior das empresas devendo atingir também a distribuição, circulação da produção, o que em outras palavras pressuporia modificações, alterações no modo de vida da população com vistas a padronização de comportamentos e valores sociais.

Para justificar a racionalização da sociedade como meio de solucionar os conflitos e as crises sociais e adequar as reivindicações dos trabalhadores de modo a permitir a valorização do capital, Roberto Simonsen se apegou a experiência do governo alemão, onde a racionalização assumiu o seguinte caráter:

"... Afetando a vida social alemã, a racionalização deixa de ser um problema de mera economia privada para se refletir profundamente na economia pública e daí a justificativa da intervenção do estado. O Estado no domínio legislativo e administrativo, tem tomado importantes medidas em relação a paralização da

14. SIMONSEN, R. AS FINANÇAS E AS INDUSTRIAS. In: A margem da Profissão. São Paulo: São Paulo Editora, 1932.

usinas, aplicação da legislação social, arbitragem nos conflitos de classes, socorro aos desocupados, legislação sobre as concentrações, larga subvenção aos empreendimentos técnicos para a racionalização."¹⁵

Assim a racionalização, alicerçada no desenvolvimento científico/técnico era visualizado como um meio de eliminar conflitos de classes, entendidos de um lado, como resultado da organização dos trabalhadores e de outro, pela existência de modos de vida incompatíveis com interesses dos grandes empresários.

Roberto Simonsen e Raul Briquet foram os responsáveis pela elaboração do planejamento das atividades da ELSP. Neste, foram previstos curso regular, Bacharelado em Ciências Sociais, cursos livres, palestras, desenvolvimento de pesquisas e sondagens sobre as condições de vida da população.

O currículo do curso de Ciências Sociais era composto, por vinte e nove disciplinas distribuídas em seis semestres letivos.¹⁶ De modo geral, o elenco das disciplinas permite inferir que o programa fora elaborado com a proposição de aperfeiçoar e reequacionar as práticas de controle social que os grandes empresários paulistas vinham instituindo no Estado de São Paulo. Em outras palavras, as disciplinas incidiam diretamente para o levantamento e análise dos problemas e conflitos que afetavam de perto os seus interesses ou seja, a reorganização do Estado à partir de suas instâncias federal, estadual e municipal, a organização do trabalho, a distribuição da propriedade da terra e a circulação da produção; os conflitos no interior das relações de trabalho e propostas de colaboração de classes.

15. SIMONSEN, R. Op. cit., p.31.

16. O currículo do curso era composto da seguintes disciplinas: Sociologia Geral, Psicologia Social, Economia Social, Introdução a Economia, Estatística, Fisiologia do Trabalho, Biologia, Psicotecnia, Antropologia Cultural, Idéias e Correntes Políticas Contemporâneas, Política Financeira, Política Agrária, Comercial, Industrial, Economia Brasileira, História Política e Social do Brasil, Demo-Psicologia Brasileira, Administração Federal, Estadual Municipal, Organização do Trabalho, Serviços Sociais e Problemas Paulistas. Ver. LOWRIE, S. Op. cit.

Na visão de seus organizadores estas disciplinas deveriam ser ministradas por professores, intelectuais, empresários, vinculados aos interesses defendidos pelo grande empresariado paulista.¹⁷ Para as disciplinas tais como, Economia Social e Sociologia Geral, Roberto Simonsen sugeriu a contratação de professores estrangeiros, em particular aqueles que dominassem os métodos e técnicas da Sociologia-empírica.

Por intermédio do consul do Brasil nos Estados Unidos e apoio da Fundação Rockefeller foram indicados pelo Institute of International Education e a Columbia University, New York os professores Willian Casey da Universidade de Chicago e Chefe do Departamento de Sociologia da Universidade Columbia, Samuel Harman Lowrie da Universidade de New York, e Horace Davis, da Universidade de Columbia. Samuel H. Lowrie, autor de vários estudos sobre conflitos culturais entre americanos e mexicanos no Texas e Horace Davis autor do estudo sobre as condições do trabalho da Indústria do Aço.

Vale dizer que a contratação destes professores foi de fundamental importância para definir a diretriz das atividades da ELSP, uma vez que estes Cientistas Sociais vinham realizando uma série de pesquisas, voltadas para a análise dos conflitos sociais presentes na sociedade norte-americana.

Para Simonsen contratar profissionais estrangeiros com experiência no trato de questões, tais como imigração, etnia, conflitos urbanos significava a possibilidade de reafirmar sua ótica de que estes eram os problemas que deveriam ser solucionados. A investigação empírica sob este aspecto forneceria os dados neces-

17. O quadro docente da ELSP era formado pelos seguintes professores: Antonio Almeida Jr, membro do Conselho da USP; Roberto C. Simonsen - ex-presidente da FIESP; Jorge Street - Diretor do Departamento Estadual do Trabalho; Frederico Herrman Jr - Escola do Comércio Álvares Penteado; A.C. Pacheco e Silva - Diretor do Serviço de Assistência Psychopatas; A. Piccarolo - USP; Andre Dreyfus da USP; Roberto Mange - IDORT, entre outros.

sários para que as classes dirigentes elaborassem uma política nacional, capaz de diluir os problemas com os quais se defrontavam.

É importante assinalar que a contratação destes professores foi defendida arduamente por Roberto Simonsen. Havia tanto no Conselho Superior da ELSP, como entre os intelectuais que apoiavam a introdução das Ciências Sociais reticências quanto a postura política destes profissionais. Para estes que defendiam a introdução das Ciências Sociais como um meio de fortalecer o ideário nacionalista na sociedade, a contratação de professores americanos significava abrir possibilidades para que outras tendências políticas se fortalecessem. Entre os professores estrangeiros contratados a maior resistência foi em relação a Horace Davis. Vários artigos, publicados na imprensa paulista, denunciaram sua ligação com o Partido Comunista. O fato deste ter escrito a obra "Trabalho e Aço", publicada do Figth, Órgão do Partido Comunista americano, foi utilizado para levantar suspeitas quanto ao significado político da ELSP.¹⁸ Além disso, Horace Davis foi acusado de participar em São Paulo do movimento anti-facista, o que para os fundadores da ELSP foi considerado um ato ofensivo à postura que defendiam para o profissional daquela instituição. Devido a essas críticas seu contrato de trabalho não foi renovado. Entretanto, durante sua curta permanência, na ELSP, realizou uma série de pesquisas as quais contribuíram decisivamente para fortalecer o programa político que a ELSP defendia.

Vale dizer que Roberto Simonsen foi favorável a permanência de Horace Davis na ELSP, porque entendia ser oportuno que se apreendesse a metodologia de pesquisa assumida por este cate-drático. O método de investigação social elaborado por Marx, no

18. O Estado de São Paulo. 16/05/1934

Folha da Noite. 16/03/1934.

seu entender, propiciava maior conhecimento sobre a natureza econômica dos conflitos sociais. Neste sentido era interessante que os pesquisadores e novos cientistas sociais assimilassem tal procedimento de investigação e assumissem posição contrária ao projeto de sociedade proposto pelo partido comunista:

*"... E, ao investigar a vigorosa contribuição do marxismo, como método, à elucidação de numerosos problemas econômicos, sociais políticos e econômicos contemporâneos, reconhecem, também ao mesmo tempo seu caráter antidemocrático, ao assumir o caráter de doutrina política, e a sua condenável impostura ao querer implantar-se pela violência, visando o governo dos povos livres."*¹⁹

Dentre as várias atividades desenvolvidas como professor e pesquisador, Horace Davis coordenou o Inquérito sobre o Padrão de Vida dos Operários da Cidade de São Paulo. Para a viabilização desta pesquisa, contou com a colaboração de outras instituições tais como o Instituto de Educação de São Paulo e o Instituto de Higiene que há muito vinham realizando pesquisas acerca das condições de saúde e educação paulistana. Porém, o alcance destes trabalhos foi considerado limitado, uma vez que não conseguiram cumprir o propósito mais amplo de subsidiar as ações políticas dos dirigentes dos órgãos públicos, devido a inexperiência, e domínio de métodos de investigação científica, tidos como mais avançados e, ainda, por realizarem trabalhos setorializados, que nem sempre correspondiam aos interesses dos grandes empresários.²⁰

Neste sentido, a pesquisa dirigida por Horace Davis foi encomendada pela Escola, com o propósito de aperfeiçoar as experiências de pesquisas existentes e, sobretudo, fornecer indicadores mais precisos para a fundamentação do projeto de socieda-

19. SIMONSEN, R. AS CLASSES PRODUTORAS E O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Imprensa Nacional, RJ, 1947, p.6.

20. Ver. Pesquisas desenvolvidas pelo Instituto de Higiene de São Paulo. 1933.

de, que o grande empresariado visava instituir no país. Projeto este, cuja meta principal consistia na dinamização do mercado interno a partir da uniformização do padrão de vida dos trabalhadores. Roberto Simonsen, enquanto representante dos grandes empresários compreendia que para instituir o padrão de vida era preciso, em primeiro lugar conhecer a **realidade social** e, a partir deste domínio, redimensionar as práticas sociais dos trabalhadores de modo a subordiná-las aos interesses do grande capital.

Desta forma, o inquérito sobre o Padrão de Vida dos Operários da Cidade de São Paulo tinha por finalidade apresentar à direção da escola o padrão de vida destes operários, para que a partir deste esquadramento, os empresários pudessem justificar cientificamente seu projeto político para a sociedade.

Horace Davis, partindo do pressuposto de que o padrão de vida só poderia ser definido, através da mensuração de aspectos relativos as condições materiais de existência, organizou a pesquisa, de modo a levantar os aspectos econômicos da condição de vida da classe operária paulistana. Neste inquérito foram recuperados os seguintes itens: hábitos alimentares, hábitos de consumo, nível educacional, salário, renda, gastos, jornada de trabalho, moradia e nacionalidade. O levantamento destes dados permitiria indicar, por amostragem, as condições de sobrevivência da família da classe operária, seus principais problemas e aspectos que deveriam ser reequacionados, de modo a implementar o que os empresários denominavam padrão de vida digno.

Horace Davis, partindo do pressuposto amplo de que a classe operária se definia pela participação do trabalhador no mercado formal de trabalho, enquanto trabalhador assalariado, privilegiou, como objeto de análise a família operária, uma vez que o salário recebido por estes não dizia respeito apenas a so-

brevivência individual do operário e, sim, de sua família, pois que o salário era socializado no interior da mesma, em termos de gastos coletivos, como alimentação, vestuário, água, luz, aluguel.

É importante frisar que foram estes itens que balizaram o inquérito, privilegiando-se a análise quantitativa e econômica das condições de vida da classe operária.

Seguindo os passos da pesquisa foi possível identificar que vários aspectos do modo de vida dos trabalhadores foram marginalizados, em função do autor assumir como ponto de partida para a sua investigação o modelo de classe operária fornecido pelos pressupostos da análise econômica de cunho marxista. Sendo este o foco de preocupação, a condição de vida dos operários em São Paulo foi abordada sob o prisma de sua capacidade de consumo, moradia, educação, vestuário e alimentação.

Para atingir tal objetivo, Horace Davis entrevistou aleatoriamente famílias operárias para as quais foram entregues pelos pesquisadores questionários e cadernetas. Estas últimas foram deixadas nas casas dos trabalhadores onde eram preenchidas diariamente seus gastos mais diversos. O preenchimento destas cadernetas pressupunha que as famílias entrevistadas fossem alfabetizadas. Face a existência de famílias consideradas analfabetas, muitas dessas cadernetas foram preenchidas pelos vizinhos ou pelos próprios pesquisadores. Esta solidariedade foi considerada por Davis como **curiosidade do methodo sociológico** o que permite inferir que o analfabetismo da classe operária não fora levada em consideração na elaboração da pesquisa.

Por outro lado, a solidariedade presente entre os entrevistados para o preenchimento das cadernetas expressou aspectos não considerados na definição da condição operária determina-

da pela orientação da pesquisa. Na interpretação de Davis, a solidariedade e cooperação dos entrevistados foi avaliada como interesse de alguns entrevistados em receber **recompensa ou vantagens**, para a classe operária. E, ainda, a recusa de algumas famílias em preencher as cadernetas foi compreendida como desconfiança, em relação aos propósitos do inquérito:

*"... algumas famílias recearam que as informações fossem prejudica-las perante ao patrão, outras pensaram sem bases alguma em disposições nocivas a classe operária..."*²¹

Assim, embora esta pesquisa procurasse reafirmar noções prontas e acabadas da classe operária é possível inferir que o universo das condições de vida dos operários extrapolavam o conceito de classe que permeava a investigação. A diversidade dessas práticas sinaliza para a dificuldade em intentar padronizar valores próprios daqueles que vivenciavam a condição de classe operária.

A meu ver esta contradição acompanhou o desenrolar desta pesquisa. Resgatar seus resultados e seus problemas possibilita acompanhar os contornos da proposta de padrão de vida requerido pelos empresários e, simultaneamente os entraves colocados pelos próprios valores de vida dos operários entrevistados.

No relatório apresentado por Horace Davis, pode se notar que uma das principais questões que buscava averiguar foi o modo como estes entrevistados gastavam os seus salários.

Para responder a este item foram distribuídos aos entrevistados duas modalidades de inquéritos. Um primeiro que levantava a expectativa de gastos mensais e o segundo em que eram anotados as despesas realizadas diariamente, durante o período de um mês. O cruzamento destes dados, isto é, sua comparação deveria

21. DAVIS, Horace. PADRÃO DE VIDA DOS OPERÁRIOS DA CIDADE DE SÃO PAULO. 1934. Rel de Pesquisa da ELSP, p.4.

garantir a coerência, verdade relativa dos dados apresentados.

Verificou-se através deste item, que os salários, considerados por Davis, **renda**, eram pagos na forma de jornada de trabalho, quinzena ou mensal. Em sua avaliação, o salário mensal correspondia as expectativas pré-ditas pelos entrevistados, enquanto os demais ou tinham sido supervalorizados ou subestimados. Nesta ótica, o salário pago mensalmente, parecia a melhor forma de permitir ao trabalhador prever suas despesas. Quanto a expectativa dos entrevistados em relação ao salário e despesas, o relatório indica que **"esperavam gastar tudo ou quase tudo quanto esperavam receber"**. O que de um lado permite supor que ou os salários pagos apenas garantiam a sobrevivência mínima, ou que os valores de acumulação não se colocavam a maioria dos entrevistados. Esta última, hipótese parece, a meu ver, permear a orientação da pesquisa, ou seja, determinar o padrão de consumo da **classe operária**, para indicar modificações em seu padrão de vida.

Para a discriminação das despesas, foram comparados e cruzados os gastos com alimentação, habitação e vestuário. Quanto a despesa alimentar o inquérito tinha por objetivo analisar se estes entrevistados apresentavam carência alimentar decorrentes, de fatores econômicos, da nacionalidade, ou da fonte de suprimento de alimentos.

Em relação a alimentação é interessante observar que os pesquisadores encontraram dificuldades para avaliar os resultados registrados nas cadernetas, uma vez que a fonte de recursos não se restringia unicamente ao poder de compra do salários e da dependência destes operários realizarem suas compras no mercado local, feiras e armazéns. Parte do que se consumia em algumas das famílias operárias advinha de outras fontes, como da criação de animais caseiros, porcos e galinhas ou ainda do cultivo de hor

taliças nas moradias em que havia quintais. O que permite pensar que este grupo de operários não se colocava inteiramente dependente do trabalho assalariado, pois estas fontes alternativas de complementação dos gastos com a alimentação garantia a estes operários meios de enfrentar, no momento de desemprego ou de arrocho salarial, a ameaça da fome.

Para os operários que dependiam estritamente do salário o quadro era outro. Para Davis, estes eram considerados como trabalhadores totalmente urbanizados, tornando claro que seu conceito de classe operária se edificava na subordinação do operário ao salário e ainda de seu atrelamento ao mercado formal de consumo.

Além disso, o modo de efetuar as compras de alimentos nas feiras ou armazéns eram práticas que distinguiam aqueles que recebiam maior ou menor salário. As famílias que pudessem pagar à vista compravam seus alimentos na feira, já aquelas de menor renda dependiam dos armazéns, à medida em que podiam comprar a crédito (fiado).

Outra preocupação que presidiu a análise do orçamento dispendido com a alimentação dos operários foi a respeito ao detalhamento de seu regime alimentar. Para levantar as espécies de alimentos consumidos pelos operários foram estes classificados em sete categorias. Na primeira, pão, farinha e demais cereais, no segundo, leite e queijo, no terceiro, vegetais e frutas, quarto, gorduras e manteigas e derivados, no quinto, açúcar, sexto, carne magra, ovos e peixe, sétimo, condimentos, bebidas, tais como vinho, cerveja e café.

Para proceder a avaliação destes dados, Davis comparou a composição da dieta mínima proposta pela ciência médica cuja preocupação era a de garantir aos trabalhadores um mínimo de calo

rias diárias, com o consumo alimentar destes trabalhadores. Os dados da pesquisa revelaram que, em média os operários pesquisados se enquadravam ao padrão estabelecido de 3000 calorias diárias. Porém, detectou-se a existência de um desequilíbrio na composição da dieta alimentar. Famílias de renda menor consumiam maior quantidade de cereais, pão, macarrão, seguidos da carne magra, peixe, ovos vegetais e frutas. O inverso ocorria na medida em que os salários (renda) fosse maior. Porém, o item queijo e leite, tidos, pela ciência médica, como uma das principais fontes de uma sadia alimentação foram acusados em todos os casos insuficientes. A quantidade média de leite consumido mensalmente não ultrapassava 2,55 per capita.

Este dado permite levantar uma série de hipóteses ou que o leite e seus derivados provavelmente não tivessem preços acessíveis a compra pelos entrevistados ou que estes dados não foram fornecidos pelos operários a medida em que o leite muitas vezes era vendido de modo clandestino, isto é, sem o controle fiscal e higiênico, ou que ainda não se colocava como uma necessidade básica aos mesmos. Comparado ao consumo da carne, ovos e peixe poderia o leite não ser prioridade. Esta hipótese, talvez fosse plausível, uma vez que averiguou-se que nos bairros considerados habitados pelas classes dominantes, a exemplo, do Jardim América, a média de consumo de leite e queijo não era diferente.

Em relação ao consumo de leite pelas crianças, vale lembrar que a amamentação pela mãe ou mães-de-leite eram práticas comuns e inclusive estimuladas pelos órgãos de saúde pública, através dos postos de saúde e dispensários como forma evitar a sub-nutrição infantil.

É importante assinalar que nestas famílias operárias a mulher assumia a responsabilidade pelo controle dos gastos com a

alimentação. Era ela, que na maioria das vezes, efetuava as compras de alimentos no mercado e definia os critérios que deveriam presidir a dieta familiar. No relatório, Davis aponta que em função de conhecer os preços dos alimentos e pelo fato de preparar a alimentação, o desperdício com os alimentos poderia ser considerado desprezível:

*"... mas nas famílias proletárias, onde as esposas é que cozinham e lavam a louça, depois das refeições, o desperdício, se existe, é reduzido ao mínimo."*²²

A preocupação em detectar quem e como era controlada a distribuição dos alimentos sugere que, para se alterar o padrão de vida, de modo a estimular a dinamização do mercado interno, era preciso não só reafirmar a função social da mulher, enquanto guardiã da família, mas, sobretudo estimular sua participação como compradora no mercado de consumo.

Por outro lado, nos casos em que a família operária acusara deficit orçamentário a responsabilidade poderia ser atribuída a própria família:

*"... É claro que em muitos casos, a culpa da própria família, isto é, aquilo que ganha seria suficiente para sustentá-la se gastasse com mais prudência. Em outros casos, não é a imprudência ou a renda insuficiente, mas sim uma mudança repentina na situação da família que a leva a classe dos deficitários. O chefe da família perde o seu emprego ou obtém um lugar peor remunerado, ou mesmo fica desempregado: no entanto a família continua a viver durante algum tempo no mesmo padrão que antes, o que faz aparecer o deficit, existe ainda uma terceira classe de família deficitária aquela que, tendendo para um padrão de vida mais elevado, encontra-se ante uma renda insuficiente, e " não pode ou não quer comprimir suas despesas dentro dos limites necessários..."*²³

22. DAVIS, Horace. Op. cit, p.19.

23. Idem, p.13.

Ainda a respeito das práticas de consumo alimentar destes operários, Horace Davis procurou avaliar se havia algum grau de influência de hábitos nacionais (imigrantes) no modo como eram consumidos os alimentos. Ao seu ver, ao contrário do que era invocado, esta influência não foi determinante e, sim, a renda das famílias operárias.

*"... Sem querer negar a influência dos hábitos nacionais, somos da opinião que eles são apenas eficazes na determinação do consumo alimentar, durante um período de tempo limitado e que depois disso absorvidos os imigrantes pelo meio adotam eles os hábitos alimentares locais."*²⁴

Segundo o relatório, embora a despesa com a alimentação tenha sido considerada de importância fundamental para se aquilatar o padrão de vida dos operários, a análise deste item não permitiu uma amostragem mais precisa dos hábitos e despesas relativos aos alimentos. Na interpretação de Davis, os entrevistados tenderam a ocultar os gastos com a alimentação, fazendo-o supor que os gastos com vestuário fossem maiores do que com a alimentação. E, ainda, que os entrevistados ao registrarem seus gastos não conseguiam distinguir a diferença entre vestuário e alimentação.

Levando em consideração que a compra de alimentos e roupas eram adquiridos no mesmo local onde conjuntamente eram vendidos alimentos, roupas, calçados, sabão, entre outros, pode-se supor que não havia preocupação dos trabalhadores em discriminar essas modalidades de despesas. O que permite deduzir que a classificação item despesa foi organizada segundo critérios que não levavam em consideração o modo como os trabalhadores classificavam as suas necessidades.

Para se avaliar os gastos dispendidos com o vestuário, isto é, seu grau de consumo, foram inventariados o número de

24. DAVIS, Horace. Op. cit., p.28

peças comprados pelas mulheres no mercado, desconsiderando inclusive as formas de produção doméstica de roupas íntimas, de passeio e mesmo de uso cotidiano. Assim, a pobreza visualizada no questionário pode ser interpretada sob dois ângulos, o primeiro pelo baixo poder de compra do salário e o segundo pelas práticas autônomas das famílias operárias em determinar o modo de consumir sua própria vestimenta, inclusive mantendo seus valores estéticos de consumo. Por esse viés é possível compreender o porque no universo de 140 mulheres, apenas 35 indicaram possuírem cinco pares de roupa de baixo, ou, ainda, que 50 mulheres não tivessem sequer um vestido de passeio. A preocupação em interrogar sobre o modo como as mulheres adquiriam seus bens de consumo permitiria indicar quais os hábitos e preferências que interessaria aos empresários investir assimilando e visando introjetar novas práticas de consumo.

Quanto às despesas com o vestuário das crianças e homens a mesma lógica de análise prevaleceu, por exemplo no total de 133 homens 36 possuíam apenas 01 calça e 23 não possuíam roupas de baixo.²⁵

Outro parâmetro para avaliar o padrão de vida deste universo de famílias operárias foi a Habitação. Procurava-se, a partir deste item, sondar como moravam as famílias operárias em relação ao seu poder aquisitivo. Além disso preocupava-se também determinar as condições de habitação em diferentes tipos de moradia coletivas e casas individuais.

Quanto a moradia coletiva o inquérito estabeleceu três grupos:

"... primeiro o porão; segundo - a vila - que pode ser definida como um conjunto de várias habitações contíguas, que dão para um mesmo beco; terceiro o cortiço assim denominado, para indi-

25. Segue anexo a tabela sobre as despesas com vestuários.

*car que as famílias vivem em uma habitação ou moradia coletiva, muito vezes de mais de um andar. As habitações individuais e as vilas tem em geral cozinhas e instalações sanitárias independentes, ao passo que tanto o cortiço como o porão possuem instalações higiênicas em comum e quando tem cozinha, e também em comum..."*²⁶

Em geral estas formas de moradias eram alugadas, sendo que o aluguel do cortiço era mais barato, comparado ao aluguel do porão. Este último, permitia que a família ocupasse maior número de cômodos, pois no cortiço de um modo geral a família alugava de um a dois cômodos. Ambas, segundo Davis eram **insalubres** e inadequadas à habitação humana e caracterizavam-se pela superpopulação a qual prejudicava tanto a **saúde quanto a decência**. Sob estes aspectos averiguar as condições de habitação da família operária revelou a preocupação com a moralização destas famílias, pois a preocupação com a superpopulação não era apenas um problema de ordem econômica e sim dizia respeito a eliminação de práticas coletivas dos trabalhadores, que abriam possibilidades ao questionamento de suas próprias condições de sobrevivência: dominação e exploração.

Sugerir que a renda da família fosse reequacionada de modo a permitir o acesso à moradia individual significava, em outras palavras, reafirmar o padrão de habitação familiar que ia ao encontro dos interesses dos empresários, pois além de angariarem maiores lucros pelo investimento na construção civil, também estimulavam aquisição da casa própria como um meio de ampliar a dependência da família operária ao trabalho assalariado.

Nesse sentido, a aquisição da casa própria tornar-se-ia um valor de preservação da família nuclear - pai, mãe e filhos - pois alimentaria o sentimento de trabalhar para melhoria das condições da família, em seu caráter individualizado. Isto é,

26. Segue Anexo a tabela sobre as despesas com vestuários.

melhorar o padrão de consumo familiar significava restringir as relações societárias de modo a diluir a socialização do salário e com isso as práticas de solidariedade presentes na experiência de viver os problemas coletivos. Morar nos cortiços e porões, ainda que classificados como insalubres, permitiria aos trabalhadores defenderem seus interesses enquanto força coletiva.

Nesse sentido, além de identificar a predominância da moradia individual entre as famílias observadas, no relatório procurou afirmar a positividade da moradia individual como a melhor forma de habitação para os mesmos:

*"... E este sob qualquer ponto de vista o melhor tipo de moradia da classe trabalhadora; e é naturalmente o tipo habitado pela maioria, senão por todas as famílias que possuem casa própria."*²⁷

Assim, os dados fornecidos neste inquérito demonstraram que o padrão de vida destes entrevistados deveria ser redimensionado, na medida em que, sob vários aspectos não colaboravam para a dinamização do mercado interno preconizado pelos grandes empresários.

Embora o padrão de vida da "classe operária de São Paulo tivesse sido levantado com o objetivo de fornecer parâmetros para instituir no país o padrão de vida digno, isto é, as condições mínimas de sobrevivência da "classe operária": alimentação, vestuário e moradia, a análise destes aspectos revelaram problemas que poderiam inibir o desenvolvimento do projeto político dos grandes empresários.

Assim, se em relação aos gastos com a alimentação os salários foram considerados suficientes, por outro lado, Davis apontou a necessidade da modificação dos hábitos alimentares de modo a melhor os adequar às necessidades do trabalho produtivo. A

27. Segue anexo.

seu ver, o déficit alimentar de algumas famílias não derivava apenas do poder de compra do salário, mas também da **ignorância da escolha dos alimentos**, propôs inclusive a intervenção médica, no sentido de redimensioná-la a fim de que a família operária abandonasse práticas de alimentação que contribuíam para a manutenção, de seu padrão de vida.

Já a acusação da insuficiência de gastos relativos a habitação e vestuário indicara a necessidade de interferir na mudança dos custos de vida propondo inclusive medidas capazes de assegurar indiretamente o desenvolvimento do mercado interno: casa própria e compras a prestação.

Em síntese, ao procurar identificar a condição material, padrão de vida da classe operária de São Paulo, Davis acabou por demonstrar e reafirmar a prática dos empresários de que para se instituir o padrão de vida da classe operária se fazia necessário eliminar experiências dos trabalhadores que conflitavam com a ética do trabalho imprescindível a reprodução do capital.

Vale ressaltar que este inquérito foi pioneiro, a nível da América Latina, no que diz respeito ao levantamento e sistematização das condições de vida da classe operária, inclusive, no que se referiu a indicação dos meios para a definição de padrão de vida, de acordo com o projeto de reorganização da sociedade, defendido pelos grandes empresários. Davis, além de ter se preocupado em seguir a orientação de pesquisa, fornecida pelo Bureau Internacional Du Travail de Genebra, ainda foi convidado a publicar os resultados deste inquérito, na Revue Internacional du Travail, órgão da Liga das Nações.

Para além destes aspectos é importante assinalar que o trabalho de Horace Davis, despontou como a primeira iniciativa em reunir vários trabalhos de pesquisa, já elaborados pelas instituições públicas de São Paulo, articulando-as ao Inquérito sobre

o padrão de vida da família operária. Seu estudo, ao relacionar vários aspectos das condições de vida, abriu possibilidades para que, a partir dos problemas levantados, emergissem pesquisas setorializadas que preocupar-se-iam em aprofundar e legitimar os resultados de seus trabalhos.²⁸

O Instituto de Higiene de São Paulo, por exemplo, à mesma época, realizou o Inquérito sobre a alimentação popular no bairro de Pinheiros, em São Paulo, com o objetivo de analisar, sob a ótica médica e higienista, os hábitos alimentares da população:

*"... avaliar portanto da forma porque se alimentam determinados grupos sociais, constitui a nossa principal preocupação. Sem esta base, toda a providência tendente a correção de possíveis erros alimentares sera em pura perda..."*²⁹

Este trabalho partiu do pressuposto contrário às teses de que no país não havia fome, procurando reafirmar que os hábitos alimentares influíam decisivamente na formação psico-física dos trabalhadores. A fome foi justificada como ausência de saberes, por parte da população trabalhadora, na escolha de sua alimentação.

*"... a degenerescencia provavelmente da alimentação falha e ainda patente em nosso país, até entre raças de animais o cavalo de Santo Amaro, o santamarista, de pequenas proporções, nada mais e do que descendente do cavalo normal criado nos pastos pauperrimos aos arredores de São Paulo..."*³⁰

Neste sentido, através do inquérito, procurava-se determinar quais os hábitos alimentares que seriam convenientes modificar, via educação. A assimilação de novas práticas alimentares contribuiria para alterar o padrão de vida da população, de modo que, com o mesmo salário, os trabalhadores pudessem cobrir

28. PAULA SOUZA, G.H. ULHOA CINTRA, A. de e CARVALHO, Pedro Egidio. INQUÉRITO SOBRE ALIMENTAÇÃO POPULAR EM UM BAIRRO DE SÃO PAULO. Revista do Arq. do Estado, vol. XVII ano 1935, p.125.

29. Idem, p.124.

30. Idem, ibidem.

os gastos com a alimentação. A mudança desses hábitos corresponderia a modificações no mercado de consumo e produção. Como resultado deste trabalho, foi sugerido aos órgãos de saúde pública que incentivassem a substituição de gêneros alimentícios tal como, o feijão pela soja e outros e, ainda, que estes mesmos órgãos estimulassem e investissem na propaganda da carne e do leite, de modo a imprimir novos hábitos de consumo alimentar. Neste sentido, tal mudança de hábitos colaboraria para dinamizar e ampliar o mercado interno de consumo, de maneira a incrementar a agro-indústria e, simultaneamente, estimular investimentos nos setores de comercialização de alimentos.

Nessa perspectiva, a pesquisa de Horace Davis serviu de parâmetro para fundamentação das demais pesquisas, desenvolvidas posteriormente, tanto na ELSP, como nas demais instituições vinculadas aos poderes públicos de São Paulo e nos demais estados do país. Alicerçou ainda os estudos relativos a determinação do salário mínimo, implementado pelo Governo Vargas, na década de 1940.³¹

Samuel R. Lowrie, filósofo norte-americano, também contratado pela ELSP, ministrou os primeiros cursos oficiais em Ciência Política e Sociologia Geral. Além destas atribuições, desenvolveu uma série de pesquisas, tanto na Escola, como no Departamento de Documentação Social da Prefeitura de São Paulo. Embora tenha seguido a orientação de Horace Davis, no que se refere às técnicas de investigação e levantamento do padrão de vida, sua posição política diferenciava-se de Horace Davis. Enquanto este último seguia os princípios do materialismo histórico, Lowrie assumia, como perspectiva de investigação, os pressupostos da teoria

31. Ver: COUTINHO, Rui C. E. INQUERITOS SOBRE ALIMENTAÇÃO. In: Ministério do Trabalho, vol 29, jan de 1937. Moscoso, A. ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR. V. 28, p.104. Castro, J. AS CONDIÇÕES DE VIDA DA CLASSE OPERÁRIA EM RECIFE. 1934. Barreto, João de Barros e outros. INQUERITO SOBRE AS CONDIÇÕES DE ALIMENTAÇÃO POPULAR NO DISTRITO FEDERAL. In. Ministério do Trabalho Indústria e Comércio, v.52 e 53 entre outras.

cultural, da sociologia empírica, desenvolvida pela Escola de Chicago. Sua preocupação voltava-se para a análise dos conflitos sociais, subentendidos como derivados dos conflitos culturais.

Dentre as pesquisas realizadas, as que obtiveram maior expressão, no sentido de fundamentar a atuação política dos grandes empresários, destacam-se os seguintes estudos: Imigração no Estado de São Paulo, Assistência Filantrópica da Cidade de São Paulo, Pesquisa do Padrão de Vida das Famílias dos Operários da Limpeza Pública, Interpretação dos Dados do Recenseamento do Estado de São Paulo, Ascendência das Crianças Registradas no Parque Dom Pedro II - São Paulo, Previsão da População e outros.³²

No estudo acerca da Assistência Filantrópica da Cidade de São Paulo, por exemplo, Lowrie procurou realizar um inquérito para avaliar a organização e condições da Assistência Filantrópica, desenvolvida na Santa Casa, na Capital do Estado de São Paulo. A partir do levantamento das pessoas que obtiveram tratamento gratuito, visou avaliar se estas "realmente necessitavam" desta modalidade de assistência, tendo como objetivo descobrir a extensão do abuso, o número de pessoas não necessitadas que utilizaram esse serviço.

Para detectar os limites entre os necessitados e os não necessitados desse serviço, avaliou as condições de vida das famílias destes entrevistados. Os critérios utilizados para estabelecer essa fronteira foi o mesmo aventado na pesquisa de Davis, qual seja, renda, aluguel e superlotação-número de pessoas por cômodo na moradia.

32. LOWRIE, Samuel H. ASSISTÊNCIA FILANTROPICA NA CIDADE DE SÃO PAULO. Rev. Arq. Mun. 1936 - A ASCENDÊNCIA DAS CRIANÇAS REGISTRADAS NOS PARQUES INFANTIS DE SÃO PAULO. Rev. Arq. Mun. , 1937 - IMIGRAÇÃO E CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO NO ESTADO DE SÃO PAULO. ESTUDOS PAULISTAS . ELSA. 1938 - ORIGENS DA POPULAÇÃO DA CIDADE DE SÃO PAULO E DIFERENCIAÇÃO DAS CLASSES SOCIAIS. 1938. Racial And National Intermarriage in a Brasialian City. Amer. Jour Soc. 1939

A "moradia" foi considerada como principal parâmetro para indicar o grau de pobreza e, a partir dela, quais as pessoas que mereceriam assistência filantrópica.

A seu ver, os dados investigados, **segundo regras racionais e objetivas**, demonstrara que o quadro dos que eram necessitados era de 69% do total de 1038 entrevistados. Apoiando-se nestes dados e reafirmando sua preocupação em melhorar a **eficiência da assistência à comunidade**, assinalava que os custos, que a Santa Casa despendia com aqueles que "não necessitavam" da Assistência, poderiam ser revertidos em outros investimentos:

"... com o dinheiro assim economizado poderia ser mantido um grupo de 10 a 15 investigadores, com salários iguais a das educadoras sanitárias, sem qualquer despesa adicional ao orçamento atual do Hospital Central da Santa Casa. Bem guiados e dirigidos muitos poderiam fazer estes investigadores para melhorar a eficiência do tratamento na convalescência e auxiliar as pessoas que tiveram alta na restauração de sua saúde e na aquisição de sua independência econômica..."³³

Com tal proposta, visando "melhorar" a organização geral da Assistência Médica gratuita em São Paulo, Lowrie reafirmava o projeto de controle social dos grandes empresários, no que diz respeito ao que defendiam como direito a Saúde. O trabalhador diretamente ou indiretamente deveria custear as despesas para a manutenção de sua saúde.

Por outro lado, ao sugerir que a Santa Casa investisse na contratação de pesquisadores, na função de assistentes sociais, para que influenciassem os que se recuperavam a adquirir a **sua independência econômica**, isto acabava por reforçar a moral do trabalho, no sentido de associar direito à saúde, como compensação pela dedicação ao trabalho. Além deste aspecto, a reorganização da Assistência Pública possibilitaria criar "mercado de traba

33. LOWRIE, S. Op. cit., p.49.

lho" para as novas categorias de profissionais, que estariam sendo formadas no Ensino Superior do Estado de São Paulo.

Outra série de trabalhos, desenvolvidos por Samuel Lowrie, apresentou como foco de análise a influência das diversas culturas imigrantes e migrantes, na organização social da cidade de São Paulo. Para examinar esta influência foi realizada uma série de investigações nos vários bairros da capital paulistana, visando localizar a presença dos diversos grupos étnicos. No inquérito "Ascendência das Crianças Registradas no Parque Dom Pedro II", procurou resgatar, através da ficha de identificação das crianças que frequentavam o parque, se a origem da família contribuía para a integração dos indivíduos à sociedade.

Dentre as conclusões deste inquérito enfatizou que a maioria das crianças eram filhos ou netos de imigrantes espanhóis e que ainda seus pais eram em maioria trabalhadores industriais e comerciais. O fato destas crianças frequentarem o parque foi considerado significativo por demonstrar o grau de integração e contribuição dos imigrantes latinos, comparados a outros imigrantes, tal como os de origem japonesa, que resistiam em assimilar as instituições culturais e educativas existentes na capital. As dificuldades da língua e os costumes foram apontados como prováveis fatores que isolavam certas nacionalidades de imigrantes da convivência com os trabalhadores nacionais. Seguindo esta mesma ótica de investigação, Lowrie desenvolveu os seguintes trabalhos, Ascendência das Crianças Registradas nos Parques Infantis de São Paulo, Imigração e Crescimento da População no Estado de São Paulo, Estudos Paulistas, Origens da População no Estado de São Paulo e Diferenciação das Classes Sociais, Racial And National Intermarriage in a Brazilian City. Nestes trabalhos, procura assinalar como certos grupos de imigrantes estariam contribuindo para a formação do trabalhador nacional.

Frente a importância dos resultados destas pesquisas , Lowrie foi designado, pelo Departamento de Pesquisas Sociais, para participar da Comissão de Interpretação dos Dados do Recenseamento do Estado de São Paulo. Sua presença como sociólogo contribuiu para definir uma nova prática de elaboração do Recenseamento. A seu ver, os recenseamentos, até então elaborados pelos agentes dos órgãos públicos oficiais, eram deficientes, na medida em que se baseavam em métodos matemáticos (aritméticos e geométricos) . Em vista disso, Lowrie avaliou e reafirmou que para se estabelecer dados e índices confiáveis se fazia necessário aplicar o método de aproximação gráfica, capaz de proporcionar o acompanhamento das modificações das condições avaliadas, ou seja, população, natalidade, mortalidade, migração, crescimento industrial rural e urbano, condições de vida e trabalho na sociedade. Com esta posição , intentava se contrapor aos métodos de recenseamento e levantamentos estatísticos, utilizados pelos agentes do governo de Vargas.

O recenseamento proposto por Lowrie visava um maior detalhamento sobre as condições econômicas e sociais do país. Em sua perspectiva, este teria como objetivo fornecer instrumentos confiáveis ao governo, a curto e a longo prazo. A amostragem gráfica forneceria previsões para a realização de futuros investimentos, a exemplo, as empresas poderiam planejar como e onde edificar seus empreendimentos, de forma a contar com um exército de reserva de trabalhadores, transporte e matérias primas. Além deste aspecto , o recenseamento proporcionaria, aos órgãos públicos, cálculo antecipado dos gastos e investimentos em obras de saneamento básico e demais serviços públicos.

→ Por outro lado, esta modalidade de recenseamento permitiria conhecer com maior precisão o número de eleitores e sobretudo, prever o quadro de representantes políticos que ocupariam os cargos nos legislativos municipal, estadual e federal.

Investir no recenseamento adquiriria outro significado , poderia indicar as forças políticas presentes, para que com isso fosse possível planejar com critérios mais precisos a organização social do país.

É importante assinalar que Lowrie, em várias oportunidades, divulgou e defendeu publicamente esta proposta política de realização do recenseamento, procurando convencer sociólogos e agentes dos órgãos públicos de que esta prática, apesar de seu alto custo, era relevante, porque forneceria indicadores científicos para contornar e redirecionar os possíveis conflitos sociais.

Outro relevante trabalho desenvolvido por Samuel Lowrie enquanto pesquisador, tanto da ELSP, como da divisão do setor de Documentação Histórica e Social do Departamento de Cultura do Município de São Paulo, foi a Pesquisa e Padrão de Vida das Famílias Operárias da Limpeza Pública em São Paulo.

> Esta pesquisa tinha como uma de suas finalidades investigar o padrão de vida dos funcionários da limpeza pública e fornecer critérios e indicadores para que o Governo Municipal instituisse o salário mínimo para os servidores públicos, como modelo a ser seguido nas demais instituições públicas e privadas:

*"Não tem o governo municipal poderes para compelir os particulares ao estabelecimento do salário mínimo, mas pode contribuir para uma solução equitativa do problema de duas maneiras: 1) pelo estudo e determinação do custo de vida nas classes baixas , 2) pelo exemplo, fixando ele próprio o salário mínimo de seus funcionários, de acordo com os fatos observados nas pesquisas municipais."*³⁴

Vale lembrar que a institucionalização do salário mínimo foi proposta do governo Vargas a ser implementado através do Ministério do Trabalho. Na Constituinte de 1934, a bancada patronal paulista conseguiu a aprovação de vários artigos que condicio

34. LOWRIE, S. Op. cit.

naram a definição e implantação do salário mínimo ao levantamento periódico do padrão de vida, em nível regional. Este levantamento seria de competência dos governos federal, estadual e municipal.

Por este ângulo, as pesquisas desenvolvidas na ELSP , podem ser consideradas como pioneiras em voltar sua atenção para levantar o padrão de vida e sugerir o modo de operacionalização do salário mínimo.

Por seu turno, o Ministério do Trabalho desenvolveria, vários estudos visando definir os princípios básicos que deveriam nortear o salário mínimo. Estes princípios foram promulgados no projeto de lei federal, em 1936, e recebeu severas críticas por parte dos empresários e intelectuais que estavam na direção das várias instituições científicas e patronais do Estado de São Paulo.

Segundo a crítica de Sergio Milliet, um dos fundadores da ELSP e diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, as comissões encarregadas pelo Ministério do Trabalho, para elaborar os critérios para o estabelecimento do salário mínimo não teriam levado em consideração a necessidade do levantamento do padrão de vida. Ao contrário do que fora aprovado na Constituição estas comissões buscavam definir o salário mínimo à partir da negociação entre trabalhadores e patrões levando em consideração critérios "subjetivos" e não científicos - objetivos e, ainda denegavam a função e a responsabilidade dos funcionários dos órgãos públicos no levantamento do custo de vida:

*"Estas determinações parecem prever a probabilidade dos representantes das diferentes classes defenderem pontos de vista opostos e se conservarem irredutíveis, cabendo então ao presidente oficial o voto decisivo. A base da fixação seria, assim o acordo entre as forças antagonicas e não o custo de vida."*³⁵

35. LOWRIE, S. Op. cit., p.122.

Assim, ao contrário da proposta encaminhada pelo Ministério do Trabalho, Sérgio Milliet propunha que a definição do salário fosse da alçada dos técnicos e assessores contratados pelos órgãos públicos. O que vinha a reafirmar e assegurar a proposta defendida pelo grande empresariado de que o salário mínimo seria definido de acordo com as prioridades de seus investimentos. Para defender tal proposição, Milliet se ancorou na pesquisa de Samuel Lowrie, a qual sugeria que fossem aplicados uma série de procedimentos "técnicos-metodológicos" com vistas a atrelar o valor do salário as especificidades das condições da produção em cada região.

O primeiro procedimento a ser ponderado seria a elaboração do "índice dos preços" das mercadorias. E o segundo o levantamento da capacidade de consumo das famílias operárias. Estes dados cruzados e avaliados pelo método científico forneceria maior precisão na definição do salário mínimo. Ao prescrever o levantamento dos preços, como referência para se operacionalizar o salário mínimo explicitaria que este salário deveria acompanhar a potencialidade do mercado de consumo e simultaneamente a capacidade de desenvolvimento da produção. Nesse sentido o salário mínimo seria balizado não a partir das necessidades colocadas e reivindicadas pelos trabalhadores e sim pelo custo de vida expresso na dinâmica das relações de mercado.

*"... não permitindo a margem de lucros assegurar o pagamento do salário mínimo, seu único recurso seria o estancamento da produção ou ao menos, sua redução de maneira a elevar artificialmente os preços. Ambas teriam como consequência o aumento do número de desempregados e a baixa produção. Manter um salário nestas condições, e por tais processos seria evidentemente restringir sem motivo a produção industrial prejudicando os próprios trabalhadores em cujo benefício foi a lei criada..."*³⁶

36. LOWRIE, S. O. cit., p.120.

Preconizava ainda que a política salarial acompanhasse o custo real de vida o que pressupunha reajustes salariais de acordo com as mudanças no custo da produção. Nesse sentido o salário mínimo seria o termômetro para se avaliar a potencialidade dos investimentos e sobretudo para determinar o padrão de consumo da população.

Quanto a determinação do custo de vida, Sergio Milliet alertou ainda para as dificuldades do levantamento periódico do custo de vida, pois preocupava-se com as seguintes questões:

*"... São por um lado difíceis principalmente num ambiente como o das classes baixas onde imperam a ignorância o medo de novos impostos, de redução dos salários, de leis injustas de comunismo..."*³⁷

Daí, sugerir que se implementasse o método que defendia como mais seguro: o índice dos preços. O que a meu ver, permite pensar que temiam que os trabalhadores resistissem em fornecer dados dos pesquisadores e que pudessem questionar a validade da pesquisa e a subordinação de seus respectivos salários aos critérios (preços) impostos pelos agentes controladores do mercado. Nesta perspectiva o índice de preços além de ser determinado pela média dos preços facilitaria a avaliação constante das oscilações e previsão dos salários. O índice de preços, desta forma, seria objetivamente levantado pela escolha dos produtos tidos como básicos e ainda levaria em consideração a porcentagem e proporcionalidade dos produtos consumidos. Neste aspecto sugeriu que:

"... o ideal seria a inclusão de todas as mercadorias por elas consumidas. Entretanto, como muitas o são em quantidades insignificantes, com diminuta influência portanto sobre o custo de vida, podem, por motivos de ordem prática, não serem inseridas no Índice de preços..."

*... Como quer que seja, os produtos precisam ser escolhidos objetivamente em obediência a conclusões do estudo concreto, preliminar, do padrão de vida."*³⁸

37. LOWRIE, S. Op. cit., p.120.

38. Idem, p.121.

Outro procedimento necessário para a definição do salário mínimo consistia no estudo objetivo do padrão de vida pois este poderia fornecer dados para o conhecimento científico dos vários gêneros de consumo que presidiriam o custo de vida. Definindo deste modo o salário mínimo científico, Sergio Milliet buscava demonstrar que os critérios definidos pelo governo federal poderiam: retardar a indústria, prejudicando os patrões e, indiretamente, os próprios trabalhadores, justificando assim a necessidade da instituição de uma prática de negociação salarial que impedisse de modo sutil a participação dos trabalhadores na definição do valor do seu trabalho.

Em resumo, o salário mínimo científico, tecnicamente, elaborado, visava reforçar a dependência dos trabalhadores a indústria. Por outro lado, o aperfeiçoamento destes "mirabolantes" instrumentos técnicos impediriam que os "leigos", trabalhadores, pudessem questionar a política elaborada pelo saber dos técnicos competentes. Referendar índices de preços e custos de vida significaria impedir que os conflitos sociais tomassem rumos que forçassem os empresários negociar salário de acordo com os valores colocados pelos trabalhadores através de seus representantes.

Vale enfatizar que o debate acerca dos critérios de definição do salário mínimo se estendeu até 1940, o que permite levantar a hipótese de que enquanto o governo federal não investisse em instituições especializadas para o estudo científico do salário mínimo, em cada região do país, sua implantação foi adia-da e restringindo-se ao debate entre representantes do governo federal e tecnocratas representantes do grande empresariado paulista.

Dentre as várias pesquisas, palestras e cursos, desenvolvidos nos primeiros anos de funcionamento da ELSP, é interes

sante ressaltar o significado político e institucionalização do curso de Ciências Sociais da Disciplina História Econômica do Brasil. Esta disciplina foi ministrada pela primeira vez por Roberto Simonsen, o qual publicou posteriormente o conteúdo destas aulas em forma de livro sob o título História Econômica do Brasil.

Nesta disciplina, Roberto Simonsen, enquanto um dos fundadores, co-responsável pela orientação política da ELSP e, ainda aluno de vários de seus cursos procuraria fundamentar teoricamente e empiricamente o projeto político dos grandes empresários frente aos demais projetos em disputa na sociedade.

Em sua aula inaugural, Roberto Simonsen justificaria a importância da institucionalização desta nova disciplina tanto na ELSP, como nas demais instituições de ensino superior no país. Em sua visão, no Brasil eram poucos os estudiosos que voltaram atenção para a análise dos fatos econômicos. Entre eles destacou Varnhagem, Capistrano de Abreu, Vieira Souto, Amaro Cavalcanti, Calógeras, cuja preocupações estariam voltadas para a análise de aspectos econômicos específicos da História do Brasil. Caberia portanto a disciplina História Econômica do Brasil sistematizar estes aspectos sob o prisma da análise econômica.

Por outro lado, enfatizaria Roberto Simonsen que a História Econômica do Brasil deveria ser incorporada a tradição historiográfica brasileira, de modo a fornecer uma nova interpretação sobre a formação da sociedade. Assim, se coube a Euclides da Cunha, Afrânio Peixoto, Gilberto Freire, Oliveira Vianna estudar sob o ponto de vista cultural e político esta formação, caberia a esta nova disciplina, sob o viés dos pressupostos fornecidos pela análise econômica e referendados pelos conceitos sociológicos, fornecidos pelas Ciências Sociais, sistematizar estes aspectos, de modo a permitir um conhecimento maior da "realidade social".

Nesta aula aliás, assistida por um amplo público, alunos do curso de Ciências Sociais, jornalistas, representantes dos governos estadual e federal e, ainda, intelectuais de renome a nível nacional, Roberto Simonsen exporia os pressupostos e o programa que iria desenvolver, procurando chamar a atenção para a importância de investigações voltadas para a análise do desenvolvimento do capitalismo e, sobretudo, para o referencial de análise de que se utilizaria para abordar a dinâmica do desenvolvimento do capitalismo no Brasil:

*"... Carl Marx em suas apaixonadas críticas sobre o capitalismo via em todos os acontecimentos políticos... explicando-os, o substrato econômico. Daí em diante historiadores e economistas interessaram-se cada vez mais pela investigação das origens do capitalismo, sistema econômico, cuja predominância accentuadamente se firmou nos tempos modernos. Mas a fase culminante e contemporânea destes estudos cabe a Sombart, em 1902 com sua notável obra sobre o capitalismo moderno."*³⁹

Assim, abraçando a concepção de capitalismo fornecida por Sombart analisaria, sob o ponto de vista do desenvolvimento dos fatores econômicos a evolução da sociedade brasileira, sendo evolução sinônimo de progresso:

*"O alimento, o vestuário, e a habitação são os elementos fundamentais da subsistência humana: uma vez assegurados as sobras vão se constituindo os fatores do progresso. Este se traduz numa ascendente melhoria do padrão de vida, criando constantemente necessidades que se multiplicam."*⁴⁰

Com esta perspectiva procuraria neste curso comparar o desenvolvimento do capitalismo no Brasil com outros países e resgatar a especificidade desta evolução, situando as etapas deste processo e, principalmente, os entraves, fatores econômicos exter

39. SIMONSEN, Roberto. HISTÓRIA ECONOMICA DO BRASIL. Cia Editora Nacional, 1937.

40. Idem, p.33.

nos e internos que obstaculizaram o desenvolvimento do progresso/industrialização, ou melhor, da homogeneização de valores e práticas, capazes de dinamizar o mercado interno no país. Assim, conhecer as origens históricas destes principais entraves, isto é, o modo como foi sendo moldada a formação econômica do país possibilitaria elaborar instrumentos com a finalidade de intervir na superação dos mesmos:

*"... procuraremos determinar, pela evolução comparativa entre os povos, a razão do atraso de nossas atividades econômicas em determinadas épocas e para determinadas regiões. Investigaremos a evolução das nossas instituições econômicas muitas tomadas de empréstimo a outros povos, de diferentes estados de cultura, e que por isso não se adaptaram com vantagens e eficientemente as nossas realidades. Esforçar-nos-emos por indagar as origens que dificultaram e dificultam a nossa evolução progressista."*⁴¹

Vale frisar que, nestas aulas, Roberto Simonsen, baseando-se em uma vasta pesquisa documental e estatística, analisou o sentido da colonização portuguesa no Brasil, caracterizando-a, como **colônia de exploração**, cuja característica principal foi o de desenvolver atividades produtivas voltadas essencialmente para o abastecimento do mercado externo, prática esta que inibia a constituição do mercado interno e de outro garantia a unidade política do país. Em seguida, analisaria o período marcado pela presença da corte portuguesa no Brasil, conjuntura essa favorável ao desenvolvimento do mercado interno, mas obstaculizada pela ausência de uma política de administração pública eficiente, capaz de formular um projeto amplo para a sociedade, com vistas a unificar os diversos interesses das classes dominantes em defesa do desenvolvimento econômico do país. Por último, estudaria o **maior desenvolvimento econômico destes últimos cinquenta anos**, quando então

41. SIMONSEN, Roberto. Op. cit., p.34.

a economia do país começa a ser diversificada, estimulando a dinamização do mercado interno, o qual pressionaria para que fossem tomadas, pelo governo federal tímidas políticas a favor do desenvolvimento industrial.

Nesta perspectiva, com a introdução da disciplina História Econômica do Brasil, os fundadores da ELSP visavam demonstrar, de modo objetivo e científico, que, historicamente, os problemas enfrentados no país tinham sua origem na peculiaridade de sua formação econômica, cuja natureza dos conflitos poderia ser visualizada na ausência de um projeto capaz de articular sociedade/estado/industrialização.

Neste sentido, o estudo da História Econômica, além de indicar os principais problemas que afetavam o desenvolvimento do capitalismo no país, referendaria a experiência e o programa político dos grandes empresários, cuja preocupação foi a de, em primeiro lugar, compreender a dinâmica da sociedade para a partir daí elaborar uma política capaz de eliminar os conflitos, instituindo uma política de colaboração de classes que assimilasse tanto as necessidades dos empresários quanto dos trabalhadores. Assim, forjar a consciência nacional seria possível desde que se implementasse um modelo de planejamento capaz de dar um novo perfil/racionalidade à sociedade.

Por outro lado, é interessante observar que por intermédio da introdução da disciplina História Econômica do Brasil e da publicação do livro de Roberto Simonsen, os grandes empresários procuraram impor uma nova leitura da história do país com o objetivo de legitimar não só o projeto que vinham delineando para a sociedade como também fixar uma nova lógica para se pensar esta realidade. Os conflitos sociais seriam visualizados como decorrentes do desajustamento entre os fatores de produção e as institui-

ções governamentais, como de fatores antropológicos.⁴²

Os novos quadros políticos, economistas, politicólogos assistentes sociais, jornalistas, professores e outros deveriam portar uma formação "teórica" capaz de articular os instrumentos, conceitos e métodos fornecidos pela Sociologia, com seus termos de classes sociais e sociedade partindo de suas variantes como raça, nação, família, costumes, religiosidade e articulá-los aos problemas de ordem econômica colocados pelos grandes empresários.

Em síntese, coube a História Econômica do Brasil fornecer uma maior consistência "teórica e empírica" ao programa de ação dos grandes empresários e intelectuais, para que estes pudessem a partir da demonstração de um maior domínio sobre os problemas vivenciados na sociedade justificar suas respectivas propostas de intervenção. A "própria história econômica do Brasil", sua evolução econômica, explicitaria a necessidade de uma política de integração da nação. Neste aspecto, o "sentido" do desenvolvimento econômico do Brasil desembocaria na instituição de uma política de industrialização, planificação econômica, como solução para a melhoria do padrão de vida e, conseqüentemente, maior desenvolvimento do mercado interno e do parque industrial.

Vale realçar que a institucionalização da disciplina História Econômica do Brasil na ELSP inspirou, a partir de 1937, a criação em outros Estados da Federação organizações de ensino semelhantes:

*"Ninguém imaginava certamente, que tenho em vista combater o comunismo tão somente com a fundação da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas. É claro que isso é só parte de um programa."*⁴³

42. A Platéia, 30-5/33.

43. FALCÃO, Waldemar. A CRIAÇÃO DA FACULDADE DE SCIENCIAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS E O COMBATE AO EXTREMISMO. Rio de Janeiro, 1937.

> Vale ressaltar que a criação desta disciplina colaborou para a especialização e formação de uma nova modalidade de profissionais, os economistas, que formados sob a ótica da ELSP, difundiriam tanto nos espaços dos órgãos públicos (assessorias e cargos de direção) como nas instituições de ensino médio e superior os pressupostos científicos desta forma de abordar a sociedade e, em particular, os valores sociais que interessavam os empresários instituir. Por este ângulo, coube a ELSP colaborar para a profissionalização do economista e a desqualificação daqueles que opinavam sobre as questões econômicas sem o domínio de técnicas e modelos de análise considerados científicos.

Vale lembrar ainda que a História Econômica do Brasil, elaborada por Roberto Simonsen marcou e marca até hoje, o referencial de análise da maior parte dos estudos voltados para o desenvolvimento econômico do país. Economistas, Cientistas, Políticos, tidos como assumindo postura política de direita ou de esquerda, partem dos pressupostos elaborados por Roberto Simonsen, a exemplo de Caio Prado Junior, Celso Furtado, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e outros.

Além destes estudos e pesquisas, outros trabalhos desenvolvidos na ELSP, foram igualmente fundamentais para instrumentalizar e diferenciar o projeto do grande empresariado paulista, dos demais em disputa na sociedade. Antônio Picarollo, por exemplo, lecionou os primeiros cursos de Iniciação a Economia Social, Raul Briquet a disciplina Sociologia Contemporânea e Psicologia Social, Roberto Mange, Organização Científica do Trabalho, Antônio Pacheco e Silva e outros.

Pacheco e Silva foi responsável pela disciplina Serviços Sociais, onde aprofundou e sistematizou a proposta de saúde pública, defendida pela bancada patronal paulista, na Constituin-

te de 1934. A meu ver, seria interessante analisar detalhadamente o conteúdo deste curso, uma vez que fornece inúmeras pistas para acompanhar os requisitos propostos a qualificação do Assistente Social, para atuar nos diversos institutos de saúde públicos e privados e ainda indica como o grande empresariado paulista se posicionou em relação ao Estado-Providência. Contudo, considerando que a abordagem desta temática fugiria ao eixo deste trabalho, chamo a atenção para que outros pesquisadores possam resgatar a importância desta nova prática social, como um dos instrumentos-chaves do projeto político dos grandes empresários paulistas.⁴⁴

Como foi assinalado, a ELSP constituiu também um importante instrumento eleitoral do grande empresariado paulista para disputar as eleições presidenciais em 1938. Armando Salles de Oliveira, representante dos grandes empresários e um dos fundadores da ELSP, em 1936, descompatibilizou do cargo de governador-interventor do Estado de São Paulo, para candidatar-se pelo Partido Constitucionalista à presidência da República. Sob este aspecto, a ELSP coube aperfeiçoar e divulgar a plataforma política dos grandes empresários na disputa eleitoral e ainda arregimentar, cooptar o eleitorado em torno deste projeto.

Convém, ressaltar que a conjuntura pós-constituente de 1934 seria marcada por uma intensa mobilização partidária. Grandes organizações partidárias, tais como a Ação Integralista Brasileira e a Aliança Nacional Libertadora e outros partidos buscavam em meio a reorganização do movimento dos trabalhadores, direcionar suas reivindicações, segundo seus respectivos projetos para a sociedade. Ainda, nesta conjuntura várias categorias de trabalhadores urbanos se mobilizariam em defesa de seus interesses e reivindicariam o cumprimento da Legislação do Trabalho. Vale lembrar

44. SILVA, Antonio C. Pacheco Serviços Sociais. Escola Livre de Sociologia e Política - Curso de Serviços Sociais. Mimeo. sem data.

que o governo federal respondeu a estas reivindicações com violenta repressão, seguindo-se prisões de militantes, invasão de sindicatos entre eles a organização partidária Aliança Nacional Libertadora, culminando com a implantação da Lei de Segurança Nacional, em 2/2/1935.⁴⁵

Neste clima de inquietação social e aperfeiçoamento dos instrumentos de repressão do governo Vargas, o grande empresariado vinculado a ELSP, IDORT, FIESP passaria a rever suas posições e relações junto ao governo federal, principalmente, no que dizia respeito ao encaminhamento de seu projeto de reorganização da sociedade, via eleições pluripartidárias:

*"por outro lado, a experiência de três anos já demonstrou que fizemos uma constituição, que não se adapta, em pontos essenciais, as realidades brasileiras."*⁴⁶

As inúmeras negociações entre o governo federal e o grande empresariado, neste período, pareciam abrir brechas para que o projeto de racionalização/industrialização fosse encaminhado por outros canais que não aqueles até então preconizados pelos grandes empresários paulistas. Sob o ângulo do estreitamento das relações entre o grande empresariado paulista e o projeto político do governo Vargas a ELSP pode ser apontada como um dos instrumentos que teria colaborado para esta maior aproximação. Seriam convidados a participar do Conselho Superior da ELSP agentes do Governo Federal, como Waldemar Falcão, Ministro do Trabalho e, por outro lado, os trabalhos desenvolvidos na ELSP passariam a ser divulgados pelo Boletim do Ministério do Trabalho e pelo Departamento de Imprensa e Propaganda do Governo e outros. O que demarcou o amalgamento entre o projeto político do governo federal e o defendido pelos grandes empresários paulistas. Quadro es-

45. A Plebe - 22 junho de 1935.

46. SIMONSEN, Roberto. A INDUSTRIA EM FACE DA ECONOMIA NACIONAL. Rev. dos Tribunais, 1937, p.23.

te que ficaria explícito no apoio dado por Roberto Simonsen , enquanto presidente da FIESP, a implantação do Estado Novo:

*"Reina ordem em todo o país. O governo esta forte e respeitado. Coherente com este meu pensamento, alisto-me entre os componentes das classes conservadoras do país, que abre um largo credito ao Exmo. Sr. Presidente da República."*⁴⁷

A propósito deste apoio, vale lembrar que no início do governo Vargas houve resistência por parte dos grandes empresários paulistas a este governo. Esta resistência foi sendo diluída, à medida em que o projeto do grande empresariado paulista foi redimensionado incorporando e assimilando práticas que fortaleciam e legitimariam os seus interesses.

Vale frisar que o grande empresariado paulista durante o Estado Novo, para encaminhar seu projeto de racionalização para a sociedade, instituiria novas estratégias de atuação tornando secundária a importância política da ELSP. Esta criada, enquanto instituição privada de ensino, voltada prioritariamente para a elaboração científica dos instrumentos de intervenção do grande empresariado paulista, a partir de 1937, não teria mais o mesmo apoio financeiro dos empresários. Por outros canais, as primeiras turmas de profissionais, intelectuais, formados na ELSP difundiriam e aperfeiçoariam os trabalhos ali desenvolvidos anteriormente.

Em 1939, a ELSP seria reestruturada de acordo com as normas instituídas pelo governo federal, para o ensino de nível superior, adquirindo novo perfil acadêmico, isto é, passaria a ser dirigida e orientada não mais diretamente pelos grandes empresários e, sim por especialistas e professores contratados dando ênfase à direção da escola. Nesta nova fase, Donald Pierson, Emilio Willens seriam contratados, dando novos rumos ao projeto, aperfeiçoando e ampliando as atividades da ELSP.

47. SIMONSEN, Roberto, op. cit., p.23.

Assim, se coube nos primeiros anos de funcionamento da ELSP aglutinar, aperfeiçoar as várias experiências de controle social que o empresariado vinha desenvolvendo e formar a elite dirigente de modo que esta pudesse melhor compreender a sociedade e intervir com maior eficácia na resolução dos problemas que impediam o avanço do seu projeto de industrialização/mercado interno, é preciso lembrar que outras instituições de caráter técnico científico, concomitantemente foram criadas no Estado de São Paulo, com o objetivo de instrumentalizar a atuação dos grandes empresários e administradores.

O IDORT, por exemplo, foi criado em 1931, para elaborar e divulgar uma série de experiências, visando imprimir nos órgãos públicos e nas grandes empresas paulistas novas práticas de organização do processo de trabalho, fundamentados em bases consideradas científicas. A ELSP, sob este aspecto, colaboraria para o preparo dos quadros técnicos administrativos sintonizados, com esta proposta. Deste modo caberia a ELSP colaborar e concentrar esforços para que a reorganização administrativa dos órgãos públicos do Estado de São Paulo promovido pelo IDORT emergisse como um modelo para os órgãos públicos, em nível federal e demais empresas privadas.⁴⁸

Vale lembrar que sob orientação do IDORT, foi também instituído no Estado de São Paulo o Centro de Seleção Profissional Ferroviário com o objetivo de requalificar e formar sob critérios científicos, parcela significativa dos trabalhadores ferroviários. As experiências ali desenvolvidas seriam também divulgadas pela ELSP, para reafirmar a importância da requalificação profissional como um dos instrumentos colaboradores para a implementação do projeto político dos grandes empresários paulistas.

48. ANTONACCI, M. Antonieta Martines. A VITÓRIA DA RAZÃO. SP: Marco Zero.

Outra instituição com vínculos com a ELSP foi o Departamento de Cultura da Prefeitura Municipal de São Paulo. Este, além de desenvolver uma série de pesquisas com vistas a refinar os instrumentos de controle social, necessários a modificação dos valores sociais, assumiu importante função na divulgação dos trabalhos da ELSP, através da Revista do Arquivo Municipal.

Vale mencionar que nesta mesma conjuntura (1931-37), foram criadas na capital do Estado de São Paulo, A Sociedade de Sociologia, de Psicanálise, Universidade de São Paulo.

Levando em consideração o desdobramento das instituições científicas e culturais, privadas ou públicas, pode-se inferir que o grande empresariado prescrevia como fundamental para a implementação de seu projeto de industrialização/desenvolvimento, do mercado interno a instituição de uma nova identidade social, o trabalhador consumidor individual, cuja participação na sociedade estaria atrelada a sua potencialidade de consumo. Para tanto se fazia necessário disseminar comportamentos, valores e uma ética do trabalho que desqualificasse modos e experiência de vida distintos do paradigma almejado pelos grandes empresários.

Neste projeto caberia aos intérpretes, intelectuais, Cientistas Sociais estimular e disseminar novas práticas de relacionamento social e elaborar novas representações sobre a sociedade. Esta ética do trabalho e de vida estariam sendo perpassados por estes agentes não só nos órgãos administrativos públicos, como nos mais variados espaços sociais, cinemas, teatros, sindicatos, instituições religiosas, escolas, dentre outras.

Desta forma, a ELSP pode ser caracterizada como um centro pioneiro formador de novas categorias de profissionais e também como um locus formador de uma linguagem científica, política comum aos intelectuais com o objetivo explícito de desqualifi-

car experiências e posturas daqueles que não possuíam os mesmos critérios, competência profissional/científica no encaminhamento de soluções para os problemas vivenciados na sociedade.

Assim se para o grande empresariado foi fundamental criar instituições científicas e novas práticas políticas para a condução de seu projeto na sociedade é preciso considerar que, em face a crescente diversificação da sociedade e da heterogeneidade de modos de vida, a atuação destas instituições científicas apresentariam alcance limitado.

Outras instituições, tal como, a Igreja Católica colaborariam no aperfeiçoamento destas novas práticas de controle social reafirmando a ética trabalho e fortalecendo a idéia de trabalhador nacional, necessários a dinamização do mercado interno/industrialização. Tema do próximo capítulo.

CAPÍTULO V

O TALISMÃ

"... Em todo este processo pode a Igreja desempenhar um grande papel..., já explicando a grande massa sofredora, que seu estado atual não decorre na maioria dos casos, da compressão exercida pelas classes mais favorecidas. Poderã, ainda, como fizeram os nossos Jesuítas, cooperar, em escala muito maior do que já o faz, no ensino profissional, e na educação em geral, continuando finalmente, a impregnar cada vez mais, toda a sociedade, do sentimento de caridade e solidariedade social, que constituem, por certo os mais belos postulados da religião de Cristo."

Roberto Simonsen

Se até agora procurei recuperar aspectos do modo como foi sendo forjado pelo grande empresariado paulista seu projeto de controle social, sendo um destes aspectos a preocupação com o investimento em várias instituições de cunho científico e cultural é porque considero que estas se constituíram canais importantes para aperfeiçoar, divulgar e demarcar como os grandes empresários e fundadores destas instituições procuraram solucionar, de acordo com seus interesses, os problemas com que se defrontavam na sociedade.

É preciso assinalar que em face à diversidade e heterogeneidade da sociedade, estas estratégias visando ampliar o projeto dos grandes empresários apresentava alcance limitado. De um lado, porque a formação de quadros dirigentes, profissionais/competentes identificados com esse projeto pressupunha um longo período de investimento nesta formação. De outro, porque profissionais em áreas específicas, tais como saúde, educação, assistência e sociologia, encontravam resistência no exercício

de suas funções, junto a parcela significativa de trabalhadores. Problema este indicado nos inquéritos realizados na ELSP, onde um dos entraves apontados para se diagnosticar o padrão de vida das famílias operárias (como ressaltou Horace Davis) , foi o fato de muitos dos entrevistados não fornecerem informações acerca do modo como resolviam seus problemas cotidianos.

Neste sentido, há que se considerar que, se as instituições científicas atribuíam autoridade àqueles que nelas se formavam, esta autoridade, por sua vez nem sempre se configurava enquanto um valor reconhecido por aqueles que "deveriam" encontrar nestes profissionais a resolução dos problemas relativos a sua condição de vida e trabalho.

Se a formação técnico-científica fornecia aos profissionais uma identidade social, sobretudo, para aqueles que se especializavam em áreas distintas de conhecimento e habilidades, já para a maioria dos trabalhadores os critérios de identificação poderiam ser outros, na medida em que estavam vinculados as suas experiências de vida.

O empreendimento nessas instituições científicas era uma estratégia que buscava contemplar os interesses dos grandes empresários, no que se refere a instituir um padrão de vida capaz de redimensionar os conflitos sociais, no sentido de fazer avançar seu projeto de "desenvolvimento". Portanto é preciso considerar que este propósito não seria atingido unicamente a partir da intervenção destas instituições. Não bastava fundar novas instituições científicas, culturais e educacionais e novas categorias de profissionais, sem que se levasse em conta o modo como eram assimilados, pelos trabalhadores, estas novas práticas de controle social.

Acompanhando os discursos de Roberto Simonsen, enquanto representante dos grandes empresários, pude perceber mudanças significativas no modo como vinham encaminhando sua proposta de organização da sociedade.

Simultaneamente à criação das Instituições Científicas e Culturais, o grande empresariado iria buscar outros canais para perpassar e consolidar seu projeto de controle social no país.

Através da participação de Roberto Simonsen, enquanto representante dos grandes empresários, na Quarta Semana de Ação Social, coordenada pelas Instituições Católicas e patrocinada pelo Governo Federal, foi possível levantar uma série de pistas para se resgatar como esse empresariado, para avançar em sua proposta de organização da sociedade, ampliou suas estratégias de controle social incorporando ao seu projeto, propostas defendidas pelas instituições católicas e, ainda, modificou sua posição em relação à interferência do governo federal, no que dizia respeito à legislação do trabalho.

Nesse fórum, Roberto Simonsen proferiu a conferência, "Níveis de Vida da Economia Nacional", onde procurou enfatizar e reafirmar o projeto dos grandes empresários, qual seja, a instituição do padrão de vida digno/mínimo, a partir da intensificação da produção e dinamização do mercado interno. Segundo ele, o estado de pobreza no Brasil poderia ser solucionado pelo aumento da produtividade nacional e, sobretudo, pela valorização do trabalho produtivo.

*"Essa produção social, assim entendida a que pode ser absorvida pelo consumo - única portanto, de real valor econômico - depende por sua vez, da política econômica dos governos, dos recursos... e da eficiência individual dos componentes da população."*¹

1. SIMONSEN, R. ENSAIOS ECONOMICOS, SOCIAIS, E POLÍTICOS E ECONOMICOS. Ed. Fiesp, 1943, p.162.

Nesse sentido, a implementação do padrão de vida mínimo exigiria modificações na organização da sociedade, com vistas a aumentar a eficiência e a produtividade como a dependência dos trabalhadores ao mercado de consumo, o que por sua vez acarretaria uma série de providências a serem tomadas em relação àqueles cujo "nível de vida" não correspondessem às exigências e necessidades da produção.

Sob este aspecto, Roberto Simonsen defenderia a importância da intervenção dos poderes públicos, através da regulamentação da legislação do trabalho e da influência da moral católica no estabelecimento de comportamentos adequados ao desenvolvimento da economia nacional:

"... Por uma legislação adequada e pela atuação da igreja podem se corrigir abusos na distribuição e atenuar os sofrimentos dos vencidos nas competições da vida. Mas, ainda nas sociedades em que predominam os mais severos preceitos da moral e da justiça, o bem estar material esta subordinado a massa de produção social, que elas possam proporcionar." ²

Assim, se antes aspectos da legislação do trabalho eram visualizados pelos grandes empresários como um obstáculo a expansão da produção social, nesse discurso a abordagem adquiriu nova dimensão, era necessário **corrigir abusos**, definidos juridicamente por esta legislação e também a Igreja, através de seus princípios morais **atenuar os sofrimentos dos vencidos**. Abusos estes oriundos das diferentes formas de organização do trabalho, cujos critérios para a participação dos trabalhadores seriam elaborados à partir das necessidades colocadas pelos empresários.

Nessa perspectiva construir um arco de alianças com as instituições católicas e acatar aspectos da legislação do trabalho, propostos pelos agentes do governo federal significa

2. Idem, p.162.

ria dar à produção outro caráter. Esta, longe de adquirir a feição de acumulação dos empresários, expressão de seu poder na sociedade, passaria a se configurar como valor social, o qual seria velado pelos princípios humanitários da Igreja Católica e , ainda, defendido pelos agentes do poder público:

*"desenvolver a economia nacional equivale, portanto ao propiciamento de níveis de vida melhor para os brasileiros, o que também satisfará de nossa Igreja, na sãbia orientação que sobre os problemas sociais ela vem observando. Se ela não admite e não pode admitir outro primado, para a orientação social, senão o resultado do espinho cristão, que não desconhece tão pouco, a importância fundamental para a boa organização social da instituição de uma economia forte e consolidada."*³

Segundo Roberto Simonsen, as Instituições católicas e o governo federal contribuíram para o desenvolvimento da economia nacional, orientando e assumindo políticas que assegurassem o desenvolvimento de um padrão de vida mínimo capaz de eliminar, atenuar a pobreza, considerada obstáculo ao desenvolvimento do mercado interno.

*"... Num estudo de níveis de vida, não podemos levar em consideração os das populações que praticam uma economia de consumo , divorciadas da verdadeira produção do país. Estas devem ser equiparadas a classe dos pobres, para ser objeto de estudo e providências que as fixem entre os elementos produtivos."*⁴

Na visão de Roberto Simonsen seria necessário criar as condições para o estabelecimento do padrão de vida mínimo, que corresponderia a passagem do estado de pobreza para a primeira classe social, que vive com o mínimo de conforto. Pela instrução, pela educação moral e profissional poder-se-ia atingir a "eficiência", condição para promover o desenvolvimento da economia nacional.

Se nestes discursos Roberto Simonsen enfatizou a importância das instituições católicas, no sentido de colabora

3. SIMONSEN, R. Op. cit., p.168.

4. Idem, p.162.

rem com o aperfeiçoamento do projeto do grande empresariado paulista, vale resgatar como estas instituições vinham desenvolvendo e perpassando na sociedade uma série de práticas de controle social que reforçavam os interesses destes empresários.

Vale lembrar que a Igreja Católica, tanto em nível internacional e nacional, desde o final do século passado, assumiu explícita posição política, quanto a necessidade de instituir práticas de intervenção nos conflitos entre capital e trabalho. A Encyclica Rerum Novarum como a Quadragésimo Ano chamariam a atenção para a responsabilidade dos católicos na criação de soluções que visassem harmonizar capital e trabalho, como um meio de impedir o avanço das organizações de resistência dos trabalhadores e de suas propostas de transformação da sociedade. Essas Encíclicas subsidiariam a atuação das entidades católicas, em nível internacional, apontando, inclusive, uma série de medidas que poderiam ser tomadas para assegurar a manutenção da "civilização cristã", como intervenção do Estado nas relações sociais e organização de associações de trabalhadores católicos e outros.⁵

No Brasil, a intervenção das instituições católicas, no sentido de harmonizar as relações entre capital e trabalho começou a adquirir nova dimensão, à medida que o movimento autônomo dos trabalhadores ampliou o quadro de suas organizações e reivindicações. Na década de vinte, várias entidades católicas seriam implementadas nos vários estados da federação, visando ocupar espaços em meio as organizações dos trabalhadores e, ainda, organizar a participação dos católicos na defini-

5. Ver: LUSTOSA, Oscar de F. Seleção e Introdução - Igreja e Política no Brasil. Do Partido Católico à LPC. (1874-1945). Coleção Cadernos da História da Igreja no Brasil - 3. Edições Loyola. CEPHIB - SP, 1983.

ção da diretriz política do país. Neste período foram criados o Centro Católico do Brasil, A Ação Eleitoral Católica, O Centro Dom Vital e outras.

Na década de 30, as entidades católicas ampliariam seu espaço de atuação, disputando sua proposta de organização da sociedade, baseada no princípio da colaboração de classes. A criação da Liga Eleitoral Católica, os Círculos Operários Católicos, a Confederação Nacional dos Operários Católicos, sindicatos católicos, a Juventude Operária Católica, Liga das Senhoras Católicas, Grupo de Ação Social e outras entidades de caráter eminentemente assistencialistas expressariam a presença política dos católicos de forma sistematizada e organizada na sociedade. Conforme salientei nos capítulos anteriores, a Liga Eleitoral Católica, em São Paulo, tanto no movimento de 1932, como na constituinte de 1934, alinhou-se junto aos grandes empresários paulistas, no sentido de defender aspectos sobre os quais comungavam os mesmos interesses, principalmente, no que se referiu a educação, legislação do trabalho e a pluralidade sindical. Sob este ângulo, empresários, intelectuais e agentes das instituições católicas realizariam várias alianças e atividades em comum, visando implementar propostas que viabilizassem valores e práticas capazes de interagir junto a população trabalhadora com o intuito de fortalecer a ética do trabalho produtivo preconizada pelos grandes empresários e pela instituições católicas.

É possível reconhecer que as instituições e militantes católicos nem sempre apresentavam unanimidade em defesa das propostas defendidas pelos grandes empresários. Haja visto que vários agentes católicos propugnavam por maior intervenção do Estado nas relações entre capital e trabalho, como exemplo,

dos intelectuais católicos que assessoravam o Ministério do Trabalho, tal como, Oliveira Vianna, Tristão de Athaide. No entanto, verifica-se que na conjuntura que se estende de 1932 a 1936, houve mudanças significativas na postura política, quer do grande empresariado, como dos militantes católicos, em relação às questões que envolviam a intervenção do estado nas relações sociais.

Face a desorganização, pelo governo federal do movimento de resistência organizado dos trabalhadores e a assimilação, por parte deste governo, das várias propostas formuladas pelos grandes empresários, estes estreitam seus laços com as entidades católicas e conjuntamente com o governo federal.

Vale lembrar que Waldermar Falcão, católico e Ministro do Trabalho e outros agentes do governo federal apoiariam decisivamente as organizações católicas dos trabalhadores, tais como a Confederação Nacional dos Operários Católicos, Círculos Operários Católicos, os quais ampliaram seus espaços de atuação junto aos trabalhadores, na medida em que outras organizações dos trabalhadores foram cassadas pelo governo federal.

A meu ver, as instituições católicas implantadas neste período parecem ter contribuído de modo significativo com os vários projetos defendidos pelas classes dominantes e, sobretudo, por desenvolver uma série de mecanismos de controle social, os quais reafirmariam junto aos trabalhadores valores, comportamentos sociais que iriam ao encontro do projeto de desenvolvimento da economia nacional defendido pelos grandes empresários paulistas. Estes, diga-se de passagem, nesta conjuntura, atuariam de forma mais expressiva nos vários órgãos de decisão da política pública.

Acompanhando a organização dos Círculos Operários Católicos, a partir de 1932, pode-se observar que embora tenham sido implementados com a finalidade de sustentar a proposta de organização dos trabalhadores defendida pelo governo Vargas, isto é, a organização vertical dos sindicatos, os Círculos Operários contribuiriam para irradiar o paradigma de trabalhador, requerido pelos grandes empresários, como também reforçariam a proposta de organização da assistência pública que os mesmos defendiam.⁶

A partir de 1932, foram instituídos no Rio Grande do Sul, os primeiros Círculos Operários Católicos com a finalidade de organizar os trabalhadores, segundo os princípios defendidos pela Igreja Católica. Estes primeiros Círculos serviriam de modelo para os demais Círculos Operários criados posteriormente, em nível nacional.

Os Círculos Operários apresentavam organização semelhante aos dos sindicatos, porém, se distinguiam destes últimos, a medida em que ultrapassavam os limites de atuação dos sindicatos, abrangendo a organização sindical, a formação dos quadros e lideranças sindicais, a formação básica e profissional, assistência social aos sócios e, principalmente, a intervenção das instituições católicas no cotidiano dos mesmos, com vistas a fortalecer a moral cristã:

*"... devemos aproveitar todos os ensejos para nos aproximar, não somente dos pobres, mas dos operários que ganham sua vida. São os operários que influenciam seus companheiros, são estes que cumprem preservar do veneno comunista e reunir pouco a pouco, sob a bandeira das organizações católicas."*⁷

6. Ver indicações sobre os Círculos Operários em: ALMEIDA, Paulo Roberto. Círculos Operários Católicos: Práticas de Assistência e de Controle no Brasil. 1932-1945. PUC-SP, 1992, Tese mimeo.

7. Segunda Semana de Ação Social. Rio de Janeiro. 1936, p.89.

Neste sentido, os Círculos Operários se postavam como organismo de mediação nas relações entre sindicatos, trabalhadores e patrões.

Na visão de seus fundadores os Círculos Operários eram:

*"... Uma organização completa e perfeita satisfazendo as necessidades e aspirações legítimas dos trabalhadores, seus interesses profissionais, intelectuais, moraes, os de sua pessoa, família e habitação."*⁸

Colaborariam para esta "organização" empresários, médicos, advogados, assistentes sociais, dentistas, militantes leigos e religiosos, através de conferências, palestras, cursos profissionalizantes. Preparariam quadros dirigentes para interagir junto aos trabalhadores e junto aos sindicatos. O que permite dizer que os Círculos Operários constituíram uma estratégia específica para perpassar junto aos trabalhadores, os valores sociais que interessavam aos empresários e a Igreja Católica consolidar na sociedade.

Vale dizer que a experiência de controle social que os grandes empresários vinham desenvolvendo nos Círculos Operários Católicos seria encaminhada de outro modo. Ali, os conhecimentos científicos elaborados, pelos cientistas sociais, médicos, assistentes sociais, engenheiros, seriam reelaborados de forma a facilitar a assimilação dos trabalhadores. Para tanto, os Círculos investiriam na edição de uma série de publicações, livros, cartilhas, manuais, com vistas a divulgar os objetivos da organização circuílista:

"Pela primeira vez se encontra na história das reformas sociais, em nosso país, uma organização de operários que ela própria, se faça editora de livros, brochuras, plaquetes, en-

8. Círculos Operários Católicos. Sua origem, sua organização suas realizações. Súmula dos Statutos dos Círculos Operários, p.4. Sem data.

feixando estudos s̄erios, debatendo temas do momento, tudo sob alto crit̄erio."⁹

E, sobretudo, instituir uma forma de comunicaç̄o capaz de sensibilizar os trabalhadores:

*"Uma s̄ntese de tudo isso, numa l̄ngua clara, num genero liter̄ario, pontilhado de interesse ameno, sae agora com a Cartilha Circulista. Para o fim a que se prop̄oe, a Cartilha Circulista ̄ magnifica, direta, viva, movimentada, cheia de bom humor e ser̄a olhada pelo operariado, em face a aceitaç̄o que ela vai ter, como uma obra prima de nossa publicaç̄oes."*¹⁰

Al̄m destes investimentos, os C̄rculos Oper̄rios realizariam uma s̄rie de outras atividades, educativas, assistencialistas visando reforçar padr̄oes culturais e virtudes morais que deveriam pautar a conduta da fam̄lia trabalhadora crist̄a.

Em relaç̄o a educaç̄o profissional, os C̄rculos Oper̄rios dariam atenç̄o a formaç̄o especializada dos trabalhadores, como um meio de garantir sua participaç̄o no mercado formal de trabalho e atender os interesses espec̄ficos da organizaç̄o do trabalho, nas ind̄strias instaladas em proximidade aos n̄cleos circulistas. Esta formaç̄o, por sua vez, deveria vir acompanhada da valorizaç̄o da educaç̄o como valor a ser considerado pelos trabalhadores, fator de ascens̄o social e integraç̄o na hierarquia das empresas. Por este ângulo, a aquisiç̄o da educaç̄o profissional consistia um meio de valorizar o trabalhador para a empresa e, ao mesmo tempo, garantir aos trabalhadores qualificados a possibilidade de "lutar pelos direitos adquiridos", atrav̄s desta qualificaç̄o:

*"Entretanto o oper̄rio instruido, n̄o somente no conhecimento de sua vida pr̄tica e profissional, mas tamb̄m por seus direitos e os meios de os fazer valer, ̄ um homem duplamente v̄lido, emprega-se com facilidade e ganha mais."*¹¹

9. Cartilha Circulista. Ed. Comemorativa do Cincoenten̄rio da Enciclica Rerum Novarum da Confederaç̄o Nacional dos Oper̄rios Cat̄licos. RJ, 1942, p.6.

10. Idem, p.10.

11. Idem, ibidem, p.26.

Compunha também o programa de atividades dos Círculos Operários a realização de uma série de serviços assistencialistas, atendimento médico, dentário, psicológico, assistência moral e jurídica com o objetivo de arregimentar trabalhadores em torno desta prática de organização. Preocupavam-se também em tomar medidas que facilitassem a aquisição, pelos trabalhadores, da casa própria, pois, para a militância católica sem a resolução deste problema a legislação do trabalho não alcançaria os resultados esperados. Neste sentido, os Círculos Operários interviriam junto ao Instituto de Aposentadoria e Pensões como preposto para o financiamento das vilas operárias. Havia ainda o interesse em defender o aperfeiçoamento e aplicação da Legislação do Trabalho, cujo cumprimento das leis consistia uma das principais metas dos Círculos Operários. A justiça social preconizada por estes fundamentava-se prioritariamente, no princípio de que as reivindicações dos trabalhadores deveriam limitar-se ao cumprimento das leis que garantiriam a sobrevivência da família operária:

*"Promovessem a harmonização do mundo do trabalho, pelo respeito aos direitos recíprocos entre operários e patrões, reestabelecendo relações amistosas entre os mesmos."*¹²

Nesta perspectiva, os Círculos Operários podiam ser considerados como mais um mecanismo que contribuiu para veicular os interesses dos grandes empresários, em meio a experiência de vida dos trabalhadores, em particular, junto àqueles que não participavam do movimento autônomo dos trabalhadores. Caberia aos agentes circulistas, por um lado, integrar operários ao mercado de trabalho e que estes se colocassem como modelo aos demais trabalhadores, veiculando comportamentos e, so-

12. Círculos Operários Católicos. Op. cit., p.10.

bretudo, a ética do trabalho produtivo, valor fundamental para viabilizar a dinamização do mercado interno e, conseqüentemente, o desenvolvimento da indústria.

Vale ressaltar que dentre as várias contribuições da experiência circulista de controle social esteve a de proporcionar a formação de quadros sindicais para atuar e sustentar a proposta de organização sindical do Ministério do Trabalho. As novas lideranças sindicais, ali formadas, reafirmariam o perfil economicista do Sindicato, isto é, seriam instrumentos colaboradores na regulamentação das relações de trabalho, apresentando uma prática de negociação que privilegiava o cumprimento da legislação trabalhista e o diálogo com os empresários a partir dos princípios preservados por estes, em nível jurídico.

A partir de 1936, esta prática sindical de organização dos trabalhadores adquiria feição nacional. Expulsos do país ou presas as principais lideranças dos trabalhadores, PCB, anarquistas, trotskistas e outros, decretado o estado de sítio e intensificada a fiscalização sob os sindicatos, as lideranças sindicais, vinculadas a proposta circulista, teriam campo aberto para a sua expansão, afirmando sua presença tanto nas esferas do poder público, como junto aos trabalhadores. A liderança sindical católica (pelega) doravante seria o referencial para a atuação nos sindicatos, os quais passariam a sustentar a política de intervenção do Governo Vargas, o qual nesse momento incorporava várias propostas dos grandes empresários.

Esta nova configuração da política "nacional" ficaria expressa na articulação de interesses entre as instituições católicas, empresários e agentes do governo Vargas. Por-

tanto, foi possível compreender a importância da Semana de Ação Social, organizada pela Ação Católica Brasileira, com a presença das principais lideranças políticas católicas, empresários e agentes do poder público, tais como Ministros, deputados, senadores e demais dirigentes dos órgãos de poder público.

De maneira geral, através da Semana de Ação Social, buscava-se avaliar as diversas experiências de controle social desenvolvidas pelas instituições públicas e privadas, com a finalidade de sistematizar estas práticas e indicar diretrizes para a intervenção do Estado, principalmente, no que dizia respeito aos conflitos entre patrões e trabalhadores.

Vale lembrar que a primeira Semana de Ação Social ocorreu em 1936, no Rio de Janeiro, sinalizando a política que seria adotada em 1937, pelo governo Vargas:

*"A igreja opera tanto no interior das almas como na vida social. Ela não se conforma de modo algum com o mal e procura combatê-lo em todos os terrenos. Contrários dos conservadores estagnados e dos revolucionários desorientados, prega a Igreja, invariavelmente o aperfeiçoamento dos homens e da sociedade pela reforma dos costumes e das instituições."*¹³

Nessa primeira a Semana foi realizado um balanço das experiências desenvolvidas pelas instituições católicas em nível nacional, com o propósito de sistematizar estas experiências e elaborar um programa comum para atuação destas entidades e, ainda, propor ao governo federal medidas consideradas adequadas para amenizar os conflitos sociais. Sob este aspecto, uma das finalidades das várias Semanas de Ação Social foi a de promover estudos que contribuíssem:

"Na melhoria de leis e instituições existentes, na elaboração de novas leis e fundação de novas instituições, para assim conseguir efeitos de grande envergadura..."

13. Segunda Semana de Ação Social. Rio de Janeiro. 1936, p.16.

*... O seu principal fito é chegar a um regime social, a uma ordem social que pelas medidas e instituições de caráter geral actue sobre os conjuntos."*¹⁴

Nessa perspectiva, a legislação do trabalho ganharia outra dimensão. Seria tratada como mais um instrumento capaz de amenizar os conflitos presentes na sociedade. Muitos estudos apresentados indicavam que esta legislação não poderia ser implementada sem que se considerasse as condições de vida dos trabalhadores, uma vez que a questão que se colocava na maioria das intervenções era como legislar sobre problemas sociais, cujas origens estavam fora do âmbito estrito das relações de trabalho. Assim o modo de vida dos trabalhadores, tais como suas práticas de moradia, lazer e convivência cotidiana seriam foco dos estudos, tendo em vista propor formas alternativas de atuação dos órgãos públicos. Levando em consideração esta problemática, foi que se procurou associar a questão da regulamentação da legislação do trabalho às condições de vida dos trabalhadores. Neste aspecto ganhou relevância o debate em torno da habitação, assistência social e educação.

Solucionar o problema da habitação, sob esta ótica recaía em criar condições para que os custos com a moradia não afetassem a proposta de "justiça social", coroada pela Legislação do Trabalho. Resolvida a questão básica da moradia, esta legislação seria assimilada como conquista dos trabalhadores, pois estes conseguiriam adquirir, através de sua vinculação com o trabalho assalariado, melhores condições de "vida e trabalho".

Nos vários diagnósticos apresentados nas Semanas de Ação Social pode-se notar que justificariam por vários ângulos como a questão da moradia era fundamental para a instituição

14. Segunda Semana de Ação Social. Op. cit., p.18.

de novos códigos de comportamento baseados nos princípios de colaboração entre as classes.

Acompanhando os vários argumentos utilizados para demonstrar a importância de investimentos públicos na habitação é interessante observar que destacariam a preocupação com a habitação como uma questão de ordem moral, de saúde e de educação.

Em nome da questão moral advertiriam os conferencistas para os problemas decorrentes das péssimas condições de moradia a que estavam submetidos os trabalhadores. Morar nos cortiços, favela, mocambos, favorecia ao vício, amoralismo, o samba, crime, a dispersão da família operária, a prostituição e organização dos trabalhadores por outros canais considerados perigosos para aqueles que buscavam manter a ordem social. "... o morador do cortiço era, de início, quase um réprobo, um indivíduo perigoso, cujo contato se devia evitar." As favelas, cortiços e mucambos considerados "lares comuns" constituíam:

*"O ponto de partida para todos os desregramentos inevitáveis da promiscuidade dos indivíduos, sexos, e idades, promiscuidade de que faz desaparecer os indispensáveis a formação do caráter cristão que não pode existir onde não existe pudor."*¹⁵

Eliminar tais práticas de moradia possibilitaria reafirmar os valores cristãos de família, pai, mãe e filhos, isolando-os de outras formas de convívio social, que apresentassem comportamentos compreendidos como imorais.

Solucionar os problemas da habitação dos trabalhadores, possibilitando a aquisição da casa própria seria também contemplar outros interesses, tal qual torná-los mais comprometidos com as relações do trabalho assalariado na medida em que através do salário poderiam manter a família:

15. Segunda Semana de Ação Social. Op. cit., p.286.

"Os trabalhadores não podem prover suas necessidades senão pelo fruto do trabalho... não há nada mais natural do que o homem querer fundar sua família e esta não pode subsistir senão pelo fruto do trabalho do chefe." ¹⁶

A dependência do trabalhador ao salário seria uma garantia de que sua família teria condições melhores de vida. Dar acesso a moradia individual, sob este aspecto, materializaria os valores da família cristã em contraposição aos lares considerados comuns onde:

"... o espírito da família perde-se e os pais e filhos entram com tristeza em casa, para saírem logo, em procura de um lugar onde possam respirar, mover-se. A mãe e os filhos se separam: uns para rua, outros para o pátio, ou deixam se quedar num ambiente insalubre onde o vício e o crime muitas vezes se refugiam." ¹⁷

Assim, a habitação familiar individual seria um lugar, por excelência, de proteção e fortalecimento dos laços entre membros da família. A solidariedade se realizaria no interior da família nuclear. Manter os interesses da família, a melhoria de suas condições de vida significavam afastá-la de outras práticas de solidariedade e convivência social que ameaçavam os princípios morais defendidos pela Igreja Católica.

É interessante observar que estes expositores, ao defenderem a solidariedade familiar baseariam seus argumentos, em pesquisas de campo, as quais indicariam práticas de solidariedade existentes entre aqueles que moravam nas habitações coletivas.

"... E, se é verdade que as intrigas são inúmeras, bem como as brigas, não se poderá de deixar apontar a solidariedade que existe entre os moradores. Não se encontra, no cortiço, egoísmo e se um não pode auxiliar materialmente o outro dão-lhe apoio. Vê-se por exemplo, que, as mães que trabalham fora, o

16. Quarta Semana de Ação Social. São Paulo, 1940, p.238.

17. Idem, p.260.

morar no cortiço representa um sossego porque sempre há uma vizinha que olha pelos filhos ou lhes dá alimentação. Dificilmente, a não ser que se trate de pessoas inimigas, obtemos informações seguras do vizinho dos nossos assistidos: estão sempre a favor do companheiro.

... é inútil saber o nome do proprietário do prédio, o inquilino não o dirá por acordo mútuo." ¹⁸

O que permite dizer que uma das preocupações que permeou a discussão, acerca da implementação pelos órgãos públicos de uma política da habitação popular, incidia sobre a necessidade de impedir manifestações e práticas de solidariedade que fortalecessem a identificação entre os trabalhadores, isto é, que associassem os problemas vivenciados no dia a dia, como sendo de caráter coletivo:

"As grandes aglomerações correspondem sempre a perigos tais como: a propagação de doenças e a dificuldade de policiamento permitindo que o mau exemplo se alastre ou a ascendência de um grupo crie dificuldades ao Estado." ¹⁹

Outra série de argumentos utilizados para justificar a importância da implementação de uma política habitacional pelos órgãos públicos vinculava-se a questão da higiene e saúde. As habitações coletivas eram consideradas, pelos participantes da Semana de Ação Social, como focos de transmissão de doenças, uma das causas da mortalidade infantil e, ainda, fator de debilitação da força de trabalho. Os cortiços, em particular, foram considerados os mais prejudiciais a saúde individual e à saúde pública.

Segundo os palestrantes, os cortiços derivavam principalmente da carência de habitações populares, como do preço elevado dos aluguéis das moradias pequenas e das exigências

18. Quarta Semana de Ação Social. Op. cit., p.244.

19. Idem, p.291.

dos proprietários, os quais muitas vezes solicitavam aluguel adiantado, número de máximo de pessoas, dentre outras.

Outro argumento que justificaria a opção por morar no cortiço residia na ausência entre os trabalhadores de conhecimentos sobre a **necessidade de uma habitação salubre**. Em outras palavras, o modo de viver das famílias que residiam nos cortiços eram considerados decorrentes da "ignorância" entendida como ausência de valores de conforto e higiene:

*"... Raramente em cortiço, encontramos um quarto cuidadosamente arrumado. É certo que outras causas determinam o desalinho da casa: a falta de recursos até para comprar roupa de cama: falta de tempo da mulher que trabalha fora do lar: grande número de pessoas residentes num só quarto: as condições físicas, o genero de habitação, por exemplo, são sem dúvida, fatores de grande importância. No entanto, como pudemos verificar o desalinho da casa é principalmente consequência da falta de formação doméstica da mulher pois que também em casas individuais notamos a ausência de ordem e higiene. Não há interesse pela casa. A Rua, os vizinhos, atraem muito mais, sacrifica-se a salubridade para localizar-se o quarto em lugar mais central, o que as vezes se justifica por uma questão de trabalho mas, na maioria das vezes é determinado pela proximidade das diversões nos bairros."*²⁰

Sendo assim, estimular a habitação individual significava também instituir, junto aos moradores, hábitos higiênicos, que valorizassem o conforto, o gosto pela administração da casa, enquanto patrimônio da família. Sob este aspecto, substituir a moradia comum, o cortiço, pela habitação individual, permitiria edificar novos hábitos de viver e morar. A moradia individual, planejada, segundo critérios higiênicos e médicos consistia uma profilaxia necessária para a constituição da família trabalhadora saudável. A casa individual, com conforto,

20. Quarta Semana de Ação Social. Op. cit., p.243.

asseio, com compartimentos próprios a cada membro da família , pois o sono honesto, dormindo cada qual no seu leito, espelhariam os valores da família cristã.

Desta forma, apregoavam os participantes da Semana de Ação Social o dever do Estado em criar mecanismos para melhorar as condições da moradia dos trabalhadores, uma vez que os fatores higiênicos individuais que envolviam a habitação contribuíam para a formação moral dos mesmos. Partindo dos seguintes princípios.

- 1 - Se o homem tem dever de cuidar de seu corpo e a boa habitação é a condição indispensável a sua saúde.
- 2 - Se o homem necessita de um mínimo de bem estar para o exercício da virtude e, nesse mínimo incluem-se a habitação.
- 3 - Se por direito natural, o homem deve ter a propriedade.
- 4 - Se a propriedade se adquire por meio do salário e
- 5 - Se, mesmo com seu salário o homem sofre as consequências da usura."²¹

Os participantes das Semanas de Ação Social propo-riam uma série de medidas a serem tomadas pelos poderes públicos:

*"Necessitamos trabalhar, O Estado e particulares para proporcionar aos operários casa salubre, individual, de preferência própria adquirida com o salário, graças as condições favoráveis de compra."*²²

Inspirados nas experiências das grandes empresas , que há muito vinham promovendo a prática de investimento de casas próprias aos seus empregados, através de vários mecanismos institucionais, tais como, a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Trabalhadores Urbanos Oficiais, Caixa de Aposentadoria e Pensões da Estrada de Ferro Sorocabana, Estrada de Ferro São Paulo Railway, Companhia Paulista de Estrada de Ferro, do Ins-

21. Quarta Semana de Ação Social. Op. cit., p.240.

22. Idem.

tituto Beneficiente Pró-Casa Própria, proporiã que a Caixa de Aposentadoria e Pensões ampliasse parte de seus recursos no financiamento em nível nacional da casa própria. Algumas medidas foram indicadas para constar nessa política de financiamento. Dentre as que diziam respeito aos compradores da casa própria foi interessante notar a preocupação em reafirmar exigências que fortalecessem os vínculos dos trabalhadores com o trabalho produtivo:

*"Seria prudente exigir antes da entrada na casa, o pagamento de uma parte do preço que ela custou, por exemplo, 20% ou 30% isso seria a prova de que o ocupante soube economizar no passado..."*²³

Nessa mesma linha de raciocínio, sugeriam ainda que a política de financiamento a ser desenvolvida pela Previdência fosse localizada e especializada, criando instituições de financiamento em várias cidades. Estas instituições, por sua vez, deveriam obedecer a critérios que levassem em consideração as necessidades dos empresários, comerciantes e também dos trabalhadores, quanto a localização da moradia a ser financiada:

*"Para exemplificar, lembraríamos que em relação ao comerciante o problema da casa própria deverá ser resolvido, dentro da área urbana, pois a sua atividade é na zona urbana que se processa. Já para o industrial, a questão se estenderá, por via de regra, com a zona suburbana, pois que as grandes indústrias estão fora dos perímetros urbanos. Uma única organização para atender a todos os trabalhadores, indistintamente... não possuiria conhecimento profundo de cada classe, de modo a dar-lhe a desejada assistência, da forma mais completa e satisfatória..."*²⁴

Nessa perspectiva, a política de financiamento da casa própria se, de um lado, visava fixar a família trabalhado

23. Quarta Semana de Ação Social. Op. cit., p.290.

24. Idem.

ra no lar individualizado e, a partir daí, modificar seus hábitos de vida, de modo a torná-la subordinada ao trabalho produtivo, de outro, colaborava com as necessidades dos empresários e comerciantes, no sentido de contar com a presença de trabalhadores próximos ao local do trabalho. É importante sinalizar que esta política habitacional procurava também atender as expectativas dos trabalhadores, principalmente, aqueles que visavam a melhoria das condições de vida de suas famílias. Pode-se dizer que esta política expressava interesses que não eram exclusivos aos empresários. Em algumas das grandes empresas públicas e privadas essa política já vinha sendo realizada e atendia os interesses de várias categorias de trabalhadores. Vale lembrar que a Ação Católica Brasileira e outras entidades vinham criando instituições de financiamento da casa própria, junto ao Instituto de Aposentadoria e Pensões. Nestas instituições sugeriam que a direção da mesma ficasse a cargo de trabalhadores. Outra proposição dizia respeito às regras que deveriam nortear o pagamento das prestações. Estas não deveriam ultrapassar 45% dos salários, incluindo-se além da amortização do capital e juros de 6%, e quotas de impostos e seguros. O prazo de financiamento seria fixado de 5 a 15 anos. Deveria também ser instituído o seguro de vida, pois face ao falecimento do trabalhador a família não ficaria desamparada. Este "seguro" seria justificado como uma vantagem a ser recebida pelo trabalhador, pelos anos de trabalho e recompensa pelo cumprimento do pagamento das prestações:

*"Por meio do seguro de vida progressivamente decrescente, modalidade favorável pela maior modicidade dos prêmios, o trabalhador poderá ficar tranquilo quanto ao destino de sua moradia em caso de morte."*²⁵

25. Quarta Semana de Ação Social. Op. cit., p.290.

Outro aspecto que presidiria a política de aquisição da casa própria residia na restrição quanto ao financiamento do tamanho dos lotes e modalidades de construção. Sugeriam que as casas fossem construídas em pequenos terrenos em zonas isoladas que não possibilitassem a concentração dos trabalhadores. Para justificar tal proposição, o palestrante observou uma experiência ocorrida, em uma cidade européia. Dizia este que o problema em promover o financiamento de vilas recaia na possibilidade dos moradores se organizarem coletivamente:

*"... certo operário resolveu suspender o pagamento de uma dívida e, para não ficar isolado na sua atitude, prevaleceu-se da sua qualidade de 'leader' dentre os trabalhadores e conseguiu fosse o seu exemplo seguido por numerosos habitantes da vila. Houve necessidade de intervenção do governo que, para por termo a tal situação e na defesa da sua própria autoridade, teve de despejar de suas casas centenas de operários..."*²⁶

Baseando neste argumento, propunha que o Instituto e Caixas adquirissem terrenos pequenos, nas mais variadas zonas das cidades e que contemplasse a preferência dos trabalhadores. Além destes argumentos que justificariam a criação de uma política de habitação, em nível nacional, os participantes desta semana ainda reiterariam que uma das principais finalidades desta política seriam também:

"Assegurar o desenvolvimento harmonioso da família operária, é inegável que o melhor meio de proteger os trabalhadores contra os perigos da subversão social, consiste em por a disposição deles um lar conveniente.

*... demos ao operário alguma coisa que ele possa cuidar como sua e não encontrarão terreno as doutrinas subversivas."*²⁷

Sob este ponto de vista, a política habitacional seria visualizada como um instrumento capaz de introjetar, junto aos trabalhadores, valores, tal como, o da propriedade, para se

26. Quarta Semana de Ação Social. Op. cit., p.291.

27. Idem, p.286.

contrapor a propostas alternativas presentes na sociedade, em particular a defendida pelo "partido comunista".

"... proprietários, todos somos "não de arranha cêus é claro , como alguns comunistas notórios se negam, talvez por ironia , mas ao menos da roupa que vestimos e do pão que comemos." 28

Proporiam ainda os participantes da Semana que, em concomitância à implantação da política habitacional, as várias entidades, instituições ali representadas se unissem em torno da realização de várias campanhas educativas, com a finalidade de reeducar as famílias trabalhadoras, no sentido de que estas valorizassem o lar uma vez que:

"A casa, com toda a sua influência sobre a saúde e o caráter suas aspirações e consolações, influe em grande parte na vida individual de todos nós. E não devemos esquecer que são os lares de certo modo que fazem ou desfiguram o caráter e a prosperidade de uma nação, é ela a primeira real escola da criança, estabelecendo uma grande influência na sua vida." 29

Assim, solicitaram a colaboração de pesquisadores sociais, educadores sanitários, vicentinos e damas de caridade , a fim de desenvolver uma série de atividades, especializadas , junto ao cotidiano dos trabalhadores, de modo a difundir novas práticas de relacionamento familiar. Ainda, segundo os congressistas, as campanhas educativas deveriam privilegiar a educação da mulher - mãe trabalhadora, considerada como a principal agente responsável pela conservação do lar e internalização na família trabalhadora de novos hábitos higiênicos e morais. Para tanto, caberia as várias entidades assistencialistas e institutos de higiene, dispensários, postos de saúde implementar cursos de educação doméstica, tais como curso de alimentação , puericultura, costura, higiene, cursos para estimular a virtude e a prática da economia e, sobretudo, cursos que ensinassem

28. Quarta Semana de Ação Social. Op. cit., p.192.

29. Idem, p.285.

às mães trabalhadoras a melhor cuidarem de seus filhos:

*"É preferível ensinar a mulher do povo a cuidar de seus filhos do que nos encarregarmos de cuidar deles. É mais bem eficaz, ensinar progressivamente uma dona de casa dirigir seu lar, do que dar-lhe esmola: é melhor sanear a habitação do que tratar os moradores de um casebre. Educar, Instruir, formar é obra mais meritória e bemfazeja do que dar."*³⁰

Vale assinalar que para justificarem a organização e extensão destas práticas educativas, junto às mães trabalhadoras, os congressistas, mais uma vez, apontaram a experiência desenvolvida no Estado de São Paulo, quer através da Liga das Senhoras Católicas, do Instituto de Higiene, da Escola Profissional Feminina e outras entidades que há muito vinham intervindo, através destas práticas, na modificação dos valores de viver da família trabalhadora.

Outro argumento utilizado para reforçar a importância da educação familiar, isto é, de sua intervenção na constituição da família trabalhadora, de modo que esta viesse a apresentar formação baseada na **ordem, método, disciplina e a organização**, relacionava-se com a preocupação dos congressistas em tornar a família **núcleo de resistência** contra influência de propostas que questionassem a ordem e a tradição vigente.

*"... a organização familiar no momento em que várias ideologias se entrecrocaram é a pedra angular que lícera todas as instituições... sempre foi o baluarte inexpugnável a resistir a todas as influências maleficas. Serão bem vindas todas as iniciativas que se destinem a dar-lhe firmeza, estabilidade e organização."*³¹

Sob este aspecto, a política habitacional e a campanha educativa, proposta pelos participantes da Semana de Ação Social, além de absorverem algumas reivindicações dos trabalha

30. Quarta Semana de Ação Social. Op. cit., p.80.

31. Idem, p.324.

res, tornavam-se instrumentos para fortalecer, entre os trabalhadores, práticas sociais que legitimariam a ordem vigente.

Outro tema discutido na Semana de Ação Social, o qual viria a complementar esta política de "valorização da família trabalhadora cristã" foi o abono familiar. Defendiam os participantes deste congresso que o abono familiar teria por objetivo revalorizar a família trabalhadora na sociedade.

O salário família, concedido aos trabalhadores, além de subsidiar os gastos com a manutenção da família, consistiria um instrumento capaz de suavizar as possíveis crises de subconsumo e ainda favoreceria ao **consumidor por excelência**, a criança que consome e não produz. Nessa perspectiva, o abono familiar não só contribuiria para a garantia da **estabilidade moral da família**, como "valorizaria" o filho da família trabalhadora, garantindo-lhe o mínimo das condições de sobrevivência. Por outro lado, o fato desse abono ser subsidiado pelos órgãos públicos ou privados reafirmaria os vínculos da família trabalhadora com os poderes constituídos.

Emblematicamente o filho do trabalhador, os futuros filhos da "pátria-católica" seriam custeados pelos poderes constituídos. Levantando um parêntese, vale indagar qual teria sido a receptividade dos trabalhadores, quanto a oficialização pela Constituição de 1937 do salário família, pois que atualmente esta modalidade de assistência trabalhadora é pouco valorizada.

Além destas medidas que visavam reorientar as práticas de convivência das famílias trabalhadoras, individualizando suas relações de modo a manter a ordem e a moral cristã, ainda seriam amplamente discutidos nas Semanas de Ação Social o trabalho da mulher e do menor, a questão do descanso domini-

cal, educação moral e profissional dos trabalhadores.

Acompanhando os inúmeros debates sobre a questão do trabalho da mulher fora do lar, pude observar que esta questão adquiriu grande relevância entre os articulistas das Semanas de Ação Social.

Nos vários diagnósticos e estudos realizados, foram demonstrados como a participação da mulher no mercado de trabalho era significativa e pouco valorizada sua função social na sociedade.

Embora muitos participantes revelassem em seus discursos uma série de preconceitos, quanto a participação da mulher no mercado formal de trabalho, foi possível resgatar que havia nítida preocupação em criar mecanismos que controlassem a participação destas no mercado de trabalho. Em outras palavras, havia o receio de que as mulheres trabalhadoras, devido as péssimas condições de trabalho ou de aquisição da independência econômica, questionassem os postulados da família cristã, como as condições de vida existentes e, ainda, engrossassem fileiras nos movimentos autônomos e organizados dos trabalhadores, os quais tinham, entre as suas bandeiras de luta, a emancipação política da mulher.

Apregoariam os debatedores que o governo tomasse uma série de medidas que melhorassem as condições de vida e trabalho das mulheres, tais como creches, diminuição das horas de trabalho, garantia da aplicação da legislação social. Além destas propostas, propugnariam pela extensão e implementação do ensino profissional, como instrumento capaz de dignificar o trabalho das mulheres. Baseando-se em pesquisa realizada no Estado de São Paulo, demonstrariam como a grande maioria das mulheres trabalhadoras careciam de educação básica e profissio-

nal e apresentavam pouco gosto pelo trabalho que exerciam. A esta insatisfação atribuiriam a ausência de um preparo prévio e o desconhecimento quanto das vantagens do ensino profissional. Propunham que se desse ênfase ao ensino profissional e concomitante a orientação profissional a orientação profissional feminina é mais complexa de que a masculina, pois o trabalho da mulher pode ter repercussão sobre a natalidade, sobre a vida familiar, e por extensão sobre a vida do país.³²

A implementação do ensino profissional teria por função estimular a profissionalização das trabalhadoras de modo que estas pudessem, a partir desta formação, garantir maior remuneração no mercado de trabalho e ainda valorizar sua participação neste mercado. Já a orientação profissional encaminharia as mulheres para profissões que dessem, ao trabalho da mulher, uma utilidade social, isto é, que valorizasse o seu trabalho para a economia do país.

Dentre as propostas sugeridas argumentariam que as mulheres fossem orientadas para as profissões adequadas à psicologia feminina e, ainda, que estas apresentassem caráter social, tais como:

"... auxiliares dos chefes nos serviços públicos, no comércio e na indústria onde há trabalhos que são confiáveis as mulheres. Na venda a mulher é excelente, principalmente quando se trata de artigos de uso feminino ou de fantasias, indústria têxtil, chapéus, e acabamento de vários produtos...

... a profissão de doméstica e perfeitamente compatível com a natureza feminina, uma vez que as atividades são as mesmas que de uma dona de casa. A profissional poderá entretanto especializar-se: cozinheira, arrumadeira e pagem.

... hotéis, pensões, com fins comerciais. A hotelaria deverá ter distinção e paciência, senso de organização, a iniciativa boa saúde...

32. Quarta Semana de Ação Social. Op. cit., p.105.

Moda, esta exige imaginação senso artístico além de habilidade manual e técnica...

Trabalhos de odontologia, farmácia e serviços de laboratórios, exigindo cuidados minuciosos precisão de movimentos, delicadeza atenção...

... Ninguém discorda de que o magistério seja uma carreira especialmente adequada a mulher...

... a profissão de enfermeira requer dotes morais e intelectuais por parte daquelas que pretendem abraça-la. O fato de trabalhar sob as ordens de um médico já determina o dever de obediência...

... e assistente social cujo papel é auxiliar o indivíduo a encontrar na sociedade o bem que lhe é destinado quando não sabe encontra-lo sozinho..."³³

Levando em consideração estas propostas, pode-se observar que procuravam orientar as mulheres trabalhadoras para profissões de caráter assistencialista, prestação de serviços ao público e profissões que reforçassem a função social da mulher, enquanto colaboradora na manutenção dos valores da família cristã e, sobretudo, dos interesses que presidiam a organização do mercado de trabalho e de consumo.

Ainda, através destas sugestões pode-se inferir como a profissionalização das trabalhadoras, na ótica dos participantes das Semanas, além de estimular a diferenciação social e hierarquia nas relações de trabalho, contribuiria para fortalecer a proposta sindical do governo, endossada pela Igreja Católica, qual seja, a organização dos sindicatos, segundo a representação profissional, onde os trabalhadores, enquanto categorias profissionais, pautariam suas lutas em torno das reivindicações salariais e assistenciais.

Para além da preocupação com a formação profissional da mulher, a questão da formação profissional dos trabalhado-

33. Quarta Semana de Ação Social. Op. cit., p.107.

res ganharia destaque nesse fórum.

Vale lembrar que a formação profissional dos trabalhadores constituía um problema que há muito vinha se delineando no país. Alguns trabalhos focalizam a emergência de projetos de lei, visando instituir oficialmente o ensino de Artes e Ofícios, no Distrito Federal, a partir de 1826. Nos primeiros anos deste século, várias experiências de criação de escolas, voltadas para a formação profissional seriam implementadas nos vários estados da federação, tais como a criação da Escola Prática de Aprendizes das Oficinas do Engenho de Dentro, a Escola Profissional Souza Aguiar, o Instituto Profissional João Alfredo e outras.³⁴

No estado de São Paulo, além da criação do Liceu de Artes e Ofícios, seriam fundadas, em 1911, as primeiras escolas públicas voltadas para a formação profissional dos trabalhadores em 1923, e a Escola Profissional de Mecânica. Contribuíram também para a expansão das escolas de formação profissional, as instituições privadas e de caráter religioso.

A grosso modo, as experiências das escolas profissionais, em São Paulo, vinham sendo desenvolvidas em duas direções. Uma, nas escolas profissionais públicas, as quais visavam formar os trabalhadores, segundo as necessidades do mercado de trabalho em geral, o que significava fornecer uma formação profissional integral aos futuros trabalhadores, de modo que pudessem estes se adequar as várias exigências quanto a especialização, colocadas pelos empregadores. Nestas escolas, a direção e organização do ensino ficaria a cargo da Diretoria Geral de Instrução Pública e, mais tarde, da Superintendência

34. Ver. RIBEIRO Rosa Maria A. coord. Trabalhadores Urbanos e Ensino Profissional. Série Pesquisas. Ed. Unicamp. Campinas-SP, 1986.

Ver. FONSECA, Celso S. História do Ensino Industrial no Brasil. RJ: Escola Técnica Nacional, 1961.

FREITAS, Zoraíde R. História do Ensino Profissional no Brasil, SP, 1954.

do Ensino Profissional, ligado diretamente a Secretária da Educação e Saúde Pública.

Outra orientação dada a formação profissional vinculava-se diretamente aos interesses dos grandes empresários paulistas. Com a criação da Escola Profissional de Mecânica, anexa ao Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, as grandes empresas, em particular as empresas ferroviárias e indústrias mecânicas, preocupar-se-iam em formar, de modo especializado, determinadas categorias de trabalhadores, com o objetivo de requalificar quadros intermediários da hierarquia da organização do trabalho, mestres e contra-mestres. Nesta escola ainda seriam introduzidos e adaptados os novos métodos de organização do ensino e organização do processo de trabalho, comumente denominados métodos de racionalização, tais como Taylorismo e suas derivações. Através da introdução deste novo tipo de formação profissional, buscariam os empresários amenizar os conflitos no interior do processo de trabalho, criar novos mecanismos de controle interno às empresas e, sobretudo, criar um mercado de trabalho voltado para suprir as necessidades destas grandes empresas. Esta estratégia de controle social inspiraria a criação do Serviço de Seleção Profissional da Estrada de Ferro Sorocabana e seu posterior desdobramento com a criação do Centro Ferroviário de Seleção Profissional.³⁵ Centro este cuja finalidade era orientar a formação profissional dos trabalhadores ferroviários não só em nível estadual, como nacional.

A direção destas instituições, distintamente da formação profissional fornecida pelas escolas profissionais públi

35. Ver. CAETANO, Coraly Gara. Qualificação Profissional Ferroviária. (Uma estratégia de controle). Piracicaba. Unimep, SP. 1986. Tese mimeo.

cas, ficaria a cargo das instituições de caráter científico , vinculadas às associações de classe dos grandes empresários. (IDORT, FIESP, ELSP).

A partir da promulgação do Código da Educação, em 1933, pode-se identificar não só a emergência de uma política em nível nacional voltada para a formação profissional dos trabalhadores, como uma visível polêmica quanto ao significado e orientação que deveriam presidir esta formação.

Esta polêmica pode ser acompanhada, em particular , nos debates realizados na Quarta Semana de Ação Social. Nesse fórum, representantes dos grandes empresários defenderiam a proposição de que a formação profissional dos trabalhadores fosse dirigida por profissionais, intelectuais, professores engajados na experiência de controle social, que vinham há muito desenvolvendo, no estado de São Paulo. Para eles, as escolas profissionais ficariam subordinadas ao Conselho de Economia Nacional e não ao Departamento Nacional da Educação, vinculado ao Ministério da Educação e Saúde Pública.

Na visão dos empresários a formação profissional deveria ser administrada por aqueles que detinham não só o conhecimento científico, como também a experiência no convívio com os problemas que envolviam tanto as necessidades das indústrias, quanto o domínio acerca das questões do cotidiano dos trabalhadores. Sob esta ótica consideravam inadequados submeter a orientação das escolas profissionais unicamente a professores e diretores, que desconheciam "problemas" que permeavam as relações de trabalho. A competência para orientar o ensino profissional estaria subentendida como a capacidade de articular os interesses dos trabalhadores aos das empresas e , mais ainda, dominar as especificidades técnicas, transmitindo-

as de acordo com a organização hierárquica das relações de trabalho. O professor, nesta proposta, teria por função formar o trabalhador, segundo as especificidades demandadas pela empresa.

É interessante perceber que esta proposta foi divulgada e defendida pelo padre Sabóia de Medeiros, o que permite pensar que os empresários buscariam, neste fórum, reafirmar sua aliança e incorporação dos princípios de justiça social, apregoados pelas instituições católicas.

Em sua exposição, Pe. Sabóia de Medeiros enfatizaria que a formação profissional dos trabalhadores deveria ser orientada diretamente segundo as necessidades da organização do processo de trabalho nas empresas e pelos princípios e métodos da organização científica do trabalho.

Tecendo apologia à racionalização, em particular, ao Fordismo, procuraria demonstrar como esta modalidade de reorganização das relações de trabalho nas empresas, ao articular divisão técnica do trabalho com a divisão funcional do trabalho, departamentos administrativos e de produção, eram responsáveis não só pela emergência de "novas funções", no interior do processo de trabalho, como de novas profissões:

*"... A profissão tendo em conta a inseparabilidade dos dois aspectos é o canal por onde chega a cada um de seus membros, independentemente da empresa em que se achem a retribuição da sociedade na justiça e no amor social e por onde sobe à sociedade, vindo de várias ou muitas empresas em que labutam numeráveis trabalhadores, patrões e empregados, por onde sobe, regulado e impregnado de valor humano, a contribuição de todos eles, a sua prestação de serviços."*³⁶

Por esse ângulo, a organização racional da empresa constituir-se-ia um instrumento capaz de articular as "necessi

36. Quarta Semana de Ação Social. Op. cit., p.118.

dades do progresso técnico" com as da sociedade. Isto é, a divisão técnica do trabalho, ao viabilizar as profissões, estabeleceria uma nova identidade aos trabalhadores, que ao exercerem tais profissões, de modo individualizado e responsável, ao mesmo tempo estariam contribuindo e assumindo um compromisso externo com a sociedade. Esta articulação entre trabalho individualizado, como resultado da produção coletiva, adquiriria valor social, onde as divergências de interesses entre os trabalhadores e empresários estariam dissimuladas diante de um compromisso maior.

Nesse aspecto, uma nova organização empresarial se fazia necessária. Para o autor:

*"... organizar e diferenciar e dividir para integrar: o que só é possível mediante coordenação e subordinação. A necessária diferenciação faz brotar e requer autoridade e obediência. Obediência é conspirar com a autoridade e esta é servir aos obedientes: as duas virtudes são complementadas. Quando o número de pessoas, cujo trabalho é interrelacionado, cresce a dificuldade de orientar os homens em seu trabalho e de garantir a eficiência é superada pelo fenômeno da divisão. Estruturam-se departamentos e delega-se a autoridade."*³⁷

Nas empresas racionalizadas, a autoridade maior ficaria com o departamento administrativo ou de planejamento. A estes ficariam subordinados o departamento da produção, cuja função era o de aplicar planos e ordens emanadas pelo departamento de planejamento.

No departamento de produção, considerado pelo expositor **realidade viva**, realizar-se-ia a execução dos trabalhos e um segundo padrão de autoridade, qual seja saber cumprir as ordens e sobretudo **doutrinar** no sentido de criar justificativa

37. Quarta Semana de Ação Social. Op. cit., p.105.

para a monotonia do processo de trabalho. Isto significaria procurar razões externas para a execução do trabalho.

Em outras palavras, pela divisão do trabalho o sentido da produção adquiriria uma função social caracterizada como sendo **vantagens futuras para o trabalhador**. Estas vantagens estariam traduzidas na possibilidade da maior produtividade para o bem da sociedade. O salário percebido pelo trabalhador, por este ângulo, seria a distribuição do lucro da empresa e o resultado da produção coletiva representaria o compromisso social que tantos trabalhadores como patrões assumiriam frente às necessidades de consumo da sociedade.

Pe. Sabóia de Medeiros denominaria esta forma de reorganização do trabalho como **Humanismo técnico**:

*"... a conciliação do homem com a técnica (com a atividade fabricadora a adestração nesta atividade, a adaptação da atividade adestrada com a atividade objetivada da máquina) esta conciliação que seria o humanismo técnico esta em vias de estruturação a medida em que se elabora e se realiza a profissão."*³⁸

A profissão adquire novo significado, uma vez que não poderia ser compreendida sem que representasse um domínio técnico necessário à operacionalização do processo de trabalho. A organização deste, no entanto, impescindia da assimilação do trabalho como um todo. Ser profissional sob este prisma seria cumprir as determinações técnicas, inerentes a execução do trabalho.

Esta prática profissional, foi considerada por Pe Sabóia de Medeiros como **solidariedade natural**. Contudo, para que esta "solidariedade natural" se realizasse seria necessário que

38. Quarta Semana de Ação Social. Op. cit., p.13.

o trabalhador assumisse a perspectiva de que a sua presença constituía um elo importante para o desempenho de toda a produção. A profissão especializada, neste aspecto, teria o caráter de contribuição para o bem da coletividade. Este senso de coletividade, no entender do autor, corresponderia a segunda forma de **solidariedade social**.

A terceira forma de solidariedade se fundamentaria naquilo que considerava "**solidariedade jurídica: uma relação entre os membros da profissão que distribuem direitos e deveres**". Por este viés, a valorização profissional, ainda que dependesse da atuação individual do trabalhador e da articulação coletiva dos membros das profissões, no interior da organização da empresa, somente seria concretizada na medida em que patrões e empregados se sentissem sócios de um mesmo empreendimento. Desta forma, patrões e empregados teriam deveres e direitos. Ao patrão caberia respeitar o profissional, valorizando-o naquilo em que era especialista, cumprindo os direitos trabalhistas, resguardados pelos princípios da Justiça Social e do Trabalho. Ao profissional a incumbência de exercer sua especialização técnica, executando sua tarefa de modo a respeitar os princípios éticos coletivos e colaborar para que a solidariedade jurídica fosse aplicada:

*"... pode ser resumidamente descrito como o ideal humano segundo o qual a cultura da pessoa se processa por meio da atividade fabricadora, desta atividade metodicamente adestrada e harmoniosamente articulada na realidade social em que vai exercitar..."*³⁹

A reorganização do processo de trabalho, a profissionalização e as formas de solidariedade implicariam na formação de uma nova identidade para o trabalho-produção. Esta per

39. Quarta Semana de Ação Social. Op. cit., p.172.

deria seu caráter de interesses particulares e de classe, assumindo o significado de "bem social" , isto é, de prover benefícios a toda a sociedade. Os profissionais vinculados a esta forma de organização do trabalho deveriam portar uma formação profissional, a qual não se restringiria apenas ao aprendizado técnico, mas, sobretudo, a uma nova formação científica-moral-ética.

Para o Pe Sabóia de Medeiros estas formas de solidariedade deveriam orientar a formação profissional, a qual apresentaria **duas dimensões**: A primeira denominada "**formação horizontal**" onde a profissão seria esquadrihada em várias funções, como por exemplo, a profissão de engenheiro, do perito e a do operário. Estes níveis de formação, embora fornecidos em separados, estariam articulados segundo princípios comuns. Para tanto, ele defendia que fossem instituídas três tipos de escolas técnicas: as Escolas de Engenharia, Formação de Peritos (mestres) e Escolas Técnicos-Profissionais. Assim, as escolas teriam por finalidade reproduzir a hierarquia no interior das empresas e promoveriam uma identidade comum a esses trabalhadores. Todos seriam iguais em suas especialidades, porém, assumiriam funções diferenciadas, nas quais estariam resguardados os limites de atuação de cada função no processo de trabalho. As escolas, diante dessas finalidades, poderiam ser consideradas extensão da organização da empresa, onde estaria assegurada a formação eficiente daqueles que provavelmente assumiriam tais funções. A segunda dimensão da formação profissional, segundo Pe Sabóia de Medeiros, seria a **Vertical**, que dizia respeito a dosagem de conhecimentos **culturais, sociais, morais e religiosos**. Estes valores deveriam ser fornecidos nas escolas de acordo com suas especializações. Do mesmo modo como seria fornecida uma formação

técnica, dosada racionalmente, o mesmo se daria com a formação vertical, onde os princípios morais religiosos e culturais seriam transmitidos metodicamente abrangendo não só os conhecimentos da virtude cristã, como o esporte e as mais variadas formas de lazer:

"... o princípio da especialização de funções trabalhando de conjunto, como manejo organico tem aqui a sua aplicação. A transmissão de conhecimentos religiosos, morais e sociais revestir-se-a das modalidades do operário aqui se dirige, assim como a organização de uma empresa, seria esquematicamente a mesma, varia no manejo e nas funções conforme o ramo da indústria que explora...

Exemplificando a forma de catecismo para o panificador não é a mesma, dizendo o mesmo nem na ordem nem no modo, que a forma de catecismo para o cerâmico..."⁴⁰

A formação profissional dos trabalhadores deveria ser ministrada não só por professores, como por técnicos e militantes católicos que se incumbiriam de fortalecer, junto a estes, as virtudes cristãs e, principalmente, as noções de disciplina na profissão.

"... para viver moralmente e nesta vida impreguar-se de valor, não só o homem deve conhecer o bem, ser instruído sobre a solidariedade humana natural, social e jurídica, na escola, deve exercitar-se, ai mesmo, na prática do bem e da solidariedade..."⁴¹

É importante enfatizar que com estes argumentos do Padre Sabóia de Medeiros não só divulgaria e defenderia a proposta de organização do ensino profissional, pleiteado pelos grandes empresários paulistas, como apontaria sugestões sobre como deveria ser encaminhada a organização do ensino profissional, em todo país. Esta proposição ganha relevância, uma vez que, durante esse debate, estava sendo discutida, pelos repre-

40. Quarta Semana de Ação Social. Op. cit., p.177.

41. Idem, p.178.

sentantes do governo federal e dos empresários a proposta de regulamentação destas escolas profissionais.

Pelo decreto número 1238 de 1939, o governo federal regulamentou a criação das escolas profissionais e atribuía ao Ministério da Indústria e Comércio e ao Ministério da Educação e Saúde Pública a organização das mesmas. Estes ministros elaborariam uma primeira proposta, a qual se opuseram os grandes empresários paulistas, representados por Roberto Simonsen.

Nesse projeto, os custos da instalação do ensino profissional ficaria a cargo das indústrias, que tivessem mais de quinhentos trabalhadores e deixava em aberto a questão da direção e orientação que deveria ser dadas às escolas profissionais.

Valendo-se da legislação sindical vigente, a qual atribuía aos sindicatos a formação profissional dos trabalhadores, os grandes empresários pressionariam o governo a rever o decreto 1238.⁴² Foram então criadas novas comissões para reavaliar esta questão. Dos trabalhos realizados por estas comissões emergiram dois projetos - um da comissão do Ministério da Indústria e Comércio e outro do Ministério da Educação e Saúde Pública. Neste último participariam Euvaldo Lodi, presidente da Confederação Nacional da Indústria, Valentin Bouças, secretário do Conselho Técnico de Economia e Finanças e Roberto Simonsens, presidente da Federação das Indústrias de São Paulo.

Vale ressaltar que, como resultado dos trabalhos realizados pela comissão vinculada ao Ministério da Educação e Saúde Pública emergiu a proposta de criação do Serviço Nacio-

42. Ver. Projeto da Nova Reorganização Sindical Brasileira. Revista do Trabalho. Nov/dez de 1938.

nal de Aprendizagem dos Industriários, o qual foi regulamentado pelo governo federal, através do decreto-lei, número 8, de 22 de janeiro de 1942.⁴³

O Senai, além de ser administrado pela Confederação Nacional da Indústria e coordenado pelos departamentos regionais e o Conselho Nacional⁴⁴ organizaria e orientaria a formação dos trabalhadores para a indústria, em nível nacional.

O Senai ministraria várias modalidades de cursos, de acordo com as necessidades das empresas, associadas aos sindicatos patronais. Eram cursos rápidos de adestramento, aperfeiçoamento e cursos de longa duração, nestes seria dada ênfase a orientação profissional (científica) como um meio de encaminhar os trabalhadores para as especializações requeridas pelas empresas. As "vocações profissionais" doravante obedeceriam a uma outra lógica: as necessidades das empresas e do mercado de trabalho.⁴⁵

*"A escolha das profissões deve ser, neste caso orientada para atender as necessidades do mercado de trabalho, ou seja, do meio econômico e social."*⁴⁶

43. Ver WEISTAIN, Barbara. The Industrialist, The State, and Issue Of Work Training. Revista HAHR, vol. 3, agosto de 1990.

44. Participariam do Conselho Regional, o diretor do Departamento regional, três representantes dos sindicatos patronais, um delegado do Ministério da Educação, outro do Ministério do Trabalho e um representante das atividades de Transportes, Comunicações e Pesca. O presidente do Conselho seria um representante da Federação das Indústrias. Ver. SIMONSEN, Roberto. O Aprendizado Industrial. Discurso de posse do Conselho Regional do Senai em 28/12/42.

45. Ver. O Observador Econômico e Financeiro, número 74. 1942.

"A orientação dos jovens para a escolha de suas profissões coube sempre no passado, a família. A tradição familiar ainda hoje é um obstáculo, de grande importância psicológica, econômica e social. A orientação profissional e aos orientadores. O desejo dos pais para que os filhos continuem a suas profissões é um exemplo típico..." p.57.

46. Idem, p.59.

Assim com a criação do Senai, a proposta de formação profissional dos trabalhadores, que os grandes empresários paulistas vinham desenvolvendo e defendendo no Estado de São Paulo, adquiriu feição nacional. O Senai forjaria uma nova identidade para os trabalhadores, o profissional individualizado/competente, cuja profissão seria valorizada na medida em que colaborasse para o desenvolvimento da economia nacional. Segundo Roberto Simonsen, após a implantação do Senai:

*"... Assistiremos de agora em diante, a entrega, anualmente de milhares de cartas de ofício, que individualizarão nossos operários dentro da organização brasileira, dignificando cada vez mais as suas profissões e facilitando, sob todos os aspectos, os acordos de trabalho."*⁴⁷

Assim, profissionalizar parcela significativa dos trabalhadores consistia uma estratégia que para além de reafirmar a dependência do trabalhador para com a empresa/sociedade, também redirecionava o modo de condução das reivindicações dos trabalhadores em seus sindicatos de classe. Cada categoria profissional negociaria, através de seus representantes sindicais as reivindicações que diriam respeito a sua categoria em particular. Sob este ângulo a qualificação profissional (carta de ofício) pode ser vista como um instrumento que contribuiria para o fortalecimento da prática sindical corporativa, isto é, as reivindicações de caráter coletivo e amplas perderiam lugar para reivindicações econômicas, particulares às categorias. Por outro lado, "o diploma" seria valorizado não só para fortalecer a hierarquia no interior das empresas, como também para desalojar antigas militâncias dos sindicatos, cuja experiência de trabalho e prática política não se enquadrava no novo perfil assumido pelos sindicatos.

47. SIMONSEN, Roberto. Op. cit., p.301.

Além do Senai, vale lembrar que os grandes empresários associados à Fiesp e à Confederação Nacional das Indústrias implantariam, em 1946, o Serviço Social da Indústria (SESI), com o objetivo de fornecer aos trabalhadores integrados ao mercado de trabalho industrial, uma série de serviços assistenciais tais como: assistência médica e odontologia, educação alimentar, social e recreativa, cursos de alfabetização, formação doméstica e postos de abastecimento, com vistas a subsidiar o custo da alimentação dos trabalhadores:

*"Preocupam-se esta não sô com a educação, mas ainda com a assistência social, que desejam ver, dentro das nossas possibilidades econômicas, intensamente desenvolvidas, para que o operário brasileiro possa dedicar-se ao exercício da profissão."*⁴⁸

Para a implantação destes novos serviços contaria os grandes empresários com o apoio das instituições católicas, em particular, com a experiência assistencialista desenvolvida pelos Círculos Operários Católicos. Estes além disso contribuíram com suas instalações para o início das atividades do Sesi, como também subsidiariam seu programa de ação.

*"Assim já firmamos ajustes com o instituto de Serviço Social, com os Círculos Operários Católicos, com a Juventude Católica, com a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo. Além de outras entidades para a organização de cursos de emergência, de intensa preparação de assistentes sociais, educadores sociais, orientadores sindicalistas e funcionários de várias categorias que deveram integrar os quadros do SESI."*⁴⁹

A estrutura assistencialista desenvolvida pelas instituições católicas serviriam de modelo para o aperfeiçoamento

48. SIMONSEN, Roberto. Aos Industriários Brasileiros Federação das Indústrias. Janeiro de 1945.

49. Idem. A Obra que Honrara o Patronato. Revista Industrial de São Paulo. Ano II, julho de 1946, p.6.

das práticas de controle social dos grandes empresários.

Visto o conjunto de atividades e estratégias de controle social desenvolvido, neste período, pelos grandes empresários com a cumplicidade das instituições católicas, pode-se inferir que esta aliança foi fundamental para o avanço da proposta de conciliação de classes defendida pelos grandes empresários. A "paz social" seria mantida pelo constante entrelaçamento destas instituições.

As Instituições Católicas seriam o guia (Talismã) que atuaria junto aos trabalhadores, fortalecendo valores "científicos de viver".

CONSIDERAÇÕES

Espero, neste trabalho, ter contribuído para repensar alguns aspectos sobre a problemática da luta de classes em nosso país, no período em questão.

Busquei conjugar os discursos daqueles que, em determinados momentos, representavam o conjunto das forças sociais e dos vários projetos em disputa na sociedade. Procurei perceber a dinâmica destas formulações fundamentadas em práticas e experiências que confluíram para a articulação de várias propostas em disputa.

No decorrer desta investigação pude resgatar como foi sendo constituído pelos grandes empresários, representados por Roberto Simonsen, na experiência de enfrentamento com os trabalhadores, uma série de instrumentos de intervenção, visando do redirecionar os problemas colocados por estes, frente a suas experiências de viver cotidianamente a exploração e dominação.

Embora se localize nos discursos dos grandes empresários a necessidade de justificar a implementação de uma série de mecanismos de intervenção no social, como meio de promover o "desenvolvimento" da sociedade, foi possível desconstruir estes discursos, cruzando-os com outras fontes e perceber que estas propostas tinham por finalidade criar condições para que os grandes empresários pudessem organizar a sociedade, de acordo com os seus interesses.

Para além dos diversos enfoques já delineados pela historiografia, foi possível identificar a presença marcante dos grandes empresários paulistas na definição da diretriz política assumida pelo governo federal, no início dos anos 20.

A presença política dos grandes empresários pode ser identificada tanto nas práticas de enfrentamento com o movimento organizado dos trabalhadores, como na implementação de vários organismos de controle das condições de vida e trabalho e, ainda, na elaboração de um projeto político mais global que viesse normatizar estas relações.

Desta forma, procurei visualizar como, a partir dos anos 10, Roberto Simonsen foi instituindo, no gerenciamento de suas empresas, novas formas de organização do processo de trabalho e uma nova política de negociação com os trabalhadores, tendo em vista o controle destes últimos sobre o mercado de trabalho.

Uma das faces desta política foi o estabelecimento de uma diferente identidade para a relação entre patrão e trabalhador. Esta identidade se reafirmaria na proposta de valorização do salário individualizado, como forma de romper a solidariedade entre os trabalhadores e estimular a participação destes como colaboradores no desenvolvimento das empresas.

Esta intervenção não se limitaria ao controle das relações de trabalho nas empresas, mas se estenderia para reordenamento das relações de convivência no espaço da cidade. As vilas operárias, mais do que um local de moradia, constituir-se-iam um espaço de controle sobre a vida operária. As reformas urbanas, mais do que imprimir uma nova estética para a cidade, buscariam esquadriñar o modo de relacionamento e enfrentamento entre as classes.

Nesse sentido, procurei pensar a criação do Centro das Indústrias de São Paulo como expressão da articulação das estratégias instituídas pelos grandes empresários, na busca de solução para os problemas colocados no confronto de interesses entre patrões e trabalhadores.

A plataforma política defendida pelos grandes empresários nas eleições para a sucessão presidencial, em 1929, expressava não só a continuidade destas práticas de controle social, mas, sobretudo, prescrevia a sua extensão para todo o país. A disputa eleitoral e o "Golpe de 1930", mais do que representar a luta regional pelo poder, significou divergências entre as classes dominantes, quanto a diretriz que deveria assumir o poder público federal.

Sob este aspecto, o governo provisório pode ser compreendido como um momento de redefinição da organização das diretrizes políticas do país. A constituinte de 1934 se instaurou como um locus privilegiado das classes dominantes, onde procuraram rearticular as diferentes posições políticas em torno da defesa de interesses comuns. O que permitiu inferir que, quando necessário, as divergências se superaram para que fosse garantido o que era de interesse coletivo das classes dominantes. Em nome da "nação" seriam realizadas várias alianças e articulações para se eliminar propostas alternativas colocadas pelos trabalhadores. Esta confluência de interesses ficaria explícita na configuração do considerado "Golpe de 1937".

Para a parcela das classes dominantes, a valorização do trabalhador nacional consistiu um meio de impedir o avanço das lutas dos trabalhadores e, sobretudo, justificar a necessidade de expansão do mercado interno de consumo.

Para o grande empresariado paulista, a necessidade de forjar o trabalhador nacional significava modificar práticas e experiências vivenciadas pelos trabalhadores, como também redirecionar o encaminhamento de suas lutas. Para tanto, foram sendo implantadas várias instituições científicas e culturais com finalidades de levantar as condições de vida e tra-

balho da população trabalhadora, com vistas a fundamentar e subsidiar a política de intervenção das instituições públicas e privadas no redimensionamento das práticas sociais.

Colaborariam para disseminação do projeto dos grandes empresários a experiência de controle social desenvolvida pelas instituições católicas. Estas contribuiriam para reforçar a ética do trabalho produtivo e os valores da família cristã, como um dos sustentáculos do projeto político dos grandes empresários.

É importante assinalar que, no decorrer desta investigação, me deparei com inúmeros problemas ainda pouco discutidos pela historiografia, em particular, quanto aos movimentos dos trabalhadores neste período e principalmente sobre suas experiências de viver e enfrentar os problemas colocados pela lógica de mercado que se visou instituir.

Ainda que se considere que as formas de dominação foram sendo instituídas para eliminar resistências organizadas ou não dos trabalhadores, é importante chamar a atenção para a necessidade de recuperar como os trabalhadores responderam a estas estratégias de controle social, inclusive, para que se possa aquilatar até que ponto o projeto dos grandes empresários tem sido vitorioso.

Ao término deste trabalho fico com a preocupação de que há ainda muitos aspectos da luta de classes a serem desvendados, particularmente, neste período. Pontuei apenas algumas das estratégias de controle social assumidas pelos grandes empresários. Fica aqui a sugestão para aqueles que se identificam com esta problemática investigarem a constituição de outras práticas de intervenção e, principalmente, o modo como os trabalhadores reagiram à instituição de políticas que procura-

vam imprimir uma nova racionalidade ao modo como estes viviam e procuravam solucionar os seus problemas cotidianos.

Por outro lado, se concordarmos com Raymond Willians que "a hegemonia é todo um conjunto de práticas : expectativas sobre a totalidade da vida... é um sistema vivido de significações e valores constitutivos e constituintes que ao serem experimentados como práticas parecem confirmar-se reciprocamente... é no sentido mais forte 'cultura'", penso que se faz necessário equacionar até que ponto a "cultura" proposta pelos grandes empresários foi assimilada pelo conjunto da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- . ALMEIDA, Paulo R. CÍRCULOS OPERÁRIOS CATÓLICOS: PRÁTICAS DE ASSISTÊNCIA E DE CONTROLE NO BRASIL. (1932-1945). PUC-SP, 1992. Mimeo.
- . ANDRADE, Carlos R. Monteiro. A PESTE E O PLANO. O URBANISMO SANITARISTA DO ENGENHEIRO SATURNINO BRITO. Tese de Mestrado. USP, SP, 1992.
- . ANTONACI, Mãe Antonieta M. A VITÓRIA DA RAZÃO? O IDORT E A SOCIEDADE DE PAULISTA. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1992.
- . AZEVEDO, Aroldo. COCHRANES DO BRASIL. Brazilian, vol. 326. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1965.
- . BRESCIANI, Maria Stella Martins. LÓGICA E DISSONÂNCIA. SOCIEDADE DO TRABALHO: LEI, CIÊNCIA E RESISTÊNCIA OPERÁRIA. Revista Brasileira de História. Vol.6, 1986.
- . _____. AS VOLTAS DE UM PARAFUSO. In: Cadernos de Pesquisa, São Paulo: AUPHIB/Brasiliense, 1978.
- . _____. O CHARME DA CIÊNCIA E A SEDUÇÃO DA OBJETIVIDADE, OLIVEIRA VIANA, CIENTISTA SOCIAL. 1993. Mimeo.
- . _____. LIBERALISMO IDEOLOGIA UM ESTUDO SOBRE SÃO PAULO DE 1850 a 1920. São Paulo. Mimeo, 1976.
- . CAETANO, Coraly G. QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL FERROVIÁRIA (UMA ESTRATÉGIA DE CONTROLE). Tese de Mestrado. Piracicaba, 1986. Mimeo.
- . CANO, Wilson. RAÍZES DA CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL EM SÃO PAULO. São Paulo: Difel, 1977.
- . CAPELATO, Mãe Helena. OS ARAUTOS DO LIBERALISMO. IMPRENSA PAULISTA. 1920-1945. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- . CARDOSO, Irene de A.R. A UNIVERSIDADE DA COMUNHÃO PAULISTA. São Paulo: Cortez, 1982.

- . CARONE, E. MOVIMENTO OPERÁRIO NO BRASIL. São Paulo: Difel, 1984.
- . CHAUF, Marilena. CULTURA E DEMOCRACIA. O DISCURSO COMPETENTE E OUTRAS FALAS. São Paulo: Moderna, 1990.
- . CUNHA, Mãe Clementina P. O ESPELHO DO MUNDO - JUQUERV, A HISTÓRIA DE UM ASILO. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- . DEAN, Warren. A INDUSTRIALIZAÇÃO DE SÃO PAULO. 1880-1945. 2 ed. , São Paulo: Difel, 1971.
- . DECCA, Mãe A. Guzzo. A VIDA FORA DAS FÁBRICAS. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987.
- . DE DECCA, Edgar. O SILÊNCIO DOS VENCIDOS. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- . _____. A CIÊNCIA DA PRODUÇÃO. A FÁBRICA DESPOLITIZADA. In: Revista Brasileira de História, nº 6. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1984.
- . DINIZ, E. EMPRESÁRIO, ESTADO E CAPITALISMO NO BRASIL. 1930-1945. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- . DINIZ, Eli & BOSCHI, Renato. EMPRESARIADO NACIONAL E ESTADO NO BRASIL. Rio de Janeiro: Forense, 1978.
- . FAUSTO, Boris. TRABALHO URBANO E CONFLITO SOCIAL. Rio de Janeiro: Difel, 1976.
- . FENELON, Déa. O HISTORIADOR E A CULTURA POPULAR. Revista História e Perspectiva. Uberlândia/MG. 1992.
- . _____. ESTADO, PODER E CLASSES SOCIAIS. In: Revista Brasileira de História, nº 7, São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 1984.
- . _____. TRABALHO, CULTURA E INVESTIGAÇÃO SOCIAL: PERSPECTIVAS DE INVESTIGAÇÃO. In: Projeto Histórico, nº 4, São Paulo-PUC , 1985.
- . FONTES, Edilza. O PÃO NOSSO DE CADA DIA, UM ESTUDO SOBRE PADEIROS E FORNEIROS EM BELEM DO PARÁ. 1940-1950. Dissertação Mestrado. Mimeo, 1993.

- . GITHAY, Mã Lucia C. VENTOS DO MAR. TRABALHADORES DO PORTO. MOVIMENTO OPERÁRIO E CULTURA URBANA EM SANTOS. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- . GOMES, Angela de Castro. A INVENÇÃO DO TRABALHISMO. São Paulo : Vértice. Rio de Janeiro: Revista dos Tribunais, 1988.
- . HALL, Michael & PINHEIRO, Paulo S. A CLASSE OPERÁRIA NO BRASIL . 1889-1930. V.I. São Paulo: Alfa Omega, 1979.
- . _____. O MOVIMENTO OPERÁRIO. V.II, São Paulo: Alfa Omega , 1979.
- . _____. CONDIÇÕES DE VIDA E DE TRABALHO, RELAÇÕES COM OS EMPRESÁRIOS E O ESTADO. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- . HOBBSAWN, E. MUNDOS DO TRABALHO. Rio de Janeiro: Paz e Terra , 1987.
- . INDUSTRIALIZAÇÃO DO BRASIL (1889/1945). Convênio Finep/Unicamp. IFCH/DH. Coordenação geral de FENELON, Déa Ribeiro, Campinas-SP, 1981. Mimeo.
- . KOURY, Yara A. AS GREVES DE 1917 EM SÃO PAULO. Coleção Teoria e Práticas Sociais. São Paulo: Cortez Editora, 1981.
- . LENHARO, A. SACRALIZAÇÃO DA POLÍTICA. Campinas: Papyrus, 1986.
- . LEME, Mariza S. A IDEOLOGIA DOS INDUSTRIAIS BRASILEIROS. 1919/1945. Petropólis: Vozes, 1978.
- . LIMA, Marcos A. H. OS INDUSTRIAIS TEXTÉIS PAULISTAS NOS ANOS 20: AS PECTOS DA SUA ATUAÇÃO POLÍTICA. Tese/meimo - Unicamp, 1992.
- . LUSTOSA, Oscar. A IGREJA E A POLÍTICA NO BRASIL. Vol.3. São Paulo: Ed. Loyola, 1983.
- . MENOTTI Del Pichia. A LONGA VIAGEM. São Paulo: Martins Fontes, 1972.
- . _____. A REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE 1932. São Paulo: Mar_tins Fontes, 1972.

- . MICELI, Sérgio. ESTADO E CULTURA NO BRASIL. São Paulo: Difel , 1984.
- . _____. (org). HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS NO BRASIL. São Paulo: Vértice/Finesp, 1989.
- . MONTGOMERY, David. EL CONTROL OBRERO EM ESTADOS UNIDOS. Yale University. Ministério de Trabalho Y Seguridad Social. 1985.
- . MORGAN, Arthur. A INDÚSTRIA E O MOVIMENTO CONSTITUCIONALISTA DE 1932. São Paulo: Publicações Fiesp.
- . MOREIRA, Silvia Levi. A LIGA NACIONALISTA DE SÃO PAULO, IDEOLOGIA E ATUAÇÃO. Dissertação Mestrado - USP, 1982.
- . MUNIZ, Bandeira. TRABALHISMO E SOCIALISMO NO BRASIL. A INTERNACIONAL SOCIALISTA E A AMÉRICA LATINA. São Paulo: Global, 1985.
- . NOGUEIRA FILHO, Paulo. IDÉIAS E LUTAS DE UM BURGUESES PROGRESSISTA . São Paulo: José Olímpio, 1965.
- . NOGUEIRA, V. Pupo. A INDÚSTRIA EM FACE DAS LEIS DO TRABALHO. São Paulo: Edições Melhoramentos e Ed. Salesianas, 1930-35.
- . OLIVEIRA, Clóvis. AS INDÚSTRIAS E O MOVIMENTO CONSTITUCIONALISTA . Fiesp.
- . PAOLI, M^a Célia. OS TRABALHADORES URBANOS NA FALA DOS OUTROS. TEMPO ESPAÇO E CLASSE NA HISTÓRIA OPERÁRIA BRASILEIRA. In: LEITE, José S. (org). Cultura & Identidade Operária. São Paulo : Marco Zero/UFRJ, 1987.
- . _____. TRABALHADORES E CIDADANIA. EXPERIÊNCIA DO MUNDO PÚBLICO NA HISTÓRIA DO BRASIL MODERNO. Revista Estudos Avançados - USP .
- . PÉCAULT, Daniel. OS INTELLECTUAIS E A POLÍTICA NO BRASIL. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- . PINHEIRO, P. Sérgio. ESTRATÉGIAS DA ILUSÃO. A REVOLUÇÃO MUNDIAL E O BRASIL. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

- . RIBEIRO, M^a Alice R. (coord). TRABALHADORES URBANOS E ENSINO PROFISSIONAL. 2 ed., Campinas-Unicamp, 1986.
- . RODRIGUES, Edgar. SOCIALISMO E SINDICALISMO NO BRASIL. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969.
- SILVA, Zélia Lopes. O ARCAICO E O MODERNO NA CONSTITUINTE DE 1933-34. Tese de Doutorado. Mimeo. 1991.
- . _____. A FACE OCULTA DA DOMINAÇÃO. Campinas-SP: Unicamp, mimeo.
- . SILVA, Hélio. A CONSTITUINTE DE 1934. O CICLO DE VARGAS. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- . SIMÃO, Azis. SINDICATO E ESTADO. São Paulo: Ática, 1981.
- . THOMPSON, E.P. A FORMAÇÃO DA CLASSE OPERÁRIA INGLESA. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- . _____. A MISÉRIA DA TEORIA. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- . _____. SENHORES E CAÇADORES. Coleção Oficinas da História, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- . _____. TRADICIÓN, REVUELTA Y CONSCIÊNCIA DE CLASE. ESTUDIOS SOBRE LA CRISIS DE LA SOCIEDADE PREINDUSTRIAL. Barcelona: Editorial Critica, 1989.
- . VARGAS, Getúlio. NOVA POLÍTICA PARA O BRASIL. DA ALIANÇA LIBERAL AS REALIZAÇÕES DO PRIMEIRO ANO DE GOVERNO. São Paulo: Ed. Livraria José Olímpio, 1930-31.
- . VIANNA, Luis Werneck. LIBERALISMO E SINDICATO NO BRASIL. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- . WILLIAMS, Raymond. MARXISMO E LITERATURA. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

FONTES

JORNAIS

- . O Diário de São Paulo, 1934.
- . O Estado de São Paulo.
- . Folha da Noite.
- . Folha da Manhã.
- . Platéia.
- . Tribuna de Santos.
- . Jornal do Comércio
- . A Plebe.
- . O Chapeleiro
- . Operário, 1934.
- . Tribuna Operária.
- . O Trabalhador Gráfico.
- . A Lanterna.
- . O Combate. 1939.

ANAIS DA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE DE 1934

- . Boletim do Instituto de Engenharia - 1934.
- . Boletim do Ministério da Indústria e Comércio.
- . Revista do Arquivo Municipal.
- . Circulares da Ciesp.
- . Circulares da Fiesp.
- . Encíclica Rerum Novarum. Empresa Gráfica - Revista dos Tribu
nais - 1936.
- . Cartilha Circulista, RJ - 1942.
- . Manual dos Círculos Operários Católicos. CNCO, RJ, 1 ed. -
1939.

- . Semanas de Ação Social, 1ª Semana, Rio de Janeiro. Relatórios apresentados, conclusões votadas. RJ. Grupo de Ação Social.
- . Semana de Ação Social. 4ª Semana de Ação Social. Conferências, Discursos. São Paulo - 1940.

INQUÉRITOS

- . DAVIS, Horace. Padrão de Vida dos Operários da Cidade de São Paulo. Relatório de Pesquisa. ELSP. 1934.
- . PAULA SOUSA, C.H. Ulhoa Cintra. A de Carvalho, Pedro Egidio. Inquérito Sobre a Alimentação Popular em Um Bairro de São Paulo. Revista do Arquivo de São Paulo. Vol.XVII. 1935.
- . LOWRIE, Samuel H. Informações Sobre a Escola Livre de Sociologia e Política. Ed. Revista do Arquivo Municipal, ano II, 1935.
- . _____. Origens da População da Cidade de São Paulo e Diferenciação das Classes Sociais. Revista Arquivo Municipal, 1938.
- . SILVA, Antônio C. Pacheco. Serviços Sociais. ELSP - Curso de Serviços Sociais. Mimeo, sem data.

COMENTÁRIOS À CONSTITUINTE

- . MIRANDA, Pontes. Comentários à Constituição Brasileira. Rio de Janeiro: Guanabara, 1934.
- . MANGABEIRA, João. Em Torno da Constituição de 1934. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1934.

OBRAS DE ROBERTO SIMONSEN

- . O Município de Santos. São Paulo: s/ed., 1912.
- . Os Melhoramentos Municipais de Santos. São Paulo: S/ed. , 1912.
- . O Asfaltamento de São Paulo - Aspecto Técnico, "Memória apresentada ao Instituto de Engenharia de São Paulo", Tipografia Brazil de Rothschild & Cia, 1923.
- . O Trabalho Moderno. São Paulo: Seção de Obras de "O Estado" 1919.
- . A Situação Econômica e Financeira do Brasil Através da Mensagem do Presidente da República. São Paulo: Escolas Profissionais do Liceu Coração de Jesus, 1928.
- . A Orientação Industrial Brasileira. São Paulo: Ciesp, 1928.
- . As Crises no Brasil. São Paulo: São Paulo Editora, 1930.
- . As Finanças e a Indústria. São Paulo: São Paulo Ed., 1931.
- . À Margem da Profissão (Discursos, Conferências e Publicações) São Paulo: São Paulo Ed., 1932.
- . Rumo à Verdade. São Paulo: São Paulo Ed. , 1933.
- . "Missão Comercial à Inglaterra", in: Pandiá Calógeras na Opinião de seus Contemporâneos. São Paulo: Tipografia Siqueira, 1934.
- . Ordem Econômica, Padrão de Vida e Algumas Realidades Brasileiras. São Paulo: São Paulo Ed., 1934.
- . Aspectos da Política Econômica Nacional. São Paulo: S/ed. , 1935.
- . A Indústria em Face da Economia Nacional. São Paulo: Emp . Gráfica da "Revista dos Tribunais", 1937.

- . Aspectos da História Econômica do Café. São Paulo: S/ed. , 1939.
- . A Evolução Industrial do Brasil. São Paulo: Emp. Gráfica da "Revista dos Tribunais", 1939.
- . História Econômica do Brasil, (1500-1820). São Paulo: Cia . Editora Nacional, 1969, 6 ed., (Brasiliana, Grande Formato , volume 10).
- . Níveis de Vida e a Economia Nacional. São Paulo: S/ed., 1940.
- . As Indústrias e as Pesquisas Tecnológicas. São Paulo: Fiesp, 1941.
- . Alguns Aspectos da Política Econômica mais Conveniente ao Brasil no Período de Após-Guerra - Geografia e Política Industrial. São Paulo: Fiesp, 1943.
- . Ensaio Sociais, Políticos e Econômicos. São Paulo: Fiesp , 1943.
- . "O Conceito de Renda Nacional e sua Influência na Elevação dos Padrões de Vida - Tese à Conferência de Rye", in: Problemas de Política Econômica. São Paulo: Gráfica Siqueira, 1944.
- . A Engenharia e a Indústria. São Paulo: Fiesp, 1944.
- . Elos da Indústria. São Paulo: Fiesp, 1944.
- . Planificação da Economia Brasileira - Parecer apresentado ao C.N.P.I.C. São Paulo: Fiesp, 1944.
- . O Planejamento da Economia Brasileira - Réplica ao Sr. Eugênio Gudín. São Paulo: S/ed., 1945.
- . Roosevelt. São Paulo: Edigraf Ltda, 1945.
- . Aos Industriários de São Paulo. São Paulo: Edigraf Ltda , 1945.
- . "Cultura e Civilização" - Discurso de Roberto Simonsen na

- Academia Brasileira de Letras, in: Recepção de Roberto Simonsen na Academia Brasileira de Letras, em 07.10.1946. São Paulo: S/ed., 1947.
- . O Problema Social no Brasil. São Paulo: Gráfica Siqueira, 1947.
- . As Atividades do Serviço Social da Indústria no Estado de São Paulo. São Paulo: Gráfica Siqueira, 1947.
- . As Classes Produtoras no Brasil e o Partido Comunista. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.
- . A Situação Econômica da América Latina e suas possibilidades em face do Plano Marshall - Contribuição para a Conferência Interamericana de Bogotá. São Paulo: Dep. de Economia Industrial, 1948.
- . O Plano Marshall e um Novo Critério nas Relações Internacionais. Rio de Janeiro: S/ed., 1948/49.
- . Sugestões para uma Política Econômica Pa-Americana: Problemas do Desenvolvimento Econômico Latino-Americano. Rio de Janeiro: Conf. Nacional da Indústria, 1947.
- . O Plano Marshall e suas Prováveis Repercussões Econômicas na América Latina. Rio de Janeiro: S/ed., 1947.
- . Direito Internacional Social. Rio de Janeiro: S/ed., 1943.
- . "Necessidade do Erguimento da América Latina", in: Anais do Conselho Econômico da Confederação Nacional da Indústria dos Anos de 1947 - 1948 - 1949. Rio de Janeiro.
- . "As Classes Produtoras da América", in: Anais do Conselho Econômico da Confederação Nacional da Indústria - 1947 - 1948 - 1949.

- . A Imagem de Cristo na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Discursos pronunciados pelo Dr. Roberto Simonsen. Presidente de classe dos Industriais, e por Exma D. José Gaspar de Fonseca e Silva. 1942.
- . A Indústria e seus Problemas Econômicos e Sociais. Discursos pronunciados por ocasião da 5ª Feira Nacional da Indústria - São Paulo: Fiesp, 1945.
- . Saudação ao Menor que Trabalha: Palestra. São Paulo: Fiesp, 1938.
- . Simonsen e a Operação Pan-Americana. São Paulo: Fiesp-Ciesp, 1958.
- . Possibilidades de Expansão Industrial Brasileira. Parecer apresentado ao Conselho Federal de Comércio Exterior. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1937.
- . O Problema Social no Brasil. São Paulo: Sesi, 1946. Discurso pronunciado a 25 de julho de 1946. São Paulo na instalação do 1º Conselho Consultivo do Sesi.
- . Problemas da Política Econômica. São Paulo: Fiesp, 1944.
- . Recursos Econômicos e Movimento da Populações. Rio de Janeiro. Separata da Revista Brasileira de Estatística. 1940.

PUBLICAÇÕES SOBRE ROBERTO SIMONSEN - LIVROS E FOLHETOS

- . BERLINCK, Cyro. Roberto Simonsen, a indústria, as ciências sociais e a realidade brasileira. São Paulo, Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, 1948. 16p. Discurso. Bibliografia.

- . COUTINHO, Afranio. Brasil e brasileiros de hoje. Rio de Janeiro: Editorial Sul-Americana, 1961. 2v.
- . FANGANIELLO, Helena. Roberto Simonsen e o desenvolvimento econômico. São Paulo, 1967. 305p. Bibliografia. Tese.
- . FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ; SESI, SENAI . Roberto Simonsen. Curitiba, s.d. 55p.
- . FONSECA, Anibal Freire da. Roberto Simonsen. In: Filinto de Almeida e Roberto Simonsen; notas bibliográficas. Rio de Janeiro, Academia Brasileira, 1952, p.51-85.
- . LIMA, Heitor Ferreira. Figuras pioneiras da industrialização paulista; Coronel Rodovalho, Conde Matarazzo, os Irmãos Jafet, Roberto Simonsen, Comendador Pereira Ignacio, Morvan Dias de Figueiredo. In: Evolução industrial de São Paulo. São Paulo: Martins, 1954. p.145-96.
- . _____. Mauá e Roberto Simonsen; dois pioneiros do desenvolvimento. São Paulo: EDAGLIT, 1963. 111p. (Col. Ensaio)
- . _____. Roberto Simonsen. In: Homens de São Paulo. São Paulo: Martins, 1955. 494p.
- . _____. 3 industrialistas brasileiros: Mauá, Rui Parbosa , Roberto Simonsen. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. 197p. (Biblioteca Alfa-Omega de Ciências Sociais. Série 1ª, 12).
- . SCHLESINGER, Hugo. Enciclopédia da indústria brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1959, 5v.
- . _____. Geografia industrial do Brasil. São Paulo: Instituto de Estudos Pesquisas e Estatísticas, 1956. 256p.
- . _____. Pioneiros da indústria nacional. In: Enciclopédia da indústria brasileira. 2 ed., São Paulo: Instituto de Estudos, Pesquisas e Estatísticas, 1954, p.433-4.

- . SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL, Departamento Regional de São Paulo. Roberto Simonsen. s.l., 4p. (Grandes Figuras da Indústria, 1).
- . SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA. Departamento Nacional. Roberto Simonsen homem e obra. s.l., 1957. 88p.
- . SCHOUCHANA, Félix. O debate Simonsen-Gudin. Propostas alternativas para o desenvolvimento brasileiro. Campinas. Tese mimeo, 1992.
- . VIEIRA, Rosa Maria. O pensamento industrialista de Roberto Simonsen: Análise de Ideologia. USP - História. Tese, mimeo. 1987.

ANEXO 1

INVENTÁRIO DE ROUPAS MASCULINAS

ARTIGO	HOMENS TENDO CADA UM A SEGUINTE QUANTIDADE DE ARTIGOS ESPECIFICADOS:											
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	12
Calças	0	36	55	2	13	3						
Paletós	0	45	59	18	8	2	1					
Meias	21	9	38	31	11	2	20	0	0	0	0	1
Capotes	99	25	6	2	1							
Pares Sapatos	12	69	46	1	1	0	0	0	4			
Pares chinelo	120	8	1	0	4							
Roupas baixo	23	4	33	34	18	3	13	0	0	0	1	4
Camisas	8	7	34	32	17	12	16	0	0	2	0	5
Número de homens que deram informações: 133												

INVENTÁRIO DE ROUPAS FEMININAS

ARTIGO	NUMERO DE MULHERES, TENDO CADA UMA A SEGUINTE QUANTIDADE DE ARTIGOS ESPECIFICADOS:																			
	0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	14	15	18	20	24	28	Ind.
Vestido passeio	57	28	37	11	6	1														
Vestido casa	2	7	46	54	13	6	6	6												
Pares meias	14	15	47	36	12	3	11	1					1							
Roupas de baixo	9	1	1	1	9	7	35	13	13	5	5	18	1	5	6	1	1	1	1	2
Casacos	45	75	16	3	0	1														
Pares sapatos	17	82	33	4	1	0	3													
Pares Chinelos	81	45	12	2																
Número total de mulheres que deram informação: 140																				

ANEXO II

Assinam o manifesto de Criação da Escola Livre de Sociologia e Política:

São Paulo, 27 de Abril de 1933.

Prof. Dr. José de Alcantara Machado d'Oliveira, diretor da Faculdade de Direito de São Paulo.

Prof. Eng. Carlos Gomes de Souza Shalders, diretor da Escola Politécnica de São Paulo.

Prof. Dr. Cantidio de Moura Campos, diretor da Faculdade de Medicina de São Paulo.

Prof. Horacio Berlinck, diretor da Escola de Comércio "Alvares Penteado".

Prof. Eng. Alexandre de Albuquerque, diretor da Escola de Belas Artes de São Paulo.

Eng. Roberto Simonsen, presidente do Instituto de Engenharia de São Paulo.

Prof. Dr. Antonio Carlos Pacheco e Silva, da Faculdade de Medicina de São Paulo, presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo.

Conde Silvio Alvares Penteado presidente honorario da Escola de Comércio "Alvares Penteado".

Antonio de Lacerda Franco, presidente da Escola de Comércio "Alvares Penteado".

Eng. Armando de Salles Oliveira, presidente do Instituto de Organização Racional do Trabalho de São Paulo.

Prof. Dr. Geraldo de Paula Sousa, da Faculdade de Medicina de São Paulo, diretor do Instituto de Higiene de São Paulo.

Prof. Dr. Antonio Piccarolo, diretor da Faculdade de Filosofia e Letras de São Paulo.

Prof. Dr. Raul Briquet, da Faculdade de Medicina de São Paulo.

Prof. Dr. Antonio de Almeida Prado, da Faculdade de Medicina de São Paulo.

Prof. Dr. J. J. Cardoso de Mello Netto, da Faculdade de Direito de São Paulo.

Prof. Dr. Luiz Rezende Puech, da Faculdade de Medicina de São Paulo.

Prof. Eng. Luiz Cintra do Prado, da Escola Politécnica de São Paulo.

Prof. Dr. André Dreyfus, da Faculdade de Medicina de São Paulo.

Prof. Dr. José Manoel Azevedo Marques, da Faculdade de Direito de São Paulo, presidente da Ordem dos Advogados, seção de São Paulo.

Prof. Eng. Francisco de Salles Vicente de Azevedo, da Escola Politécnica de São Paulo.

Prof. Eng. Mario Whately, da Escola Politécnica de São Paulo.

Prof. Eng. Francisco João Maffei, da Escola Politécnica de São Paulo.

Prof. Eng. Robert Mange, da Escola Politécnica de São Paulo.

Prof. Dr. Ulysses Paranhos, da Faculdade de Medicina de São Paulo.

Prof. Mario de Andrade, do Conservatorio Dramatico e Musical de São Paulo.

Prof. Eng. Vicente Mario Laroocca, da Escola Politécnica de São Paulo.

- Prof. Dr. Jorge Americano, da Faculdade de Direito de São Paulo.
- Prof. Eng. Mariano de Oliveira Wendel, da Escola Politécnica de São Paulo.
- Prof. Eng. Jayme de Castro Barbosa, da Escola Politécnica de São Paulo.
- Prof. Eng. Oscar Machado de Almeida, da Escola Politécnica de São Paulo.
- Prof. Frederico Hermann Junior, da Escola de Comércio "Alvares Penteadó".
- Prof. Otto A. Kruesenstiern, da Escola de Comércio "Alvares Penteadó".
- Dr. Octavio M. Guimarães.
- Dr. João Arauza Netto.
- Dr. Antonio de Alcantara Machado.
- Eng. Samuel Ribeiro.
- Antonio Prado Junior.
- Dr. Pedro de Alcantara.
- Dr. José de Almeida Camargo.
- Dr. Paulo Prado.
- Dr. Celso Leme.
- Dr. Antonio Carlos Couto de Barros.
- Dr. J. Ayres Netto.
- Eng. Adhemar de Souza Queiroz.
- Dr. Carlos Pinto Alves.
- Dr. José Marianno de Camargo Aranha.
- Dr. Tacito de Almeida.
- Ibanez de Moraes Salles.
- Dr. Felicio Cintra do Prado.
- Sergio Milliet da Costa e Silva.
- Dr. Americo Brasiliense de Almeida Mello.
- Dr. Numa de Oliveira.
- Dr. Francisco Baros do Amaral.
- Dr. Abrahão Ribeiro.
- Dr. Carolino da Motta e Silva.
- Eng. Bruno Rudolfer.
- Dr. José Alvares Rubião.
- Dr. Antonio Prudente M. de Moraes.
- Eng. Aldo Mario de Azevedo.
- Dr. Alarico Caluby.
- Eng. Plínio de Queiroz.
- Eng. Lisandro P. Silva.
- Eng. Nelson Ottoni de Rezende.

- Eng. Nicolau H. Longo.
- Eng. José M. da Silva Neves.
- Eng. Henrique Lefevre.
- Carlos Reis de Magalhães.
- Dr. José Fajardo.
- Dr. Horacio Lafer.
- Dr. Rodrigo Soares Junior.
- Eng. Alipio Leme de Oliveira, diretor do Serviço Meteorológico do Estado de São Paulo.
- Eng. Raul Bolliger.
- Eng. Alexandre Martins Rodrigues.
- Eng. Jorge de Souza Rezende.
- Eng. J. Augusto Junqueira.
- Eng. Edgard Thomaz de Carvalho.
- Dr. David Ribeiro.
- Dr. Octavio Pupo Nogueira, Secretario Geral da Federação das Industrias de São Paulo.
- Eng. José de Vargas Cavalheiro.
- Eng. André Perez Velasco.
- Eng. Heitor Portugal.
- Eng. Ary Torres.
- Eng. José Pires do Rio.
- Eng. Edgard Mello Mattos de Castro.
- Dr. Henrique Bayma.
- Dr. Paulo Barbosa de Campos Filho.
- Dr. Waldo Rolin de Moraes.
- Eng. Amador Cintra do Prado.
- Dr. Alberto Penteadó.
- Pedro Pedreschi, presidente do Instituto Paulista de Contabilidade.
- Eng. Ranulpho Pinheiro Lima.
- Eng. João Baptista de Almeida Prado.
- Eng. Theodoro Souto.
- Dr. Fausto de Almeida Prado Penteadó.
- Eng. Gastão S. Moreira.
- Eng. Antonio Sainati.
- Eng. Francisco Longo.
- Eng. Cyro Berlinck.
- Eng. L. A. Pereira de Queiroz.
- Dr. Carlos de Moraes Barros.
- Rubens Borba A. Moraes.
- Eng. Antonio José de Freitas.
- Dr. Auro de Almeida Camargo.